



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**PLATAFORMAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ: A
PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CASTELO
BRANCO E DO COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR NESTOR VICTOR DOS
SANTOS DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – PARANÁ (2020-2025)**

CILÇA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

PLATAFORMAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CASTELO BRANCO E DO COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR NESTOR VICTOR DOS SANTOS DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PR (2020-2025)

CILÇA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Coorientadora: Pr^a. Dr^a Francisca Paula S. Maia

Foz do Iguaçu
2026

CILÇA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA

**PLATAFORMAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ: A
PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CASTELO
BRANCO E DO COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR NESTOR VICTOR DOS
SANTOS DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU- PR (2020-2025)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Prof^a. Dr^a. Márcia Aparecida Procópio da Silva Scheer
(UNILA)

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
(UFOP)

Foz do Iguaçu, 23 de fevereiro de 2026.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

A447p

Almeida, Cilça Aparecida dos Santos.

Plataformas digitais na educação do estado do Paraná: a percepção dos usuários do Colégio Estadual do Campo Castelo Branco e do Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos de São Miguel do Iguaçu – Paraná (2020–2025) / Cilça Aparecida dos Santos Almeida. – Foz do Iguaçu: UNILA, 2026.

191 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu-PR, 2026.

Orientador: Gilson Batista de Oliveira.

Coorientadora: Francisca Paula S. Maia.

1. Educação – Tecnologias digitais. 2. Plataformas digitais educacionais. 3. Políticas públicas – Educação. 4. Ensino-aprendizagem. 5. Educação pública – Paraná. I. Título.

CDU: 37:004.738.5

Dedico este trabalho, a todos que entendem a importância e a necessidade da pesquisa como ciência e seu processo de evolução como forma de atender as necessidades da sociedade ao longo de sua história.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado saúde, sabedoria, pessoas especiais e a oportunidade de realizar mais esse momento tão sonhado da minha vida.

Agradeço de todo o meu coração ao meu professor orientador Dr. Gilson Batista não só pela constante orientação em todas as etapas desse trabalho, mas sobretudo por acreditar e confiar em minha capacidade, pela amizade e dedicação para que fosse possível esse momento tão esperado.

Aos professores da banca pelas orientações que com certeza contribuiu muito para a melhoria do meu trabalho.

A todos os meus professores que durante todo esse processo de crescimento e aprendizagem contribuíram de uma maneira ou de outra para minha evolução.

A minha família, em especial meu marido e meus filhos que sempre me incentivaram e apoiaram em todos os momentos.

Ao meu amigo doutorando Rogerio Back, pelo auxílio e apoio desde a na minha inscrição no mestrado, e em todos os momentos que a ele solicitei ajuda e sugestões.

Aos colegas de curso, pela amizade, carinho e por todos os momentos compartilhados.

"Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda". (Paulo
Freire)

RESUMO

A educação pública brasileira, ofertada pelas esferas municipais, estaduais e federais, passou e vem passando por constantes transformações e demandas ao longo de sua história, principalmente, no contexto pós pandemia de Covid-19 (doença respiratória infecciosa causada pelo Sars-CoV-2, popularmente chamado de coronavírus), devido a exigência do isolamento social como medida de segurança durante mais de dois anos. Nesse período, para garantir o processo de ensino-aprendizagem, o uso de plataformas digitais educacionais foi o meio encontrado. Nessa pesquisa objetivou-se por meio de estudo de caso, analisar o uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem com a implementação das plataformas digitais educacionais na educação pública, apontando os desdobramentos da implementação do uso dessas ferramentas nas práticas pedagógicas, os desafios e seus impactos a partir dos olhares de docentes e discentes do colégio Cívico Militar e do colégio do Campo de São Miguel do Iguazu-Paraná. O problema explorado na dissertação, foi que, algo que surgiu para ser uma solução durante a pandemia de forma emergencial, se transformou em uma política pública que vem ganhando força a cada dia, sem que os principais envolvidos, os docentes e discentes sejam ouvidos. Surgiram questionamentos que necessitavam de resposta: Como os/as professores/as e os/as estudantes dos Colégios percebem os processos de implantação, execução e evolução das plataformas digitais educacionais na rede públicas dos colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar de São Miguel do Iguazu, Paraná? Se tratando de um estudo de caso, os dados foram coletados por meio de entrevistas com docentes e discentes das escolas citadas. Foram pesquisados 20 docentes e 20 discentes, sendo 10 de cada colégio. A realização da entrevista ocorreu nos meses de setembro, outubro e novembro de 2025, fora do ambiente escolar. Os resultados apontaram relevância em ambos os colégios no uso das plataformas. No entanto, a forma como foi e continua sendo implementada, como a cobrança por postagens de atividades, e mesmo que de forma indireta a obrigatoriedade do uso delas, que vem causando grande pressão em docentes e discentes, colocando em xeque a continuidade de seu uso. A forma de uso dessas plataformas digitais educacionais, em ambos os colégios não foram vistos pelos entrevistados, como satisfatória, ou ferramentas que favorecem o desenvolvimento da autonomia docente; não contribui para um ensino mais inclusivo; não se apresentou com muita eficácia. Os dados apresentados, apontaram de forma preocupante a insatisfação de docentes e discentes devido a quantidade de atividades que precisam ser postadas pelos professores e realizadas pelos alunos, gerando sobrecarga de ambos. Ademais, as limitações técnicas, recorrentes no Colégio do Campo e no Colégio Cívico Militar, denotaram desigualdades educacionais gerando frustração entre docentes e discentes e comprometendo as atividades propostas.

Palavras-chave: Plataformas; Políticas educacionais; Território; Educação.

ABSTRACT

Brazilian public education, offered by municipal, state, and federal levels, has undergone and continues to undergo constant transformations and demands throughout its history, especially in the post-Covid-19 pandemic context (an infectious respiratory disease caused by Sars-CoV-2, popularly known as coronavirus), due to the requirement of social isolation as a safety measure for more than two years. During this period, to guarantee the teaching-learning process, the use of digital educational platforms was the means found. This research aimed, through a case study, to analyze the use of digital platforms in the teaching-learning process with the implementation of educational digital platforms in public education, pointing out the unfolding of the implementation of the use of these tools in pedagogical practices, the challenges and their impacts from the perspectives of teachers and students of the Civic-Military College and the Rural College of São Miguel do Iguaçu-Paraná. The problem explored in the dissertation was that something that emerged as an emergency solution during the pandemic has transformed into a public policy that is gaining strength every day, without the main stakeholders, the teachers and students, being heard. Questions arose that needed answers: How do teachers and students from the schools perceive the implementation, execution, and evolution processes of digital educational platforms in the public school network of the State Rural School and the Civic-Military School of São Miguel do Iguaçu, Paraná? As a case study, data was collected through interviews with teachers and students from these two schools. The target audience interviewed consisted of 20 teachers and 20 students, 10 from each school. The interviews took place in September, October, and November 2025 at the State Civic-Military School, which has approximately 60 teachers and 800 students, while the State Rural School of São Miguel do Iguaçu, Paraná, has approximately 64 teachers and 738 students. The results indicated the relevance of using the platforms in both schools. However, the way it was and continues to be implemented, such as charging for posting assignments, and even indirectly making their use mandatory, is causing great pressure on teachers and students, jeopardizing their continuity. The way these digital educational platforms are used in both schools was not seen by the interviewees as satisfactory, nor as tools that favor the development of teacher autonomy; it does not contribute to more inclusive teaching; and it has not proven very effective. The data presented, in a worrying way, pointed to the dissatisfaction of teachers and students due to the amount of activities that need to be posted by teachers and completed by students, generating overload for both. Furthermore, the recurring technical limitations at the Rural School and the Civic-Military School revealed educational inequalities, generating frustration among teachers and students and compromising the proposed activities.

Keywords: Platforms; Educational policies; Territory; Education.

LISTA DE SIGLAS

EAD – Educação a Distância

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro de plataformas educacionais SEED/PR.....	45
Figura 2 - Localização do Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos.....	66
Figura 3 - Localização do Colégio Estadual do Campo Castelo Branco.....	71
Figura 4 - Nuvem de palavras definindo Plataforma para os Docentes dos Colégios 1 e 2.....	122
Figura 5 - Nuvem de Palavras – Plataformas Digitais Educacionais.....	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução das plataformas digitais educacionais na rede

Pública Paranaense.....47

Quadro 2 - Síntese da Metodologia.....53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos docentes por componentes curriculares.....	77
Gráfico 2 - Tempo de atuação em sala de aula.....	78
Gráfico 3 - Grau de Instrução dos Docentes.....	79
Gráfico 4 - Grau de satisfação dos Docentes quanto ao uso e frequência das plataformas.....	81
Gráfico 5 - Eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para trabalho Docente.....	82
Gráfico 6 - Perspectiva docente: Uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação.....	83
Gráfico 7 - Visão do Docente em estar preparado (a) para plataformas digitais de forma eficiente no processo educacional.....	84
Gráfico 8 - Opinião do docente quanto ao uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação contribui na melhoria do ensino-aprendizagem..	85
Gráfico 9 - Visão dos Docentes: Uso de plataformas digitais contribui para um ensino mais inclusivo dos discentes.....	87
Gráfico 10 - Existe uso efetivo dessas plataformas por parte dos alunos de Inclusão. Eles conseguem acompanhar e desenvolver as atividades propostas de forma inclusiva	88
Gráfico 11 - Visão dos Docentes: Uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem favorece melhor a construção do seu conhecimento em comparação ao modelo tradicional.....	89
Gráfico 12 - Aluno aprende melhor utilizando plataformas digitais obrigatória em vários componentes curriculares do que métodos tradicionais com atividades de pesquisa e registro (em cadernos)	91
Gráfico 13 - A melhora no trabalho e o grau de satisfação do docente utilizando plataformas digitais educacionais no Pós Pandemia (COVID-19)	92
Gráfico 14 - Plataformas digitais ou ferramentas digitais educacionais, favorecem o desenvolvimento da sua autonomia do docente.....	93
Gráfico 15 - Uso de plataformas digitais educacionais como uma ferramenta de auxílio ao professor.....	95
Gráfico 16 - No processo de implementação de plataformas digitais educacionais, o governo estadual ofereceu formação adequada e específica em relação dessas plataformas	96
Gráfico 17 - Plataformas digitais: Protagonismo/engajamento do discente, melhoria da qualidade e auxílio do trabalho docente	97

Gráfico 18 - Existe suporte da Secretaria de Educação (SEED), ou da escola com às plataformas cotidianamente.....	98
Gráfico 19 - Massificação (grande número de plataformas digitais educacionais) influenciadas por em/presas privadas em parcerias com a educação paranaense.....	99
Gráfico 20 - Políticas públicas no estado do Paraná com a intensificação do uso de plataformas digitais pela rede estadual tem por função	100
Gráfico 21 - Uso das plataformas digitais educacionais na educação paranaense como recurso no trabalho docente.....	102
Gráfico 22 - Grau de satisfação dos Docentes em relação as mudanças na educação paranaense durante e pós pandemia do COVID 19, com o uso das plataformas digitais.	103
Gráfico 23 - Políticas públicas com a ampliação de Plataformas digitais educacionais como ferramenta pedagógica na educação pública.....	104
Gráfico 24 - Dados pessoais dos estudantes entrevistados.....	125
Gráfico 25 - A frequência de uso das plataformas pelos discentes entrevistados..	127
Gráfico 26 - O Grau de satisfação com as plataformas pelos discentes entrevistados.....	128
Gráfico 27 - Eficácia na aprendizagem com o uso de plataformas pelos entrevistados.....	129
Gráfico 28 - Uso obrigatório de plataformas e a aprendizagem dos entrevistados.....	130
Gráfico 29 - O uso, a obrigatoriedade e a ampliação de plataformas entre os discentes.	130
Gráfico 30 - Preparo dos entrevistados em relação ao uso das plataformas.....	131
Gráfico 31 - O uso de plataforma e o ensino-aprendizagem dos entrevistados.....	132
Gráfico 32 - O uso de plataformas pelos entrevistados nos componentes curriculares.....	132
Gráfico 33 - Uso de plataformas Pós Pandemia do Coronavírus (Covid 2019) e o desempenho dos discentes.....	133
Gráfico 34 - Plataformas educacionais: Autonomia e protagonismo dos entrevistados.....	134
Gráfico 35 - Plataformas: desenvolvimento e auxílio nas atividades dos entrevistados.....	135
Gráfico 36 - Plataformas como auxílio ao professor, segundo os entrevistados....	135
Gráfico 37 - Formação e preparo dos professores para o uso de plataformas.....	136
Gráfico 38 - O uso de Plataformas e a Inclusão dos discentes.....	137
Gráfico 39 - Suporte pedagógico aos professores no uso de plataformas.....	138
Gráfico 40 - Indícios de massificação de plataformas para os entrevistados.....	138

Gráfico 41 - Políticas Públicas de intensificação de plataformas, percepção dos entrevistados.....	139
Gráfico 42 - Uso de plataformas pelos entrevistados: impactos no aprendizado...140	
Gráfico 43 – Pós-COVID: Uso de Plataformas: Grau de satisfação dos entrevistados.....	141
Gráfico 44 - A consolidação de plataformas como ferramenta pedagógica.....	142

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA.....	23
1.2 PROBLEMA.....	25
1.3 HIPÓTESE(S).....	27
1.4 OBJETIVO (S).....	28
1.4.1 Objetivos geral.....	28
1.4.2 Objetivos específicos.....	28
1.5 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	28
2 REVISÃO DE LITERATURA	30
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	31
2.2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD), UM BREVE RESGATE HISTÓRICO.....	33
2.2.1 A Pandemia e a educação à distância (EAD) nas escolas estaduais do Paraná.....	39
2.2.2 Tecnologias digitais na educação do paraná em tempos de pandemia de COVID 19.....	42
3 METODOLOGIA	51
3.1 O ROTEIRO/QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	55
3.1.1 Contextualização dos questionários aplicados nos professores e estudante.....	56
4 CARACTERIZAÇÃO DO CASO	57
4.1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO PARANÁ.....	57
4.1.1 Uso das plataformas na educação paranaense.....	61
4.2 CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR E SUA CARACTERIZAÇÃO.....	66
4.3 CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO E SUA CARACTERIZAÇÃO.....	71
5 ANÁLISES DOS RESULTADOS DA PESQUISA. 5 – CONTEXTUALIZANDO A ANÁLISE E A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DOS COLÉGIOS 1 E 2	76
5.1 DADOS GERAIS DOS DOCENTES ENTREVISTADOS DOS COLÉGIOS 1 E 2.....	77
5.1.1 Apontamento ou percepção dos docentes dos colégios 1 e 2 em relação as plataformas (questões objetivas)	80

5.1.2 Apontamento ou percepção dos docentes dos colégios 1 e 2 em relação as plataformas (questões abertas)	105
5.1.2.1 Análise dos apontamentos ou percepção dos docentes dos colégios 1 e 2 que conceituam ao termo - plataformas	121
5.1.2.2 Considerações e análise gerais finais das entrevistas dos docentes nos colégios 1 e 2.....	123
5.2 CONTEXTUALIZANDO A ANÁLISE DE PESQUISA REALIZADA COM DISCENTES DOS COLÉGIOS 1 E 2.....	124
5.2.1 Resultado da pesquisa empírica dos discentes e análise dos gráficos em relação as plataformas digitais educacionais.....	127
5.2.2 Análise das questões discursivas comparando os gráficos.....	142
5.3 ANÁLISE REFLEXIVA E FUNDAMENTADA DOS DOIS COLÉGIOS	157
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS.....	173
ANEXOS.....	181

1 INTRODUÇÃO

Os seres humanos, assim como as demais formas de vida, são dependentes das relações com o espaço em que vivem e ocupam. Os humanos diferem-se dos demais seres por sua capacidade de promover grandes transformações.

Com o desenvolvimento do capitalismo se constatou uma maior necessidade de descobertas de novas técnicas e de novos métodos em todos os setores da sociedade. Na educação, isso não é diferente, mudanças também ocorreram, uma vez que a sociedade e os seres humanos evoluíram. As mudanças ocorridas na educação foram fundamentais para que as futuras gerações pudessem usufruir e até continuar o processo evolutivo tão necessário na vida da sociedade.

O avanço das tecnologias digitais nos últimos anos, tem provocado transformações significativas e profundas no campo educacional. E diante disso, é necessário entender como um alerta de que, segundo Demo, (2009, p.1) “O que as novas tecnologias podem nos trazer são oportunidades ainda mais ampliadas, em meio também a enormes riscos e desacertos”.

Com a Pandemia do Coronavírus(SARS-COV-2-COVID 19), as pessoas foram forçadas a praticar o isolamento social. E partir de 2020, esse isolamento se intensificou. Nesse cenário Pandêmico, novas formas de aprendizagem foram necessárias. A Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) ¹ ganhou destaque, passando a suprir as necessidades do momento. Então as diversas formas do uso das tecnologias digitais, passaram a fazer parte da vida humana, influenciando, de diferentes modos, a forma como interagem com o mundo. (Oliveira e Santos 2022).

Nesse contexto, as plataformas digitais², chegaram com objetivo de facilitar a prática pedagógica, em especial, surgem como ferramentas fundamentais capazes de desempenhar um papel central nesse processo, ao permitir a criação de ambientes mais interativos, flexíveis e acessíveis, que potencializam a disseminação do conhecimento proporcionando novos ambientes que ampliam o acesso ao

¹ Conjunto de recursos tecnológicos para obter, processar e gerar informações que são tornadas acessíveis por meio de redes de comunicação. A tecnologia da informação, aplicando recursos de desenvolvimento de software, provê funcionalidades ao hardware, que integrado ao sistema de comunicações oferecerá serviços à sociedade. Pessoas, indústria, governo e empresas produzem e consomem informações, usando TIC, para melhorar os processos decisórios, a eficiência e a qualidade de vida, produtos e regulamentações. (Santin,s.d)

² as plataformas digitais de aprendizagem incorporam variedade de recursos interativos, como vídeos e quizzes, ampliando as oportunidades educacionais e tornando a jornada de aprendizado mais envolvente, flexível e personalizada. (SEED, 2024).

conhecimento, favorecendo a adoção de metodologias inovadoras.

As tecnologias, tiveram papel fundamental ao proporcionar melhorias que impulsionando e favorecendo o ensino a distância (EAD), consolidando-se assim como uma alternativa viável e eficaz, permitindo que alunos e professores encurtassem a distância e superassem barreiras geográficas entre o tempo e o espaço.

Todavia, com a expansão do EAD, e graças ao avanço e a integração do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na educação de forma presencial e híbrido, tem possibilitado abordagens pedagógicas mais dinâmicas, pois não apenas facilita o compartilhamento de conteúdo, mas também fomenta novas práticas pedagógicas, personalizando o aprendizado de forma mais colaborativa.

Apesar de suas vantagens, a adoção dessas ferramentas exige certa cautela, análises críticas sobre desafios, de forma estrutural. Há de se pensar se as estruturas atuais são capazes de absorver e contemplar a inclusão digital, ou seja, a desigualdade no acesso digital, a necessidade de formação contínua dos docentes para que tenha o menor impacto a nível de motivação e engajamento no desempenho de docentes e discentes.

Sobre a questão da desigualdade no uso de ferramentas digitais e acesso à internet, pensando em dados sobre o Brasil, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre o acesso e o uso da Internet no Brasil, divulgou que uso de IA é significativamente maior entre os mais escolarizados e de maior renda. Segundo o órgão, os que utilizaram essas ferramentas chega a 69% na classe A, caindo para 16% nas classes D e E. Da mesma forma, 59% dos usuários com Ensino Superior adotaram a IA, em contraste com 17% daqueles com Ensino Fundamental. O documento acrescenta ainda que a falta de habilidade foi um motivo entre os que não utilizaram IA, e que esse grupo é representado pelos que possuem até o Ensino Fundamental (65%), reforçando a desigualdade no acesso e uso de tecnologias, que pode criar um ciclo de exclusão. (CETIC, 2025)

Ante o exposto, precisa-se entender a educação como uma necessidade e, principalmente, como um direito, além de analisar como esse direito é assegurado e adquirido pela população. Sobre isso, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, aponta a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, e

que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Acrescenta ainda, em seu Art. 206, que o ensino será ministrado conforme os princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (Ulysses Guimarães, 1988).

Sendo assim, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, aponta no Art. 21 que a educação escolar se compõe de: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior. No Art. 22, deixa claro que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Brasil, 1996)

A partir da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 211, se definiu a quem compete garantir esses direitos, sendo que: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. (Brasil. [Constituição (1988)], 2024, p.186.). Portanto, a educação pública brasileira é ofertada de forma colaborativa entre as esferas municipais, estaduais e federal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, confirma o compromisso com a educação, sendo que:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”. (Brasil 2020). No artigo 9º, I, afirma ainda que “A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” (Brasil, 2020, p.11) ; e no artigo 10, chama a atenção ao afirmar a função do estados, que deverão se incumbir de: I – organizar, manter e desenvolver instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; além de III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, que estejam em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando suas ações e de seus Municípios. (Brasil, 2020, p.14)

Nesse sentido, o que se entende é que os direitos são adquiridos por lei, que prevêem ações voltadas, para organizar os sistemas de ensino, elaborar o Plano Nacional de Educação e definir formas de oferta do Ensino.

Partindo dessa premissa, percebeu-se que durante e após a pandemia de

COVID 19³), a educação paranaense vem passando por transformações tecnológicas, principalmente com o uso de diversas plataformas digitais de aprendizagem. A exemplo destaca-se o Leia Paraná; Redação Paraná; Desafio Paraná; Matific; Khan Academy; Inglês Aluno e Inglês Professor. as plataformas (Paraná, 2024).

Nessa pesquisa, buscou-se então dialogar com Demo, (2009, p.9), ao afirmar que “é crucial entender que novas tecnologias não supõem aprendizagens mais efetivas automaticamente. Podem facilmente servir para aprender menos ou não aprender. No entanto, guardam enorme potencialidade, se as soubermos vivificar”.

Dessa forma, essa dissertação fez um breve resgate histórico da Educação Brasileira de forma EAD, apontando como a pioneira no uso de tecnologias, como ferramentas necessárias para essa forma de ensino. Posteriormente o foco foi a educação paranaense e a implementação das plataformas digitais com a Pandemia do Coronavírus, (SARS-COV-2-COVID 19), quando apontou a necessidade de implementar uma nova forma de estudo-aprendizagem não presencial.

As mudanças tecnológicas trazem potencialidades, mas se faz necessário perceber se essas mudanças tecnológicas vêm colaborando de forma satisfatória para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que diante dessas transformações, “O que ocorre é que o professor precisa reestruturar-se num novo momento pedagógico e tecnológico, para atuar nele como sujeito, não como objeto”. (Demo, 2009, p.7).

Nessa forma de análise, se faz necessário “Situar” a aprendizagem na vida concreta do aluno, como ponto de partida para mudanças que vão sempre além daquilo que se encontra dado”. (Demo, 2009, p.7).

Diante dessas transformações, o problema motivador da pesquisa, foi buscar a compreender a percepção dos usuários (professores e alunos) sobre a implantação, execução e evolução das plataformas digitais educacionais na rede pública de ensino do Paraná, especificamente em dois colégios de São Miguel do Iguçu.

Essa dissertação teve como objetivo geral, analisar o uso de plataformas digitais após a implementação no processo de ensino-aprendizagem da educação

³ SARS-COV-2-COVID 19, é um vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Definição extraída de: <http://www.butantan.gov.br/covid>, acesso em 27 mar. 2026.

pública do colégio Cívico Militar e do colégio do Campo de São Miguel do Iguaçu-PR. Através dos objetivos Específicos, buscou-se, identificar os fatores responsáveis ou que levaram a implementação de políticas públicas de plataformização no Estado do Paraná; compreender os possíveis impactos do uso das plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem desses Colégios; além de apontar os desafios enfrentados pelo corpo docente e discentes frente a implementação maciça das plataformas na rede de educação do Estado do Paraná, especificamente nos Colégios Estadual do Campo e Estadual Cívico Militar de São Miguel do Iguaçu- Paraná.

Como hipótese tem-se que a implementação da política pública de plataformas digitais ou plataformização da educação do Paraná, com parcerias privadas, afeta negativamente de forma considerável o processo ensino aprendizagem nos colégios estaduais dos colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar do município de São Miguel do Iguaçu, PR.

A escolha desses colégios, para realização da pesquisa, se deu por serem os dois maiores colégios do município de São Miguel do Iguaçu – Paraná. Apesar do colégio receber a denominação “do Campo”, localiza-se na área urbana e recebe alunos do espaço rural e urbana. Até o ano de 2020, os dois colégios possuíam semelhanças na clientela e no formato de educação oferecida aos estudantes, com alunos oriundos de famílias de pouca renda, a grande maioria assalariadas (empregadas em empresas frigoríficas da região) ou filhos de pequenos agricultores.

No entanto, com a promulgação do Decreto Federal nº 10.004 em 2019, instituiu-se em todo território nacional o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Essa ação motivou o estado do Paraná a realizar a implantação do Programa Colégios Cívico-Militares em 2020. Pelo programa estadual, instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica foram selecionadas conforme critérios estabelecidos na Lei Estadual Lei nº 20.338 de 06 de outubro de 2020, para implantação de um novo modelo de educação, a educação Cívico-Militar. Tal legislação é complementada pela Lei nº 20.505 de 15 de janeiro de 2021.

Com a justificativa de promover melhoria na qualidade da educação ofertada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio do estado, visando à gestão de excelência nas áreas pedagógica, administrativa e de atividades cívico-militares, o Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos foi selecionado para ser uma escola cívico-militar, com aval da comunidade escolar, cuja participação contou com 57,73%

da comunidade (pais e ou responsáveis pelos estudantes, professores, funcionários e estudantes maiores de 18 anos).

Nesse modelo, a gestão, é compartilhada entre civis e militares, composta por um Diretor-geral e Diretor Militar. A escolha do diretor militar ocorreu por meio de um credenciamento, os servidores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) no cargo de Agente Educacional II e do Quadro Próprio de Poder Executivo (QPPE) para definição da Direção-geral da instituição. Sendo selecionado o professor Patrick Bellei para atuar como primeiro Diretor-geral do Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos no formato Cívico.

Nessa transformação de colégio normal para Cívico Militar, ocorreu o fechamento do período noturno, alunos que trabalhavam precisaram mudar de colégio, e muitos alunos da rede privada e de outros colégios migraram para a instituição. Esse foi um fator que motivou a escolha dos colégios já citados.

Perante o que foi apontado, se fez necessário a realização de um estudo de caso para apontar e analisar a visão dos docentes e discentes frente as transformações ocorridas nos anos de pandemia e pós pandemia (nos anos e 2020 a 2025), nesses dois colégios. Concomitantemente, estabelecer um paralelo de o quanto essa interferência remete a um ensino à distância (EAD), mascarado através das plataformas em diferentes componentes curriculares.

Para realização ou consolidação dessa dissertação, os pressupostos metodológicos aqui apontados ocorreram por meio do método de pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e analítico (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012). Como procedimento de coleta de dados aplicado por meio de questionários semiestruturado com questões norteadoras acerca das categorias de análise da pesquisa, com usuários das plataformas digitais de duas escolas paranaenses do município de São Miguel do Iguçu, Paraná, com aproximadamente 28 mil habitantes. Ademais, verificou-se através das amostras apontadas pelos 20 docentes e 20 discentes, as transformações ocorridas desde a Pandemia do Coronavírus, (SARS-COV-2-COVID 19), a 2025, que impactaram no processo ensino-aprendizagem desses usuários com a implementação de plataformas digitais educacionais.

1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA

As plataformas digitais educacionais paranaenses, no período de Pandemia e Pós Pandemia, têm provocado transformações significativas no modo de trabalho e no processo ensino aprendizagem do estado. Nessa perspectiva, cabe, através do processo de leitura, pesquisa, entrevista e análise dos resultados, buscar indícios que apontem essas transformações e seus possíveis impactos na visão de quem realmente está diretamente impactado com essas transformações, que são os docentes e discentes.

Para justificar o trabalho de pesquisa, busca-se fundamentar em Silva (2005, p. 16, *apud* Gil, 1999), quando afirma que “um bom pesquisador precisa, além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social”. E diante da citação acima, cabe esclarecer que, como professora, sempre me questiono quando medidas são tomadas na educação, sem que os verdadeiros interessados, no caso, professores e alunos, sejam ouvidos. Me tornar pesquisadora sempre foi um grande desejo pessoal e o mestrado me apontou esse caminho um tanto desafiador, porém muito importante e necessário.

Diante dos desafios enfrentados na educação paranaense durante e pós a Pandemia do Coronavírus (SARS-COV-2-COVID 19), me senti motivada a sair do senso comum para através da pesquisa bibliográfica, pesquisa e entrevista encontrar evidências que comprovem ou não, através de envolvidos no processo ensino-aprendizagem, a relevância das transformações ocorridas no campo educacional com políticas públicas implementadas na educação paranaense e seus impactos.

A escolha do tema “Plataformas Digitais na Educação” se fez necessário, por se tratar de uma política pública implementada na Educação do estado do Paraná durante a Pandemia do Coronavírus (SARS-COV-2-COVID 19), devido a necessidade de garantir o cumprimento do calendário escolar durante o período de isolamento social. Dessa forma, com fechamento das escolas e a necessidade de manter atividades educacionais a distância, o uso intensificado das tecnologias digitais teve impulso. (Guimarães; Ferraz; Bega, 2025). E por isso, merece ser estudado para uma possível análise e discussão com as partes envolvidas, buscando a percepção dos mesmos sobre essa política pública, ou seja, professores e alunos e que aqui serão denominados usuários.

Logo, cabe destacar, que o tema se encaixa ao que propõe a linha de

pesquisa Estratégias de Desenvolvimento do programa de mestrado em políticas públicas. Sendo que, a perspectiva do programa é buscar estudar as estratégias de desenvolvimento, identificar e resolver os problemas ligados à prática ineficaz das políticas públicas, no seu processo de elaboração e implantação. Mas também entender os resultados e formas de exercício do poder político, envolvendo questões de distribuição e redistribuição de recursos, conflitos sociais inerentes aos processos de decisão e a repartição de custos e benefícios sociais.

Nessa perspectiva, em forma de recursos educacionais digitais, o governo do estado, com parcerias privadas, inseriu diversas plataformas que visam o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem, nos diversos componentes curriculares que compõem o Componente Curricular do Estado do Paraná (CREP).

Diante da quantidade de plataformas, apontadas SEED, como consta na parte introdutória dessa dissertação, e por meio da Agência Estadual de Notícias⁴, (Editoria Educação, 2024), se fez necessário realizar estudos e pesquisas que apontem para a sociedade e a academia, se essa política pública de implementação de plataformas digitais ou plataformização da educação do Paraná, com parcerias privadas, afeta negativamente o processo ensino aprendizagem, nas escolas Estadual do Campo e Cívico Militar no município de São Miguel do Iguçu, PR.

Partindo dessa premissa, entendendo que o objeto pesquisa e entrevista, se tratava de professores e alunos, foi realizado entrevistas com um total de 20 docentes, e 20 discentes, sendo 10 do colégio Estadual do Campo e 10 do colégio Cívico Militar do de e discentes.

Em tempo, cabe pontuar que o critério adotado para seleção dos docentes foi a existência de plataforma na disciplina trabalhada e a necessidade de fazer uso delas nas as turmas de nonos anos do Ensino Fundamental, da Primeira, Segunda e Terceira série do Ensino Médio dos dois colégios já citados acima.

Em relação aos discentes, como filtro, foi solicitado aos professores que trabalhavam nas escolas com turmas dos nonos anos do Ensino Fundamental, da Primeira, Segunda e Terceira série do Ensino Médio, para que indicassem nomes de possíveis discentes para participar da entrevista avaliando o uso das plataformas na

⁴ Atualmente a rede estadual de ensino paranaense conta com as seguintes plataformas: Leia Paraná; Redação Paraná; Edutech; Desafio Paraná; Matific; Khan – Academy; Inglês Aluno e Inglês Professor⁴. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-semester-teve-9-milhoes-de-atividades-no-Matific-e-650-mil-alunos-no-ingles>. Acesso em: 28 jul. 2024.

escola e a contribuição delas no processo de ensino aprendizagem deles.

A escolha dessas turmas e alunos, se fez pelo uso de plataformas, grau de maturidade e seriedade dos alunos e por se tratar de uma pesquisa em que eles podiam ser ouvidos. Todavia, deveriam fazer uso de forma responsável desse protagonismo em seus apontamentos.

A realização das entrevistas, contou com questionário semiestruturado, contemplou a análise qualitativa como estratégia metodológica para a interpretação dos dados obtidos, por meio de gráficos e dados quantitativos. Os apontamentos foram de 20 amostras, uma vez que o intuito da pesquisa não era quantificar. E como afirma Gil, (2017), “pesquisa qualitativa é frequentemente compreendida como a modalidade de pesquisa que se fundamenta em amplas descrições e não [apenas] em dados numéricos. O que se busca é uma rica descrição do fenômeno que está sendo estudado”.

Essa abordagem justifica-se devido a necessidade de compreender o fenômeno investigado além de dados numéricos, com gráficos, mas considerando, contextos e interpretações presentes nos dados coletados.

1.2 PROBLEMA

Durante a Pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2, (causador da COVID-19), a Secretaria de Educação do Paraná, necessitava encontrar uma alternativa para cumprir o calendário escolar. Entendeu que suspender o calendário escolar, poderia prejudicar o processo de ensino – aprendizagem dos estudantes paranaenses, até porque, de acordo com os órgãos nacionais e internacionais ocorreria um longo período de isolamento na tentativa de inibir a contaminação pelo coronavírus, (COVID-19), mas precisava cumprir com seu compromisso e assegurar a garantia do direito à educação.

Nessa conjuntura, essa Secretaria, pensando na segurança dos alunos, buscou alternativas que permitissem aos estudantes o acesso aos conteúdos dispostos no currículo. Assim, para a continuidade das atividades escolares, esta Secretaria adotou a utilização de várias ferramentas que possibilitam a interação entre os estudantes e o corpo docente, e na impossibilidade de acesso a estas pelos alunos, a transmissão via TV aberta e/ou materiais impressos, entregues pelas unidades escolares.

Nesse contexto, as plataformas ganharam força, pois as aulas também eram

transmitidas pela TV, em canal aberto, simultaneamente disponibilizadas aos estudantes, *via Youtube*, no canal “Aula Paraná Ao Vivo”. Caso, o aluno desejasse ou precisasse assistir aulas transmitidas em datas anteriores, era possível acessá-las pelo canal do *Youtube* “Aula Paraná”, e escolher pelo ano/série, a data e a aula pretendidas.

Além do acesso pela TV e *Youtube*, os estudantes ainda poderiam acessar os conteúdos por meio do aplicativo Aula Paraná, disponível para Android e IOS, sem a utilização dos dados móveis dos usuários e pelo *Google Classroom*.

Caso o estudante não tivesse acesso a nenhuma das ferramentas acima, os conteúdos eram disponibilizados, por cópias impressas, as quais deveriam ser retiradas quinzenalmente na escola. Cabe ressaltar que, a entrega ocorria seguindo todas as medidas de proteção, para evitar a contaminação pelo coronavírus, de funcionários da educação e comunidade, medidas estas também adotadas em relação à entrega dos materiais impressos.

Em relação ao Aplicativo Aula Paraná, compete esclarecer que foram contratados serviços de disponibilização, gerenciamento e suporte de plataforma que dialogasse com as operadoras de telefonia móvel, e permitisse a cobrança de tráfego de dados móveis na modalidade reversa, ou seja, sem a cobrança pelo uso de dados, nas redes 3G e 4G, dos usuários finais (estudantes, professores, equipes pedagógicas, diretores e demais profissionais da educação). (DTI/SEED).

A contratação destes serviços, para a continuidade do calendário escolar, foram fundamentadas pela Lei Federal n.º 13.979/2020, alterada e complementada pela Medida Provisória n.º 926/2020, combinadas com o Decreto Estadual n.º 4.315, de 2020, legislações estas, que tratam do estado de emergência. Cabe salientar que diariamente, esta Secretaria disponibilizava, para cada série/ano, 3 horas e 40 minutos de vídeo aulas, as quais eram transmitidas via TV aberta e pelo *Youtube*, além do acesso pelo Aula Paraná, conforme exposto. Ainda, os estudantes tinham acesso a 10 (dez) atividades pedagógicas, por dia, sendo 2 (duas) por disciplina; atendimentos, também diários, dos professores da turma; e aulas, *via Google Meet*.

Desta forma, somados todos os recursos disponíveis e, considerando que, em média, as atividades propostas eram desenvolvidas no intervalo de duas horas diárias, estima-se que os estudantes utilizavam 5 horas ao dia, nas aulas não presenciais. Por fim, para o atendimento dos estudantes, no regime especial para desenvolvimento de atividades escolares de forma não presencial, as estratégias

adotadas, visavam garantir a universalização de acesso e promover a apreensão dos conteúdos curriculares. (DTI/SEED).

Imprescindível lembrar que a Constituição Federal, prevê no art. 205, que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho”. Assim cumprindo com sua obrigação constitucional, no momento em que as atividades escolares presenciais se fizeram impossíveis, esta Secretaria de Estado da Educação e do Esporte adotou medidas para dar continuidade do processo ensino-aprendizagem, e possibilitar, aos estudantes da rede, o acesso aos conteúdos curriculares, os quais se impossibilitados de acesso pelas ferramentas digitais, pudessem acessar os conteúdos pelos canais de TV, ou via material impresso.(DTI/SEED).

No entanto, mesmo após esse período de Pandemia, o governo insiste em fazer cada vez mais o uso das plataformas nas escolas, ou seja, vem ocorrendo uma platformização na educação. Para explicar o termo, SILVA e COUTO, (2024, p.6) “diz respeito à convergência de vários sistemas, protocolos, redes etc., agregando diferentes atores e ações humanas e não humanas, conectadas por uma constelação dinâmica de tecnologias, mecanismos econômicos e socioculturais”.

Portanto, o problema da pesquisa reside na compreensão da percepção⁵ dos usuários (professores e alunos) sobre a implantação, execução e evolução das plataformas digitais educacionais na rede pública de ensino do Paraná, especificamente em dois colégios de São Miguel do Iguaçu.

Ademais, surgem questionamentos que merecem resposta: Como os/as professores/as e os/as estudantes dos Colégios percebem os processos de implantação, execução e evolução das plataformas digitais educacionais na rede públicas dos colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar de São Miguel do Iguaçu - PR?

1.3 HIPÓTESE

Como hipótese tem se que a implementação da política pública de

⁵ “Ação ou efeito de perceber alguma coisa por meio das sensações; impressão”. Extraído de: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 06 de mar. 2026.

plataformas digitais ou plataformização da educação do Paraná, com parcerias privadas, afetou negativamente de forma considerável o processo ensino aprendizagem nos colégios estaduais dos colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar do município de São Miguel do Iguaçu, PR.

1.4 OBJETIVO (S)

Para verificação da hipótese levantada, essa dissertação possui um objetivo geral que emana três objetivos específicos.

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral dessa dissertação, analisar o uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem com a implementação das plataformas digitais educacionais na educação pública do colégio Cívico Militar e do colégio do Campo de São Miguel do Iguaçu- PR.

1.4.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos pretende-se:

- a) Identificar os fatores responsáveis ou que levaram a implementação de políticas públicas de plataformização no Estado do Paraná;
- b) Compreender os possíveis impactos do uso das plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem nos Colégios Estadual do Campo e Estadual Cívico Militar de São Miguel do Iguaçu- Paraná;
- c) Apontar os desafios enfrentados pelo corpo docente e discentes frente a implementação maciça das plataformas na rede de educação do Estado do Paraná, especificamente nos Colégios Estadual do Campo e Estadual Cívico Militar de São Miguel do Iguaçu- Paraná.

1.5 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para cumprir os objetivos levantados, essa pesquisa, está estruturada da seguinte forma: 1) Introdução, onde aborda-se a justificativa, o problema de pesquisa, as hipóteses e os objetivos da dissertação; 2) Revisão de Literatura; 3) Metodologia; 4) Caracterização; 5) Análise dos Resultados e; 6) Considerações Finais.

Nesse trabalho de pesquisa, realiza-se um estudo de políticas públicas

educacionais implementadas no estado do Paraná, através da implementação de plataformas e que vem se transformando em plataformização, devido a quantidade de plataformas na educação paranaense e os impactos causados em seus usuários.

Assim sendo, no primeiro capítulo, faz-se uma revisão da literatura sobre políticas públicas, como agem seus atores e o Estado, além de refletir sobre a quem realmente procura atender.

Porém no segundo capítulo, faz-se um resgate histórico contextualizando a Educação a Distância (EAD), para explicar como as tecnologias digitais e as plataformas chegaram na educação, como pioneira no uso das tecnologias digitais. Será citado alguns países como exemplos, mas a ênfase será o Brasil, especificamente o estado do Paraná, como a implantação dessas plataformas nas escolas públicas do estado do Paraná com a COVID 19.

Contudo, no terceiro capítulo descreve-se a metodologia da pesquisa desenvolvida com a aplicação de questionários⁶ nos usuários dos colégios estaduais do Campo Castelo Branco e Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos de São Miguel do Iguaçu - PR, para compreender os possíveis impactos das plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem.

Todavia, o quarto capítulo, busca-se caracterizar os colégios Estadual do Campo Castelo Branco e Cívico Militar de São Miguel do Iguaçu – Paraná, apontando os desafios enfrentados pelo corpo docente e discentes frente a implementação maciça das plataformas na rede de educação do Estado do Paraná. Enfim, no quinto capítulo, acontece a análise dos questionários, com gráficos para melhor entendimento através de dados e conclusões apresentados, através de um texto apontando o que os dados e a pesquisa com os usuários apontaram. Por fim, de acordo com as análises das entrevistas, tabulação de gráficos e estudos bibliográficos, será apresentado as considerações finais com os apontamentos.

⁶ Aqui cabe mencionar a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece no artigo 1º, parágrafo único, que: "Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (...)". Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/programas-pos-graduacao/politicas-publicas/regulamentos/resolucoes>. Acesso em 07/04/2025.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Com o avanço das tecnologias digitais nos últimos anos, é possível observar profundas transformações no campo educacional. Assim, as plataformas digitais, em especial, surgem como ferramentas fundamentais capazes de desempenhar um papel central nesse processo, ao permitir a criação de ambientes mais interativos, e de forma mais flexível potencializando a forma de disseminar o conhecimento e favorecendo a adoção de metodologias inovadoras. Sendo assim, as tecnologias, desempenham papel fundamental, uma vez que podem proporcionar melhorias que impulsionam e favorecem o ensino a distância (EAD), consolidando-se assim como uma alternativa viável e eficaz, permitindo que alunos e professores encurtem a distância e superem barreiras geográficas entre o tempo e o espaço.

Juntamente com a expansão do EAD, também ocorreu a integração e o avanço no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na educação de forma presencial e híbrida, que favoreceu abordagens pedagógicas dinâmicas, vez que, ademais de facilitar o compartilhamento de conteúdo, potencializou, também, uma aula mais colaborativa.

Nesse contexto, pesquisadores se debruçam para observar e analisar os impactos das tecnologias Digitais no processo de ensino-aprendizagem, com estudos, pesquisas e análises a fim de dar respostas importantes e necessárias em relação aos impactos que essas mudanças trazem e que a sociedade tanto precisa.

Conceituando política, Weber (1974 *apud* Kingdon, 1995), conceitua os atores visíveis ou mais influentes na tomada de decisão de uma agenda política e o poder de decisão que possuem. Por sua vez, Lindblom, (1981), questiona o agente formulador da política governamental; o papel das elites e do cidadão na sociedade.

Ampliando as discussões, Secchi e Souza (2015), apontam as políticas de privatizações a partir de 1990, nos diversos setores sociais. Se alinhando, Bath, (1981 *apud* Lindblom) ressalta as negociações e acordos que ocorrem na política. Já Oszlak (2011) explica sobre o poder do Estado e o uso da violência de forma legítima. Kingdon, (1995), aponta como ocorre a formulação de políticas públicas. Nessa perspectiva, Nicolás e Gaitán (2021) escreveram em coautoria um volume, apresentando análises importantes que possibilitam reflexões para se pensar, de maneira crítica, o atual cenário de desmonte e desconstrução de políticas públicas.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse tópico, busca – se realizar um breve apanhado sobre políticas públicas, seus atores e a ação do Estado nas tomadas de decisões.

O Estado, está presente em todos os momentos históricos e cotidianos da sociedade, e como afirma Mann, (2011, p. 63), “*Las únicas sociedades sin Estados han sido primitivas*”. Assim, apenas nas sociedades primitivas, não havia a presença do Estado. No entanto, cabe ressaltar que ele atua de forma diferente, com variação de poder, sendo que hora de forma centralizador, autoritário, absolutista, hora democrático, mas sempre atuante na economia, de forma militar e até ideológica.

Cabe, aqui ressaltar que antes de discutir a ação do Estado na realização e ou implementação de políticas públicas, se faz necessário entender o que é Política Pública. E para isso, busca-se embasamento em Melazzo (2010, p.11), ao afirmar que pode ser compreendida como “um campo de investigação que nasce da ciência política, como o seriam as investigações em torno do estudo de governos, administração pública, relações internacionais e comportamento político”. Mas também como o próprio autor afirma, são processos nas tomadas de decisão e implementação de ações sujeitas a controles sociais que envolvem a decisão e a intervenção do Estado.

Dessa maneira, para ocorrer a criação e a implementação de uma política pública, se percorre um longo caminho, a qual não se busca detalhar, mas apenas apontar algumas, uma vez que o objetivo aqui é elencar o atual cenário das políticas educacionais do Estado, destacando, quando, como e por que a Educação a Distância e o Uso das Tecnologias Educacionais foram instauradas no Brasil e quais os impactos causados na sociedade de forma geral.

No entanto, se faz necessário entender o que Kingdon, (1995, p.221), afirma sobre a formulação de políticas públicas, como um:

(..) conjunto de processos, que inclui o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas, as escolhas feitas; uma escolha final entre as específicas, por meio de votação no Legislativo ou decisão presidencial; e a implementação dessa decisão.

Diante do exposto, Weber, (1974, p. 105), explica sobre como o homem se envolve na política, sendo que “há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da política a sua vocação: viver “para” a política, ou viver “da” política”. Afirma também que pelo menos em pensamento, pode fazer as duas coisas.

Persistindo nessa análise, é importante pensar na realidade do nosso país em relação aos atores chamados de visíveis, ou seja, quem decide a implementação das políticas públicas. Eis que alguns questionamentos surgem: Afinal, quem são esses atores? Por que eles chegaram a essa função tão importante e necessária? O que realmente pensam e decidem em função da população a qual devem representar? Quais são suas origens? Quanto tempo estão nas camadas decisivas? Como chegaram a essas funções? Quem realmente eles representam? Enfim os questionamentos são muitos. Interessante e muito importante os questionamentos realizados por Lindblom, (1981, p. 8):

Quem formula a política governamental? São as elites que realmente decidem quais as políticas a seguir? O cidadão comum tem muita influência sobre a política? Por que razão numa democracia que se reconhece como tal, o público parece tolerar agressões como assistência médica inadequada para boa parte da população, escolas deficientes, serviços públicos impróprios?

Quanto a citação, são questões que muitas vezes se torna difícil encontrar respostas, logo, o que se percebe, é que nem sempre o Estado é eficiente em garantir direitos básicos a sua população. Por conseguinte, depende da formação do Estado, o contexto de sua origem e a atuação ao longo de anos. Nessa perspectiva, Oszlak, (1978, p.4): afirma que: “La existencia del estado deviene de un proceso formativo através del cual aquél va adquiriendo un complejo de atributos que en cada momento histórico presenta distinto nivel de desarrollo”. Ou seja, como o autor mesmo afirma ele terá funções de acordo com o nível de desenvolvimento e depende do momento histórico.

Cabe aqui ressaltar que, muitas transformações ocorreram, porém de forma lamentável, muitas vezes as decisões políticas são negociáveis de forma que venham atender um grupo e nem sempre a maioria da sociedade. Sendo que de acordo com Bath (*apud* Lindblom, 1981, p. 10):

Algumas vezes se forma uma política a partir de negociação entre várias partes interessadas, que chegam a um acordo a respeito de um problema que não era precisamente o que interessava a cada uma das partes. Outras vezes, como já tomamos, as políticas derivam de novas oportunidades, não de “problemas” propriamente.

Consequentemente, em alguns momentos essas transformações ganham mais força. Dito isso, Secchi e Souza, (2015, p. 79), afirmam que no caso do Brasil,

(...) a Reforma do Estado na década de 1990, as privatizações e o avanço de conceitos como coprodução e governança fizeram com que as funções governamentais fossem abandonadas em sua integralidade, ou pelo menos compartilhadas entre Estado e sociedade.

Diante desse (re) desenrolar político econômico-social, pesquisadores se debruçam para entender e analisar este momento histórico vivenciado nos últimos anos e que vem ganhando força no cenário da América Latina em especial, no Brasil. A título desse exemplo, Gaitán e Nicolás (2021) apresentam análises importantes que possibilitam reflexões para se pensar, de maneira crítica, o atual cenário de políticas públicas. Segundo os autores, “se propõe uma “reflexão com sugestões no campo das políticas públicas capaz de enfrentar esse cenário desalentador” (Gaitán; Nicolás, 2021, p. 6). Ademais, é necessário pensar nesta atual fase como algo preocupante. Nas palavras de Boschi (*apud* Gaitán e Nicolás; 2021, p. 6).

Uma das questões mais importantes e preocupantes da conjuntura que se seguiu à adoção indiscriminada e irrestrita de políticas neoliberais é, sem sombra de dúvida, o processo de desconstrução de instituições e direitos sociais montados ao longo do período desenvolvimentista em diversos países, Brasil em particular, mas também Argentina.

Nessa perspectiva, de transformação e mudança, o papel do Estado na Educação à Distância (EAD) e no uso das tecnologias educacionais se torna visível e de suma importância a sociedade de forma geral.

2.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD), UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

EAD é uma forma de ensino-aprendizagem, com uso de metodologia em que o aluno e professor se encontram distantes um do outro.

Registros apontam a existência dessa atividade no mundo, no período das Revoluções Industriais e burguesas ocorridas no século XVIII, decorrentes do modo de produção capitalista que passaram a exigir a qualificação da mão de obra para que pudessem atingir os patamares de crescimento econômico. Os primeiros indícios de utilização da Educação a Distância remontam ao século XVIII, em 1728, sendo um curso por correspondência oferecido por uma instituição de Boston (EUA). Curso este, oferecido pelo professor Caleb Phillips conhecido como taquigrafia (uma técnica para escrever à mão de forma rápida, usando códigos e abreviações) para alunos em todo o país, com materiais enviados semanalmente por correspondência; este é o primeiro registro de um curso a distância. (Oliveira *et al.*, 2019).

Porém as aulas por correspondência são as primeiras iniciativas de ensino a distância em 1856, sendo pioneiras de educação a distância, criada por Charles

Toussaint e Gustav Langenscheit com a primeira escola de línguas. Seguindo essa linha, em 1892, ocorre a tentativa de formação de professores para as escolas paroquiais por correspondência, oferecido pela Universidade de Chicago. Experiências também foram desenvolvidas em vários países, com material impresso, considerado o meio de difusão, por excelência. Em 1928, a British Broadcasting Corporation (BBC), emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido (Inglaterra e demais países) recém fundada em 1922, promove cursos para a educação de adultos usando o rádio. Essa tecnologia começa a ser utilizada em vários países para a transmissão de programas educacionais, inclusive no Brasil que passa a introduzir o ensino por correspondência. (Vidal e Maia 2010, p.12).

No caso do Brasil, de acordo com as bases legais da Educação a Distância, foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996), pelo Decreto n.º 2494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no Diário Oficial da União (DOU de 11/02/98), Decreto n.º 2561, de 27 de abril de 1998 (D.O.U. de 28/04/98) e pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no DOU. de 09/04/98) (MEC) e o uso de tecnologias digitais comparando com alguns países.

Assim, a educação a distância vai criando força devido demanda de mão de obra, como afirmam Vidal e Maia (2010, p.12)

O cenário pós-guerra exige novas dinâmicas sociais e os avanços científicos e tecnológicos ocorridos durante a guerra demandam novas profissões e ocupações. O número de professores é insuficiente para atender uma população que procura cada vez mais educação. Neste sentido, a educação a distância se coloca como uma alternativa que permite atender, em maior escala, o contingente de pessoas que querem se qualificar para o mercado.

Conforme a citação acima, o que se entende é que com as tecnologias e as novas profissões, exige maior qualificação para o trabalho. Também não há professores para atender a demanda a nível presencial. Com isso, a educação EAD, passa a ser muito necessária.

Mas, é a partir dos anos 1960, que várias universidades europeias e de outros continentes começaram a atuar na educação secundária e superior Vidal e Maia (2010).

E com o passar do tempo, essa forma de educação em estilo EAD, vai se expandindo pelo mundo, atingindo os mais variados países, sendo que de acordo com Vidal e Maia (2010, p.12), estão:

China, Coreia, Finlândia, Noruega, Austrália, África do Sul, Portugal, Estados Unidos, Costa Rica, Venezuela, Palestina, Argélia, Líbia, Índia e Brasil. No ensino superior, destacam-se Reino Unido, Canadá, Alemanha e Espanha, além da Turquia, que sedia a maior universidade a distância do mundo.

Todavia, no caso do Brasil, como os próprios autores afirmam, ocorre através de percalços e interrupções. Nas primeiras décadas do século XX, as experiências ocorreram com as tecnologias disponíveis, sendo, o material impresso e o rádio, através da Sociedade do Rio de Janeiro, que a criou em 1923, apenas mais tarde aconteceu pelo Ministério da Educação. O Instituto Monitor, criado em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, fundado em 1941, são exemplos de iniciativas que ainda hoje oferecem cursos por correspondência, atendendo estudantes em todo o território nacional. Mas é a partir dos anos 1990 que a educação a distância começa a ser concebida num contexto mais amplo dos Projetos Pedagógicos Nacionais ganhando destaque educacional, sendo os primeiros grandes projetos relacionados com a televisão, denominado como Um Salto para o Futuro. Destaque também para o ano 1997, “quando é criado o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), que determina a distribuição de computadores para escolas públicas e a criação de Núcleos de Tecnologias Educacionais para a formação dos professores”. (Scherer; Silva e André, 2017)

Desse modo, apenas em 1996, a EaD é incluída na legislação educacional, com a nova LDB que passa a reconhecer através do artigo 80, a educação a distância como uma modalidade. (Vidal e Maia, 2010, p.13 e 14)

Nessa perspectiva, o que se percebe é que, no Brasil, algumas deliberações, determinações acontecem de forma muito rápida, decisões, vereditos importantes são tomados ou decididos sem muito tempo de análise e reflexão. Se fala muito, mas pouco se discute, e exemplo, acontecem algumas votações em forma de urgência e emergência. Também ocorrem as sessões extraordinárias realizadas pelo legislativo. A nível nacional, um bom exemplo, é a Base Nacional Comum Curricular, (BNCC), sendo que no dia 6 de abril de 2017, a proposta da Base Nacional Comum Curricular, foi entregue pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação. E no dia 22 de dezembro do mesmo ano foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e

respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (Portal do Ministério da Educação).

Uma das consequências da rapidez dessa da implementação das políticas públicas, foi a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, como por exemplo a retirada das Línguas Estrangeiras Modernas, que ficou determinada como obrigatório apenas como Inglês. Nisso, as Instituições de Ensino, nem tiveram tempo de se adequar e novas mudanças ocorrem, como a reestruturação do Novo Ensino Médio, que institui a obrigatoriedade do espanhol, aprovado pelo Senado no dia 19 de junho de 2024.

No caso do estado do Paraná, a situação não é diferente, a exemplo, disso, ocorreu a implementação do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP)⁷. De acordo com este documento, é utilizado como orientador da construção da Proposta Pedagógica Curricular (PPC): “Eles estão separados por disciplinas, os conteúdos facilitam a organização do trabalho pedagógico”. Sua proposta inicial ocorreu no ano de 2019, com sua versão preliminar para os (anos finais), já em 2020, passou por novas reformulações, e em 2021, ocorreu sua implementação. (Menezes, Salum, Figueiredo, 2024)

Se tratando da Educação a Distância no Brasil, (EAD), é preciso saber que também surgiu através de bases legais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996), através do Decreto n.º 2494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. DE 11/02/98), Decreto n.º 2561, de 27 de abril de 1998 (publicado no D.O.U. de 28/04/98) e pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no D.O.U. de 09/04/98). (Portal do Ministério da Educação).

Nessa perspectiva, é interessante a produção sobre “Universidade Aberta do Brasil como política pública educacional de ampliação do acesso ao ensino superior e redução das desigualdades de oferta de ensino superior entre as regiões do Brasil”, produzida por Silva, Vicentin, Nascimento e Oliveira, (2015), com será explorado mais à frente.

Ainda sobre EAD, conforme o Art. 2º do Decreto n.º 2494/98, os cursos a distância darão direito a certificado ou diploma de conclusão no ensino fundamental e médio para jovens e adultos, da educação profissional e de graduação, podendo

⁷ Ver em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repod/v13n3/2238-8346-repod-13-3-a202475253.pdf> Concepção de avaliação em Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual do Paraná.

ser oferecidos por instituições públicas ou privadas credenciadas para esse fim. Porém, as propostas de cursos nestes níveis devem ser encaminhadas ao órgão competente do sistema municipal ou estadual para o credenciamento de instituições e autorização de cursos. Caso a instituição for vinculada ao sistema federal de ensino, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

No entanto, se tratando da oferta de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve ser credenciada junto ao MEC solicitando autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer. Também, é importante entender que o Art. 6º do Dec. 2494/98, afirma que os diplomas e certificados de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras, mesmo realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para efeitos legais. (Portal do Ministério da Educação). Sobre o ensino superior, é interessante o apontamento de que Governo Lula, para o enfrentamento dos problemas deste setor, (Silva, Vicentin, Nascimento e Oliveira, (2015, p. 2), apud Rosa (2013), identificou que uma série de programas do governo federal foram lançados: Programa Universidade para Todos – PROUNI, Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, Sistema de Seleção Unificada – SISU, Reestruturação e Expansão das Universidade Federais – REUNI, Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.”

Importante entender um pouco sobre esses programas que visam a possibilidade de acesso à educação superior a estudantes através do conhecimento e até como auxílio a alunos de classes sociais inferiores. Diante disso, políticas educacionais importantes e necessárias são implantadas, sendo que conforme a Lei de Cotas, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerido pelo MEC, oferta vagas em instituições públicas de ensino superior no Brasil, baseado na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). O Programa Universidade Para Todos (Prouni), oferece bolsas integrais e parciais (50% do valor da mensalidade), em instituições de educação superior privadas, a estudante sem nível superior. Normativa nº 3, de 13 de fevereiro de 2009, dispõem procedimentos para adesão de instituições, e estudantes. Também é possível contemplar o estudante de acordo com a PORTARIA Nº 209, DE 7 DE MARÇO DE 2018, sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Ministério da Educação (MEC), através da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, concede financiamento a

estudantes em cursos superiores, com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), ofertados por instituições de educação superior não gratuitas. (Portal do Ministério da Educação). Percebe-se, portanto, políticas públicas que procuram formar o cidadão e prepará-lo para o mercado de trabalho.

Neste sentido, cabe aqui ressaltar necessidade de buscar conhecimento e capacitar a mão-de-obra. Pensando nisso, é importante entender que Empresas e instituições de ensino têm realizado investimentos significativos para implementar programas de educação à distância através da internet. (Testa, 2002). Nessa mesma análise, como afirma Oliveira, (2001, p.6) “Portanto, depende, dentre outras coisas, de educação e treinamento”. E se tratando de Educação, o uso das tecnologias se faz presente cada vez mais, até porque é a partir da educação que tudo começa. Nesta perspectiva, Oliveira, (2001, p.6), afirma que: “É por intermédio da capacitação que uma nação ou região poderá assimilar os novos conhecimentos e aplicá-los à produção, assim como poderá criar um ambiente favorável à inovação tecnológica”. Logo, se entende que, através da capacitação, surgem possibilidades de aplicar novos conhecimentos e assim por diante. Cabe destacar ainda que dentro de campo tecnológico, a internet passa a ter grande destaque, principalmente com o mundo digital. Nesse sentido, o que se percebe é que: “Empresas e instituições de ensino têm realizado investimentos significativos na implementação de programas de educação a distância via Internet”. (Testa, 2002, p.1).

No entanto, é preciso analisar que “o processo de inovação tecnológica dentro de um sistema econômico é entendido como complexo, mas é preciso entender como as inovações tecnológicas podem contribuir para o avanço da economia” (Bezerra, 2010). Contudo, a autora faz um alerta muito importante, de que, se tratando das inovações tecnológicas e a complexidade do sistema econômico, que deve ser avaliado, pois: “o ponto de partida da teoria microeconômica tradicional, que tem como objetivo maximizar os lucros da empresa e ao mesmo tempo, minimizar os custos”. [...] críticos classificam a teoria neoclássica como reducionista. (Bezerra, 2010).

Pensando na atual realidade educacional de nosso país, percebe-se pouca participação da população nas tomadas de decisão. Sobre isso, é possível buscar entendimento na teórica reducionista, sendo que, “a sociedade não exerce nenhuma

influência sobre os indivíduos, que são independentes entre si e definidos exclusivamente a partir das suas propriedades intrínsecas” (Bezerra, 2010, p.13).

Nesse sentido, é lamentável, uma vez que é através da educação que surgem as melhores oportunidades de se formar uma nação mais participativa e conhecedora de seus direitos e deveres.

2.2.1 A Pandemia e a Educação à Distância (EAD) nas Escolas Estaduais do Paraná

No caso do Paraná, a EAD iniciou devido a COVID – 19, quando o governo se viu a necessidade de implementar o uso de plataformas na educação paranaense a nível fundamental e médio, uma vez que os alunos não podiam frequentar a escola, pois naquele momento foi estabelecido medidas restritivas de circulação de pessoas (*Lokdown*), devido ao Coronavírus, para combater a pandemia de covid-19. O Governo do Paraná decretou fechamentos para os próximos dias e ampliou o toque de recolher, sendo que: “Aulas presenciais em escolas e universidades estarão suspensas” (uol, 2021).

Diante dessa situação, as aulas começaram a transmitidas pela TV, em canal aberto, simultaneamente disponibilizadas aos estudantes, via *Youtube*, no canal “Aula Paraná Ao Vivo”. Caso, o aluno desejasse ou precisasse assistir aulas transmitidas em datas anteriores, era possível acessá-las pelo canal do *Youtube* “Aula Paraná”, e escolher pelo ano/série, a data e a aula pretendidas.

Além do acesso pela TV e *Youtube*, os estudantes ainda acessavam os conteúdos por meio do aplicativo Aula Paraná, disponível para Android e IOS, sem a utilização dos dados móveis dos usuários e pelo Google Classroom. (DTI/SEED).

Caso o estudante não tivesse acesso a nenhuma das ferramentas acima, os conteúdos eram disponibilizados, por cópias impressas, as quais deviam ser retiradas quinzenalmente na escola. Cabe ressaltar que, a entrega ocorre seguindo todas as medidas de proteção, para evitar a contaminação pelo coronavírus, de funcionários da educação e comunidade, medidas estas também adotadas em relação à entrega dos materiais impressos. (DTI/SEED).

Em relação ao Aplicativo Aula Paraná, compete esclarecer que foram contratados serviços de disponibilização, gerenciamento e suporte de plataforma que dialogasse com as operadoras de telefonia móvel, e permitisse a cobrança de tráfego de dados móveis na modalidade reversa, ou seja, sem a cobrança pelo uso de dados, nas redes 3G e 4G, dos usuários finais (professores - usuários 1) e

(alunos- usuários 2). (DTI/SEED).

A contratação destes serviços, para a continuidade do calendário escolar, foi fundamentada pela Lei Federal n.º 13.979/2020, alterada e complementada pela Medida Provisória n.º 926/2020, combinadas com o Decreto Estadual n.º 4.315, de 2020, legislações estas, que tratam do estado de emergência em decorrência do COVID – 19. (DTI/SEED).

Desta forma, somados todos os recursos disponíveis e, considerando que, em média, as atividades propostas são desenvolvidas no intervalo de duas horas diárias, estima-se que os estudantes utilizam 5 horas ao dia, nas aulas não presenciais. No entanto, não se pode esquecer do papel do professor ao realizar esse elo entre o aluno e o conteúdo aplicado. Diante da demanda ocorreu a sobrecarga docente. Cabia ao professor preparar atividades para que fossem impressas e enviar por e-mail para os colégios em que realizavam o trabalho, corrigir, realizar planilhas. Avisar a equipe pedagógica quanto aos acessos dos alunos nas atividades; responder pais, alunos, equipe pedagógica e diretiva via whats zap; além de pesquisar tutoriais de como realizar *meets*, lançar conteúdos e atividades no *classroom*, entre outros. (DTI/SEED)

Se entende, portanto, que além de ser um recurso pedagógico, as plataformas digitais educacionais se tornaram centrais para a estrutura administrativa dos sistemas de ensino, uma vez que é possível mediar o desempenho estudantil, o monitorar as práticas docentes além de impor metas. (Guimarães, Ferraz; Bega, 2025)

Entende-se que a partir de então, o uso de tecnologias nunca foi tão necessário, pois foram realizadas aulas remotas via *google meet* pelos professores junto aos alunos. Também foi oferecido um canal de TV para que os estudantes pudessem assistir as aulas. No entanto, como nem todos tinham condições de acesso via internet, com tecnologias consideradas modernas, nas famílias e escolas com menor infraestrutura, era disponibilizado o material impresso de forma semanal, sendo que o estudante ou o responsável retirava o material na escola e devolvia para que o professor corrigisse posteriormente. Ou seja, nem todos os discentes tinham acesso as tecnologias para participar das aulas.

Diante do exposto, de forma lamentável como se não bastasse a situação de vulnerabilidade causada pelo vírus, Couto; Couto e Cruz (2020 p.11), afirmam que:

“A pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades sociais em toda parte, especialmente no Brasil”.

No entanto, com o fim das medidas restritivas e a retomada das aulas presenciais, o que se viu foi uma implementação em massa do uso de plataformas⁸ nas escolas estaduais paranaense. Sendo de forma obrigatória com estabelecimento de metas o acesso do aluno e do professor no acompanhamento das atividades realizadas pelo aluno e em alguns momentos postadas pelo professor.

Cabe ficar atento, realizar uma análise reflexiva, no sentido que há de se pensar em não usar tecnologias apenas por instruções recebidas, como metas. Cabe ressaltar como alerta que o mundo das novas tecnologias propicia os modismos, principalmente quando se supõe que mudança tecnológica significa *ipso facto* mudança pedagógica. Nesse contexto, Demo (2009), dialoga com o tema quando aponta que muitas vezes, trata-se de vinho novo em garrafa velha, como é o caso do uso das tecnologias mais avançadas para “melhorar” a aula instrucionista. Ademais ressalta que tornar a aula mais encantadora é gastar encanto à-toa, sem falar no prejuízo tecnológico.

Importante também é, entender o alerta de que não se pode ser ingênuo para o termo plataformização. Uma vez, que não se trata de simples transposição digitalizada das instituições que foram construídas ao longo da história e se fortaleceram no século XX. É preciso perceber que se trata de uma reinvenção acelerada de relações sociais com novo perfil, com características técnicas específicas, mas ocupado por velhos e novos atores com poder desproporcional na disputa. E diante dos fatos, é preciso ter o cuidado para não correr o risco de pensar que o cenário desenhado é um jogo sem interesses. (CGI.BR, 2022) ou (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022).

Portanto, é necessário pensar que o uso de tecnologias e plataformas, não deve estar pautado em estritamente em dados estatísticos e não na eficácia no processo de ensino- aprendizagem do estudante.

2.2.2 Tecnologias Digitais na Educação do Paraná em Tempos de Pandemia

O século XXI, foi apresentado como a era das ciências e das tecnologias,

⁸ Infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados. (Poell; Nieborg; Dijck, 2020).

diversos modos de ser e viver seriam administrados racionalmente. Com o mundo globalizado produtos, serviços estaria ao alcance de quase todos, ou seja, sem fronteiras enlaçando pessoas de todos os continentes. Porém o ano de 2020, e com ele uma pandemia anunciada, pelo vírus que viajou o mundo, se instalando nos corpos, milhares de pessoas que ficaram gravemente doentes, colocando o sistema de saúde de países ricos e pobres em colapso. Diante disso, as mortes se multiplicaram, o pânico se instalou, as tão festejadas relações comerciais e pessoais foram comprometidas, as fronteiras de todas as formas se ressurgiram e o direito de ir e vir foi bloqueado. (Couto e Couto e Cruz, (2020 p.7).

No caso do estado do Paraná, com a Pandemia do Coronavírus, (COVID19), o governo do estado se viu a necessidade de implementar o uso de plataformas na educação paranaense a nível fundamental e médio, pois os alunos não podiam frequentar a escola, devido as medidas restritivas de circulação de pessoas (*Lockdown*). Então, assim como em todo o país, o Governo do Paraná decretou fechamentos das escolas e ampliou o toque de recolher, sendo que: “Aulas presenciais em escolas e universidades estarão suspensas”. (UOL, 2021)

Diante dessa situação, houve a necessidade de utilizar meios tecnológicos para a apresentação das aulas. No início começaram a ser transmitidas pela TV, em canal aberto, simultaneamente disponibilizadas aos estudantes, via Youtube, no canal “Aula Paraná Ao Vivo”. Caso, o aluno desejasse ou precisasse assistir aulas transmitidas em datas anteriores, era possível acessá-las pelo canal do Youtube “Aula Paraná”, e escolher pelo ano/série, a data e a aula pretendidas.

Além do acesso pela TV e *Youtube*, os estudantes ainda poderiam acessar os conteúdos por meio do aplicativo Aula Paraná, disponível para Android e IOS, sem a utilização dos dados móveis dos usuários e pelo *Google Classroom*.

Cabe ressaltar que de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Península⁹, em 2020, havia um apontamento de que grande parte dos professores não receberam suporte para a utilização das ferramentas durante o período da Pandemia do Coronavírus, (COVID19).

⁹ Instituto Península (2020) elaborou a pesquisa “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil” com o objetivo de entender os desdobramentos deste novo cenário para os professores do Brasil. Muito além de métodos e plataformas, buscamos entender e captar a percepção acerca deste momento atípico e as reflexões sobre a prática docente que surgem a partir dessa nova vivência. Esta pesquisa já escutou de mais de 7 mil professores de todo o país, das redes municipais, estaduais e particulares do Ensino Infantil ao Ensino Médio, via questionário e por meio de entrevistas diretas.

Preocupante é que, na véspera de 2021, a 4ª etapa da pesquisa, apontou que os professores se mostraram preocupados e 60% acreditavam que os alunos não estavam evoluindo no aprendizado e 91% achavam que haverá um aumento da desigualdade educacional entre os mais pobres, já que muitos não conseguiram acompanhar as atividades escolares pela falta de conectividade e/ou aparelhos. (Instituto Península, 2020)

Também destaca que “88% dos professores afirmaram no início da pandemia que nunca tinham dado aula de forma virtual”. (Instituto Península, 2020). Dado esse, preocupante. Sobre isso Oliveira, (2001, p.6), afirma que: “através da capacitação que uma nação ou região poderá assimilar os novos conhecimentos e aplicá-los à produção, assim como poderá criar um ambiente favorável à inovação tecnológica”.

No entanto, o que se viu foi que mesmo depois da Pandemia do Coronavírus, (COVID19), o uso de plataformas digitais educacionais só aumentou. Ou seja, o que deveria ser auxílio do professor, vem ganhando cada vez mais força.

No primeiro semestre de 2024, na educação do Paraná, se destacou de forma gamificada¹⁰ e o uso das plataformas como métodos pedagógicos de apoio da aprendizagem dos estudantes. Para facilitar a prática pedagógica, as plataformas digitais de aprendizagem incorporam recursos, como vídeos e quizzes, que ampliam as oportunidades educacionais mais envolvente, flexível e personalizada. Sendo que, a rede estadual de ensino paranaense conta com as seguintes plataformas: Leia Paraná; Redação Paraná; Edutech; Desafio Paraná; Matific; Khan Academy; Inglês Aluno e Inglês Professor. O investimento foi de R\$ 9.648.043,04. Entre esses valores, investidos em plataformas, está a Matific, de matemática gamificada, com ferramenta de suporte às atividades em sala de aula, por meio de jogos interativos e desafios lúdicos, para promover a aprendizagem e do raciocínio lógico. (SEED, 2024).

De acordo com o portal Notícia/Rede-estadual, o secretário de Estado da Educação, Roni Miranda (PARANÁ, 2024) apontou que:

Demonstrado pelo aumento no número de acessos e atividades realizadas, o forte impacto que a aliança entre tecnologia e aprendizagem tem exercido no processo educacional dos alunos da rede estadual evidencia que a educação no Paraná está alinhada às práticas pedagógicas mais modernas

¹⁰ Entre estes recursos está a plataforma Matific, de matemática gamificada, implementada como ferramenta de suporte às atividades em sala de aula, por meio de jogos interativos e desafios lúdicos, promovendo a aprendizagem de conceitos matemáticos e do raciocínio lógico (SEED, 2024)

disponíveis em nível global, empregando a inovação tecnológica como meio de aprimorar a qualidade do ensino e promover um aprendizado cada vez mais forte.

De acordo com a Agência Estadual de Notícias, (2024, Editoria Educação): “Atualmente a rede estadual de ensino paranaense conta com as seguintes plataformas: Leia Paraná; Redação Paraná; Edutech; Desafio Paraná; Matific; Khan Academy; Inglês Aluno e Inglês Professor”¹¹.

Cabe destacar que a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 005/2024 ¹²- DEDUC/SEED, estabelece que os Programas que fazem uso de recursos educacionais digitais têm como finalidade apoiar a prática docente no processo de ensino e aprendizagem, com proposta de aprimorar o desenvolvimento das habilidades previstas nos documentos curriculares do estado do Paraná. E que esse recurso educacional digital, conhecido como ferramentas digitais de apoio enriquece a interação dos estudantes com os objetos do conhecimento e servindo de estratégia de ensino para o professor. Essa instrução normativa norteia o PROGRAMA DESAFIO PARANÁ: um recurso educacional digital que se constitui atividades, para cada período avaliativo; O PROGRAMA INGLÊS PARANÁ: que integra recursos educacionais digitais com a finalidade de promover o desenvolvimento da proficiência dos estudantes e professores em Língua Inglesa; O PROGRAMA LEIA PARANÁ: composto por uma Biblioteca Digital disponibilizada por meio do domínio @escola, em um ambiente de leitura virtual voltadas para cada ano/série; O PROGRAMA REDAÇÃO PARANÁ: um Programa de letramento com recurso educacional digital com a finalidade de desenvolver competências e habilidades comunicativas essenciais de escrita, bem como as competências digitais previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e nos Referenciais Curriculares.(Paraná, 2024).

No entanto, cabe apontar que a nível de Brasil, existe um Comitê Gestor da Internet (CGI.br), que com a Pandemia, foi acionado e a partir de então, institui o

¹¹ Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-semester-teve-9-milhoes-de-atividades-no-Matific-e-650-mil-alunos-no-ingles>. Acesso em: 28 jul. 2024.

¹² Estabelece a organização para a oferta e o funcionamento dos Programas que utilizam recursos educacionais digitais no processo de ensino e aprendizagem da rede pública estadual de ensino do Paraná. A Diretoria de Educação, por meio do Departamento de Desenvolvimento Curricular – DDC, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de orientar as instituições de ensino quanto à organização e o funcionamento dos Programas que utilizam recursos educacionais digitais no processo de ensino e aprendizagem, disponíveis aos estudantes regularmente matriculados no Ensino Fundamental - Anos Finais e no Ensino Médio, nas instituições de ensino da rede estadual do Paraná.

Grupo de Trabalho Plataformas para a Educação Remota (GT Plataforma Educacionais), com o objetivo de levantar informações sobre o uso de plataformas educacionais por escolas do Ensino Fundamental, Médio e Superior, indicando quais as plataformas utilizadas e as respectivas empresas que a controlam. (Evangelista, *et al.*, 2022).

E, portanto, com a Pandemia, o Comitê Gestor da Internet (CGI.br), mesmo de forma remota, buscou analisar a adoção de forma repentina de plataformas informacionais na educação, uma vez que havia a preocupação com a manipulação de dados de vulneráveis, como crianças e adolescentes. Além de direcionar a demanda de ações estratégicas buscando melhor uso da Internet no Brasil e incentivar o desenvolvimento de tecnologias no país. (Evangelista, *et al.* 2022).

Nesse contexto, a figura 1 aponta as Plataformas digitais educacionais implementadas na educação paranaense.

Figura 1 - Quadro de plataformas educacionais SEED/PR



Fonte: SEED/PR, 2024.

Portanto, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), o objetivo é “oferecer uma ferramenta adicional para a aprendizagem do aluno – a plataforma *Quizizz*, além de incentivá-lo a passar mais tempo do seu dia em contato com os estudos. O investimento é de R\$ 6,3 milhões para dois anos” (Paraná, 2023). Prosseguindo nessa perspectiva, a Agência Estadual de Notícias, (2024), publicou ainda que “as plataformas digitais de aprendizagem incorporam variedade de

recursos interativos, como vídeos e *Quizizz*, ampliando as oportunidades educacionais e tornando a jornada de aprendizado mais envolvente, flexível e personalizada”.

Sabe-se que na atualidade, é inevitável, a aproximação dos discentes e docentes com as tecnologias, no entanto, o que chama a atenção é a quantidade de plataformas disponibilizada aos usuários.

Nessa perspectiva, as plataformas, se tornam bem-sucedidas, uma vez que se beneficiam do efeito de rede. Dessa forma, quanto maior o número de pessoas que acessam seus serviços, informações de forma constante, mais dados são melhorados na performance dos algoritmos criando um sistema permanente de entrega dessas informações e serviços, agregando valor de negócio da plataforma buscando se tornar atrativa para aumentar usuários. (Evangelista, et al 2022).

Segundo Evangelista, *et al.* (2022, p. 21), “O estudo sobre plataformas necessita ser em uma visão ampla e transdisciplinar, pois abarca temas inter-relacionados, como sociologia da comunicação, educação, tecnologias/engenharias e relações jurídicas”.

Diante do exposto, torna-se pertinente apresentar de forma sintetizada um panorama das plataformas digitais implementadas na educação pública do estado do Paraná, para uma melhor compreensão do processo de expansão e consolidação dessas ferramentas na rede estadual de ensino na pandemia e pós pandemia do COVID 19, (Sars-CoV-2), no período de 2020 a 2025.

A síntese dessas informações permite visualizar de forma mais clara a incorporação das tecnologias digitais nas práticas educacionais, evidenciando o avanço da chamada plataformização da educação. Para facilitar a compreensão dessas informações, no Quadro 1, são elencadas as principais plataformas digitais educacionais adotadas pela rede pública estadual do Paraná, seus processos de implementação, expansão e utilização no contexto educacional.

Quadro 1 – *Evolução das plataformas digitais educacionais na rede Pública Paranaense*

Plataforma	Início	Público-alvo/Como acessar	O que visa ou objetivo	Fornecedor
Khan Academy	2013 No Brasil – Governo Dilma	Alunos do Ensino Fundamental II (8º e 9º ano) e do	Promover o aprendizado por domínio/estudante precisa dominar um conceito antes de iniciar outro. Atividades visam fortalecer a base de conhecimento, recuperar as eventuais	Professor norte-americano o <i>Salman Khan</i>

	2022 No Paraná	Ensino Médio (1 ^a , 2 ^a e 3 ^a séries) da Rede Pública Estadual	lacunas da aprendizagem com ao longo do processo. Disponibilizar materiais alinhados ao Currículo da Rede paranaense, dividido por trimestre, aulas com vídeos, artigos, exercícios, testes e desafios que verificam o nível dos estudantes mostram quanto o aluno aprendeu nos temas abordados. Adotado pelos Governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios para assegurar as crianças a alfabetizar até os oito anos ou ao final do terceiro ano do ensino fundamental.	
POWER BI	2019	SEED, NRE Diretores ou gestores educacionais ; Professores, Equipe pedagógica	Permite que uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos possam transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, envolventes e interativas. Traz informação de forma gerencial que permite saber dados com resultados sobre as aulas, as disciplinas professores, além das avaliações.	Microsoft Brasil
Google Classroom	2020	Estudantes e Professores	Oferecer às instituições de ensino e empresas um ambiente de aprendizado e compartilhamento de conhecimento por meio da internet, reconhecido pela Coalizão Global da Educação da Unesco como uma das ferramentas mais eficientes para o ensino à distância neste momento de pandemia global. Aplicativo gratuito da Google: utilizado por instituições públicas e particulares de nível médio e superior como substituição das salas de aula na quarentena quanto como suporte principal de aprendizado.	Licenças Google Workspac e for Education Teaching and Learning Upgrade
Redação Leitura Paraná	2020 2023	Disponibiliz ada a alunos e professores	Plataforma Redação Paraná (voltada ao desenvolvimento e aprimoramento da escrita), onde mais de 863 mil alunos têm cadastro ativo, cerca de 2 milhões de textos foram produzidos e mais de 167 mil redações enviadas para correção. Plataforma Leia, destinada ao fomento da leitura por meio da disponibilização de obras literárias para acesso dos estudantes	Desenvol vida pela própria Secretari a,
Plataforma Educativa Gamificada de Matemática- Matific	2021	Mais de 125 mil estudantes e 2,3 mil professores de matemática. Por meio de celular, tablet ou computador	Recurso pedagógico como tarefa, atividade avaliativa com atividades vinculadas a conteúdo da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Por meio de jogos interativos e desafios lúdicos, trabalham a compreensão de conceitos matemáticos e o desenvolvimento do raciocínio lógico.	<i>Matific</i> Brasil Apoio Educacio nal Ltda.

<p>Plataforma Educacional de Língua Inglesa:</p> <p>Inglês Paraná High</p>	2021	<p>9º ano do Ensino Fundamental II, do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries), EJA e Cursos Profissionalizantes da rede estadual. Professores da disciplina de Língua Inglesa da estadual</p>	<p>Favorecer o processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa através do Programa Inglês Paraná. Há mais de 15 anos para +3000 multinacionais, a plataforma oferece curso on-line completo de Língua Inglesa, seguindo o Quadro Comum Europeu de Referências para Línguas (CEFR), contemplando habilidades da BNCC. 1º e maior empresa de treinamento corporativo de idiomas do mundo.</p>	<p>EF (<i>Education First</i>) Educação Especializada e Viagens ao Exterior Ltda Idiomas. Educação Viagens.</p> <p>No Brasil, em São Paulo Na empresa, online e no Reino Unido</p>
Leia Paraná.	2023	Alunos da Rede de Ensino.	<p>Fomentar o gosto pela leitura, desenvolver competências leitoras, fortalecer o hábito de ler nas diferentes áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da cultura digital. A meta é que todos os estudantes leiam pelo menos um livro por trimestre. Clube de Leitura = turma do aluno. O aluno sempre deve realizar sua leitura dentro do seu Clube de Leitura, do contrário não terá acesso às questões e estes dados não serão contabilizados no BI.</p>	Governo do Estado do Paraná-SEED
<p>Edutech</p> <p>Pensamento Computacional</p> <p>Starlab. Pensamento Computacional</p>	<p>2023</p> <p>2024</p> <p>2025</p>	<p>Ensino Fundamental e Ensino Médio</p> <p>Pensamento Computacional</p> <p>Ensino Fundamental Regular 8º ano 1ª série do Ensino Médio</p>	<p>Capacitar jovens em tecnologia, sobretudo em conteúdo de programação, por meio da Plataforma Start, na área de tecnologia e inovação para o desenvolvimento de projetos significativos à comunidade, oportunizando o protagonismo estudante na aplicação de estratégias para resolução de problemas, nas suas práticas escolares e vivências pessoais contemplando o Pensamento Computacional, a Robótica, a Cultura e o Letramento Digital dos estudantes que estão cada vez mais conectados e imersos em tecnologias digitais.</p> <p>Em 2022, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recebeu um aditivo, com a promulgação do Complemento de Computação por meio do parecer CNE/CEB 2/2022 que versa sobre as competências e habilidades da área de programação que devem ser trabalhadas com os estudantes da Educação Básica. De acordo com o</p>	SEED,

			<p>documento, o ensino de Computação na Educação Básica, está pautado em três pilares: Pensamento Computacional, com a criação de soluções e resolução de problemas; Cultura Digital para promover o uso crítico e consciente das redes digitais; e Mundo Digital com subsídios para que o estudante entenda como a tecnologia funciona. Complementando à promulgação da BNCC, em 2023, foi estabelecida a Política Nacional de Educação Digital (Lei 14533/23) que traz novas orientações para políticas de educação digital no Brasil, inclusive no Ensino Fundamental e Ensino Médio.</p> <p>Apoiar os jovens no processo de aprendizagem do uso das Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Desenvolver habilidades e competências para a criação de tecnologias digitais como projetos artísticos e literários digitais e jogos.</p>	
Inglês Paraná Teens	2025	Professores e alunos da Rede Estadual do Paraná, exclusivo para estudantes do 6º, 7º e 8º anos	<p>Atender professores e alunos através do Programa Inglês Paraná com um novo recurso do componente de Língua Inglesa.</p> <p>O Inglês Paraná Teens é uma versão reformulada da ferramenta original, adaptada às necessidades da faixa etária mais jovem. Com isso, os estudantes terão a oportunidade de acessar atividades e recursos adequados a cada fase de sua trajetória educacional, iniciando seus estudos na modalidade Teens e progredindo para a High.</p>	<p>EF (<i>Educacion First</i>) Educação Especializada e Viagens ao Exterior Ltda Idiomas. Educação . Viagens.</p> <p>No Brasil, em São Paulo Na empresa, online e no Reino Unido</p>
Leia Paraná.	2023	Alunos da Rede de Ensino.	<p>Fomentar o gosto pela leitura, desenvolver competências leitoras, fortalecer o hábito de ler nas diferentes áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da cultura digital. A meta é que todos os estudantes leiam pelo menos um livro por trimestre. Clube de Leitura = turma do aluno. O aluno sempre deve realizar sua leitura dentro do seu Clube de Leitura, do contrário não terá acesso às questões e estes dados não serão contabilizados no BI.</p>	Governo do Estado do Paraná-SEED
Edutech	2023 2024	Ensino Fundamental	Capacitar jovens em tecnologia, sobretudo em conteúdo de	SEED,

<p>Pensamento Computacional</p> <p>Starlab</p> <p>Pensamento Computacional</p>	<p>2025</p>	<p>e Ensino Médio</p> <p>Pensamento Computacional</p> <p>Ensino Fundamental Regular 8º ano 1ª série do Ensino Médio</p>	<p>programação, por meio da Plataforma Start, na área de tecnologia e inovação para o desenvolvimento de projetos significativos à comunidade, oportunizando o protagonismo estudante na aplicação de estratégias para resolução de problemas, nas suas práticas escolares e vivências pessoais contemplando o Pensamento Computacional, a Robótica, a Cultura e o Letramento Digital dos estudantes que estão cada vez mais conectados e imersos em tecnologias digitais.</p> <p>Em 2022, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recebeu um aditivo, com a promulgação do Complemento de Computação por meio do parecer CNE/CEB 2/2022 que versa sobre as competências e habilidades da área de programação que devem ser trabalhadas com os estudantes da Educação Básica. De acordo com o documento, o ensino de Computação na Educação Básica, está pautado em três pilares: Pensamento Computacional, com a criação de soluções e resolução de problemas; Cultura Digital para promover o uso crítico e consciente das redes digitais; e Mundo Digital com subsídios para que o estudante entenda como a tecnologia funciona. Complementando à promulgação da BNCC, em 2023, foi estabelecida a Política Nacional de Educação Digital (Lei 14533/23) que traz novas orientações para políticas de educação digital no Brasil, inclusive no Ensino Fundamental e Ensino Médio.</p> <p>Apoiar os jovens no processo de aprendizagem do uso das Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Desenvolver habilidades e competências para a criação de tecnologias digitais como projetos artísticos e literários digitais e jogos.</p>
--	-------------	---	--

Fonte: SEED, PR, MEC, E.F (Education First) adaptado. (2025)

3 METODOLOGIA

Para elaborar a dissertação, se fez necessário realizar alguns apontamentos com o intuito de explorar alguns conceitos utilizado durante produção. Diante disso, é importante entender o que é pesquisa. E sobre esse conceito, busco fundamentação em Silva, 2005, p. 9 -10, ao afirmar que:

A pesquisa é um trabalho em processo não totalmente controlável ou previsível. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, um percurso global do espírito. O percurso, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa. Precisamos, então, não somente de regras e sim de muita criatividade e imaginação.

Prosseguindo nessa análise, Silva, 2005, p. 20, acrescenta ainda que: “Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos”. No entanto para ter pesquisa, é preciso ter o pesquisador, e nesta análise, é de suma importância entender que suas características influenciam muito na qualidade e no sucesso da pesquisa. Dito isso, Gil, 2002, p.18, afirma que:

(...) o pesquisador precisa de qualidades intelectuais e sociais para que sua pesquisa tenha êxito, como o conhecimento do assunto a ser pesquisado; a curiosidade; a criatividade; a integridade intelectual; a atitude autocorretiva; a sensibilidade social; a imaginação disciplinada; a perseverança e paciência; a confiança na experiência.

Para acontecer a elaboração de uma produção científica, é necessário planejar. De acordo com GIL, (2002, p. 19), “[...] o planejamento da pesquisa pode ser definido como o processo sistematizado mediante o qual se pode conferir maior eficiência à investigação para em determinado prazo alcançar o conjunto das metas estabelecidas”. E para Silva, (2005, p.25), “Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação”.

Portanto, neste caso, na produção dessa dissertação, será aqui apresentado, mais adiante, que foi utilizado o método Indutivo, uma vez que a:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. (LAKATOS – MARCONI, 2024, p.86).

Para a produção dessa dissertação como metodologia utiliza-se de técnicas de estudos qualitativa, quantitativa, histórico documental, isto é, trata-se de pesquisa

bibliográfica que “(...) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (...)” e, que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa. (Gil, 2002.p.44 - 45). Ou seja, os pressupostos metodológicos aqui apontados ocorreram por meio do método de pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa¹³, de caráter exploratório, descritivo e analítico.

Ademais, a pesquisa qualitativa está ligada nas Ciências Sociais. Minayo (2007) cita que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2007, p. 21).

Buscou-se realizar e apresentar um estudo de caso, por meio das considerações apontadas pela pesquisa para análise comparativa entre o colégio do Campo e outro Cívico Militar da rede estadual paranaense do município de São Miguel do Iguaçu, Paraná.

A ideia do estudo de caso, partiu da hipótese que tem se que a implementação da política pública de plataformas digitais ou plataformização da educação do Paraná, com parcerias privadas, afeta negativamente o processo ensino aprendizagem nos colégios estaduais dos colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar do oeste do Paraná.

Para a realização desse estudo de caso, foram realizadas entrevistas entre os meses de setembro, outubro e novembro, através de um link gerado pelo *google forms*, disponibilizado através de *e-mail* aos docentes e discentes dos colégios acima citados, portanto, fora do ambiente escolar e sem prejuízo às atividades cotidianas.

O objetivo geral foi analisar na visão dos entrevistados, o uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem com a implementação das plataformas digitais educacionais na educação pública do colégio Cívico Militar e do colégio do Campo de São Miguel do Iguaçu- Pr.

¹³Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. (Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf)

Também fez-se uso de referências bibliográficas trabalhadas durante as aulas, além de análises da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) além de instruções normativas, como a Instrução Normativa n.º 005/2024 - Secretaria de Estado da Educação – SEED/ Diretoria de Educação (DEDUC/SEED), que estabelece a organização para a oferta e o funcionamento dos Programas que utilizam recursos educacionais digitais no processo de ensino e aprendizagem da rede pública estadual de ensino do Paraná.

Quadro 2 - Síntese da Metodologia

Momentos	Etapas da pesquisa	O que será feito (geração/coleta de dados)	Como será feito:
1	Identificação dos fatores que levaram os países a adotarem a EAD e o Uso das tecnologias digitais na educação	Resgate histórico contextualizando e comparando a Educação a Distância (EAD) e o Uso das tecnologias digitais em alguns países do mundo, dando ênfase ao Brasil, especificamente o estado do Paraná;	Através de leituras e referenciais bibliográficos.
		Destacar é o contexto de implantação dessas plataformas nas escolas públicas do estado do Paraná com a COVID 19.	Através de leituras e referenciais bibliográficos e Análise documental.
2	Diagnóstico dos principais desafios enfrentados pelos usuários (Docentes e discentes) dessas plataformas.	Elaborar questionários Análise documental; Entrevista semiestruturada	Aplicar questionários entre os usuários (docentes e discentes) das plataformas digitais educacionais nos colégios estaduais Castelo Branco e C.C.M.Nestor Victor dos Santos de São Miguel do Iguçu- Paraná.
3	Identificação dos fatores que influenciaram nos resultados de forma positiva e negativa nos colégios escolhidos.	Comparar dados de acessos e resultados desses acessos no ensino-aprendizagem dos colégios estaduais do Campo Castelo Branco e Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos de São Miguel do Iguçu- Pr.	Através da análise dos resultados da pesquisa realizada, elaborar textos e gráficos que comprovarão o que será apontado durante o processo de pesquisa.
4	Coleta de dados através de questionários semiestruturado com questões norteadoras acerca das categorias de análise da pesquisa: com usuários das plataformas digitais de duas escolas paranaenses do município de São	Analisar os questionários, com gráficos para melhor entendimento através de dados e conclusões apresentados. Verificar as transformações ocorridas desde a Pandemia do COVID 19, comparando o número de plataformas antes e depois do Covid 19 na educação, que impactaram no processo ensino-aprendizagem desses usuários com a implementação de plataformas digitais educacionais.	Apresentação de texto em forma de análise conforme o que foi apresentado pelos questionários e gráficos quanto ao uso das plataformas e os impactos por elas causados no ensino-aprendizagem dos alunos e no trabalho do docente.

	Miguel do Iguazu.		
5	Realização de uma nuvem de palavras.	Descobrir através da nuvem de palavras, de forma geral o que pensam discentes e docentes em relação as plataformas digitais na educação paranaense, especificamente nas escolas pesquisadas.	Cada usuário pesquisado, discente e docente escreverá uma palavra sobre que o lembra plataforma. Diante de todas as palavras apontadas pelos entrevistados, será montado a nuvem de palavras, sendo uma para docentes e outra para discentes.

Fonte: elaboração própria (2025).

Com base no pressuposto da pesquisa, Gil, (2002, p. 17), afirma que: “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema [...]”. Nesse caso, com a implantação de plataformas digitais na educação paranaense, o problema da pesquisa foi buscar a compreender a percepção dos usuários (professores e alunos) sobre essa implantação, execução e evolução delas na rede pública de ensino do Paraná, especificamente em dois colégios de São Miguel do Iguazu.

Escolher o tema “Plataformas Digitais na Educação, ocorreu por se tratar de uma política pública implementada na Educação paranaense. Por ser professora da ativa a quase 30 anos, ouvir colegas de profissão e alunos tecendo comentários sobre essa política implementada, causou curiosidade em realizar um estudo de caso avaliando, comparando e analisando as mudanças e os impactos por ela causados em dois colégios na visão de docentes e discentes.

Diante do exposto, foi realizado um resgate histórico contextualizando e comparando a Educação a Distância (EAD) e o Uso das tecnologias digitais em alguns países do mundo, dando ênfase ao Brasil, especificamente ao estado do Paraná no contexto de implantação nas escolas públicas com o Coronavírus (COVID 19).

Buscou-se ainda verificar as transformações ocorridas durante e Pós a Pandemia do Coronavírus, (SARS-COV-2-COVID 19), comparando o número de plataformas na educação, que impactaram no processo ensino-aprendizagem desses usuários com a implementação de plataformas digitais educacionais; Além de Identificar possíveis fatores responsáveis ou que levaram a implementação de políticas públicas de plataformização no Estado do Paraná.

3.1 O ROTEIRO/QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

A aplicação dos questionários ocorreu através de um *link* enviado ao e-mail de cada docente e cada discente do Colégio Estadual Cívico Militar e do Colégio Estadual do Campo de São Miguel do Iguaçu, no estado do Paraná, os quais serão, de agora em diante, denominados colégio 1 e colégio 2 respectivamente.

O objeto pesquisa e entrevista, abrangeu um total de 20 professores, sendo 10 do colégio 1 e 10 do colégio 2. Também contou com 20 alunos do Ensino Fundamental e Médio, sendo que foram 10 alunos de cada um dos colégios acima citados. Esse número se deu por se tratar de uma pesquisa qualitativa com objetivo de através de amostras, apontar a visão dos entrevistados quanto ao uso, a eficácia e a satisfação das plataformas.

As entrevistas, em forma de questionário aplicado se sucederam entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2025, a professores e alunos da rede estadual do Paraná, do Ensino Médio e Fundamental. As questões apontam a visão dos entrevistados quanto ao uso das plataformas digitais no processo ensino-aprendizagem nos colégios Estadual Cívico Militar, denominado como colégio 1, e Colégio Estadual do Campo, denominado como Colégio 2, de São Miguel do Iguaçu-Paraná. Não ocorreu a identificação dos entrevistados. No caso dos discentes, foi entregue uma autorização para que os responsáveis assinassem e somente após a devolução da autorização assinada, o link era disponibilizado. Os docentes e discentes, aceitaram de forma tranquila o convite para participar da entrevista. Cabe ainda ressaltar que todos os entrevistados, utilizaram seus próprios aparelhos celulares para responder o questionário fora do ambiente escolar.

No fim da entrevista, foi solicitado a cada entrevistado que digitasse uma palavra que o fizesse sentido para explicar ou conceituar o termo: plataforma digital educacional. De acordo com as palavras, que na visão dos entrevistados conceituam ou fazem referências a palavra plataforma digital educacional foi realizada uma nuvem de palavras para ilustrar melhor a pesquisa realizada com docentes e discentes.

De acordo com as respostas apontadas durante a entrevista, foram elaborados gráficos e figuras de análises para melhor entendimento dos resultados das entrevistas realizadas com docentes e discentes.

3.1.1 Contextualização dos Questionários Aplicados nos Professores e Estudantes

Nos últimos anos, o uso de plataformas digitais na educação paranaense tem se intensificado, com a consolidação de modelos híbridos e remotos de ensino durante e pós a Pandemia do Coronavírus, (SARS-COV-2-COVID 19)).

Ferramentas como *Google Classroom*, *Moodle*, *Quizizz*, entre outras, passaram a integrar o cotidiano escolar, tornando-se obrigatórios na organização das aulas, dos conteúdos, comunicação entre professores e alunos, e a realização de atividades obrigatórias, além de avaliações *on line*.

As instituições do estado, adotaram de forma maciça plataformas simultaneamente, para atender a diferentes demandas pedagógicas, ou por decisões institucionais e logísticas. O uso dessas plataformas digitais educacionais pode trazer impactos no processo de ensino-aprendizagem, de forma positiva, quanto desafiadoras.

Para apontar esses impactos, se fez necessário a realização de entrevista através de questionário. A entrevista, através de questionário sem identificação (vide anexo I), com professores e alunos do estado do Paraná em relação ao uso das plataformas digitais de forma obrigatória como ferramenta utilizada no processo ensino-aprendizagem nos colégios Estaduais do Campo Castelo Branco e Cívico Militar Nestor Victor dos Santos de São Miguel do Iguaçu - Paraná, tem por objetivo identificar a percepção sobre os impactos relatados pelos entrevistados em relação ao uso dessas Plataformas no processo de ensino-aprendizagem.

Sobre o uso de questionário, Muñoz e Marzo '2003 afirmam que: “El cuestionario consiste en un conjunto de preguntas, normalmente de varios tipos, preparado sistemática y cuidadosamente, sobre los hechos y aspectos que interesan en una investigación o evaluación, [...]”. Ou seja, para realizar uma pesquisa, ao utilizar o questionário, é necessário entender que é um meio que consiste em um conjunto de perguntas, geralmente variadas, preparadas sistemáticas e cuidadosamente, sobre os fatos e aspectos que interessam a uma investigação ou avaliação, e que pode ser aplicada de diversas formas.

Buscou-se também identificar aspectos que favoreceram e ou dificultaram o trabalho docente com o uso dessas ferramentas educacionais digitais. Diante das respostas, foram elaborados gráficos, nuvens de palavras para posteriores análises e as possíveis conclusões de acordo com as respostas apontadas.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CASO

Para consolidar essa dissertação, o objeto de pesquisa contou com a participação de professores e alunos de dois colégios do Paraná. Sendo eles: o colégio Estadual do Campo Castelo Branco e Colégio Estadual Cívico Militar de São Miguel do Iguaçu no estado do Paraná.

As entrevistas objetivaram analisar a percepção dos entrevistados quanto ao uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem com a implementação das plataformas digitais educacionais na educação pública do colégio Cívico Militar e do colégio do Campo de São Miguel do Iguaçu- Pr.

Por entender que as plataformas educacionais impactam na educação e no processo de ensino-aprendizagem, é interessante analisar o alerta realizado por Gonsales, et al. (2022, p.22), “Em um mundo conectado, a interoperabilidade tecnológica é um veículo de comercialização e plataformas educacionais se tornaram um campo de batalha para conflitos entre interesses privados, corporativos e públicos”.

Diante da citação, analisar o que ocorre nesses colégios com o uso maciço das plataformas, se fez necessário, devido a possibilidade encontrar esses impactos.

A seguir, será realizado um breve relato contextualizando a educação do Paraná nos últimos anos; o uso das plataformas na educação paranaense; Além da Caracterização dos Colégios estaduais: Do Campo Castelo Branco e Cívico Militar Nestor Victor dos santos.

4.1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Antes de analisar como a educação no estado do Paraná se consolidou, é necessário realizar um breve contexto de como esse processo ocorreu de forma geral pelo território brasileiro. Para analisar sobre o tema, busca-se fundamentar o processo de implementação da educação pública sob o olhar de alguns autores, mas principalmente de SAVIANI, (2008).

Nessa perspectiva, acredita-se que o primeiro documento de política educacional que vigorou no Brasil foram os “Regimentos” de D. João III, no ano de 1548 para orientar o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza em 1549, juntamente com os quatro padres e dois irmãos jesuítas chefiados por Manuel da

Nóbrega. Nesse ano os jesuítas deram início à obra educativa centrada na catequese, guiados pela orientação contida nos referidos “Regimentos”, cumprindo, pois, um mandato que lhes fora delegado pelo rei de Portugal. Portanto, cabia a coroa portuguesa manter o ensino, no entanto, os materiais, componentes curriculares, questões pedagógicas, avaliação, os prédios ou a infraestrutura, os agentes, as diretrizes pedagógicas, as normas disciplinares e encontravam-se sob controle da ordem dos jesuítas, portanto, sob domínio privado (SAVIANI, 2008).

Diante desse olhar, é importante situar a população para que se perceba que desde o início de sua história, a educação brasileira esteve em parceria entre o setor público e privado.

Seguindo com a análise do processo educacional brasileiro, em 1564, Portugal adotou o plano denominado “redízima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos”. (SAVIANI, 2008, p.8).

No entanto, a partir dessa arrecadação, começou a ter condições de conseguir materiais, vestimentas, entre outros utensílios necessários à prática educacional. Sobre isso, Saviani, (2008, p.8), apud Luiz Alves de Mattos (1958, p.275-297), “compara a fase anterior, que ele chama de “período heróico”, [...] ressalta o contraste entre as dificuldades e privações enfrentadas na primeira fase e as facilidades e conforto usufruídos na segunda”.

Lamentável que mesmo com essas medidas, após o fim da missão jesuítica, os resultados não foram considerados animadores, mesmo porque, a educação não era para todos, ou seja, nem todos tinham acesso. Em 1759, se fosse agrupado os alunos dessas “instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas” (Marcílio, 2005, apud SAVIANI, 2008, p.8).

Seguindo essa linha do tempo, no período seguinte, com a pedagogia pombalina, nos anos de 1759-1827, as ideias religiosas passaram a ser contrariadas, e através do iluminismo, houve os primeiros passos para implementar uma escola pública estatal que contou com o Alvará de 28 de junho de 1759, determinando o fechamento dos colégios jesuítas. Então introduziu-se as “aulas régias”, que correspondia ao nível secundário, especial às classes de latim, sendo mantidas pela Coroa em 1772, apenas o “subsídio literário”, mas seus recursos não

foram suficientes, uma vez que a Colônia não contava com uma estrutura capaz de arrecadar o suficiente para garantir a obtenção do “subsídio literário” para financiar as “aulas régias”. (Saviani, 2008). Diante do exposto, entende-se que o Estado não se responsabilizava por todo o processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, nessa perspectiva, a responsabilidade do Estado, segundo SAVIANI, (2008, p.9) era realizar o “pagamento do salário do professor e às diretrizes curriculares da matéria a ser ensinada, deixando a cargo do próprio professor a provisão das condições materiais relativas ao local, geralmente sua própria casa”.

No entanto, segundo Alegro “et al”, (2013, p. 271), apud Trindade & Andreazza (2001, p. 46), “Destacam-se então, os “professores régios”, isto é, aqueles empossados através de nomeação direta do rei. Segundo estudos localizam, em 1821, as primeiras referências a mestres-régios em Curitiba”. Desta forma, dando sequência ao processo educacional, vieram os “professores mestres”, ou seja, formados para ministrarem as primeiras letras e nomeados para trabalhar nas escolas públicas do “interior”. (Alegro, *et al.*, 2013).

Contudo, alterações ocorrem em 1834, através o Ato Adicional à Constituição do Império, o ensino primário ficou sob a jurisdição das Províncias, hoje denominados estados, desobrigando o Estado Nacional de cuidar desse nível de ensino. Porém, as províncias não estavam equipadas nem financeira e nem tecnicamente para promover a difusão do ensino. Diante disso, o resultado foi que no término do século XIX, a educação pública não havia sido incrementada. (Saviani, 2008).

Nesse contexto Provincial, se insere a organização da escola pública do Paraná com a obrigação e responsabilidade de ofertar escolaridade à população segundo determinação do Ato Adicional de 1834. (Miguel, 2006). Importante entender que nesse período não existia a Província do Paraná. Priori, *et. al.* (2012, p.15 e 16) afirmam que: “Na realidade, até 1853, não existia o Paraná. O território que hoje conhecemos como paranaense pertencia a São Paulo [...] não havia escolas, nem professores suficientes para a população”.

Somente em “2 de agosto de 1853, o projeto de emancipação da comarca do Paraná foi aprovado e, em 29 do mesmo mês, sob Lei nº 704 sancionada por D. Pedro II, foi criada a província paranaense” (Priori, *et. al.*, 2012, p.20).

Por ter sido deputado, ministro da Marinha e ter governado as províncias de

Piauí e Sergipe, Zacarias de Góes e Vasconcellos, com sua experiência assumiu o governo da Província do Paraná, e teve atitudes fundamentais para seu desenvolvimento. Como presidente, efetuou a instrução pública primária do Paraná. (CAMPINAS, 2005 *apud* Priori, “et al” (2012, p.20). Nessa perspectiva, segundo Alegro, *et. al.*, (2013, p. 271 e 272), “A primeira Escola Normal foi inaugurada em 1876, em Curitiba. [...] 1882, foi abolido o artigo 39 do Regulamento da Instrução Pública da Província do Paraná, de 1876, que proibia o ingresso de escravos na escola”.

Nesse período, o que se percebe é que as “escolas particulares, se multiplicarão sob a iniciativa das colônias de imigrantes e com o consentimento do governo, incapaz de prover o ensino das ‘primeiras letras’”.

Em seu governo, logo após a emancipação da Província do Paraná, em 1853, o primeiro presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, confirmou Curitiba como a capital da província. Também realizou “a organização de várias escolas primárias e a criação das cadeiras de francês e inglês no Liceu Paranaense” (Wachowicz,1988, p.124).

Em 1854, foi instituído a obrigatoriedade da instrução primária. O responsável teria que enviar as crianças de seis a quatorze anos para a escola para evitar multa. Porém, caso morassem a uma distância de uma légua (seis mil metros) ou mais, aqueles que ofereciam uma instrução em sua própria casa ou numa escola particular, não receberia as punições. Em 1857, foi estabelecida a idade de sete anos para o ingresso pelo Primeiro Regulamento de Ordem Geral para as Escolas de Instrução Primária (WACHOWICZ,1984, *apud* Alegro, “et al” (2013). No entanto, a pobreza das famílias, a distância das escolas, a necessidade de trabalhar na roça para produzir alimentos, além da falta de professores, dificultava cumprir essa obrigatoriedade. Ou seja, a falta de professores, acompanha a história da educação.

A escassez de candidatos às vagas disponíveis para professores, em diferentes períodos, levou à contratação de quem soubesse ler e escrever e que dominasse as quatro operações. [...] professores não formados no curso normal. Embora leigos, [...], regiam salas multisseriadas. (Alegro, *et. al.*, 2013, p. 275).

No governo de Adolfo Lamenha Lins, de (1875-77), considerada a mais fecunda administração da Província do Paraná, “estimulou o ensino, sobretudo o secundário, criando a escola Normal e reestruturando o Liceu Paranaense” (Wachowicz,1988, p.124).

Em 1947, o governo de Lupion “promoveu mudanças, visando à formação de professores na sua própria região, – e não mais apenas em Curitiba – oportunizando que jovens do interior do Estado pudessem profissionalizar-se”. (Alegro, *et. al.*, 2013, p. 275).

Nos anos de “1990, suspeita-se, são agrupadas como o tempo da busca pela universalização do ensino, no contexto da globalização”. (Alegro, “et al”, 2013, p. 277).

Década de 1930, com a industrialização e urbanização, ocorre a necessidade de incremento correspondente aos índices de escolarização, sempre, porém, em ritmo aquém do necessário à vista dos escassos investimentos. (Saviani, 2008).

4.1.1 Uso das Plataformas na Educação Paranaense

A sociedade atual, está cada vez mais submersa na cultura digital. A escola, enquanto instituição de formação e inserção social, tem o comprometimento político, analítico, ético e questionador na demanda sobre os avanços da sociedade para a qual ela busca formar seu estudante. (Silveira et al. 2024, p.13)

Nesse contexto, na década de 1990, ocorreu a expansão da internet, a criação de softwares e seu direcionamento para a educação. Em 1997, é criado o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), que determina a distribuição de computadores para escolas públicas e a criação de Núcleos de Tecnologias Educacionais para a formação dos professores. (Scherer; Silva e André, 2017)

Nessa perspectiva, no estado do Paraná, foi implementado o sistema de plataforma na educação através do sistema de Registro de Classe *Online* (RCO), em 2016, sendo que segundo Scherer; Silva e André, (2017, p.6), “é um sistema informatizado que permite aos professores realizarem os registros de frequência, conteúdos e avaliações de forma online, substituindo o tradicional Livro de Registro de Classe impresso”.

Cabe ressaltar que no período, ocorreram questionamentos de forma crítica sobre a função desse recurso tecnológico, denominado como RCO, em relação as mudanças no trabalho da escola como um todo. A plataforma constitui-se como uma ferramenta que substitui o trabalho do secretário de escola? Trata-se de uma

substituição do trabalho humano por máquinas? (Scherer; Silva e André, 2017). É importante fazer uma ressalva, lembrando que esse trabalho de registro de notas era realizado pela secretaria das escolas e com o uso desse recurso, o lançamento passou a ser realizado pelo próprio professor.

Nesse caminhar, no contexto da pandemia, do Corona vírus (COVID19), as transformações ocorridas, praticamente obrigou as práticas pedagógicas educacionais buscarem de forma brusca, sem nenhum preparo, novos mecanismos de ensino-aprendizagem através do uso de plataformas. E que vem sendo enfatizado com o aumento do uso desses recursos digitais, ou seja, vem ocorrendo o que pode ser denominado como plataformização na educação.

No estado do Paraná, o governo do estadual viu a necessidade e a obrigatoriedade de encontrar novos meios de levar até os alunos o direito que lhes são garantidos por lei, que é a educação. Como os alunos não podiam frequentar a escola de forma presencial, uma vez que foi estabelecido medidas restritivas de circulação de pessoas (*Lokdown*), devido ao Coronavírus, (COVID-19). Então, o caminho encontrado foi a implementação do uso de plataformas na educação paranaense a nível fundamental e médio, uma vez que conforme publicou a uol, (2021): “Aulas presenciais em escolas e universidades estarão suspensas”.

A partir de então, o governo paranaense passou a proporcionar mecanismos capazes de transmitir as aulas pela TV, em canal aberto, simultaneamente disponibilizadas aos estudantes, via *Youtube*, no canal “Aula Paraná Ao Vivo”. Caso, o aluno desejasse ou precisasse assistir aulas transmitidas em datas anteriores, era possível acessá-las pelo canal do *Youtube* “Aula Paraná”, e escolher pelo ano/série, a data e a aula pretendidas.

Além do acesso pela TV e *Youtube*, os estudantes ainda puderam acessar os conteúdos por meio do aplicativo Aula Paraná, disponível para *Android* e *IOS*, sem a utilização dos dados móveis dos usuários e pelo *Google Classroom*.

Caso o estudante não tivesse acesso a nenhuma das ferramentas acima, os conteúdos foram disponibilizados, por cópias impressas, as quais eram retiradas quinzenalmente na escola. Cabe ressaltar que, a entrega ocorreu seguindo todas as medidas de proteção, para evitar a contaminação pelo corona vírus, de funcionários da educação e comunidade.

Porém mesmo no pós pandemia do COVID 19, o que se viu foi o aumento do uso de plataformas digitais na educação paranaense. Ou seja, o que deveria ser

auxílio do professor, vem ganhando cada vez mais força, como aponta a Agência Estadual de Notícias¹⁴, (2024), ao apontar as plataformas utilizadas na rede estadual de ensino paranaense.

Para a Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), o objetivo é “oferecer uma ferramenta adicional para a aprendizagem do aluno – a plataforma Quizizz –, além de incentivá-lo a passar mais tempo do seu dia em contato com os estudos. O investimento é de R\$ 6,3 milhões para dois anos” (Agência Estadual de Notícias, 2023). Prosseguindo nessa perspectiva, a Agência Estadual de Notícias, (2024), publicou ainda que “as plataformas digitais de aprendizagem incorporam variedade de recursos interativos, como vídeos e quizzes, ampliando as oportunidades educacionais e tornando a jornada de aprendizado mais envolvente, flexível e personalizada”.

O uso desse mecanismo digital, vem modificando a forma de ensino-aprendizagem entre docentes e discentes. Devido a forma, a rapidez e a quantidade como vem sendo implantada essas plataformas, passaram a receber o nome de plataformização na educação. Isso tem causado grande preocupação à comunidade escolar, como pais, alunos e professores.

Nesse contexto, pesquisadores vem efetuando pesquisas que apontam essas preocupações e que merecem ser analisadas.

Ao se pensar no termo Plataformização na educação, Pasini e Silva,(2024) apud Van Dijck; Poell (2018), afirmam que a “plataformização da educação”, refere-se a inserção das plataformas digitais nas diversas atividades escolares e acadêmicas. Portanto se trata de muitas plataformas e muitas quantidades se atividades realizadas através dessas ferramentas digitais. Também pode ser entendida como uma “reinvenção acelerada de relações sociais [...] em um novo plano, com características técnicas específicas e povoado por alguns velhos, mas certamente com novos atores, muitas vezes de poder desproporcional na disputa” (Gonsales, *et al.*, 2022).

Diante disso, entende-se a necessidade de se pensar que não se trata somente da passagem do físico para o digital. Mas de um processo, com novos atores, prestando serviços que o Estado, alega não conseguir realizar. E se tratando

¹⁴ Leia Paraná; Redação Paraná; Edutech; Desafio Paraná; Matific; Khan Academy; Inglês Aluno e Inglês Professor. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-semester-teve-9-milhoes-de-atividades-no-Matific-e-650-mil-alunos-no-ingles>. Acesso em: 28 jul. 2024.

de um contexto de pressão política que se busca reduzir investimentos estatais em infraestrutura, atores corporativos se impõe, e por serem detentores de servidores e softwares usados na plataformização de serviços educativos, se tornam tecnicamente mais capazes. Essa vantagem ocorre através de lucros por prestarem serviços de publicidade em redes sociais. Dessa forma, o Estado muda de papel de mantenedor de sistemas educacionais para contratante de serviços de educação, conhecido como um processo de privatização branca. Gonsales, *et al.* (2022).

Se pensando de forma crítica e preocupante, segundo Gonsales, *et al.* (2022), essa plataformização na educação é um dos desafios apresentados na escola, que além de ser um ambiente de conhecimentos enciclopédicos ou de desenvolvimentos de habilitações para o mundo do trabalho, também é um espaço de socialização e de formação de cidadãos para a vivência democrática em seus níveis básicos ou avançados. Não apenas se aprende e se reflete sobre as regras da natureza e da sociedade, mas se estabelece um espaço de vivência formativa, capaz de preparar os sujeitos para o convívio com as diferenças e para a coordenação de ações conjuntas.

Gonsales, *et al.* (2022), também alertam sobre a necessidade de se pensar, refletir ao argumentar sobre:

(...) os impactos dessa passagem na escola como a conhecemos. Podemos falar em espaço escolar se as salas agora são conferências em vídeo? Como pode o professor conhecer de verdade seus alunos se as interações fora de classe, quando existem, são meras trocas em mensageiros instantâneos? "Para "conhecermos" os alunos, devemos vigiá-los? Acompanhar o tempo que fica logado, o quanto olha para a tela, quantas vezes seus olhos piscam a cada conteúdo mostrado? Será que a ideia de ensino personalizado, lapidado tão maquinicamente quanto um anúncio publicitário que nos é apresentado nas redes sociais, é o que realmente desejamos?

Muitas são as preocupações, mas, principalmente quando as empresas de tecnologia concederam acesso a seus serviços voltados à educação de forma aparentemente gratuita, como foi anunciado, porém com adesão ampla de muitos gestores públicos imediatamente à iniciativa sem uma análise crítica sobre o tema, no entanto, o pagamento, existe e é feito por meio de dados pessoais e metadados relacionados aos conteúdos e às informações compartilhadas e armazenadas nessas plataformas. Gonsales, *et al.* (2022) apud Gonsales e Amiel (2020).

Diante de tantas transformações, Silveira *et al.*, (2024), apontam que: "as mudanças e os impactos que as tecnologias digitais trouxeram para sociedade, o que gerou novos requisitos e demandas para os profissionais de todas as áreas,

incluindo docentes e discentes”.

Ainda sobre a questão das plataformas, a UNESCO publicou um documento Rivas, (2021) *apud* Gonsales, et al (2022) sugerindo duas hipóteses para reflexão sobre a temática. Afirma que o uso de plataformas na educação deve se consolidar ainda mais. Depois sugere que as plataformas podem abrir novo campo de possibilidades para as políticas públicas, para expandir o direito à educação. No entanto, se questiona há uma pergunta sobre o impacto do uso de plataformas tendo em vista o direito à educação de qualidade.

Seguindo essa análise, de qualidade da educação, segundo o Secretário de Estado da Educação do Paraná:

Demonstrado pelo aumento no número de acessos e atividades realizadas, o forte impacto que a aliança entre tecnologia e aprendizagem tem exercido no processo educacional dos alunos da rede estadual evidencia que a educação no Paraná está alinhada às práticas pedagógicas mais modernas disponíveis em nível global, empregando a inovação tecnológica como meio de aprimorar a qualidade do ensino e promover um aprendizado cada vez mais forte”. (Roni Miranda, 2024).

Diante dessa observação e todas as preocupações já mencionadas, ao longo dessa pesquisa, serão apontados os impactos do uso dessas plataformas de forma positiva ou negativa. Uma vez que, através de uma visão mais crítica, se tratando das Tecnologias Digitais no processo educacional, é necessário entender o apontamento de Selwyn (2017), *apud* Oliveira; Santos (2022, p.9), quando: “analisa que a educação e as tecnologias digitais precisam ter por parte da academia relatos que se aproximem da realidade, reflexões que precisam ter um cunho, uma perspectiva crítica e devem existir estudos críticos a respeito do uso da tecnologia na educação”

Ainda nessa perspectiva, também é importante a ressalva de que muitas pesquisas serão necessárias para se avaliar de forma aproximada as várias repercussões e desdobramento em relação a adoção das tecnologias, o que temos até o momento sugere a ampliação das desigualdades educacionais, a fragmentação do processo de ensinar, em meio a sobrecarga docente no enfrentamento desconcertante das aulas remotas. Oliveira; Santos (2022, p.10).

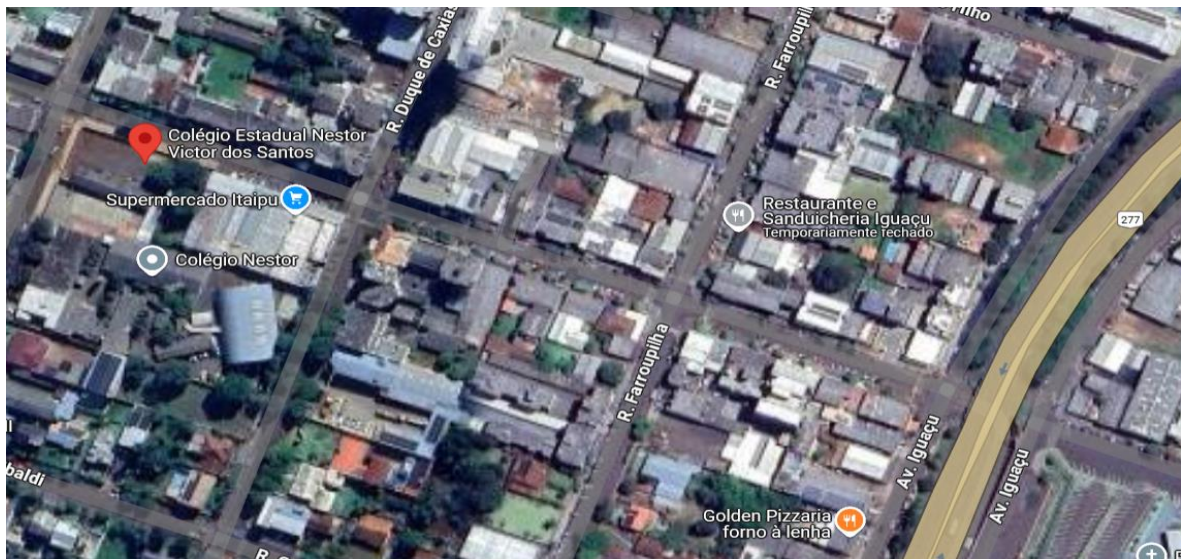
Nessa análise, percebeu-se dados a serem estudados, analisados e confrontados como apontados no primeiro semestre de 2024, “mais de 9 milhões de atividades foram realizadas por estudantes da rede estadual de todo o Paraná na *Matific*. O número é 12% maior na comparação a 2023, quando 8 milhões de

atividades foram finalizadas”. (Educação/Notícia, 2024). Diante dessa citação, para razoável presumir que a análise aponta apenas quantidade de acesso e atividades realizadas, e nada fala sobre qualidade.

4.2 CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR E SUA CARACTERIZAÇÃO

O Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos, está localizado na Rua Castro Alves, 365, Centro do Município de São Miguel do Iguaçu, na Região Oeste do estado do Paraná, conforme figura 2.

Figura 2 – Localização do Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos



Fonte: Google Maps.(2025)

Para realizar a contextualização do colégio objeto de pesquisa e estudo nessa dissertação, se faz necessário o uso do documento institucional, produzido pela escola e aprovado pelo Núcleo Regional de Educação (NRE), denominado Projeto Político Pedagógico (PPP). Ele possui todas as informações que caracterizam o colégio.

O PPP, é que define o rumo, a intenção e os processos pedagógicos e administrativos que serão utilizados para cumprir as metas, expectativas e objetivos propostos pela comunidade escolar e local. Esse documento, é elaborado e atualizado a cada dois anos de forma coletiva e democraticamente pela equipe diretiva da instituição de ensino, com a participação da comunidade escolar,

atendendo o disposto na Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR e demais normatizações pertinentes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos foi concebido a partir de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa, considerando o seu compromisso social, na conjuntura contemporânea.

O Colégio Estadual Cívico Militar Nestor Victor dos Santos – Ensino Fundamental e Médio está localizado no município de São Miguel do Iguaçu, a quarenta quilômetros do NRE de Foz do Iguaçu. As atividades pedagógicas que fazem parte da caminhada educativa do Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos datam de março de 1952, pela professora Dimas Lemos Raycik. Funcionava junto à capela católica da então gaúcha e sub jurisdição do município de Foz do Iguaçu, localizado na Rua Castro Alves, 365. Em 1959, com a criação do Distrito Administrativo Gaúcha, teve autorização de funcionamento pelo decreto estadual nº. 8704/59, com a denominação de “Grupo Escolar de São Miguel”. Esta data lhe concede marco de vida própria. Teve outras denominações: Grupo Escolar Victor Nestor dos Santos, Escola Nestor Victor dos Santos, Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos e, atualmente, Colégio Cívico Militar Nestor Victor dos Santos. A Associação de Pais e Mestres – APM foi fundada em 09 de novembro de 1971 sob o nome de Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos – Ensino de 1º e 2º Grau e registrada em cartório civil das pessoas jurídicas no livro um A, folha 52, data de 09 de novembro de 1971, lavrada sob o nº. 139 e publicada em Diário Oficial nº. 107 sob CGC nº. 77611937/001-28.

Em 1971, foi autorizado a funcionar a Escola Nestor Victor dos Santos – Ensino de 1º grau pela Resolução 2863/81. Em 1980, foi criado o complexo Escolar Monteiro Lobato com as Escolas Nestor Victor dos Santos e Professor Pedro Viriato Parigot de Souza. A aprovação do Plano de Implantação de Ensino de 1º grau foi através da Resolução 530/79, Diário Oficial 554 de 24 de maio de 1979. A aprovação do Plano de Implantação da Lei 5692/71 foi através do Parecer 014/79.

Em 1982, o Ensino de 2º grau desmembrou-se do Colégio Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, com os cursos: Básica em Comércio e Básica em Saúde Reconhecida através da Resolução 2515/83 – DOE 26/07/83 e cessados: Básica em Comércio, conforme Ofício Circular nº. 91/92 de 12/08/92 – DESG e Básica em

Saúde conforme Resolução nº 3911/87 – DOE 04/07/84. Em 1983, foi autorizado o funcionamento do 2º Grau Regular – Propedêutico, através da Resolução nº 3301/84, hoje denominada Educação Geral Preparação Universal e reconhecido através da Resolução nº. 2457/86 – DOE 17/06/86.

Em 1992, foi autorizado o funcionamento do curso Magistério através da Resolução nº1987/92, com a implantação gradativa, reconhecido através da Resolução nº 1939/97 – DOE 03/07/97 e cessado conforme Resolução nº. 1477/00 de 03/05/00.

Em 1993, foi autorizado o funcionamento das quatro últimas séries do 1º Grau, de forma gradativa no período diurno através da Resolução 408/93 e reconhecido através da Resolução nº 4506/96 DOE 02/01/97.

A partir da criação do Ensino Médio em 1996 foi extinto gradativamente o curso de Magistério. A proposta do Ensino Médio foi aprovada em 1999 pelo parecer 608/99, protocolo nº 4.191.251-0 e a implantação foi gradativa. Assim o colégio passou a denominar-se Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos – Ensino Fundamental e Médio. O Ensino Fundamental de nove anos foi implantado no ano de 2012 a partir da Instrução nº 008/2011 – SUED/SEED.

Nos seus 62 anos, o Colégio Nestor fez parte da vida educacional de muitos municípios, num total aproximado de 50 000 matrículas distribuídas nos cursos: Ensino Primário de 1ª à 5ª série, Formação Básica em Comércio e Básica em Saúde, 2º Grau Regular – Propedêutico, Educação Geral Preparação Universal, Magistério, Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série, Ensino Médio e Curso Profissionalizante pós-médio em Secretariado e Informática. No ano de 2012 foi implantado o ensino fundamental de 9 anos.

Por localizar-se no centro da cidade, atende uma pequena parcela de alunos com residência nas proximidades, também atende alunos de praticamente todas as comunidades do interior e em sua grande maioria, dos bairros periféricos. Estes alunos são oriundos de famílias de pouca renda, a grande maioria assalariadas (empregadas em empresas frigoríficas da região) ou filhos de pequenos agricultores.

Até o ano letivo de 2020 ofertava o Ensino Médio no período matutino e noturno. As vagas do turno da manhã eram bastante requisitadas justamente porque a maioria dos jovens ainda não trabalhavam. O Ensino Médio noturno possuía menor quantidade de vagas e era ocupado, em sua totalidade, por jovens trabalhadores e geralmente, fora da faixa etária. Neste período, se concentrava o

maior índice de evasão e repetência escolar, pela dificuldade em conciliar estudo e trabalho. Muitas vezes, pela idade avançada, acabavam optando pelo CEEBJA (Educação de Jovens e Adultos).

Com a promulgação do Decreto Federal nº 10.004 em 2019, instituiu-se em todo território nacional o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Tal ação motivou o estado do Paraná para a implantação do Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná em 2020. Pelo programa estadual, instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do estado foram selecionadas conforme critérios estabelecidos na Lei Estadual Lei nº 20.338 de 06 de outubro de 2020, para implantação de um novo modelo de educação, a educação Cívico-Militar. Tal legislação é complementada pela Lei nº 20.505 de 15 de janeiro de 2021.

Assim, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação ofertada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio do estado, 200 escolas foram selecionadas no território estadual, dentre elas, o Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos. Essas escolas tiveram sua comunidade escolar consultada para aprovação da implantação desse formato de atendimento. Nessa instituição a participação da comunidade escolar atingiu 57,73% sendo aprovada por 93,95% dos envolvidos: pais e ou responsáveis pelos estudantes, professores, funcionários e estudantes maiores de 18 anos. O modelo de Colégios Cívico-Militares do Paraná é apresentado como o conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas pedagógica, administrativa e de atividades cívico-militares. Com esse enfoque a gestão e a organização do trabalho escolar estão pautadas na gestão pedagógica eficiente, conduzida por professores efetivos da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, e gestão das atividades cívico-militares conduzida por militares do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Para isso, a legislação previu a organização da gestão compartilhada entre civis e militares. Dessa forma, a gestão da instituição escolar é composta por um Diretor-geral e Diretor Militar.

Após consulta pública, a gestão da escola passou por processo de credenciamento aberto a todos os servidores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) no cargo de Agente Educacional II e do Quadro Próprio de Poder Executivo (QPPE) para definição da Direção-geral da instituição. Sendo selecionado o professor Patrick Bellei para atuar como primeiro Diretor-geral do Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos no formato

Cívico Os estudantes do Ensino Médio, atendidos a partir deste ano letivo de 2021, não estão inseridos no mercado de trabalho formal justamente por não conseguirem conciliar os horários. No entanto, alguns deles participam de programas sociais como, por exemplo, o Jovem Aprendiz.

Por se localizar em uma região de fronteira, o fluxo de estudantes é permanente, recebendo muitos alunos oriundos do país vizinho, o Paraguai. É um fator importante a ser observado, pois, os estudantes, em sua maioria, apresentam defasagem nos conteúdos, muitas vezes, não dominam ainda a Língua Portuguesa. Também, muitos estudantes não moram mais com a família de origem, sendo acolhidos por diversos outros membros familiares, como avós, tios, etc. Essa trajetória, muitas vezes, agrava-se, pois muitos destes alunos estão fora da faixa etária, e em determinado momento optam entre a escola e o trabalho informal.

Outro fator característico da comunidade escolar é a vulnerabilidade social que se encontram parte dos nossos estudantes, principalmente do Ensino Fundamental vespertino. Em sua grande maioria, são famílias carentes (em algumas situações, analfabetas) que dependem de assistência social para sobreviver. As famílias cujo adulto trabalha, muitas vezes precisam manter as crianças menores sob os cuidados da criança maior, neste caso o nosso estudante. Boa parte são filhos de pais separados, e para que o adulto trabalhe esta criança precisa se responsabilizar pelos irmãos mais novos, em relação à sua alimentação, cuidados de higiene, proteção, levar e buscar em CMEIs e escolas, etc.-Militar. Posteriormente, em dezembro de 2020, iniciou-se o processo de seleção de militares para atuação como Diretor Militar e monitores militares.

Com a extinção do Ensino Médio noturno em 2021, a partir da nova organização de atendimento no formato Cívico Militar, muitos dos nossos jovens trabalhadores tiveram que migrar para outro estabelecimento de ensino do município que oferta o ensino médio no período noturno.

No início de 2022, a instituição realizou suas atividades sem presença dos militares para o suporte na gestão compartilhada, devido a prorrogação dos prazos e editais para seleção desses profissionais. Os indicadores educacionais possibilitam a visualização dos resultados obtidos e a comparação com as demais instituições. E o intuito de avaliar se as estratégias estão, de fato, sendo produtivas. Para a análise dos dados, são usados os indicadores contemplados pelo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), o Sistema de Avaliação da Educação

Básica (SAEB) e os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a nível de estado, temos também a Prova Paraná, avaliação que mensura o aprendizado dos estudantes da Rede Estadual de Ensino.

O objetivo é identificar as habilidades e os conhecimentos que os estudantes já consolidaram e as lacunas de aprendizagem ainda existentes, principalmente neste período pandêmico, para poder replanejar as ações pedagógicas e acompanhar a evolução dos estudantes ao longo do percurso letivo. Tais estatísticas permitem que a escola elabore planos mais efetivos e direcionados às necessidades dos alunos. Assim, a escola consegue acompanhar o seu desempenho e identificar os pontos em que é possível melhorar, seja no relacionamento com o estudante, com o corpo docente ou até mesmo com os pais e responsáveis. No ano de 2025, o colégio contava com aproximadamente 40 professores, 735 alunos, distribuídos em 26 turmas.

4.3 CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO E SUA CARACTERIZAÇÃO

O Colégio Estadual do Campo Castelo Branco está localizado na Rua Matelândia, 205, Centro do Município de São Miguel do Iguçu, na Região Oeste do estado do Paraná, conforme figura 3.

Figura 3 – Localização do Colégio Estadual do Campo Castelo Branco



Fonte: Google Maps (2025).

Para realizar a contextualização do colégio, um dos objetos de pesquisa e estudo nessa dissertação, se fez necessário o uso do documento institucional,

produzido pela escola e aprovado pelo Núcleo Regional de Educação (NRE), denominado Projeto Político Pedagógico (PPP). Ele possui todas as informações que caracterizam o colégio de 2023.

O PPP, é que define o rumo, a intenção e os processos pedagógicos e administrativos que serão utilizados para cumprir as metas, expectativas e objetivos propostos pela comunidade escolar e local. Esse documento, é elaborado e atualizado a cada dois anos de forma coletiva e democraticamente pela equipe diretiva da instituição de ensino, com a participação da comunidade escolar, atendendo o disposto na Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR e demais normatizações pertinentes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) Colégio Estadual do Campo Castelo Branco, foi concebido e elaborado pelo conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa, considerando o seu compromisso social, sem perder de vista a conjuntura contemporânea.

O Colégio Estadual do Campo Castelo Branco – Ensino Fundamental, Médio, Normal, Profissionalizante e EJA está situado na Rua Matelândia nº 205, em São Miguel do Iguçu, Estado do Paraná, pertence à Entidade Mantenedora - Governo do Estado do Paraná. Concepção de Educação

Para o Colégio, a educação é a atividade mediadora pela qual a sociedade prepara seus membros para viverem nela mesmo. A preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos. Atualmente uma das preocupações centrais das políticas públicas nacionais e estaduais é a educação do campo, que se constitui como a expressão de uma política nacional que promovesse o resgate da dívida histórica social, frente à obrigatoriedade de oferta de educação para toda a população.

Acredita que o aluno deve se conscientizar que o campo é o lugar onde ele vive com seu povo, com suas habilidades e diferenças, respeitando o princípio maior que é a educação preparada para todos os desafios econômicos, sociais e políticos, da sociedade atual.

Nesse sentido, em agosto de 1980, iniciaram-se as obras para construção da Escola, que foi projetada pela FUNDEPAR e executada. Sua inauguração ocorreu no dia 28 de novembro de 1981, por ocasião do aniversário do Município.

Iniciando suas atividades escolares em fevereiro de 1982, mesmo antes do Ato de Autorização que ocorreu com a Resolução nº 26/82 de 25/03/82. Na época da inauguração da escola, contava com 10 salas de aula, sendo 4 salas especiais para formação profissionalizante, 7 dependências administrativas, banheiros sendo 9 femininos e 6 masculinos, 2 vestiários, sendo 1 masculino e 1 feminino, cantina, cozinha, 3 salinhas para depósito, área coberta e 1 quadra sem cobertura.

Em 1982, foram matriculados 811 alunos de 5ª a 8ª série e o pré-escolar funcionava no período da tarde com 30 alunos, tendo como professoras Geni Bonatto e a auxiliar Mariangela Amboni. Sua primeira diretora foi Lourdes Fuzzinato Franzon. A escola contava com 32 professores, 2 auxiliares de secretaria, 1 bibliotecária, 1 auxiliar de supervisão, 9 serventes e 2 guardiões.

A partir da Resolução nº 08/03 de 31 de janeiro de 2003, considerando a Lei 9394/96, as Deliberações 03/98, 04/99 e 01/00 todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1071/03 é autorizado o funcionamento do Ensino Médio passando a escola a denominar-se Colégio Estadual Castelo Branco.

Do ano de 2009 até 2017 o colégio contava com turmas de Formação de Docentes de forma descentralizada do Colégio Estadual Padre Eduardo Michellis do município de Missal.

A partir do ano de 2012 o Colégio adotou o Ensino Fundamental de nove anos de forma simultânea atendendo o parecer 407/11 CEB/CEEE Instrução nº 08/11- SUED.

No ano de 2018 o colégio começou com a sua própria turma de Formação de Docentes sendo de forma gradativa.

No ano de 2021 a primeira turma do colégio, com 30 alunas concluíram o curso de Formação de Docentes com sede própria. Nesse mesmo ano o CEEBJA passou a atender dentro das dependências do Colégio Castelo Branco.

Em 2022 o Colégio Estadual do Campo Castelo Branco passou a ofertar o Ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos) nas modalidades de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, ofertando semestre e Módulos.

No ano de 2023 iniciou o Curso de ADM profissionalizante. Ofertado de forma integrada, somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.

Em 2025, o colégio contava com 738 (setecentos e trinta e oito) alunos, em três turnos. O curso de Formação de Docentes, funcionava com quatro turmas, uma de primeiro ano, uma de segundo ano, uma de terceiro ano e uma de quarto ano. Uma sala multifuncional I e uma sala multifuncional II, 1 Turma de CELEM P1, CELEM de Libras e 1 turma de CELEM P2 e 2 salas de Mais Aprendizagem. Hoje conta com 13 salas de aula. Dois laboratórios de informática, sendo um com 24 computadores e um com 23 computadores, Duas quadras esportivas, sendo 1 sem cobertura, outra com cobertura, com rampas de acesso e iluminação e 2 banheiros para os professores sendo 1 masculino e 1 feminino. Desde 2016 o colégio está adaptado com rampas, corrimões em todas as escadas e 1 banheiro adaptado. Conta com 11 (onze) agentes educacionais II, sendo 06 efetivos de 40 horas e 05 com contrato terceirizado, sendo 02 de 40 horas e 03 com 20 horas, 10 (dez) agentes educacionais I, sendo 04 efetivos de 40 horas e 06 com contrato terceirizado, sendo 4 de 40 horas e 2 de 20 horas, 5(cinco) Coordenadoras Pedagógicas, 2 com 40 horas e 3 com 20 horas; 64 (Sessenta e quatro) Professores, sendo 1 com atestado médico, 04(quatro) professores de apoio, 01(um) Inspetor de alunos de 40 horas. A Direção com 40 horas e 1 direção auxiliar com 20 horas.

A escola oferece todo o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio Normal, O novo Ensino Médio, Ensino Médio Profissionalizante – ADM, Ensino Normal Formação de Docentes e Ensino Fundamental e Médio na Modalidade EJA. - Oferece Sala de Recursos Multifuncionais I e II; - A grande procura pela Comunidade Escolar; - A seriedade dos profissionais que trabalham no Colégio; - Dois laboratórios equipados de informática, totalizando 47 computadores. - Um laboratório itinerante com 40 tablets. Com atendimento exclusivo para os estudantes. - Quadra esportiva coberta; - Com recursos da Fundepar são oferecidas 03 refeições por turno. É servido também almoço para os estudantes do contraturno. - Avaliações externas: Como Prova Paraná.

Todavia, falta de um refeitório para a realização das refeições dos estudantes e falta de agentes Educacionais I, com funcionários de atestado médico longos e sem substituição, bem como alcançar o índice de frequência dos estudantes, que nem todas as semanas conseguimos atingir os 90%, devido a demanda atendid- pelo Colégio, aonde muitos alunos vêm do interior e em dias que chove muitos não conseguem vir, motivo transporte.

A organização pedagógica é conduzida pela equipe gestora, voltada aos aspectos que impactam no processo de ensino e aprendizagem. Os professores são distribuídos nas séries e turmas, de acordo com o perfil de docência, no sexto ano centraliza-se os professores que possuem uma prática pedagógica interdisciplinar, articulando a leitura, a interpretação, a produção textual, os cálculos, a leitura de gráficos e a resolução de problemas durante a abordagem dos objetivos de aprendizagem de seus componentes curriculares. A equipe pedagógica se organiza dividindo o acompanhamento das turmas e planejando semanalmente os atendimentos a professores, estudantes e pais por meio da agenda, cronograma.

Os espaços da escola são organizados a partir das necessidades pedagógicas, com protocolos/regras para a utilização da biblioteca e dos laboratórios de Informática e de Ciências da Natureza, os quais são apresentados aos estudantes no início do ano letivo. O agendamento dos laboratórios de informática para a utilização das plataformas educacionais é acompanhado pelo Diretor, atendendo as propostas de atividades planejadas pelos professores, de forma alternada, para que todos tenham acesso.

5 CONTEXTUALIZANDO A ANÁLISE E A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DOS COLÉGIOS 1 E 2

Com o propósito de entender melhor a visão dos docentes da rede pública do estado do Paraná, acerca das mudanças que vem ocorrendo no processo de ensino-aprendizagem e que impacta no trabalho docente, principalmente no Pós Pandemia Coronavírus (COVID-19), devido ao uso de plataformas digitais educacionais, foi realizada uma entrevista com 10 docentes de um colégio, cívico militar e 10 docentes de um colégio do Campo do município de São Miguel do Iguaçu, no estado do Paraná.

A escolha de 20 docentes, sendo 10 de cada colégio, ocorreu devido à falta de um número maior de professores efetivos nos colégios. Muitos professores afastados por motivo de doenças, licença especial e professores contratados temporários, que não possui muito tempo de uso das plataformas digitais. Por isso, buscou realizar amostras por se tratar de uma pesquisa qualitativa, para apontar a percepção dos entrevistados quanto ao uso das plataformas digitais educacionais, o número de entrevistados, indicam amostras para análise e aprofundamento de estudos.

Em tempo, é importante esclarecer que a escolha dos docentes para que participassem da entrevista, foi a existência de plataformas em seu componente curricular ou a postagem de atividades através de Quizizz. No entanto, com o intuito de resguardar a identidade dos docentes, no momento de análise da entrevista, eles serão aqui nomeados em uma sequência alfanumérica, sendo os docentes do colégio 1, com uma sequência de letras, enquanto aqueles do colégio 2 terá uma sequência numérica. Nesse sentido, cabe ressaltar ainda que durante as análises, será denominado colégio 1 para o Cívico Militar e colégio 2 para o colégio do Campo.

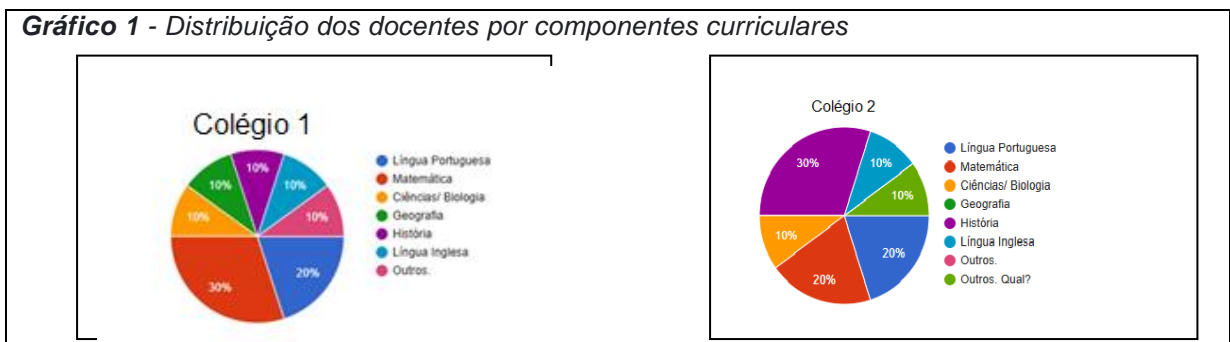
Nessa perspectiva, busca-se através das respostas indicadas pelos docentes, realizar análise quantitativa, estatística conforme a escala likert¹⁵, das escolas ou

¹⁵ A escala Likert é uma metodologia de pesquisa que consegue mensurar os níveis de satisfação e concordância dos clientes com precisão e assertividade. A ferramenta usa uma escala de pontos para avaliar o quanto a opinião do consumidor sobre um assunto é positiva, neutra ou negativa. A metodologia de pesquisa foi criada em 1932, pelo cientista social e psicólogo Rensis Likert.[...] Na escala de pesquisa de satisfação de Likert, o formulário pede para o usuário indicar o seu nível de concordância ou discordância com determinadas afirmações. (<https://www.zendesk.com.br/blog/escala-likert/>)

colégios 1 e 2. Também será realizado aprofundamento teórico de forma qualitativa de pessoas, pesquisadores que se debruçam em estudos, pesquisas e análise desse tema necessário a ser estudado. Em tempo, cabe pontuar que o filtro aplicado ou o critério adotado para seleção dos docentes foi a existência de plataforma na disciplina trabalhada e a necessidade de fazer uso delas nas turmas dos nonos anos do Ensino Fundamental, alunos da Primeira, Segunda e Terceira série do Ensino Médio dos dois colégios já citados acima. Dito isso, faz-se necessário evidenciar algumas informações que durante a análise será apontada em relação aos docentes entrevistados por meio de questionários, contemplando questões de caráter quantitativo e qualitativo. Buscando assim maior informação, é importante apontar um pouco sobre os níveis de formação, os diversos componentes curriculares em que atuam com informações inerentes ao: componente curricular ou disciplina que atua; Local de Trabalho; o tempo que atua em sala de aula; e o grau de instrução dos docentes entre outras.

5.1 DADOS GERAIS DOS DOCENTES ENTREVISTADOS DOS COLÉGIOS 1 E 2

Após realizar a pesquisa, foram apontados os dados gerais dos docentes entrevistados dos colégios 1 e 2. A exemplo, o gráfico 1, indicou a distribuição dos docentes por componente curricular.



Fonte: elaboração própria (2026).

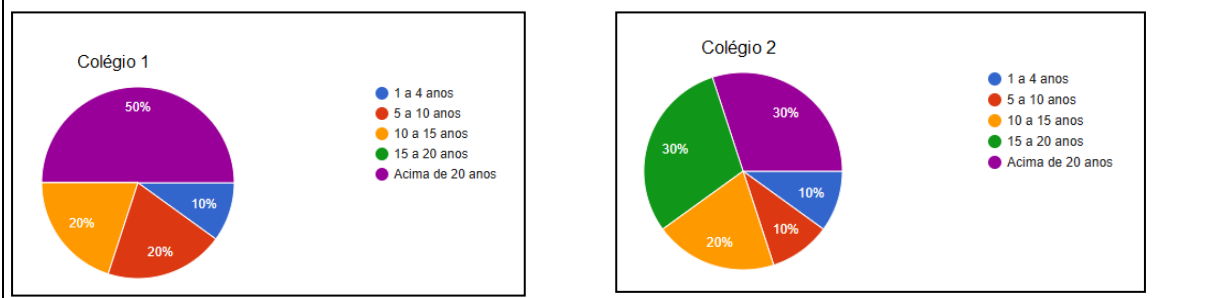
A partir da análise do Gráfico 1, observa-se que, no colégio 1, há predominância de docentes atuando no componente curricular de Matemática (30%), seguido por Língua Portuguesa (20%). Os demais componentes — Língua Inglesa, Geografia, Ciências/Biologia, História e outros (como Programação e Redação, disciplinas que demandam o uso de plataformas digitais) — apresentam participação equivalente de 10% cada.

No colégio 2, por sua vez, verifica-se uma distribuição distinta, com maior concentração de docentes na disciplina de História (30%), seguida por Matemática e Língua Portuguesa (20% cada), enquanto Língua Inglesa, Biologia e outros componentes correspondem a 10% cada.

Essa variação na composição dos componentes curriculares entre os dois colégios, ocorre pela questão de alguns professores estarem de Licença prêmio, atestados, afastamentos ou serem substitutos. E isso poderia acarretar resultados frágeis, uma vez que o professor substituto do componente poderia não ter segurança ou conhecimento de todo o processo de implementação das plataformas ao responder a entrevista.

Prosseguindo com os dados referente aos entrevistados, foi questionado aos docentes há quanto tempo atuam ou estão em sala de aula.

Gráfico 2 - Tempo de atuação em sala de aula



Fonte: elaboração própria (2026).

E diante do gráfico 2, ficou evidente que, entre os docentes entrevistados do colégio 1, percebe-se que 50% deles atuam a mais de 20 anos em sala de aula, 20% atuam em sala de aula entre 10 a 15 anos, 20% dos docentes atuam entre 5 a 10 anos em sala de aula e 10% atuam em sala entre 1 a 4 anos.

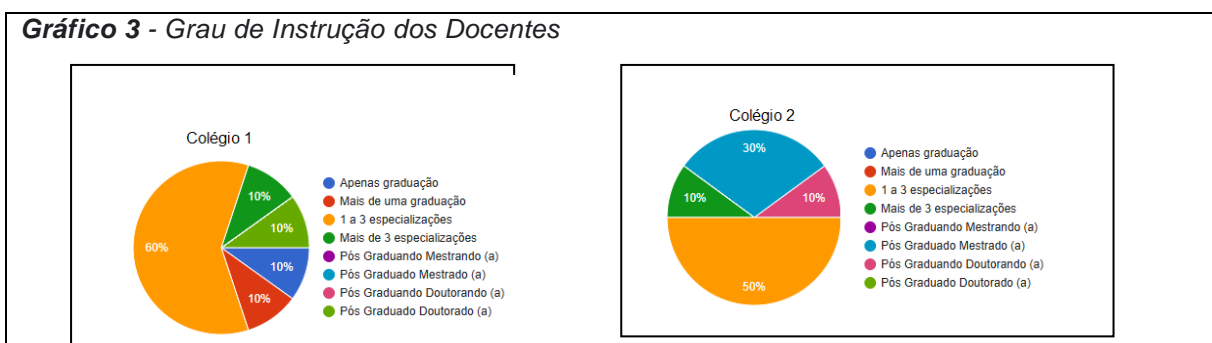
No colégio 2, os entrevistados apontaram que 30% atuam em sala de aula a mais de 20 anos, 30% atuam entre 15 e 20 anos, outros 20% afirmaram atuarem em sala de aula entre 10 a 15 anos. 10% afirmaram que atuam em sala entre 5 a 10 anos e por fim 10% afirmaram que atuam em sala entre 1 a 4 anos.

Sobre o tempo de atuação em sala de aula, dialogando com o assunto, TARDIF, (2014, p.38, 39) ressalta que: “[...] professores, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio”.

Portanto, percebeu-se através dessa análise, que entre os docentes entrevistados existem em menor percentual docentes que atuam há pouco tempo em sala de aula, contudo, se tratando do tempo de experiência dos/das docentes, há o predomínio da faixa acima de 20 anos nos dois colégios. Ou seja, a experiência profissional pode exercer influência significativa sobre as práticas pedagógicas, tanto no que diz respeito à consolidação de metodologias tradicionais quanto à abertura para inovação. Docentes com maior tempo de carreira tendem a possuir conhecimento pedagógico mais consolidado, o que, por um lado, contribui para a segurança didática, mas, por outro, pode gerar resistências frente à adoção de novas tecnologias, sobretudo quando não acompanhadas de processos contínuos de formação. No entanto, a integração efetiva das plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem não depende exclusivamente do tempo de experiência docente, mas da articulação entre saberes pedagógicos, domínio tecnológico e condições institucionais de trabalho.

Sendo assim, ao analisar o tempo de atuação dos docentes, não se trata apenas de descrever um dado quantitativo, mas de compreender como esse elemento se relaciona com práticas pedagógicas, processos de adaptação às inovações tecnológicas e, sobretudo, com os desafios e possibilidades da plataformização da educação no contexto investigado.

Diante do bom tempo de experiência indicada pelos docentes em sala de aula, também foi questionado sobre o grau de instrução. E diante desse questionamento, as respostas apontadas no gráfico 3, foram as seguintes.



Fonte: elaboração própria (2026)

Se tratando do colégio 1, o gráfico 3 indica que 60% dos docentes entrevistados possuem de 1 a 3 especializações, enquanto 10% afirmaram possuir mais de 3 especializações, 10% que afirmaram ter apenas uma Graduação, 10%

afirmaram ter mais de uma Graduação 10% afirmou ser Pós-Graduado Doutorado. Enquanto colégio 2, aponta que 50% possuem de 1 a 3 especializações. 30% são Pós-Graduado com Mestrado, 10% é Pós-Graduando Doutorando e 10% possuem mais de 3 Especializações. Diante desses dados, notou-se que, além de apresentarem experiência significativa em sala de aula, os docentes entrevistados possuem um elevado nível de formação acadêmica, sendo considerado bom o número de docentes com no mínimo Especialização.

A partir desse cenário, percebeu-se que o uso de plataformas digitais educacionais está presente em diferentes componentes curriculares, considerando que a participação na pesquisa exigia a utilização dessas ferramentas. Ademais, destacam-se tanto a experiência docente quanto a qualificação acadêmica como elementos que podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da educação na rede pública paranaense.

5.1.1 Apontamento ou percepção dos docentes dos Colégios 1 e 2 em relação as Plataformas (questões Objetivas)

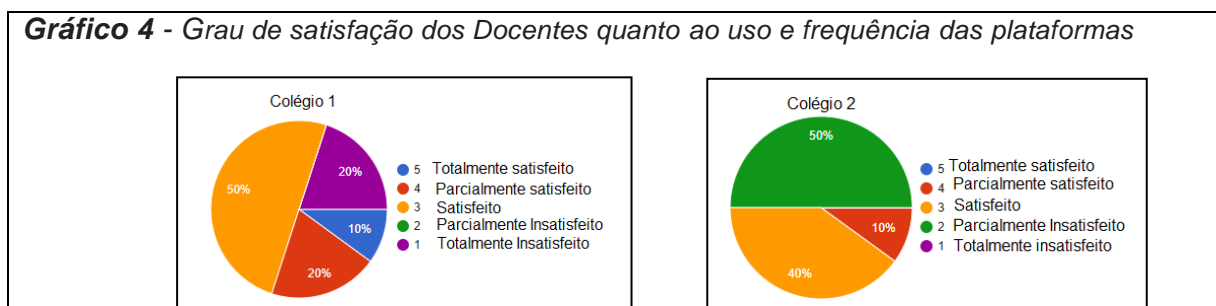
Apontar dados da entrevista realizada com Docentes, se fez necessário para compreender o uso, a observação, o grau de aceitação e os impactos causados com a implementação do uso das plataformas digitais educacionais através das Políticas Públicas na visão dos docentes dos colégios 1 e 2.

Diante dos apontamentos, buscou-se destacar o grau de satisfação, eficácia, uso da ferramenta como auxílio ao trabalho docente, além de verificar se a ferramenta propicia o acesso de alunos de inclusão, entre outros, como serão apontados durante ao longo desse capítulo e dessa dissertação.

Em relação ao Grau de satisfação dos Docentes quanto ao uso e frequência das plataformas digitais educacionais obrigatórias, o gráfico 4, faz alusão a primeira questão apresentada aos docentes entrevistados. E nessa questão, a pergunta realizada aos docentes foi que em uma escala de 1 a 5 avaliassem o grau de satisfação com que eles têm em relação ao uso e frequência das plataformas digitais educacionais obrigatórias em atividades na escola, como o Leia Paraná, Redação, Pensamento Computacional, ou na forma de tarefas e ou Quizziz. Considerando 5

como totalmente satisfeito, 4 parcialmente satisfeito¹⁶, 3 satisfeito, 2 parcialmente insatisfeito¹⁷ e 1 totalmente insatisfeito.

Diante disso, eis que os entrevistados responderam:



Fonte: elaboração própria (2026).

Em relação ao colégio 1, o gráfico 4 aponta que 50% dos docentes entrevistados disseram estar satisfeitos com as plataformas digitais educacionais obrigatórias em atividades na escola, como o Leia Paraná, Redação, Pensamento Computacional, ou na forma de tarefas e ou Quizziz e a frequência do uso delas. No colégio 2, esse percentual de satisfação cai para 40%. No colégio 1, entre os entrevistados 20% afirmaram estar parcialmente satisfeitos, 20% afirmaram estar totalmente insatisfeitos e 10% apontaram que estão totalmente satisfeitos. Ou seja, a grande maioria está satisfeita, sendo que apenas 20% demonstraram estar totalmente insatisfeitos. Ainda, sobre o colégio 2, o percentual de 50% dos docentes entrevistados afirmou estar parcialmente insatisfeitos e apenas 10% apontaram estar parcialmente satisfeitos.

Diante desses resultados, observou-se que, no colégio 1, as opiniões se mostraram mais diversificadas, com tendência a um maior grau de satisfação entre os docentes. Por outro lado, no colégio 2, as respostas se concentraram em níveis de insatisfação, revelando uma percepção menos favorável em relação ao uso das plataformas digitais. A análise comparativa sugere que, enquanto no colégio 1 ocorreu maior equilíbrio entre satisfação e insatisfação, no colégio 2 predominou uma avaliação mais crítica por parte dos docentes. A ausência de respostas

¹⁶ parcialmente satisfeito, se refere que a satisfação é tendenciosa à insatisfação, indica cautela, melhoria.

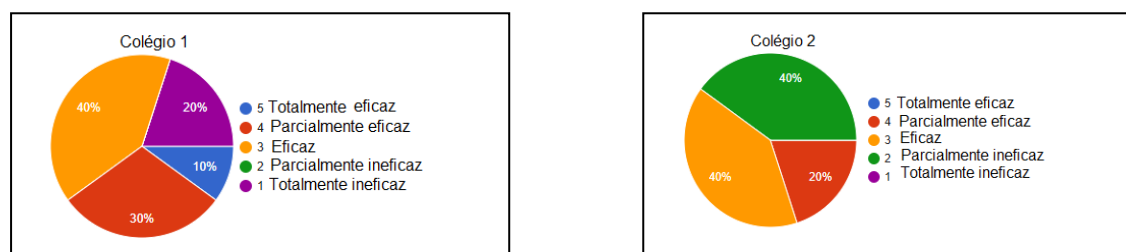
¹⁷ Parcialmente insatisfeito, indica maior tendência a não satisfação, maior insatisfação, não corresponde ao esperado.

indicando satisfação plena reforça esse cenário.

Adiante, a partir das questões abertas, serão exploradas possíveis razões para esse quadro de insatisfação, destacando-se, entre outros fatores, o elevado número de plataformas utilizadas, a obrigatoriedade de postagens e o acompanhamento constante das atividades.

Na questão seguinte, a indagação com os entrevistados se tratou de como os docentes avaliam a eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para seu trabalho em relação ao ensino-aprendizagem; E para isso, deveriam considerar de 1 a 5, sendo que o número 5 é muito eficaz, 4 parcialmente eficaz, 3 eficaz, 2 parcialmente ineficaz e 1 totalmente ineficaz.

Gráfico 5 - Eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para trabalho Docente



Fonte: elaboração própria (2026).

De acordo com o Gráfico 5, tanto no colégio 1 quanto no colégio 2, observa-se que 40% dos docentes entrevistados consideram que o uso de plataformas digitais educacionais em suas práticas pedagógicas é eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, evidenciam-se divergências entre os colégios. Dessa forma, 30% dos docentes do colégio 1, avaliam esse uso como parcialmente eficaz, enquanto, no colégio 2, esse percentual é de 20%. Por outro lado, o que chama atenção, é que colégio 1, um percentual de 20% dos entrevistados afirmou ser totalmente ineficaz o uso, porém 10% disseram ser totalmente eficaz.

No colégio 2, por sua vez, observa-se que 40% dos docentes consideram o uso das plataformas parcialmente ineficaz, enquanto 20% o classificam como parcialmente eficaz. Destaca-se, ainda, que não houve registros de docentes que avaliem o uso como totalmente eficaz ou totalmente ineficaz, indicando uma tendência a percepções mais moderadas e menos polarizadas.

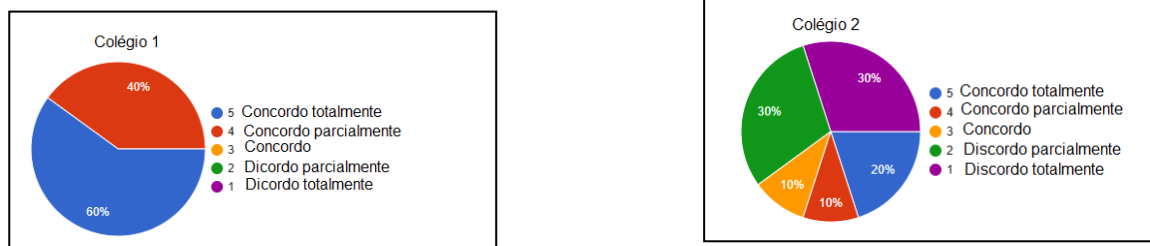
Diante dos dados apontados, infere-se que, no colégio 2, o uso das

plataformas digitais educacionais é percebido como funcional, porém com limitações quanto à sua efetividade no processo de ensino-aprendizagem. Já no colégio 1, tanto de eficácia quanto de ineficácia, sugere a presença de experiências pedagógicas entre os docentes, e a necessidade de familiaridade com as ferramentas e ao contexto institucional.

Nesse sentido, os resultados indicam que, embora as plataformas digitais estejam inseridas no cotidiano escolar, sua eficácia não é percebida de forma homogênea, reforçando a necessidade de análises mais aprofundadas sobre as condições de implementação, uso pedagógico e impactos dessas tecnologias no processo educativo. Ou seja, se constatou uma minoria de apenas 10% que afirmaram ser totalmente eficaz. E diante dessa informação, é importante apontar que já foi mencionado o número considerável de professores insatisfeitos e em sequência o apontamento da minoria quanto a eficácia das plataformas.

Também foi perguntado ao docente, se acredita que o uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação. Para isso deveriam considerar que o número 5, concordo totalmente, 4 concordo parcialmente, 3 concordo, 2 discordo parcialmente e 1 discordo totalmente

Gráfico 6 - Perspectiva docente: Uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação



Fonte: elaboração própria (2026).

Diante do que foi questionado acima, o gráfico 6, aponta que no colégio 1, entre os docentes entrevistados, 60% afirmaram concordar totalmente que o uso de plataformas digitais, de forma obrigatória e em grande quantidade, tende a se tornar cada vez mais comum na educação, enquanto 40% declararam concordar parcialmente. Não houve registros de docentes que discordassem, seja parcialmente ou totalmente, dessa afirmação. Dessa forma, pode-se inferir que, no colégio 1, há um consenso entre os docentes quanto à tendência de ampliação e

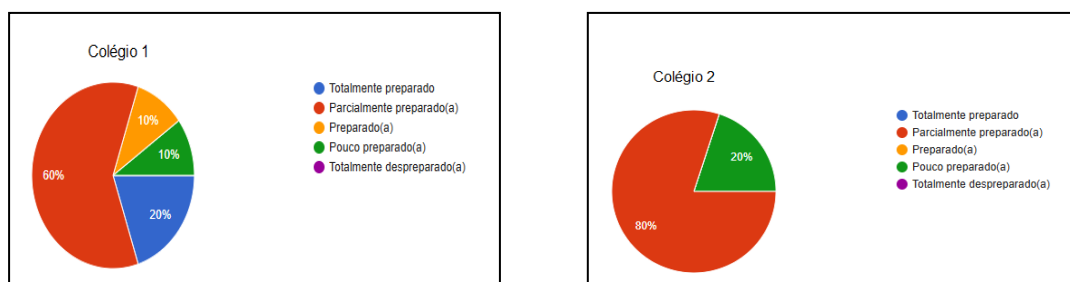
obrigatoriedade do uso dessas plataformas no contexto educacional.

Em relação ao colégio 2, observa-se uma distribuição mais diversificada das respostas, com predominância de posicionamentos críticos. Nesse caso, 30% dos docentes afirmaram discordar totalmente e outros 30% discordar parcialmente da ideia de que o uso obrigatório e intensivo das plataformas digitais se tornará cada vez mais comum. Por outro lado, 20% declararam concordar totalmente, 10% concordar e 10% concordar parcialmente.

A análise desses dados revela que, enquanto no colégio 1 há maior aceitação quanto à expansão das plataformas digitais, no colégio 2 prevalece uma percepção mais crítica e resistente a essa tendência. Ainda assim, de forma geral, os resultados indicam que os docentes reconhecem a permanência e a continuidade do uso dessas ferramentas na educação paranaense, mesmo diante de questionamentos relacionados à ausência de maior participação dos sujeitos envolvidos, como docentes e discentes nos processos decisórios, bem como aos níveis de satisfação observados entre seus usuários.

Ainda foi interpelado aos docentes se sente preparado (a) para utilizar plataformas digitais de forma eficiente no processo educacional.

Gráfico 7 - Visão do Docente em estar preparado (a) para plataformas digitais de forma eficiente no processo educacional



Fonte: elaboração própria (2026).

Analisando o gráfico 7, se tratando do colégio 1, as respostas apresentaram maior diversidade. Entre os docentes entrevistados, 60% afirmaram sentir-se preparados para utilizar plataformas digitais de forma eficiente no processo educacional, enquanto 20% declararam estar totalmente preparados. Por outro lado, 10% indicaram sentir-se apenas preparados e 10% afirmaram sentir-se pouco preparados.

No colégio 2, por sua vez, os resultados apontam que 80% dos docentes se

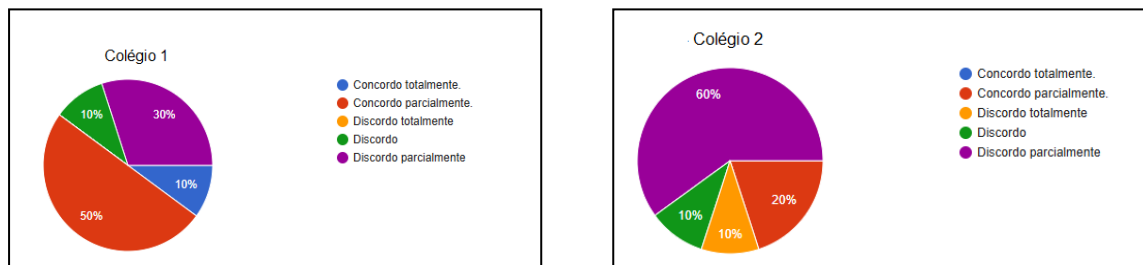
consideram parcialmente preparados, enquanto 20% afirmaram sentir-se pouco preparados para o uso eficiente das plataformas digitais no processo educacional. Destaca-se que, nesse colégio, não houve registros de docentes que se considerem totalmente preparados, preparados ou totalmente despreparados.

Dessa forma, observa-se que, embora os docentes do colégio 2 reconheçam certo nível de preparo para o uso das plataformas digitais, suas respostas indicam uma percepção mais moderada e cautelosa. Já no colégio 1, a presença de respostas mais extremas, tanto de maior preparo, quanto de menor preparo revelando maior heterogeneidade entre os docentes.

De modo geral, em ambos os colégios, predomina a percepção de preparo parcial para o uso das plataformas digitais dos professores (as), o que evidencia a necessidade de aprimoramento contínuo nesse campo. Esse cenário pode estar relacionado ao tempo de experiência docente, às transformações vivenciadas ao longo da carreira e às formações acadêmicas e continuadas realizadas, conforme já discutido anteriormente.

Ainda foi perguntado aos docentes, se concordam com o uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação e a avaliação desse recurso como uma ferramenta educacional capaz de contribuir na melhoria do ensino-aprendizagem. Não se pode esquecer da defasagem de aprendizagem escancarada no Pós Pandemia e que apenas obrigando os professores a fazer uso de plataformas digitais na educação não basta.

Gráfico 8 - Opinião do docente quanto ao uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação contribui na melhoria do ensino-aprendizagem



Fonte: elaboração própria (2026).

Analisando o colégio 1, observa-se que, entre os docentes entrevistados, 50% afirmaram concordar parcialmente com o uso obrigatório das plataformas digitais na educação, reconhecendo esse recurso como uma ferramenta que contribui para a

melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, 30% declararam discordar parcialmente, 10% discordar e 10% discordar totalmente. Destaca-se, portanto, que não houve docentes que afirmaram concordar totalmente, o que indica uma aceitação moderada, mas não plena, em relação ao uso obrigatório dessas ferramentas.

No colégio 2, conforme evidenciado no Gráfico 8, os dados apresentam diferenças significativas em relação ao colégio 1. Entre os docentes entrevistados, 60% afirmaram discordar parcialmente do uso obrigatório das plataformas digitais na educação, embora reconheçam, em alguma medida, seu potencial como ferramenta de apoio ao ensino-aprendizagem. Além disso, 20% declararam concordar parcialmente, enquanto 10% discordam e 10% discordam totalmente. Nesse contexto, observa-se que nenhum docente afirmou concordar totalmente com a obrigatoriedade do uso dessas plataformas.

Ao comparar os dois colégios, percebe-se que, embora haja maior aceitação no colégio 1, ainda assim não se verifica concordância plena quanto ao uso obrigatório das plataformas digitais. Já no colégio 2, predomina uma postura mais crítica, marcada por níveis mais elevados de discordância. Assim, os dados indicam que, de modo geral, os docentes não demonstram adesão integral à obrigatoriedade dessas ferramentas, ainda que reconheçam, em certa medida, seu potencial contributivo para o processo de ensino-aprendizagem.

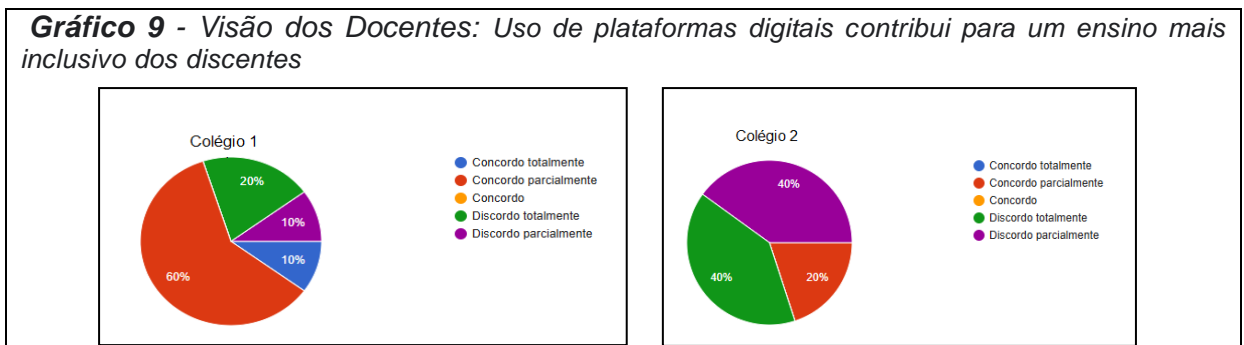
Cabe o alerta de que a urgência vivenciada no processo formativo, questões emocionais dos estudantes juntamente com a pressão por resultados após o retorno das escolas, acaba desconsiderando marcas deixadas pelo período pandêmico no cotidiano pedagógico. (Machado, 2025)

Diante dos apontamentos, percebe-se que não há consenso quanto à contribuição dessas ferramentas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, emergem questionamentos relevantes, especialmente no que diz respeito às condições necessárias para tornar o uso das plataformas digitais educacionais mais eficiente e satisfatório, de modo a adequá-lo às realidades vivenciadas no contexto escolar.

A entrevista, também procurou destacar a importância da inclusão dos alunos da escola como um direito garantido por Lei. (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, capítulo IV do direito à educação, Art. 27, que a Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e

aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem - Brasil, 2015),

Nesse contexto, foi questionado a opinião dos docentes, quanto ao uso de plataformas digitais na contribuição para um ensino mais inclusivo dos discentes.



Fonte: elaboração própria (2026).

Ao analisar a opinião dos docentes acerca da contribuição das plataformas digitais para um ensino mais inclusivo, observa-se que as respostas entre o colégio 1 e o colégio 2 apresentam diferenças significativas, o que justifica uma análise comparativa.

Nesse sentido, no colégio 1, entre os docentes entrevistados, 60% afirmaram concordar parcialmente que o uso de plataformas digitais contribui para a inclusão dos discentes, enquanto, no colégio 2, esse percentual reduz-se para apenas 20%. Em contrapartida, no colégio 1, entre os entrevistados, 20% declararam discordar totalmente, ao passo que, no colégio 2, esse índice é ainda mais elevado, atingindo 40%.

No que se refere à discordância parcial, no colégio 1 apenas 10% dos docentes manifestaram essa posição, enquanto, no colégio 2, esse percentual alcança 40%. Por fim, no colégio 1, apenas 10% dos docentes afirmaram concordar totalmente com a contribuição das plataformas para a inclusão, sendo que, no colégio 2, não houve qualquer menção a essa alternativa.

Diante desse cenário, evidencia-se que, em ambos os colégios, é reduzida a proporção de docentes que reconhecem plenamente o potencial das plataformas digitais para promover um ensino inclusivo. De modo geral, predominam percepções parciais ou críticas, especialmente no colégio 2, onde se observa

maior incidência de respostas de discordância.

Apesar dessas percepções, é importante destacar que mesmo não concordando os docentes continuam a utilizar as plataformas digitais em suas práticas pedagógicas, uma vez que seu uso é instituído de forma obrigatória no contexto educacional analisado.

E como aponta TARDIF, (2014, p 40) “De fato, o corpo docente não é responsável pela definição nem pela seleção dos saberes que a escola e a universidade transmitem”.

Porém, não se pode esquecer, que mesmo não sendo responsável pela escolha dos saberes, o professor é responsabilizado pelos resultados, principalmente negativos.

Dessa forma se questionou os docentes se eles percebem que existe uso efetivo dessas plataformas por parte dos docentes de inclusão. E se eles conseguem acompanhar e desenvolver as atividades propostas de forma inclusiva.

Gráfico 10 - Existe uso efetivo dessas plataformas por parte dos alunos de Inclusão. Eles conseguem acompanhar e desenvolver as atividades propostas de forma inclusiva



Fonte: elaboração própria (2026).

Nessa perspectiva, os docentes entrevistados dos colégios 1 e 2 apresentaram respostas semelhantes, ainda que com diferenças percentuais, conforme indica o Gráfico 10.

No colégio 1, entre os docentes, 50% afirmaram concordar parcialmente quanto ao uso efetivo das plataformas digitais por parte dos alunos da inclusão, enquanto, no colégio 2, esse percentual foi de 30%. Em relação à discordância total, no colégio 1, entre os entrevistados, 30% manifestaram essa posição, ao passo que, no colégio 2, esse índice foi de 10%.

Além disso, 20% dos docentes do colégio 1, afirmaram discordar, enquanto, no colégio 2, observa-se um percentual significativamente mais elevado, com 60%

dos entrevistados declarando discordar da existência de um uso efetivo dessas plataformas pelos alunos da inclusão, bem como da capacidade desses estudantes de acompanhar e desenvolver as atividades propostas de forma inclusiva.

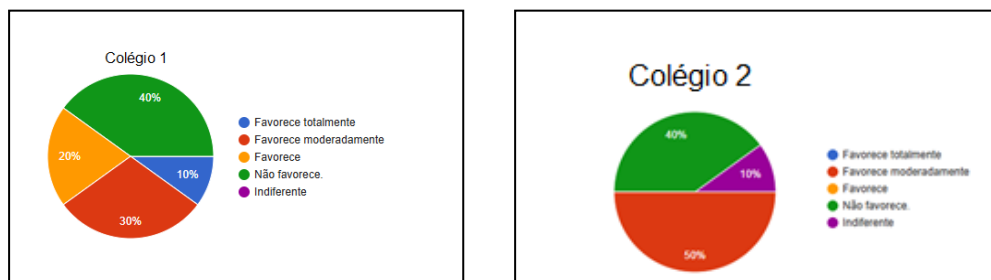
Cabe destacar que, em ambos os colégios, não houve menção de docentes que afirmassem concordar totalmente ou concordar plenamente com a efetividade do uso das plataformas digitais por parte dos alunos da inclusão.

Dessa forma, os dados evidenciam uma percepção predominantemente crítica entre os docentes, indicando limitações no uso das plataformas digitais no que se refere à promoção de práticas efetivamente inclusivas no contexto educacional analisado.

Contudo, é importante destacar o que afirma o Art. 27. No parágrafo único Da LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ao apontara que: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. (Brasil, 2015).

Também foi perguntado aos docentes se acreditam que o uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem tem favorecido a construção do seu conhecimento em comparação ao modelo tradicional, uma vez que as formações dos docentes são praticamente em plataformas e através de *meets*.

Gráfico 11 - Visão dos Docentes: Uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem favorece melhor a construção do seu conhecimento em comparação ao modelo tradicional



Fonte: elaboração própria (2026).

As respostas apresentaram diferenças relevantes ao se comparar os docentes dos colégios 1 e 2, conforme evidenciado no Gráfico 11

Em ambos os colégios, 40% dos docentes entrevistados afirmaram que o uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem não favorece a

construção do conhecimento em comparação ao modelo tradicional.

Dando continuidade à análise comparativa, no colégio 1, entre os entrevistados, 30% afirmaram que o uso das plataformas favorece moderadamente essa construção, enquanto, no colégio 2, esse percentual é mais elevado, atingindo 50%. No colégio 1, ainda, 20% dos docentes afirmaram que o uso das plataformas favorece o processo de construção do conhecimento e 10% indicaram que favorece totalmente. Esses níveis mais positivos de avaliação, no entanto, não foram registrados no colégio 2. Por outro lado, neste último, 10% dos docentes consideraram o uso das plataformas indiferente no processo de ensino-aprendizagem, em comparação ao modelo tradicional.

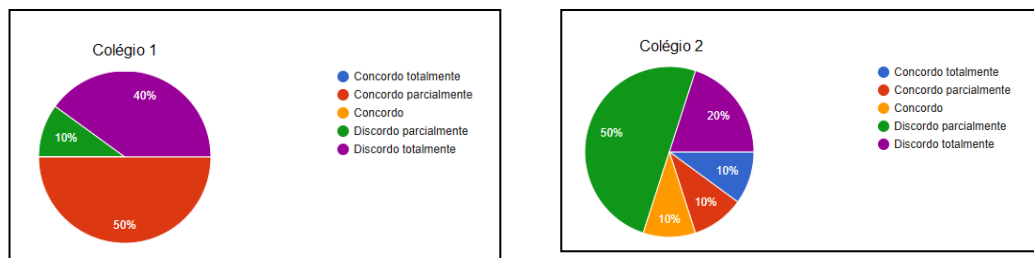
Diante desses dados, observa-se que, no colégio 2, há um cenário de relativo equilíbrio entre percepções moderadamente positivas e avaliações críticas, especialmente quando se somam os percentuais daqueles que afirmam não favorecer com os que consideram indiferente o uso das plataformas.

Em relação ao colégio 1, ao agrupar os percentuais dos docentes que afirmaram que o uso das plataformas favorece, favorece moderadamente e favorece totalmente, percebe-se uma tendência mais favorável à utilização dessas ferramentas no processo de construção do conhecimento, uma vez que o percentual de rejeição direta corresponde a 40%.

Ainda assim, é importante destacar que, em ambos os colégios, o percentual de docentes que avaliam negativamente ou de forma indiferente o uso das plataformas digitais é significativo. Esse cenário revela limites importantes quanto à sua efetividade pedagógica, indicando que, apesar de sua ampla utilização, tais ferramentas ainda não são percebidas de forma consensual como superiores ou plenamente eficazes em relação ao modelo tradicional de ensino.

Na questão seguinte, foi solicitado aos docentes para que fizessem uma análise sobre o encaminhamento que o ensino-aprendizagem está tomando, através do uso de plataformas digitais de forma obrigatória em vários componentes curriculares. Diante disso, deveriam apontar se acreditavam que seu aluno aprende melhor utilizando plataformas digitais do que métodos presenciais tradicionais com atividades de pesquisa e registro no caderno:

Gráfico 12 - Aluno aprende melhor utilizando plataformas digitais obrigatória em vários componentes curriculares do que métodos tradicionais com atividades de pesquisa e registro em cadernos



Fonte: elaboração própria (2026).

Diante do exposto, o Gráfico 12 evidencia, mais uma vez, diferenças significativas entre as respostas dos docentes dos dois colégios.

Se tratando do colégio 1, entre os docentes, 50% afirmaram concordar parcialmente que os alunos aprendem melhor utilizando plataformas digitais obrigatórias em diversos componentes curriculares, em comparação aos métodos tradicionais baseados em atividades de pesquisa e registro em cadernos. No colégio 2, por sua vez, esse percentual reduz-se consideravelmente para apenas 10%.

Dando continuidade à análise, no colégio 1, entre os docentes 40% declararam discordar totalmente dessa afirmação, enquanto, no colégio 2, esse índice é de 20%. Ainda no colégio 1, entre os docentes, 10% afirmaram discordar parcialmente. Já no colégio 2, esse percentual é significativamente mais elevado, atingindo 50%.

Além disso, no colégio 2, observa-se que 10% dos docentes afirmaram concordar e outros 10% concordar totalmente com a afirmação de que os alunos aprendem melhor por meio das plataformas digitais.

Diante desses dados, verifica-se que, no colégio 1, predomina uma posição intermediária, com maior concentração de respostas entre “concordo parcialmente” e “discordo totalmente”, indicando percepções divididas, ainda que com leve tendência à concordância parcial. Por outro lado, no colégio 2, há maior dispersão das respostas, com predominância de discordância parcial (50%), seguida de discordância total (20%), o que evidencia uma percepção mais crítica em relação à eficácia das plataformas digitais no processo de aprendizagem.

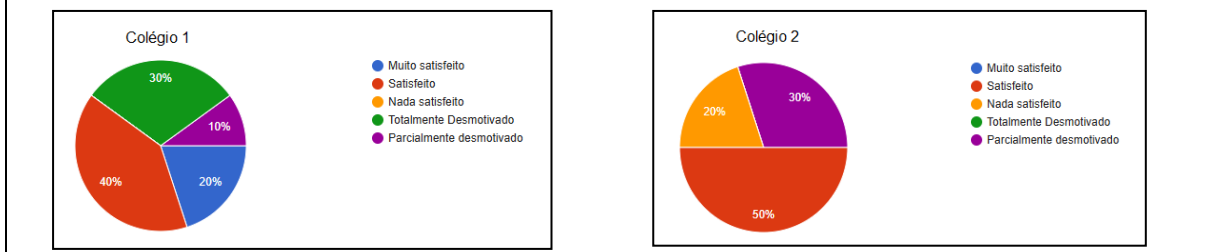
Assim, de modo geral, os dados indicam que, no colégio 2, há menor concordância dos docentes quanto à ideia de que os alunos aprendem melhor por meio do uso obrigatório de plataformas digitais, em comparação aos métodos

tradicionais. Esse cenário reforça a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as condições de uso dessas ferramentas e seus reais impactos no processo de ensino-aprendizagem.

E isso, provavelmente se explica, pois, embora não estar no contexto de Pandemia, dialogando com o tema sobre saberes dos professores, percebeu-se que o saber, a competência e sua pedagogia, dentro da instituição escolar, foram restringidos e contestados. Ademais, se campo de intervenção se restringiu diminuindo sua competência. (TARDIF, 2014). Nesse caminhar, Machado (2025, p.22) afirma que: “Essas rupturas no percurso escolar exigiram dos professores não apenas adaptações metodológicas, mas também reflexões sobre o próprio sentido do trabalho docente em um cenário de crise”.

Durante a entrevista, também perguntado aos docentes para que analisassem seu trabalho, nos últimos anos e principalmente agora, no Pós pandemia do Coronavírus (Covid 2019), seu desempenho melhorou com o uso de plataformas digitais e como se sentem.

Gráfico 13 - A melhora no trabalho e o grau de satisfação do docente utilizando plataformas digitais educacionais no Pós Pandemia (COVID-19)



Fonte: elaboração própria (2026).

De acordo com o gráfico 13, entre os docentes entrevistados, foi possível observar que no colégio 1, e o colégio 2, percebeu-se que as respostas foram diferentes. No colégio 1, entre os docentes, 40% afirmaram que houve melhora em seu trabalho com o uso de plataformas digitais educacionais no período pós-pandemia (COVID-19), a ponto de se considerarem satisfeitos, enquanto, no colégio 2, esse percentual é de 50%. Ainda no colégio 1, entre os entrevistados, 20% declararam estar muito satisfeitos.

Entretanto, chama a atenção, no colégio 1, o fato de que 30% dos docentes afirmaram estar totalmente desmotivados, enquanto 10% relataram estar parcialmente desmotivados. Esses dados indicam que uma parcela significativa dos

docentes demonstra baixos níveis de motivação, o que pode impactar diretamente o engajamento e a qualidade do trabalho pedagógico.

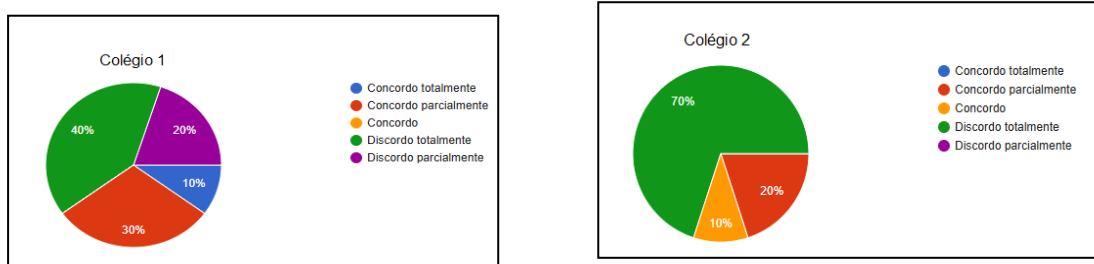
No colégio 2, observa-se um cenário que também merece destaque, uma vez que 30% dos docentes afirmaram estar parcialmente desmotivados e 20% declararam não estar satisfeitos. Esse conjunto de respostas evidencia que, entre esses docentes, há um quadro de insatisfação e desmotivação em relação ao uso das plataformas digitais. Comparativamente, percebe-se que o colégio 2 apresenta um nível mais elevado de insatisfação, especialmente ao se considerar a ausência de docentes que se declaram muito satisfeitos. Por outro lado, diferentemente do colégio 1, não há registro de docentes que se considerem totalmente desmotivados, o que sugere uma distribuição distinta das percepções entre os dois contextos analisados.

Dessa forma, os dados revelam que, embora haja reconhecimento de melhorias no uso das plataformas digitais no período pós-pandemia, persistem níveis significativos de desmotivação e insatisfação entre os docentes, indicando tensões no processo de incorporação dessas tecnologias ao trabalho pedagógico

Para Machado (2025, p.48) “[...] um docente preocupado com as condições de sua atuação tende a apresentar diferentes níveis de motivação, envolvimento e permanência na carreira”. Importante entender que esse grau de motivação pode refletir na qualidade de ensino e até mesmo na saúde dos docentes.

Em relação as plataformas digitais, denominadas pelo governo como ferramentas digitais educacionais, foi perguntado se elas favorecem o desenvolvimento da sua autonomia enquanto docente.

Gráfico 14 - Plataformas digitais ou ferramentas digitais educacionais, favorecem o desenvolvimento da sua autonomia do docente



Fonte: elaboração própria (2026).

De acordo com o Gráfico 14, entre os docentes entrevistados do colégio 1, 40% afirmou discordar totalmente de que as plataformas digitais ou ferramentas

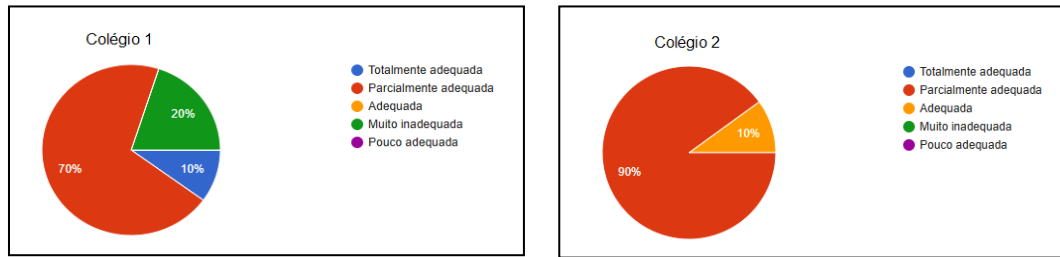
digitais educacionais promovem o desenvolvimento de sua autonomia. No colégio 2, esse percentual é ainda mais elevado, alcançando 70% dos docentes entrevistados.

No colégio 1, entre os docentes, 20% declararam discordar parcialmente dessa afirmação, sendo que essa alternativa não foi mencionada pelos docentes do colégio 2. Por outro lado, ainda no colégio 1, entre os entrevistados, 30% afirmaram concordar parcialmente, enquanto, no colégio 2, esse índice corresponde a 20%. Além disso, no colégio 1, entre os docentes, 10% afirmaram concordar totalmente com a ideia de que as plataformas favorecem o desenvolvimento da autonomia docente, enquanto essa opção não foi registrada no colégio 2. Por fim, no colégio 2, entre os entrevistados, 10% afirmaram concordar com essa afirmação.

Dessa forma, os dados evidenciam que, em ambos os colégios, predomina uma percepção crítica quanto à contribuição das plataformas digitais para o desenvolvimento da autonomia docente, sendo essa percepção mais acentuada no colégio 2. Diante dessas análises, pode-se afirmar que, no colégio 1, apenas uma pequena parcela de 10% dos docentes declarou concordar totalmente com a ideia de que as plataformas digitais favorecem o desenvolvimento de sua autonomia. Já no colégio 2, apenas 10% dos docentes afirmaram concordar com essa afirmação. Assim, observa-se que a grande maioria dos docentes, em ambos os colégios, não reconhece que as plataformas digitais ou ferramentas educacionais contribuem de forma significativa para o desenvolvimento da autonomia docente. Segundo TARDIF, (2014, p 47, 48): “A função dos professores não consistiria mais em formar indivíduos, mas em equipa-los tendo em vista a concorrência implacável que rege o mercado de trabalho”. E, portanto, apenas reproduzir, não há necessidade de autonomia. Nesse caso, os professores, segundo TARDIF, (2014, p 47, 48) “Ao invés de formadores, eles seriam muito mais informadores ou transmissores de informações potencialmente utilizáveis pelos clientes escolares”.

Na questão seguinte, a pergunta realizada aos docentes foi se acreditavam que o uso de plataformas digitais educacionais como ferramenta de auxílio ao professor poderia ser:

Gráfico 15 - *Uso de plataformas digitais educacionais como uma ferramenta de auxílio ao professor*



Fonte: elaboração própria (2026).

Conforme o gráfico 15, é possível perceber que 70% dos docentes entrevistados afirmaram acreditar que o uso de plataformas digitais educacionais como uma ferramenta de auxílio do professor é parcialmente adequado, porém no colégio 2, essa porcentagem é de 90%. No colégio 1, um percentual de 20% afirmou acreditar ser muito inadequado, mas esse requisito não foi mencionado no caso do colégio 2. O mesmo ocorreu no colégio 1, enquanto 10% afirmaram ser muito adequado, o que novamente não foi mencionado pelos docentes do colégio 2. Por fim, no colégio 2 apenas 10% apontaram como adequado o uso de plataformas digitais educacionais como uma ferramenta de auxílio ao professor, o que não foi apontado pelos docentes do colégio 1.

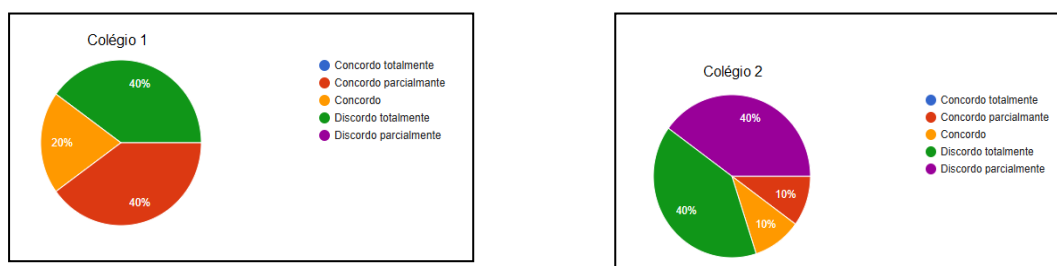
Contudo, diante das análises, percebe-se que o colégio 2, se mostra mais críticos quanto as plataformas como auxílio, não apontando como, totalmente adequada, muito inadequada e pouco adequada, ou seja, pode ser adequada, mas principalmente de forma parcial. Isso pode ser entendido como de forma cautelosa. Todavia o colégio 1, também aponta essa cautela, mas com menor percentual, sendo que ocorreu o apontamento de muito adequado, mesmo sendo uma pequena parcela dos entrevistados.

O que se percebeu, foi que mesmo não sendo adequado, o uso de plataformas ocorre cada vez mais. E sobre isso, TARDIF, (2014, p 47) afirma que: “Os saberes transmitidos pela escola não parecem mais corresponder, senão de forma muito inadequada, aos saberes socialmente úteis no mercado de trabalho”. E que segundo o autor, essa forma inadequada pode levar a desvalorização do que os professores buscam transmitir. E se questiona, (“para que servem exatamente?”). Assim o professor, além de perder autonomia, perde sua função.

Foi perguntado aos docentes se concordavam que durante o processo de implementação no uso de plataformas digitais educacionais, o governo estadual

havia oferecido formação de forma adequada e específica em relação ao uso dessas plataformas digitais aos educadores para utilizarem essas plataformas digitais.

Gráfico 16 - No processo de implementação de plataformas digitais educacionais, o governo estadual ofereceu formação adequada e específica em relação dessas plataformas



Fonte: elaboração própria (2026).

As respostas apresentaram diferenças relevantes ao se comparar os dois colégios. Nesse sentido, ao analisar o colégio 1, conforme o Gráfico 16, observa-se que 20% dos docentes afirmaram concordar que, durante o processo de implementação das plataformas digitais educacionais, o governo estadual ofereceu formação adequada e específica para o uso dessas ferramentas. No colégio 2, esse percentual é reduzido para apenas 10%.

Prosseguindo com a análise, no colégio 1, entre os docentes, 40% afirmaram concordar parcialmente com essa afirmação, enquanto, no colégio 2, esse índice corresponde a apenas 10%. Por outro lado, em ambos os colégios, verificou-se um percentual idêntico de 40% dos docentes que afirmaram discordar totalmente, evidenciando uma percepção crítica compartilhada entre os grupos.

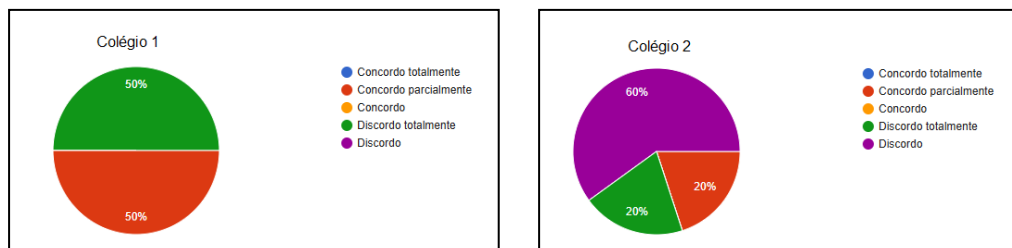
Além disso, no colégio 2, entre os docentes 40% afirmaram discordar parcialmente de que houve oferta de formação adequada e específica durante o processo de implementação das plataformas digitais educacionais.

Diante desses dados, destaca-se que, no colégio 2, um percentual expressivo de docentes, somando aqueles que discordam totalmente e parcialmente, não reconhece que o governo estadual tenha oferecido formação adequada para o uso das plataformas digitais. Já no colégio 1, observa-se um cenário mais equilibrado, com empate entre os que concordam parcialmente e os que discordam totalmente. No entanto, ao se considerar também os que afirmaram concordar, percebe-se uma leve tendência de maior reconhecimento, nesse colégio, de que houve algum nível de formação ofertada. Apesar da concordância, quanto a falta de formação no

momento necessário, o que se percebeu, e que ficou claro que, como apontou Machado (2025), o conhecimento dos professores não tem sido devidamente valorizado.

Também foi indagação sobre o protagonismo ou engajamento dos estudantes, se tratando das plataformas como auxílio no trabalho docente, na realização das atividades propostas, se foi possível perceber melhoria da qualidade e participação dos discentes.

Gráfico 17 - Plataformas digitais: Protagonismo/engajamento do discente, melhoria da qualidade e auxílio do trabalho docente



Fonte: elaboração própria (2026).

Ao analisar as respostas, conforme o Gráfico 17, observa-se certa diversificação entre os docentes entrevistados nos dois colégios. No colégio 1, verificou-se um empate nas respostas: 50% dos docentes afirmaram discordar totalmente de que as plataformas digitais proporcionam protagonismo e engajamento discente, melhoria da qualidade do ensino e auxílio ao trabalho docente, enquanto os outros 50% afirmaram concordar parcialmente com essa afirmação.

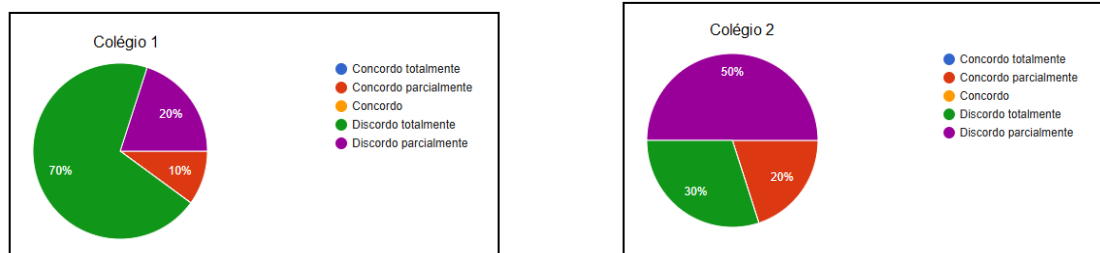
Já no colégio 2, os percentuais foram mais distribuídos, sendo que 20% dos docentes afirmaram discordar totalmente e outros 20% concordar parcialmente. Entretanto, o dado mais significativo refere-se à ausência de respostas que indiquem concordância plena: em nenhum dos dois colégios houve menção de docentes que afirmassem concordar ou concordar totalmente com a ideia de que as plataformas digitais promovem o protagonismo e o engajamento dos discentes, bem como a melhoria da qualidade do ensino e o suporte ao trabalho docente. Esse cenário evidencia uma percepção predominantemente crítica por parte dos docentes, indicando cautela quanto a efetividade das plataformas digitais nos aspectos pedagógicos analisados.

A questão seguinte, trouxe mais um ponto de reflexão importante, que foi a

questão do apoio pedagógico, entendendo que tecnologia falha, não funciona nos momentos mais inusitados e, portanto, durante as aulas nos deixam na mão. Diante disso, foi questionado aos docentes entrevistados se existe suporte da Secretaria de Educação (SEED), ou da escola para lidar com problemas ou desafios relacionados às plataformas cotidianamente.

Foi possível perceber que, embora as respostas apresentem categorias semelhantes entre os dois colégios, os percentuais diferem de forma significativa.

Gráfico 18 - Existe suporte da Secretaria de Educação (SEED), ou da escola com às plataformas cotidianamente



Fonte: elaboração própria (2026).

Diante disso, no colégio 1, um percentual expressivo de 70% dos docentes entrevistados afirmou discordar totalmente da existência de suporte contínuo por parte da Secretaria de Educação (SEED), ou da própria escola em relação ao uso das plataformas digitais. Já no colégio 2, esse percentual é consideravelmente menor, atingindo 30%. Diante dessa discrepância, torna-se pertinente questionar os fatores que explicam tal diferença na percepção de apoio entre os dois contextos escolares. Nesse cenário, de acordo com Machado (2025, p. 38). “A modernidade, embora tenha promovido avanços tecnológicos e facilitado o acesso à informação, também impulsionou o consumismo, o individualismo, o distanciamento social e a intensificação da exploração laboral”.

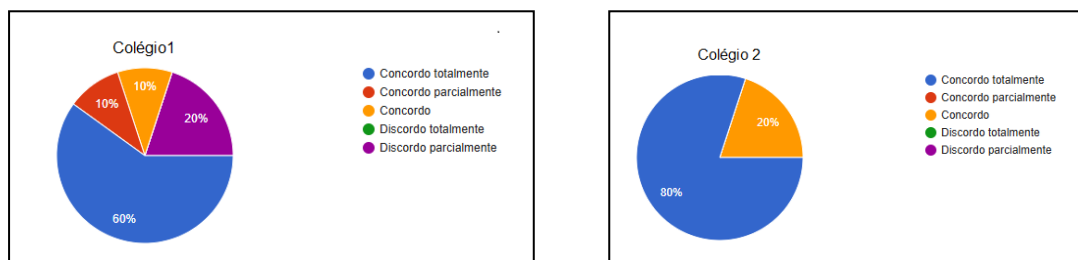
Prosseguindo com a análise, no colégio 1, entre os docentes, 20% afirmaram discordar parcialmente da existência de suporte contínuo, enquanto, no colégio 2, esse percentual é significativamente mais elevado, alcançando 50%. Por fim, no colégio 1, apenas 10% dos docentes afirmaram concordar parcialmente com a existência de suporte por parte da Secretaria de Estado da Educação (SEED) ou da escola no uso cotidiano das plataformas digitais, ao passo que, no colégio 2, esse percentual é de 20%.

Diante dos dados apresentados no gráfico, observa-se que, em ambos os

colégios, não houve menção de docentes que afirmassem concordar ou concordar totalmente com a existência de suporte contínuo. Esse resultado reforça a percepção de fragilidade no apoio institucional ao uso das plataformas digitais, no cotidiano escolar.

Ainda se questionou, se os docentes entrevistados perceberam indícios de massificação (grande número de plataformas digitais educacionais) influenciadas por empresas privadas em parcerias com a educação paranaense.

Gráfico 19 - Massificação (grande número de plataformas digitais educacionais) influenciadas por empresas privadas em parcerias com a educação paranaense



Fonte: elaboração própria (2026).

Para melhor compreensão, observa-se o Gráfico 19, que evidencia a percepção dos docentes acerca do processo de massificação das plataformas digitais educacionais, influenciado por parcerias com empresas privadas na educação paranaense.

No colégio 1, entre os docentes, 60% afirmaram concordar totalmente que esse processo de massificação está ocorrendo, enquanto, no colégio 2, esse percentual é ainda mais elevado, atingindo 80%. Ainda no colégio 1, entre os entrevistados, 10% dos docentes afirmaram concordar com essa afirmação, ao passo que, no colégio 2, esse índice aumenta para 20%. Ainda no colégio 1, entre os entrevistados, 10% afirmaram concordar parcialmente, enquanto 20% declararam discordar parcialmente.

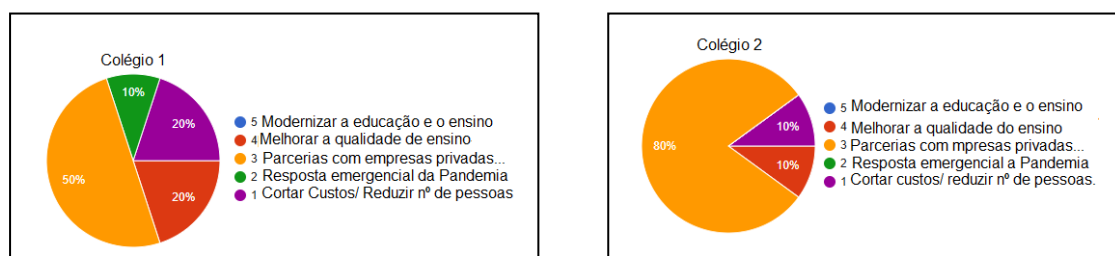
O aspecto que chama a atenção é o elevado percentual de docentes que concordam totalmente com a existência desse processo de massificação. Além disso, não houve menção, em nenhum dos colégios, de docentes que afirmassem discordar totalmente com essa afirmação.

Os dados indicam uma percepção entre os docentes de que há, um processo de ampliação significativa do uso de plataformas digitais educacionais, associado à

atuação de empresas privadas em parceria com a educação pública paranaense. Esse cenário reforça a necessidade de reflexões críticas sobre os impactos dessa massificação no contexto educacional, especialmente no que se refere à autonomia docente, à qualidade do ensino e às dinâmicas de gestão pedagógica.

Também foi perguntado aos docentes se na percepção deles, as Políticas públicas no estado do Paraná com a intensificação do uso de plataformas digitais pela rede estadual, apontam para modernizar, melhorar a qualidade, adquirir parcerias com empresas privadas, cortar custos e reduzir o número de pessoas na educação paranaense. Os entrevistados deveriam utilizar a numeração para responder. Sendo assim, o número 5 para: modernizar a educação e o ensino paranaense, 4 para: melhoria e qualidade de ensino- aprendizagem; 3 para: parcerias com empresas privadas transferindo parte da gestão educacional à iniciativa privadas; 2 para: uma resposta emergencial à pandemia e que vem criando força a cada ano; 1 para: cortar custos e reduzir o número de pessoas na educação paranaense.

Gráfico 20 - Políticas públicas no estado do Paraná com a intensificação do uso de plataformas digitais pela rede estadual tem por função:



Fonte: elaboração própria (2026).

Diante desse questionamento, a partir da análise do Gráfico 20, é possível compreender que, no colégio 1, um percentual de 50% ou metade dos docentes apontou a opção 3, que corresponde à percepção de que as parcerias com empresas privadas têm transferido parte da gestão educacional à iniciativa privada. Em comparação, no colégio 2, esse percentual é ainda mais expressivo, atingindo 80% dos docentes. Tanto no colégio 1 quanto no colégio 2, foi indicada a opção 1, que se refere à compreensão de que essas políticas visam à redução de custos e à diminuição do número de profissionais na educação paranaense. Essa alternativa foi apontada por 20% dos docentes do colégio 1 e por 10% dos docentes do colégio 2.

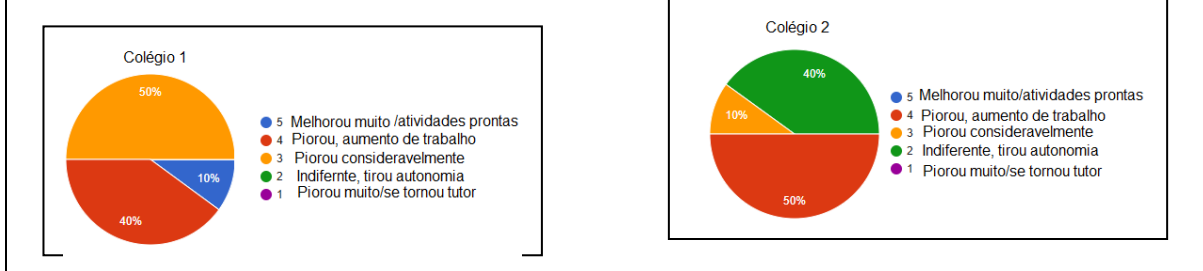
A opção 4, relacionada à melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, foi mencionada no colégio 1, por 20% dos docentes enquanto, no colégio 2, esse percentual foi de 10%. No colégio 1, ainda, 10% dos docentes assinalaram a opção 2, que compreende o uso das plataformas digitais como uma resposta emergencial à pandemia, a qual vem se consolidando ao longo do tempo. Essa alternativa, entretanto, não foi mencionada pelos docentes do colégio 2. Cabe destacar que, em ambos os colégios, não houve indicação da opção 5, que se refere à ideia de modernização da educação e do ensino paranaense.

Os dados indicam que a maioria dos entrevistados percebe as políticas públicas educacionais no estado do Paraná, no contexto de intensificação do uso de plataformas digitais, como fortemente associadas a parcerias com empresas privadas, implicando a transferência da gestão educacional à iniciativa privada. Além disso, parte dos docentes também relaciona essas políticas à redução de custos e à diminuição do quadro de profissionais, enquanto uma parcela menor reconhece possíveis contribuições para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, se tratando de Políticas públicas, Secchi e Souza (2015, p. 80) afirmam que “as políticas públicas são diretrizes elaboradas para o enfrentamento de um problema público”. E, portanto, no estado do Paraná com a intensificação do uso de plataformas digitais pela rede estadual e diante dos apontamentos já realizados, o que se percebe, é que vem ocorrendo o contrário, sendo que o governo, vem transferindo o problema da educação para empresas privadas através de implementação de plataformas digitais educacionais e privatizações de escolas. Enquanto na verdade, deveria dialogar com os profissionais da Educação, que estão “no chão da escola”, para saber a real necessidade dos ambientes escolares.

Na questão seguinte, foi perguntado aos docentes entrevistados se acreditam que o trabalho deles: 5 - melhorou muito devido as atividades estarem prontas; 4 - Piorou, pois aumentou meu tempo de trabalho, pois preciso postar, acompanhar, incentivar e corrigir as atividades; 3 - Melhorou consideravelmente, pois reduziu meu tempo de trabalho na realização de atividades; 2 - Indiferente, pois reduziu meu tempo de trabalho, mas me tirou a autonomia nas atividades; 1 - Piorou muito, apenas consigo ser tutor em sala.

Gráfico 21 - Uso das plataformas digitais educacionais na educação paranaense como recurso no trabalho docente

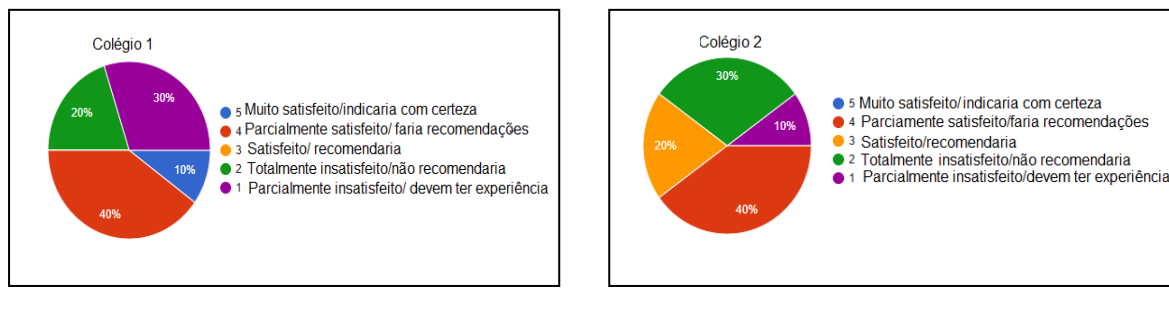


Fonte: elaboração própria (2026).

Diante do questionamento, as respostas apresentaram diferenças entre os dois colégios. Para melhor compreensão, observa-se o Gráfico 21. No colégio 1, entre os docentes, 50% ou a metade indicaram a opção 3, que se refere à percepção de melhora, associada à redução do tempo de trabalho na realização de atividades. No entanto, no colégio 2, apenas 10% compartilharam dessa mesma percepção. Por outro lado, o que chama a atenção é a aproximação entre os dois colégios na indicação da opção 4, que expressa a percepção de piora, associada ao aumento do tempo de trabalho docente, em função da necessidade de postar, acompanhar, incentivar e corrigir atividades nas plataformas digitais. No colégio 1, foram 40% que apontaram essa alternativa, enquanto, no colégio 2, esse percentual foi de 50%. Ainda conforme o Gráfico 21, observa-se que apenas uma pequena parcela correspondente a 10% dos docentes do colégio 1, indicou a opção 5, afirmando que houve melhora significativa devido ao fato de as atividades já estarem previamente estruturadas ou prontas nas plataformas.

Foi perguntado sobre o grau de satisfação em relação as mudanças na educação paranaense durante e pós pandemia do COVID 19, com o uso das plataformas digitais como ferramentas educacionais, use número de 1 a 5 indicando o quanto você indicaria a outra pessoa ser professor na rede do Paraná. Sendo que: 5 Muito satisfeito, indicaria com certeza; 4 - Parcialmente satisfeito, faria algumas recomendações; 3 - Satisfeito. Recomendaria; 2 - Totalmente insatisfeito, não recomendaria; 1 - Parcialmente insatisfeito, mas acredito que todos devem ter a experiência.

Gráfico 22 - Grau de satisfação dos Docentes em relação as mudanças na educação paranaense durante e pós pandemia do COVID 19, com o uso das plataformas digitais



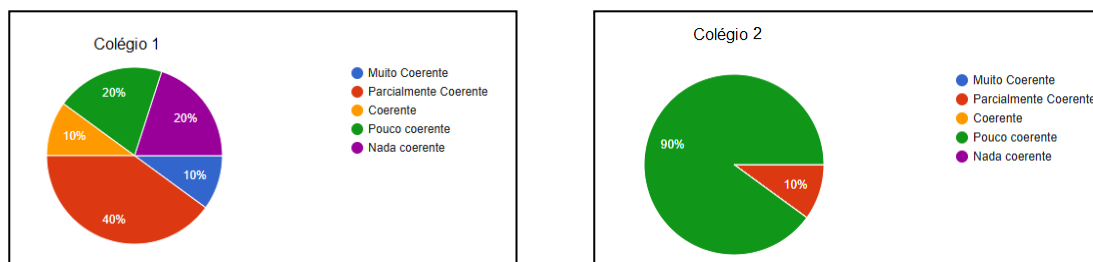
Fonte: elaboração própria (2026).

Diante do questionamento, as respostas apresentaram certa diversificação ao se comparar os docentes entrevistados dos colégios 1 e 2, conforme evidenciado no Gráfico 22.

Nesse sentido, tanto no colégio 1 quanto no colégio 2, um percentual de 40% dos docentes indicou a opção 4, afirmando estar parcialmente satisfeito e que faria algumas recomendações. No colégio 1, observa-se ainda que 30% dos docentes assinalaram a opção 1, indicando estarem parcialmente insatisfeitos, embora considerem importante que todos tenham essa experiência; no colégio 2, esse percentual é de 10%. Ainda no colégio 1, entre os docentes, 20% indicaram a opção 2, afirmando estarem totalmente insatisfeitos e que não recomendariam. Em comparação, no colégio 2, esse percentual é mais elevado, alcançando 30%. Apenas no colégio 1, e de forma pouco expressiva, 10% dos docentes indicaram a opção 5, demonstrando estarem muito satisfeitos e que recomendariam com convicção. Por outro lado, no colégio 2, entre os entrevistados, 20% assinalaram a opção 3, indicando estarem satisfeitos e que recomendariam. Observa-se, portanto, que os docentes demonstram certa cautela em suas avaliações, uma vez que a maioria aponta satisfação parcial e insatisfação. A parcela que se declara totalmente satisfeita é reduzida, o que reforça uma percepção crítica em relação ao uso das plataformas digitais educacionais.

O uso de plataformas digitais educacionais tem se consolidado como ferramenta pedagógica em diferentes níveis de ensino no paranaense. Diante disso, foi que questionado aos docentes entrevistados, na sua visão, a implementação dessas políticas públicas que amplia cada vez mais o uso de plataformas digitais na educação pública ocorre de forma:

Gráfico 23 - Políticas públicas com a ampliação de Plataformas digitais educacionais como ferramenta pedagógica na educação pública ocorre de forma



Fonte: elaboração própria (2026).

O gráfico 23 faz alusão as respostas que apresentaram variações significativas, sobretudo no colégio 1. Nesse colégio, 40% dos docentes entrevistados afirmaram que o uso de plataformas digitais educacionais, enquanto ferramenta pedagógica vinculada à implementação de políticas públicas que ampliam progressivamente sua adoção na educação pública, ocorre de forma parcialmente coerente. No colégio 2, por sua vez, esse percentual é consideravelmente menor, atingindo apenas 10%. No colégio 2, o elevado percentual de 90% dos docentes classificou como pouco coerente o uso dessas plataformas no contexto das políticas públicas educacionais. Em contraste, no colégio 1, esse percentual corresponde a 20%. Ainda no colégio 1, observa-se que 20% dos docentes consideram o uso ocorre como nada coerente. Por outro lado, 10% afirmaram que o consideram coerente, e outros 10% o classificaram como muito coerente.

É possível perceber que, embora uma parcela expressiva dos docentes questione a coerência dessas políticas, o uso delas permanece como uma exigência no cotidiano escolar. Esse cenário indica certa tensão entre imposições institucionais e a percepção docente sobre sua efetividade pedagógica. E isso leva a um entendimento de os professores e a escola vem perdendo sua importância e como afirma TARDIF, (2014, p 47) “Trata-se da erosão do capital de confiança dos diferentes grupos sociais nos saberes transmitidos pela escola e pelos professores”.

5.1.2 Apontamento ou percepção dos docentes dos Colégios 1 e 2 em relação as Plataformas (questões abertas)

Com o intuito de fomentar melhor as informações sobre o que pensam os docentes em relação ao uso de plataformas digitais educacionais na rede pública

paranaense, foram realizadas também algumas questões abertas para que os docentes pudessem expressar suas opiniões de forma mais clara e adequada sobre as ferramentas educacionais digitais utilizadas da educação paranaense e que vem impactando no processo do ensino-aprendizagem e no trabalho dos atores principais responsáveis por todo esse processo educacional.

Diante da situação, na questão 2, foi indagado aos docentes entrevistados, se existe a obrigatoriedade do uso de plataformas digitais educacionais no seu componente curricular; para quais finalidades costumam fazer uso dessas plataformas; se acreditam que é uma ferramenta auxiliar em seu trabalho e por quê; Se tratando do colégio 1, as respostas foram de que:

Na minha disciplina tenho que dar conta de 3 plataforma, leia Paraná, redação e quizzes. É uma loucura a pressão exercida sobre o uso, já que está vinculado a nota da direção também. As plataformas têm aspectos positivos e negativos. As vezes aparece que o aluno leu (pois ele pode colocar áudio livro), mas não garante que leu de fato. Acredito que investir em livros físicos seria mais proveitoso. A redação é interessante em alguns aspectos, pois aprendem a digitar, substituir as palavras repetidas e ampliar vocabulário. Porém gosto de corrigir redação no caderno pois vou marcando e mostrando os erros. Quizzes eu gosto, mas acredito que a quantidade é que prejudica, pois, todas as disciplinas postam e acabam gerando uma sobrecarga para o aluno que acaba fazendo de qualquer jeito (Docente A).

Sim. Para a realização das programações propostas pelo componente. Programação e Robótica (docente B).

Em História existe a aplicação de quizizz, a maior parte dos estudantes não faz, é muito estressante ter que ficar cobrando o uso da plataforma, as atividades realizo em sala dão mais resultado, pois posso acompanhar em tempo real (Docente C).

Não existe a obrigatoriedade. Posto as atividades com o objetivo de retomada conteúdo. Sim. As atividades são muito interessantes (Docente D).

Sim, existe A plataforma em questão é a Khan Academy, e seria um suporte ao gerenciamento de sala de aula, atendendo no quesito de resolução de exercícios e aprofundam ento dos mesmos. Seria uma plataforma auxiliar se não houvesse a obrigatoriedade, pois a utilizaria apenas quando fosse necessário, e não baseada no "tempo de uso" que em momento algum consegue mensurar o aprendizado do aluno (Docente E).

Ocorre o incentivo. Utilizo o Desafio Paraná, para a revisão de conteúdo. Devido ao tempo ser curto das aulas, não consigo explorar em sala com eles, muitas vezes fica como tarefa (Docente F).

Sim, inglês Paraná teens, auxilia parcialmente porque se aluno erra já aparece a resposta pra ele não o deixa pensar (Docente G).

Existe a obrigatoriedade do uso de plataformas digitais educacionais no seu componente curricular? SIM Para quais finalidades você costuma fazer uso dessas plataformas? APERFEIÇOAR OS CONHECIMENTOS Você acredita que é uma ferramenta auxiliar em seu trabalho ou não? Por quê? SIM, AUXILIA. AJUDA A RETOMAR OS CONTEÚDOS DE FORMA DIFERENTE

À SALA DE AULA TRADICIONAL (Docente H).

Existe a obrigatoriedade. Uso as plataformas uma vez por semana como retomada de conteúdo e aprofundamento. Acredito que seriam excelentes ferramentas se usadas da forma correta, porém a maioria dos alunos não tem consciência da importância e da forma correta de como utilizá-las. Fazem as atividades de qualquer jeito, copiam uns dos outros, e com isso, perdem o sentido (Docente I).

Sim, há uma crescente obrigatoriedade e incentivo ao uso de plataformas digitais educacionais no componente curricular, e acredito que elas se tornaram uma ferramenta extremamente útil e enriquecedora no meu trabalho. Costumo utilizá-las para diversificar as metodologias de ensino, promover uma leitura mais diversificada, produção de textos que ampliam o aprendizado e senso crítico do aluno, facilitar o acesso dos alunos a materiais complementares, aplicar atividades interativas e acompanhar o progresso individual de cada estudante. Essas plataformas ampliam as possibilidades de aprendizagem, promovem maior engajamento e permitem uma comunicação mais direta com os alunos, mesmo fora do ambiente físico da sala de aula. Vejo essas tecnologias como aliadas importantes na construção de um ensino mais dinâmico, acessível e personalizado (Docente J).

E as respostas inerentes ao colégio 2, foram as seguintes:

Sim, existe uma obrigatoriedade velada! Oficialmente afirma-se que as plataformas são de uso facultativo como instrumento de "apoio" aos professores, mas internamente existe pressões e cobranças para a produção de metas estabelecidas pelo governo, pressionando as gestões que, por sua vez, pressionam os professores. Faço uso esporádico dos Quizziz quando pressionado para o cumprimento de metas e desafios e penso que a plataforma poderia ser uma ferramenta útil, desde que se respeite a autonomia dos professores quanto as práticas metodológicas e o contexto de uso, sem pressões para o cumprimento de metas impostas. (Docente 1).

Auxilia sim, dá um direcionamento, complemento, onde minha prática educacional é desenvolvida de acordo com as dificuldades e o conhecimento dos alunos. As plataformas seriam algo a mais para contribuir no processo de ensino aprendizagem (Docente 2).

Não é obrigatório, porém é cobrado. Em matemática é utilizada para resolução de exercícios extras. A intenção é auxiliar o trabalho do professor sim, porém muitos estudantes não levam a sério. Se realmente fizessem com dedicação com certeza teríamos uma melhora no aprendizado (Docente 3).

Sim. Ajuda por ser desafiador para os alunos...por outro lado tem alguns alunos que não tem meios eletrônicos para fazer em casa (Docente 4).

Nunca tive acesso a documento de obrigatoriedade, entretanto temos os embaixadores e diretores sempre repassando a necessidade da plataforma ter acesso que mostre verde no relatório. 50% das minhas aulas semanais devem ser realizadas na plataforma. A ferramenta pode auxiliar sim quando bem estruturada sem a necessidade de apenas números, mas sim eficácia nos exercícios (Docente 5).

Sim. A "obrigatoriedade" se faz presente quando o sistema de acompanhamento BI afere o engajamento dos estudantes. Assim, as plataformas se constituem uma extensão da sala de aula, sobretudo no que

concerne as tarefas/atividades. Creio sim que as plataformas auxiliam, mas a sobrecarga as torna algo massificado e não atraente ao aluno (Docente 6).

Sim. Quizziz (Docente 7).

Existe, deveria ser uma ferramenta de auxílio e não obrigatória (Docente 8).

De modo geral, ao analisar as respostas dos docentes entrevistados do colégio 1, observa-se que apenas o docente D afirmou não haver obrigatoriedade no uso de plataformas digitais. Os demais, de forma direta ou indireta, indicaram a existência dessa obrigatoriedade, evidenciada por situações de cobrança e, em alguns casos, de pressão para a realização das atividades. Os docentes reconhecem as plataformas ferramenta de apoio ao trabalho pedagógico capaz de contribuir para o engajamento dos estudantes, desde que utilizadas de forma adequada. No entanto, também foram apontadas ressalvas importantes, como a geração de sobrecarga para os alunos, que, muitas vezes, realizam as atividades de maneira superficial. Além disso, os docentes destacam a necessidade de manutenção de recursos tradicionais, como os livros físicos de leitura. Mencionam, ainda, o uso de ferramentas como o Quizizz, ressaltando, contudo, que muitos estudantes não participam efetivamente das atividades propostas. Nesse sentido, relatam a constante necessidade de cobrança, que o torna desgastante, sendo que as atividades realizadas em sala de aula tendem a apresentar melhores resultados, uma vez que permitem o acompanhamento em tempo real do aprendizado dos estudantes.

A exemplo, foi apontado pela Docente A do colégio 1, (2025), ao afirmar que:

[...]. As plataformas têm aspectos positivos e negativos. As vezes aparece que o aluno leu (pois ele pode colocar áudio livro), mas não garante que leu de fato [...]", [...] mas acredito que a quantidade é que prejudica, pois, todas as disciplinas postam e acabam gerando uma sobrecarga para o aluno que acaba fazendo de qualquer jeito.

Portanto, a partir do relato do docente, é possível compreender que o uso das plataformas digitais apresenta tanto aspectos positivos quanto negativos. Contudo, destaca-se a exigência de utilização simultânea de múltiplas plataformas, denominada aqui como um processo de massificação, bem como a existência de forte pressão institucional quanto ao seu uso. Soma-se a isso a percepção de que os estudantes conseguem, com facilidade, burlar o sistema, o que evidencia, de forma

indireta, limitações pedagógicas e aponta para uma possível redução da autonomia docente na definição de suas práticas de ensino.

Nesse sentido, é relevante destacar a afirmação de um dos docentes, ao sugerir que: “[...] Seria uma plataforma auxiliar se não houvesse a obrigatoriedade, pois a utilizaria apenas quando fosse necessário, e não baseada no "tempo de uso" que em momento algum consegue mensurar o aprendizado do aluno”. (Docente E, 2026).

Dessa forma, observa-se que, na percepção dos docentes entrevistados, as plataformas digitais podem constituir ferramentas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, desde que utilizadas de maneira pontual e estratégica, especialmente na elaboração de atividades voltadas à fixação de conteúdo. No entanto, quando implementadas de forma obrigatória e sob pressão institucional, tendem a gerar efeitos contrários aos esperados. O texto dialoga com Machado (2025, p. 37), “Nesse cenário de intensificação das exigências sobre o trabalho docente, marcado pela ampliação de funções e pela sobrecarga emocional, torna-se inevitável refletir sobre os impactos dessas transformações na saúde física e mental dos professores”.

Prosseguindo com a análise, no que se refere aos docentes entrevistados do colégio 2, observa-se que apenas dois afirmaram não haver obrigatoriedade no uso das plataformas. No entanto, tais respostas revelam certa inconsistência, uma vez que esses mesmos docentes relataram a existência de cobranças quanto à realização de atividades e ao acesso às plataformas digitais, o que sugere a presença de mecanismos indiretos de imposição. Os demais todos apontaram a obrigatoriedade, como afirma alguns dos docentes entrevistados:

Sim, existe uma obrigatoriedade velada! Oficialmente afirma-se que as plataformas são de uso facultativo como instrumento de "apoio" aos professores, mas internamente existe pressões e cobranças para a produção de metas estabelecidas pelo governo, pressionando as gestões que, por sua vez, pressionam os professores. [...] (Docente 2, 2025).

Nunca tive acesso a documento de obrigatoriedade, entretanto temos os embaixadores e diretores sempre repassando a necessidade da plataforma ter acesso que mostre verde no relatório. 50% das minhas aulas semanais devem ser realizadas na plataforma. A ferramenta pode auxiliar sim quando bem estruturada sem a necessidade de apenas números, mas sim eficácia nos exercícios. (Docente 5);

Tanto o docente 2, quanto o docente 5, afirmaram a existência da obrigatoriedade do uso das plataformas educacionais, apesar de não ter

documentos que oficializem o uso delas. No entanto, o docente 6 comprova essa obrigatoriedade, ao afirmar que: “Sim. A "obrigatoriedade" se faz presente quando o sistema de acompanhamento BI afere o engajamento dos estudantes [...]”. (Docente 6). Nessa perspectiva, o docente 3, reforça a situação: “Não é obrigatório, porém é cobrado. Em matemática é utilizada para resolução de exercícios extras. A intenção é auxiliar o trabalho do professor sim, porém muitos estudantes não levam a sério [...]”. (Docente 3, 2026).

Diante do exposto, observa-se que a maioria dos docentes apontou a obrigatoriedade no uso das plataformas digitais, evidenciada pela existência de aplicativos, ferramentas e mecanismos de monitoramento voltados ao acompanhamento do acesso e da realização das atividades, conforme destacado, sobretudo, pelos docentes 2, 5 e 6.

Na visão dos docentes, é importante ressaltar que as plataformas digitais poderiam constituir ferramentas úteis ao processo de ensino-aprendizagem, como instrumentos de apoio, capazes de auxiliar no direcionamento das atividades de acordo com as dificuldades dos estudantes. Nesse sentido, poderiam contribuir como extensão da sala de aula, especialmente no que se refere à realização de tarefas e atividades.

Os docentes destacam que, para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que tais plataformas sejam melhor estruturadas, priorizando não apenas indicadores quantitativos, mas, sobretudo, a qualidade e a eficácia pedagógica das atividades propostas. Além disso, ressaltam a importância de que seu uso respeite a autonomia docente no que diz respeito às práticas metodológicas, evitando a imposição de metas e cobranças excessivas, como vem sendo observado no atual processo de implementação, como afirma o docente entrevistado apontando que: “Creio sim que as plataformas auxiliam, mas a sobrecarga as tornam algo massificado e não atraente ao aluno”, (Docente 6, 2026). Trata-se de um novo modelo. Segundo Machado (2025, p. 38). “O modelo de sociedade pautado pelo produtivismo e pela racionalidade técnica impôs novas formas de controle e avaliação do trabalho, muitas vezes desconsiderando as dimensões humanas, subjetivas e relacionais da docência”.

Foi solicitado aos docentes para que apontassem se acreditam que a decisão de implementar diversas plataformas digitais na educação do estado paranaense foi discutida com a comunidade escolar, incluindo o professor, equipe pedagógica;

também foi pedido a opinião dos docentes, sobre quais os principais fatores que levou o Estado do Paraná a adotar plataformas digitais como ferramentas auxiliar na educação paranaense. Diante desses questionamentos, eis que as respostas dos docentes do colégio 1 foram as seguintes:

Nunca foi discutido, nunca foi realizada pesquisa sobre o que é bom ou ruim, ou o que deveria mudar na implementação das mesmas. De novo digo que é positivo implementar plataformas digitais, o problema no estado do Paraná é a quantidade exagerada (Docente A).

Não. Apenas imposta. Sem a devida formação aos professores (Docente B).

Nunca foi discutido com ninguém, foi implementado do dia para noite, nós tivemos que aprender a mexer nos recursos sozinhos, depois de várias semanas é que fizeram uma live dando algumas informações, e a formação veio meses depois. Acredito que os fatores que levaram o governo a implantar as plataformas foi financeiro. Algum contrato com empresas que poderiam dar algum retorno a ele (Docente C).

Não foi discutida, foi imposta. Acho que até foi boa a intenção, porém a quantidade de atividades é excessiva (Docente D).

Não foi discutida. Acredito que o intuito só Estado seja apenas "mostrar" à sociedade que sua clientela faz uso de tecnologia e para terceirizar o ensino (Docente E).

Penso que não tenha sido feito um debate com os envolvidos sobre o uso dos mesmos. Eu sou a favor do equilíbrio, ou seja, sem muito exagero (Docente F).

Não foi discutida. Acredito que seja uma questão muito mais financeira que educacional (Docente G).

Você acredita que a decisão de implementação de diversas plataformas digitais na educação do estado paranaense foi discutida com a comunidade escolar, incluindo você professor, equipe pedagógica? NÃO Na sua opinião, quais os principais fatores que levou o Estado do Paraná a adotar plataformas digitais como ferramentas auxiliar na educação paranaense? Mudar os rumos da área da educação em prol de propaganda política (Docente H).

Não foi discutida, foi simplesmente implantada. Acredito que se deve ao fato de se pensar em um formato educacional nesse formato num futuro bem próximo. O professor quem sabe será um mediador entre o aluno e as plataformas. Também acredito que se deve ao fato de empresas privadas injetando dinheiro na educação (Docente I).

Acesso a materiais ricos e diversificados, oportunizando aluno a praticar leituras, produzir bons textos e realizar diversas tarefas de forma mais moderna e simples sem prejudicar o aprendizado. Nesse modelo, o aluno tem a oportunidade de trabalhar com a escrita e leitura física e digital, mantendo as duas culturas de estudos vivas e motivando o protagonismo estudantil (Docente J).

Diante das respostas dos docentes entrevistados, percebeu-se que não houve discussão com a comunidade escolar, incluindo o professor, equipe pedagógica,

nem tampouco foi pedido a opinião dos docentes no uso dessas ferramentas auxiliar na educação paranaense. Foi apontado que tiveram que no início tiveram que aprender praticamente sozinhos, houve uma *live* com algumas informações. A formação, veio meses depois. Enquanto os fatores foram diversos, como o financeiro, o intuito do Estado foi apenas "mostrar" à sociedade que sua clientela faz uso de tecnologia, para terceirizar o ensino, para mudar os rumos da educação em prol de propaganda política, ao fato de empresas privadas injetando dinheiro na educação, materiais ricos e diversificados, oportunizando aluno forma mais moderna, trabalhar com a escrita e leitura física e digital, mantendo as duas culturas de estudos vivas e motivando o protagonismo estudantil.

Já os docentes do colégio 2, apontaram as seguintes respostas:

A adoção das plataformas no Estado do Paraná se deu de modo verticalizado, como política de estado e sem qualquer discussão mais ampla com a comunidade escolar (Docente 1).

Não... Pela defasagem de aprendizagem pós pandemia para auxiliar na recuperação da aprendizagem (Docente 2).

Não foi discutido, simplesmente implantada e tivemos que aprender a lidar com elas. Acredito que o Estado se inspirou em modelos de outros países (Docente 3).

Não foi discutido...foi imposto...e não sei qual o motivo do Estado do Paraná ter adotado (Docente 4).

Não foi discutido com a comunidade escolar. Apenas implementada (Docente 5).

Não creio que foi discutida, haja visto a imposição vertical de sua obrigatoriedade. Para mim, já não há que se falar em contexto e/ou cenário pandêmico para justificar o uso massificado das plataformas. Portanto, o fato "Parceria Público Privado" é que está em xeque (Docente 6).

Não foi discutido com a comunidade escolar, somente colocado como obrigatório. Elevar os índices do Estado (Docente 7).

Não foram discutidas, lavar dinheiro com a implantação (Docente 8).

De forma geral, analisando as respostas dos docentes em relação ao colégio 2, percebeu-se a unanimidade de que não houve discussão. E chama a atenção os diversos argumentos apontados por eles sendo que, alguns foram: A implementação ocorreu de modo verticalizado e sem qualquer discussão, devido a defasagem de aprendizagem pós pandemia auxiliando na recuperação. Também foi indicado que tiveram que aprender. Apontamento de o Estado inspirou-se em modelos de outros países, mas também houve que afirmou não saber qual o motivo do Estado do Paraná ter adotado, foi usado o contexto pandêmico para justificar o uso massificado

das plataformas, a Parceria Público Privado, buscar aumentar os índices do Estado e pôr fim a lavagem de dinheiro com a implantação.

Na quarta questão, a pergunta foi sobre quais são os principais desafios enquanto docente enfrentados em relação as plataformas digitais no processo ensino-aprendizagem na educação paranaense. Diante do questionamento, os docentes do colégio 1, responderam que:

Creio que geram uma ansiedade desnecessária, pois nunca estou em dia com as mesmas (Docente A).

A mudança na forma de aplicar e desenvolver com os alunos (Docente B).

O principal é a cobrança na realização dos quizizz, por mais que se fale e oriente, os alunos não fazem (Docente C).

Nem todos os alunos fazem, alguns fazem de forma displicente devido a grande quantidade de atividades nas disciplinas que são obrigatórias (Docente D).

Motivar os alunos ao uso. Eles não fazem o uso por ser uma plataforma ruim, mas sim, pelo excesso de plataformas (Docente E).

Talvez seja a desigualdade de uso, nem todos os alunos têm acesso. E cobrança e sobrecarga de nós professores (Docente F).

Falta de aparelhos e internet (Docente G).

POSSO ELENCAR ALGUNS: 1) ALGUMAS NOS DEPARAMOS COM EQUIPAMENTOS QUE NÃO FUNCIONAM CORRETAMENTE. 2) ALGUMAS VEZES NOS DEPARAMOS COM PROBLEMAS NA CONECÃO DA INTERNET. 3) ALGUMAS VEZES NÃO HÁ DISPONIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS PARA OS MOMENTOS MAIS CONVENIENTES DAS AULAS, POIS OS MESMOS ESTÃO EM OUTRAS TURMAS (Docente H).

O principal desafio é fazer com que o aluno leia e tente resolver sem buscar a resposta pronta. Está tudo muito fácil e ao seu alcance (Docente I).

Em alguns casos, sinto a necessidade de ter mais uma aula por semana e laboratório de informática com internet de qualidade (Docente J).

Analisando o que afirmaram os docentes entrevistados do colégio 1, os desafios foram os mais variados, sendo que os principais relatos foram, a ansiedade desnecessária, a forma de aplicar e desenvolver as atividades com os discentes, cobrança, sobrecarga, alunos que não realizam as atividades, alunos fazem de forma displicente, grande quantidade de atividades obrigatórias, motivar os alunos, excesso de plataformas, desigualdade de uso, nem todos os alunos têm acesso. “Falta de aparelhos e internet. EQUIPAMENTOS QUE NÃO FUNCIONAM CORRETAMENTE. PROBLEMAS NA CONECÃO DA INTERNET, DISPONIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS, fazer com que o aluno leia e tente

resolver sem buscar a resposta pronta, necessidade de ter mais uma aula por semana e laboratório de informática com internet de qualidade.

No entanto, se tratando do colégio 2, as respostas foram as seguintes:

O modo engessado e impositivo com o qual as plataformas são impostas tolhendo a autonomia docente e gerando pressão por números em detrimento do desenvolvimento humano como um todo (Docente 1, docente 2, docente 3).

A não adesão por parte dos alunos, que não enxergam os potenciais da plataforma, principalmente pela imposição que é atribuída a elas (Docente 4).

Acredito principalmente a falta de interesse dos alunos (Docente 5).

Alunos não tem acesso as mesmas em suas casas...não tem meios eletrônicos; “Falta de vontade dos alunos” (Docente 6).

Alunos não tem acesso as mesmas em suas casas...não tem meios eletrônicos (Docente 7).

Falta de vontade dos alunos, dificuldades em atender todos, computadores que as vezes não funcionam (Docente 8).

Não ter formação específica em tecnologia, nem ao menos formação continuada fornecida pelo governo para poder atuar com as plataformas (Docente 9).

Ter que usar a plataforma com 50% da carga semanal não é eficaz. Mesmo não tendo algo efetivo acaba sendo obrigatório (Docente 10).

Ao analisar as afirmações, dos docentes, observa-se diversos desafios, os quais impactam diretamente a qualidade do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem. Entre os principais apontados, destacam-se: a falta de acesso dos alunos às plataformas digitais em suas residências, a ausência de equipamentos adequados, a baixa adesão discente, muitas vezes associada à percepção de imposição no uso das ferramentas e o desinteresse dos estudantes.

Foram mencionadas dificuldades estruturais, como computadores que nem sempre funcionam adequadamente, falta de formação específica em tecnologia e à insuficiência de políticas de formação continuada oferecidas pelo poder público para o uso dessas plataformas. Outro ponto relevante refere-se à exigência de utilização das plataformas em uma parcela significativa, com 50% da carga semanal o que, segundo os docentes, não se mostra eficaz do ponto de vista pedagógico. Soma-se a isso a obrigatoriedade de uso, frequentemente associada a um modelo considerado engessado, à redução da autonomia docente e à pressão por resultados quantitativos.

Dessa forma, tanto os docentes do colégio 1 quanto do colégio 2 apontam

desafios significativos que precisam ser repensados, analisados e amplamente discutidos, a fim de minimizar os impactos negativos sobre os sujeitos envolvidos e qualificar o processo educativo.

Contextualizando as discussões, entende-se que para TARDIF, (2014, p 46) “O professor generalista viu seu campo de atuação restringir-se e especializar-se com o aparecimento de novas categorias de docentes e de especialistas (escola maternal, ortopedagogia, orientação escolar, psicologia, etc.)”. Ou seja, a sobrecarga ocorre devido as diversas funções que passou a exercer.

Foi indagado aos docentes se o novo modelo de trabalho, conhecido como ambiente digital oferecido através das plataformas de forma obrigatória, influencia sua motivação no preparo das aulas e atividades com os alunos? Se sim, Como? De que forma ou como? Se não, por quê? E em relação a obrigatoriedade de utilizar diversas plataformas digitais impacta sua forma de realizar o processo de ensino-aprendizagem de que forma?

Diante dos questionamentos acima, no colégio 1, as respostas foram:

Em uma única disciplina a obrigação de 3 plataforma gera pra mim um sentimento de impotência, por mais que eu me esforce parece que nunca estou em dia. Pra mim não garante aprendizado, pois os alunos também sobrecarregados acabam aprendendo como burlar o sistema” (Docente A, 2026).

O modelo como é imposto é engessado. Não possibilidade criar ou modificar o que é apresentado nas plataformas (Docente B).

Me sinto desmotivada e sobrecarregada (Docente C).

Eu as utilizo como retomada de conteúdos, porém devido ao excesso de atividades muitos alunos deixam de realizá-las ou as realizam de forma displicente (Docente D).

Diria que desmotiva, tanto professor quanto alunos. E sim, impacta negativamente, pois o uso da plataforma precisa de alguma forma ser convertido em nota. Muitos alunos copiam respostas de aplicativos ou de IA. Eu poderia tranquilamente estar realizando atividades mais direcionadas à minha prática e realidade de sala, o que seria muito mais eficiente e proveitoso (Docente E).

Eu utilizo, pensando em estimular a criatividade e dinâmica nas aulas, jogos, vídeos, quizzes, para isso é necessário planejamento e organização, ou seja, precisa de tempo (Docente F).

Sim, porque eu tenho 2 aulas em sala, e sempre uma delas precisa ser para uso da plataforma muitas vezes atrasando meu conteúdo (Docente G).

Esse novo modelo de trabalho, conhecido como ambiente digital oferecido através das plataformas de forma obrigatória, influencia sua motivação no preparo das aulas e atividades com os alunos? Se sim, Como? De que forma ou Como? Se Não, por que? NÃO INFLUENCIA A MOTIVAÇÃO,

PELO CONTRÁRIO, AS VEZES, A OBRIGATORIEDADE ACABA FRUSTRANDO, POIS ALGUMAS VEZES O USO NÃO SERIA PERTINENTE PARA AQUELE MOMENTO. E Em relação a obrigatoriedade de utilizar diversas plataformas digitais impacta sua forma de realizar o processo de ensino- aprendizagem de que forma? A OBRIGATORIEDADE, ALGUMAS VEZES, ACABA ATRAPALHANDO O DESENVOLVIMENTO SEQUENCIAL DE ALGUNS CONTEÚDOS (Docente H).

Acho as atividades muito boas, tanto de uma plataforma como de outra. Não concordo com a obrigatoriedade pois engessa demais o nosso trabalho e deixa com que atividades que fossem mais legais talvez deixem de serem dadas por falta de tempo (Docente I).

Esse novo modelo de trabalho, com o uso obrigatório de plataformas digitais, tem influenciado positivamente minha motivação no preparo das aulas, pois me desafia a buscar novas formas de engajar os alunos e tornar o conteúdo mais dinâmico e acessível. A tecnologia amplia as possibilidades de ensino, permitindo maior interação e personalização das atividades. No entanto, a obrigatoriedade de utilizar diversas plataformas pode, por vezes, gerar sobrecarga e exigir adaptações constantes, o que impacta o processo de ensino - aprendizagem ao demandar mais tempo de planejamento e familiarização com as ferramentas. Ainda assim, acredito que, com equilíbrio, organização e apoio adequado, esse modelo enriquece significativamente a prática pedagógica e o protagonismo estudantil (Docente J).

Após a análise dos apontamentos dos docentes entrevistados, torna-se importante destacar, de forma sucinta, alguns aspectos chamam a atenção, como a afirmação do entrevistado A (2026), ao relatar que, em uma única disciplina ou componente curricular, há a obrigatoriedade do uso de três plataformas distintas. O que gera um sentimento de impotência, uma vez que, mesmo diante de esforço contínuo, persiste a percepção de que não é possível cumprir integralmente todas as demandas. Esse cenário deve ser analisado com cautela, pois pode desencadear processos de exaustão, estresse e outros impactos emocionais no trabalho docente.

Alguns docentes afirmaram que o uso das plataformas não garante, necessariamente, a aprendizagem dos estudantes, destacando que, diante da sobrecarga, muitos alunos passam a burlar o sistema, inclusive com o uso de IA, para copiar respostas. Foram também mencionados aspectos como a imposição e o caráter engessado das plataformas, que limitam a possibilidade de criação e adaptação das atividades, contribuindo para a desmotivação tanto de professores quanto de alunos. Outro ponto recorrente refere-se à sobrecarga, de docentes e discentes. Embora as plataformas sejam, em alguns casos, utilizadas como instrumento de retomada de conteúdo, o excesso de atividades faz com que muitos estudantes as realizem de forma superficial ou descompromissada. Ademais, o fato de as atividades precisarem ser convertidas em nota intensifica a pressão sobre o

processo, impactando negativamente o ensino-aprendizagem. Os docentes também expressaram o desejo de desenvolver práticas pedagógicas mais alinhadas à realidade da sala de aula, com maior ênfase em atividades dinâmicas, como jogos, vídeos e quizzes, que estimulem a criatividade e o engajamento dos estudantes

Apesar das críticas, também foram apontados aspectos positivos. Alguns docentes reconheceram que as plataformas podem contribuir para a motivação no preparo das aulas, ao desafiar o professor a buscar novas estratégias de ensino. Além disso, destacaram que a tecnologia amplia as possibilidades pedagógicas, favorece a interação e permite certa personalização das atividades. No entanto, tais benefícios vêm acompanhados da necessidade de constantes adaptações, o que demanda maior tempo de planejamento e familiarização com as ferramentas. Percebe-se que, embora o uso das plataformas digitais possa enriquecer a prática pedagógica e potencializar o protagonismo dos estudantes, sua implementação, marcada pela obrigatoriedade, em excesso e falta de autonomia docente, tende a gerar efeitos contraditórios, impactando de maneira significativa o processo de ensino-aprendizagem.

O aumento das demandas nas instituições, além das pressões por resultados tem causado esgotamento e desmotivação, o que compromete a percepção no trabalho. O ensino remoto, forçado, foi responsável pelo aumento da carga de trabalho, evidenciou desigualdade de acesso às tecnologias, intensificou o sofrimento e a sobrecarga emocional dos professores. Trouxe inquietações relacionadas à saúde mental, à solidão no exercício docente e à dificuldade de reconectar-se com os alunos no retorno ao ensino presencial. Compreender as inquietações docentes, facilita analisar a qualidade do trabalho e o engajamento dos professores com sua profissão (Machado 2025).

No colégio 2 as respostas foram as seguintes:

As plataformas possuem uma tendência de automatizar a prática docente e tolher a autonomia do professor. Não são nada motivadoras principalmente quando são impostas e atreladas ao cumprimento de metas e números, numa espécie de lógica de produção fabril onde a lógica quantitativa se sobrepõe a lógica qualitativa e na qual os alunos são "mercantilizados" para atingir metas favoráveis as políticas governamentais (Docente 1).

Influencia, pois o fato de ser obrigatório deixa mais restrito o processo de ensino aprendizagem onde o aluno acaba se direcionamento apenas pela plataforma (Docente 2).

Não. Porque se pudéssemos escolher os conteúdos e a maneira de como passar cada um ficaria bem mais leve. Tudo que é obrigatório fazer muitas vezes não acrescenta em nada e se torna maçante (Docente 3).

Elas complementam minhas aulas...nos 6° e 7°anos tem o *matific* e os alunos gostam (Docente 4).

O uso das plataformas na escola limita o tempo efetivo de aula em sala que é o momento mais importante de aprendizagem, pois o contato professor aluno é insubstituível. Deveria ser algo extracurricular (Docente 5).

Quando preparo minhas aulas, não levo em conta o uso das plataformas como ponto focal, apenas levo em consideração (Docente 6).

Existem várias formas de aplicar metodologias de aprendizado, a tecnologia é sim importante para o desenvolvimento do aluno, porém a forma que vem sendo abordada pelo governo se torna cansativa, por vezes deixando os alunos desmotivados (Docente 7).

Interfere, pois nos sentimos amarrados para realizar outras atividades diferentes (Docente 8).

Pensando nas respostas, em relação aos docentes entrevistados do colégio 2, foram diversificadas e chamam a atenção as afirmações de que possui tendência de automatizar a prática docente e tolher a autonomia do professor, nada motivadoras pois são impostas e atreladas ao cumprimento de metas e números. De acordo com Machado (2025, p.49), “[...] a adição laboral está associada à dependência do trabalho, perda de controle e prejuízos na saúde mental”.

Também teve quem afirmou ser uma espécie de produção fabril que a lógica quantitativa se sobrepõe a lógica qualitativa, sendo assim os alunos são "mercantilizados" a fim de atingir metas favoráveis as políticas governamentais. De acordo com TARDIF, (2014, p 46) “No interior da escola-fábrica, esse corpo de executores parece evoluir, nos últimos trinta anos, rumo a uma diferenciação técnica e pedagógica de suas tarefas e funções”.

Ainda teve quem apontou que a obrigatoriedade restringe o processo de ensino aprendizagem e o aluno é direcionado apenas pela plataforma, escolher os conteúdos e a maneira de aplicar ficaria bem mais leve, não acrescenta em nada, é maçante, nos 6° e 7°anos o *matific* e os alunos gostam; as plataformas limitam o tempo efetivo, o mais importante de aprendizagem de aula em sala; o contato professor aluno é insubstituível; deveria ser extracurricular, formas de aplicar metodologias de aprendizado, a tecnologia para o desenvolvimento do aluno, porém a forma abordada pelo governo se torna cansativa, deixando os alunos desmotivados, sentem –se amarrados para realizar atividades diferentes.

Também foram apresentadas as principais plataformas digitais educacionais

utilizadas na rede pública paranaense, (SEED). A exemplo, são elas: Desafio Paraná; Inglês Paraná *High* (Ensino Médio); Inglês Professor; Inglês Paraná *Teens* (Ensino Fundamental); Leia Paraná; Matemática Paraná- *Khan Academy*; Matemática Paraná- *Matific*; Programação Paraná; Redação Paraná; Robótica Paraná. Dito isso, foi solicitado que elencassem uma e argumentassem apontando o ponto de vista acerca dela, de forma positiva e/ou negativamente.

Dante disso, os Docentes entrevistados do colégio 1 afirmaram que:

Matific vejo falar bem dessa plataforma para raciocínio. Leia Paraná, é um meio de alunos terem acesso a diversos livros, mas no dia a dia vejo que não gostam de ler on LINE, os alunos que são leitores preferem o livro físico (Docente A).

Programação Paraná - gosto das instruções que são ofertadas para a realização das programações. Às vezes, sendo um pouco longa e não adaptada as turmas (Docente B).

Desafio Paraná, muitas questões são mal elaboradas, e cobram assuntos que não tem tanta relevância, atividade muito longa, cansativa, a maior parte das questões são objetivas, os estudantes não lêem e assinaram qualquer coisa, pois fazem em casa sem acompanhamento (Docente C).

Desafio Paraná. Positiva, pois a utilizo como retomada de conteúdos (Docente D).

Do meu ponto de vista, a plataforma Khan Academy seria um bom suporte ao processo de ensino/aprendizagem em sala. Digo SUPORTE e não repassar a está plataforma a responsabilidade da prática de exercícios. Digo por que o Estado computa a aprendizagem destes alunos, nesta plataforma em específico, pelo tempo de tela dos alunos, sou seja, se a tela ficar ociosa por mais de 5 minutos (e os alunos muitas vezes leva mais que 5 minutos para fazer o desenvolvimento de um cálculo), a plataforma não computa o tempo. Então, há um tempo mínimo de tela para o aluno ficar em uma situação "verde (favorável) e o professor verde também. E isso não mostra real aprendizado de forma alguma. Ou seja, é totalmente fora da realidade escolar (Docente E).

Desafio Paraná, engajar os alunos, revisar e reforçar conteúdos (Docente F).

Não concordo com uso obrigatório de nenhuma das plataformas (Docente G).

Desafio Paraná: os alunos melhores relatam que é perda de tempo, pois a maioria faz com auxílio de IA (Docente H).

Matemática Paraná – Matific gosto dela pois é uma plataforma atrativa de jogos matemáticos, com atividades de todos os conteúdos de vários níveis e que ensina a matemática de forma atrativa e lúdica (Docente I).

As plataformas digitais educacionais da rede pública paranaense, promovidas pela SEED, têm contribuído de forma significativa para tornar o aprendizado mais acessível e dinâmico. Elas permitem que estudantes e professores se conectem com conteúdos de qualidade, fortalecendo a autonomia dos alunos e ampliando as possibilidades de ensino, mesmo fora da sala de aula tradicional (Docente J).

As respostas em relação aos docentes do colégio 1, foram as mais diversas, porém alguns chamam a atenção e que merecem ser enfatizadas. Houve apontamento do gosto pela plataforma *Matific*, por ser atrativa, com jogos matemáticos, com atividades de todos os conteúdos de vários níveis com capacidade de ensinar matemática de forma lúdica.

Também foi apontado o Leia Paraná, como meio de acesso dos alunos a diversos livros, mas afirmou que os alunos leitores preferem o livro físico. Ainda teve docente que indicou Programação Paraná devido as instruções ofertadas para a realização, mas as vezes longa e não adaptada. O Desafio Paraná, também foi indicado, para retomada de conteúdo, porém os alunos melhores relatam que é perda de tempo, pois a maioria faz com auxílio de IA, mas possui grande quantidade de questões mal elaboradas, assuntos sem relevância, atividade muito longa, cansativa, a maior são questões objetivas, falta de leitura dos estudantes que assinam qualquer coisa. O Khan Academy seria bom suporte ao processo de ensino/aprendizagem em sala.

No entanto, faz um alerta de que deveria ser usado sem repassar a responsabilidade da prática de exercícios a plataforma, pois a aprendizagem dos alunos, nesta plataforma em específico, é computada por tempo, há um tempo mínimo de tela para o aluno ficar em uma situação "verde (favorável) e o professor também. Diante do fato, percebe-se que fica complicado auxiliar o aluno se o professor também precisa estar atento ao seu tempo de acesso. Por fim teve docente que afirmou que as plataformas promovidas pela SEED, têm contribuído de forma significativa para tornar o aprendizado mais acessível e dinâmico permitindo a estudantes e professores se conectarem com conteúdo de qualidade, fortalecendo a autonomia dos alunos e ampliando as possibilidades de ensino fora do tradicional.

Enquanto os Docentes do Colégio 2, apontaram que:

Desafio Paraná - a pressão por postagens de atividades automáticas desprendida do fazer autônomo da prática docente, como forma de revisão ou assimilação conteúdista não garante uma educação integral do ser humano, capaz de construir pensamento reflexivo e crítico, frente os desafios do mundo que se apresenta (Docente 1).

Robótica: essa plataforma é muito confusa para programar... é uma plataforma complicada para os alunos entender e montar (Docente 2).

Khan Academy - A plataforma em si é boa, porém as atividades a serem postadas para os alunos quem determina é o governo, então muitas vezes

precisamos passar o que já está previsto e não podemos escolher, tendo em vista que alguns exercícios são de um nível muito elevado para os nossos estudantes e assim muitas vezes não conseguem realizar totalmente as atividades (Docente 3).

Matific os alunos gostam e auxilia no aprendizado...quanto ao Desafio Paraná os alunos não tem ferramentas tecnológicas em casa para fazê-los (Docente 4).

Inglês Professor- Positiva para a melhoria do nível de Inglês do professor (Docente 5).

Redação Paraná: dentre todas as plataformas listadas, a única que é 100% da SEED é a Redação Paraná. As demais, todas são da iniciativa privada. Ou seja, há interesse privado na educação pública. Assim, o interesse é na massificação para gerar lucros e o governo se pautar apenas nos números que tais plataformas apresentam (Docente 6).

A Redação Paraná é um excelente insumo para o trabalho docente. Vivemos em uma era totalmente tecnológica e a educação precisa sim estar atenta à essa realidade. Nesse ínterim, o Redação Paraná auxilia, inclusive, no letramento digital dos estudantes, ao aprenderem, também, a lidar com as novas tecnologias na educação. Nessa plataforma, o estudante digita seu texto e, antes da sua entrega, há a possibilidade de o aluno fazer a correção tanto de desvios ortográficos quanto semânticos, de concordância, coesão e coerência. Ou seja, o estudante é capaz de observar onde melhorar e o que precisa ser feito para que sua produção textual atinja determinado nível de competência. Não obstante, a plataforma teve uma reformulação nos últimos dias, o que a tornou mais dinâmica e atraente. Por exemplo, o projeto Circuito 100 dias ENEM propõe que semanalmente os estudantes vejam possíveis temáticas da redação do ENEM 2025 e, com isso, ir treinando suas habilidades. O feedback é feito por meio de uma IA, com supervisão do professor. Nisso, os estudantes são pontuados com mais afinco como melhor se preparar para esse tipo de texto. Em sua, quando as plataformas são utilizadas com uma finalidade clara, o estudante irá utilizá-la para o seu processo de aprendizagem e não meramente para obter uma nota escolar (Docente 7).

Desafio Paraná. Auxilia os alunos nos conteúdos que serão abordados nas avaliações prova Paraná (Docente 8).

Leia Paraná, perdeu-se a autonomia do livro físico (Docente 9).

Diante dos apontamentos acima, alguns docentes entrevistados enfatizaram as principais plataformas digitais educacionais utilizadas na rede pública paranaense, (SEED), seus pontos positivos e ou negativos, sendo importante ressaltar as seguintes afirmações. A exemplo, foi apontado, o Desafio Paraná: pressão por postagens de atividades automáticas desprendida da autonomia docente, auxilia os alunos nos conteúdos que serão abordados nas avaliações prova Paraná como revisão ou assimilação; outros afirmaram ser conteúdistas sem garantir educação integral capaz de pensamento crítico e reflexivo do ser humano, além da falta de ferramentas tecnológicas em casa para fazer. Houve o apontamento da

Robótica como muito confusa para programar. A indicação do Khan Academy como boa, porém as atividades postadas, é determinada pelo governo, sem a opção de escolher e alguns exercícios com nível muito elevado para os nossos estudantes, não conseguindo realizar; o Matific que os alunos gostam e auxilia no aprendizado. Foi apontado também o Inglês Professor para melhoria do professor. Além do Redação Paraná, que é a única 100% da SEED. Afirmou ainda que é um excelente insumo para o trabalho docente, auxilia, no letramento digital dos estudantes com as novas tecnologias na educação, porém o feedback é feito por meio de uma IA, com supervisão do professor. Por fim, foi apontado o Leia Paraná, perdeu-se a autonomia do livro físico.

5.1.2.1 Análise dos apontamentos ou percepção dos docentes dos Colégios 1 e 2 quanto ao termo - Plataformas

Para finalizar, durante a entrevista foi solicitado aos Docentes que definissem ou conceituassem em uma palavra o termo plataforma digital educacional. No entanto, para conceituar o termo plataforma, Oliveira; Carelli; e Grillo, (2020, p.5), afirmam que: “Uma plataforma seria a infraestrutura ou ambiente que possibilita a interação entre dois ou mais grupos”.

Ademais, para entender como elas funcionam, Oliveira; Carelli e Grillo, (2020) exemplificam o funcionamento de um shopping center para entender como funcionam as plataformas atuais. Dessa forma, administrador e ou proprietário realiza a locação dos estabelecimentos, mas permanece dominando as áreas compõem a infraestrutura como segurança, limpeza, energia, estacionamento, acesso e organização dos comerciantes possibilitando encontro com clientes para a realização de comércio entre eles.

Dito isso, a figura 3 faz alusão aos apontamentos realizados pelos Docentes dos colégios 1 e 2, através de uma nuvem de palavras. A ideia de plataforma vai além do âmbito digital provém de uma forma de organização empresarial não recente, que se revela como modelo a todo tipo de empresa ou negócio. (Oliveira; Carelli; Grillo, 2020).

Ou seja, trata-se de investimentos empresariais que buscam controlar o acesso e administração dessas plataformas.

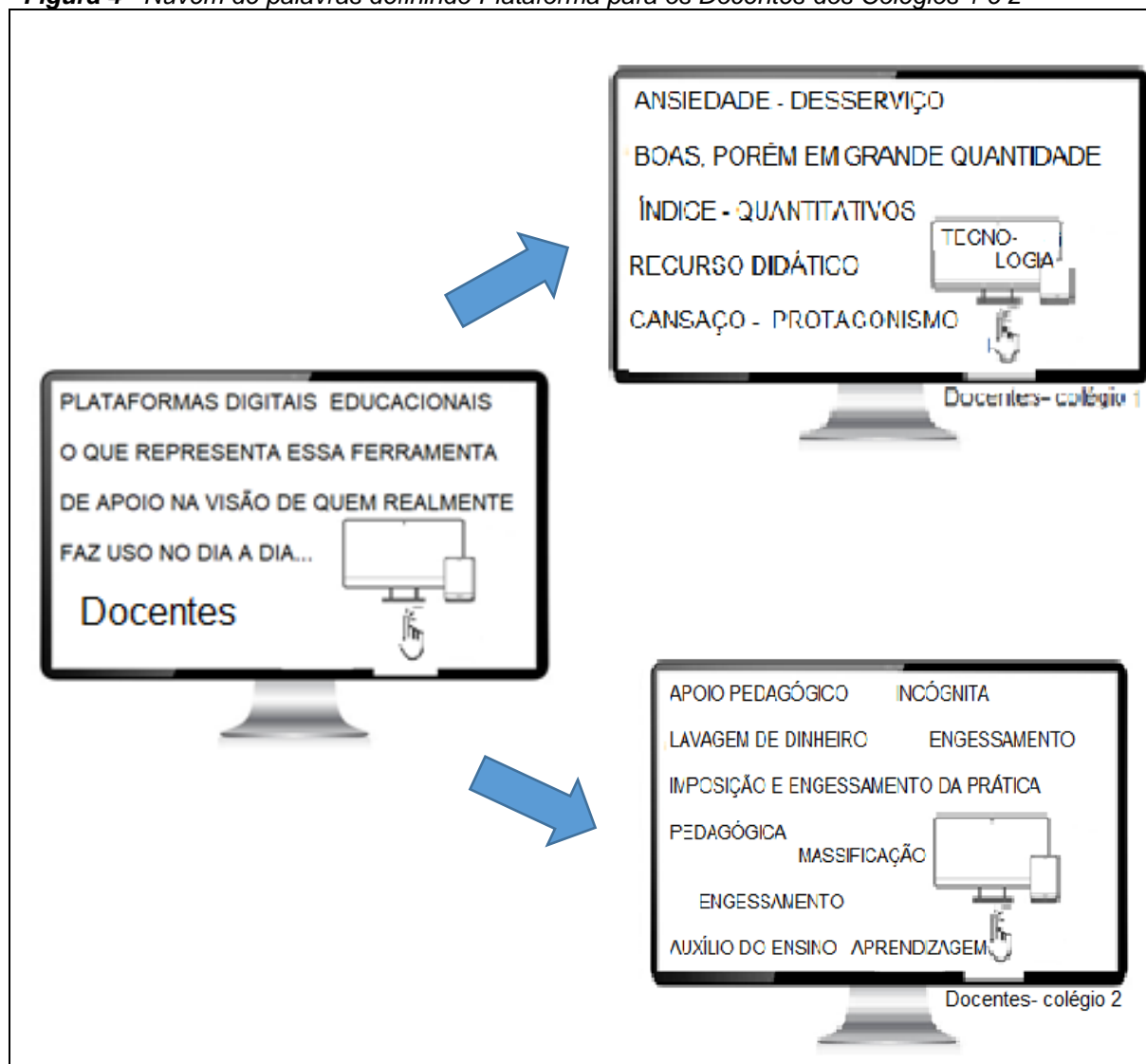
As plataformas, são modelos de organização empresarial que em breve serão dominantes nos diferentes setores, não tendo sentido serem vistas como um setor

autônomo de atividade econômica.

A exemplo, a plataforma digital de transporte que ocupam espaço semelhante de concorrência com os outros modelos empresariais que prestam serviço de transporte. (Oliveira; Carelli; Grillo, 2020).

Na educação, cabe destacar a importância do engajamento docente como um fenômeno complexo, multidimensional e profundamente influenciado pelas condições estruturais do trabalho. Integrando aspectos afetivos, cognitivos e sociais, aponta o vínculo do professor com sua prática pedagógica, sua percepção de viabilidade de permanecer na profissão, devido a precarização e exigências crescentes. Entender as diferenças sutis do engajamento possibilita identificar elementos de risco presentes no cotidiano escolar (Machado 2025).

Figura 4 - Nuvem de palavras definindo Plataforma para os Docentes dos Colégios 1 e 2



Fonte: elaboração própria, (2026)

Quanto a nuvem de palavras (figura 4), é importante entender, uma vez que aponta os sentimentos dos docentes em relação a implementação, a obrigatoriedade e a massificação no uso das plataformas educacionais no trabalho docente.

Analisando a nuvem de palavras, poucos são os indicativos positivos, apenas que são boas, tecnologia, e a questão do auxílio de aprendizagem, por meio do uso de plataformas.

Também percebeu pontos negativos como, a questão do engessamento, da imposição, da massificação, incógnita, entre outros que merecem ser analisados e pensados pelos gestores públicos.

5.1.2.2 Considerações e análise gerais finais das entrevistas dos docentes nos colégios 1 e 2

Após realizar as análises relatadas nas entrevistas, foi possível perceber que os desafios apontados pelos docentes frente ao uso das plataformas na educação, foram plurais e heterogêneos.

Nesse contexto, a plataformização da educação é um exemplo simbólico da abrangência dos desafios apresentados. A escola, nos seus variados níveis, não se resume a mecanismo de conhecimentos enciclopédicos que desenvolvem habilitações para o mundo do trabalho. Trata-se de um espaço de socialização e formação cidadã para a vivência democrática ao longo de século ou milênios. Ambiente de aprendizagem, reflexão sobre as regras da naturais e sociais, estabelecendo espaço de vivência formativa, que possibilita o preparo dos sujeitos no convívio com as diferenças com capacidade para elaborar e desenvolver ações conjuntas. (GONSALES e LIMA, 2022)

No contexto atual, destacam-se desafios significativos relacionados ao uso das plataformas digitais educacionais, sobretudo quando sua implementação ocorre de forma engessada e impositiva. Esse modelo tende a limitar a autonomia docente e a gerar ansiedade, decorrentes das constantes cobranças institucionais. Soma-se a isso a intensificação do trabalho, bem como a não realização de atividades por parte dos discentes, muitas vezes associada ao excesso de plataformas, o que contribui para a desmotivação de alunos e professores. Foram apontados entraves estruturais, como a insuficiência ou indisponibilidade de equipamentos, a obsolescência dos recursos tecnológicos e falhas na conexão com a internet. Destacam também limitação pedagógicas em atender adequadamente todos os

estudantes e a ausência de formação específica em tecnologia. Diante das dificuldades impostas pela elevada demanda podem comprometer o engajamento dos sujeitos envolvidos, uma vez que a sobrecarga e a desmotivação tendem a impactar negativamente o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Machado (2025, p.54) “[...] o engajamento docente é um fenômeno complexo, multidimensional e profundamente influenciado pelas condições estruturais do trabalho”. E nesse sentido, quando a escola passa a ser obrigada a funcionar em uma plataforma na internet, emergem questões relacionadas aos impactos dela. Nesse ambiente escolar, de que forma o docente consegue conhecer seus discentes se as interações ocorrem para averiguar o tempo logado, realizando um ensino personalizado, lapidado mecânico. GONSALES; LIMA, (2022).

Além disso, cabe ressaltar que diante dos apontamentos dos docentes, se percebeu certa desmotivação, falta de perspectiva inovadora por meio do uso dessas ferramentas. E isso, faz referência ao Engajamento Emocional, capaz de medir o envolvimento afetivo do professor com seu trabalho. Essa dimensão é composta de afirmações como: "Estou animado (a) com o ensino", "Sinto-me feliz em ensinar", "Adoro ensinar" e "Acho divertido ensinar". Aqui cabe rever os apontamentos de Machado (2025, p.53): “Professores engajados emocionalmente, podem sentir-se realizados e motivados em suas atividades”. No entanto, não se percebeu isso nas afirmações dos docentes pesquisados.

5.2 CONTEXTUALIZANDO A ANÁLISE DE PESQUISA REALIZADA COM DISCENTES DOS COLÉGIOS 1 E 2

Com o intuito de entender melhor a visão dos discentes em relação ao uso de plataformas digitais educacionais no processo de ensino-aprendizagem da rede pública do estado do Paraná foi realizado entrevistas com os docentes. Diante das respostas apresentadas na entrevista, ocorreu a análise quantitativa, estatística de acordo com a tabela likert, nos colégios 1 e 2. Também foi realizado aprofundamento teórico através de leituras das produções de pessoas que se debruçam em estudos, pesquisas e análise desse tema que foi estudado.

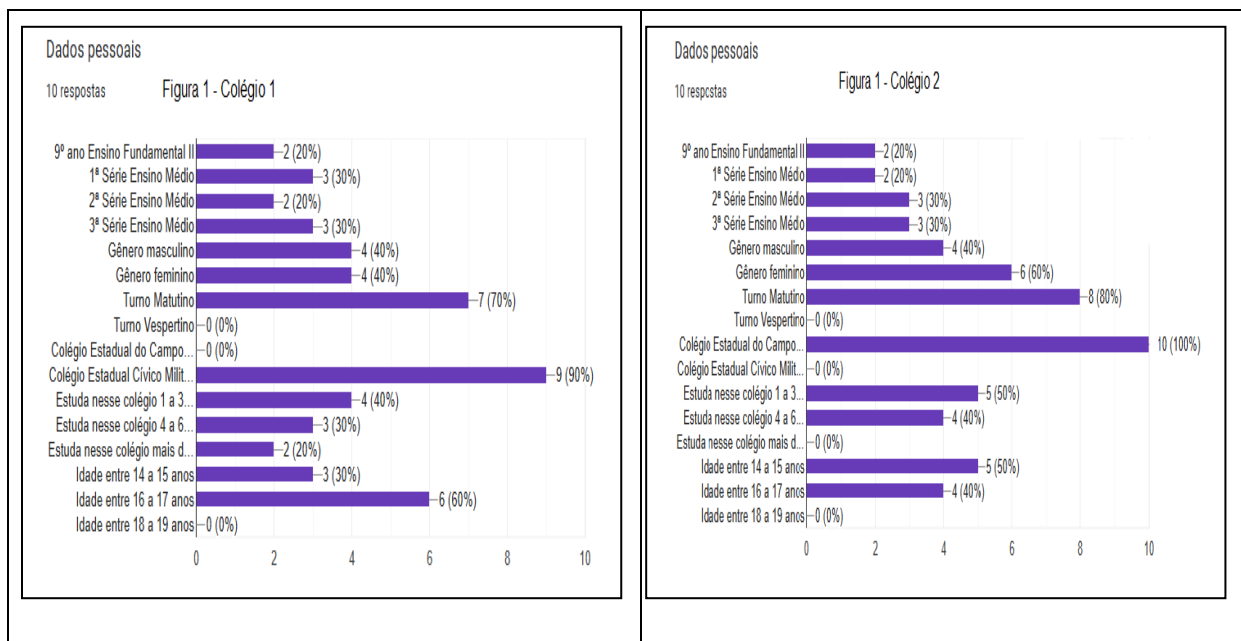
Em tempo, cabe pontuar que o filtro aplicado para seleção dos alunos foi: indicação dos professores das turmas dos nonos anos do Ensino Fundamental, alunos da Primeira, Segunda e Terceira série do Ensino Médio de um colégio Cívico Militar (CCM) que aqui será denominado como Escola ou Colégio 1 e um Colégio do

Campo, que será denominado como Colégio ou Escola 2. O critério adotado por esses docentes levou em conta a participação e realização dos estudantes nas atividades solicitadas pelos docentes durante as aulas e na realização de tarefas através do uso de plataformas. Também foi utilizado como critério, alunos que possuem destaque no processo ensino-aprendizagem e que possuem boas notas nas diversas disciplinas. Dito isso, faz-se necessário apontar algumas informações referentes aos discentes entrevistados.

No intuito de resguardar a identidade dos estudantes, no momento de análise da entrevista, eles serão nomeados em uma sequência alfanumérica, sendo os discentes do colégio 1, com uma sequência de letras, enquanto aqueles do colégio 2 com uma sequência numérica.

Diante disso, o gráfico 25, traz algumas dessas informações sobre do discentes entrevistados. A exemplo, é apresentado no gráfico 25 a esquerda que faz referência aos discentes entrevistados do colégio 1 e a direita se refere aos discentes entrevistados do colégio 2.

Gráfico 24 - Dados pessoais dos estudantes entrevistados



Fonte: elaboração própria, (2026).

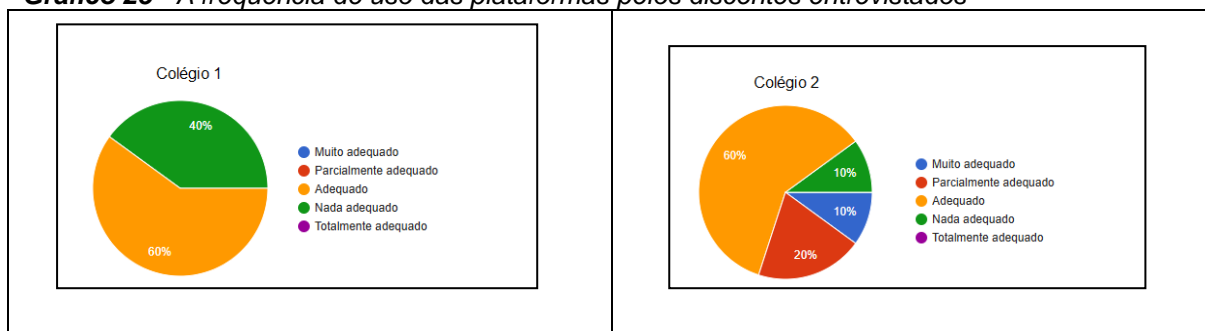
No gráfico 24, o colégio 1, traz informações gerais sobre os dez discentes pesquisados das turmas, sendo que quatro alunos se declararam do sexo feminino, quatro do sexo masculino e dois não responderam. Nesse colégio foram pesquisados dois alunos dos Nonos anos do Ensino Fundamental, três alunos das

primeiras, sendo que um aluno do regular, um do curso técnico em Farmácia e um discente do curso de técnico em informática. Dois alunos da segunda série e três alunos da terceira série do Ensino Médio. Desses, cinquenta por cento estuda no colégio entre um a três anos e quarenta por cento de quatro a seis anos; vinte por cento há mais de sete anos. Em relação a idade, sessenta por cento estão entre dezesseis e dezessete anos e trinta por cento entre quatorze e quinze anos de idade.

Ainda sobre o gráfico 24, no colégio 2, entre os dez discentes pesquisados das turmas, aponta que seis alunos se declararam do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Nesse colégio foram pesquisados dois alunos dos Nonos anos do Ensino Fundamental, dois alunos das primeiras, sendo que um aluno do regular, um do curso técnico em administração. Três alunos da segunda série e três alunos da terceira série do Ensino Médio. Desses, cinquenta por cento estuda no colégio entre um a três anos e quarenta por cento de quatro a seis anos. E em relação a idade, quarenta por cento estão entre dezesseis e dezessete anos e cinquenta por cento entre quatorze e quinze anos de idade.

5.2.1 Resultado da pesquisa empírica dos discentes e análise dos gráficos em relação as plataformas digitais educacionais

O gráfico 25 faz alusão a questão 1, a qual foi questionado os discentes sobre a frequência de uso das plataformas digitais educacionais. Como resposta foi utilizado alguns termos, sendo muito adequado, o acesso e a realização das atividades são diários; parcialmente adequado, escolhe e acessa algumas atividades a ser realizada. Adequado, faz e acessa as atividades da semana. Nada adequado, praticamente não faz uso, apenas quando é cobrado ou pressionado; totalmente adequado, gosta do acesso.

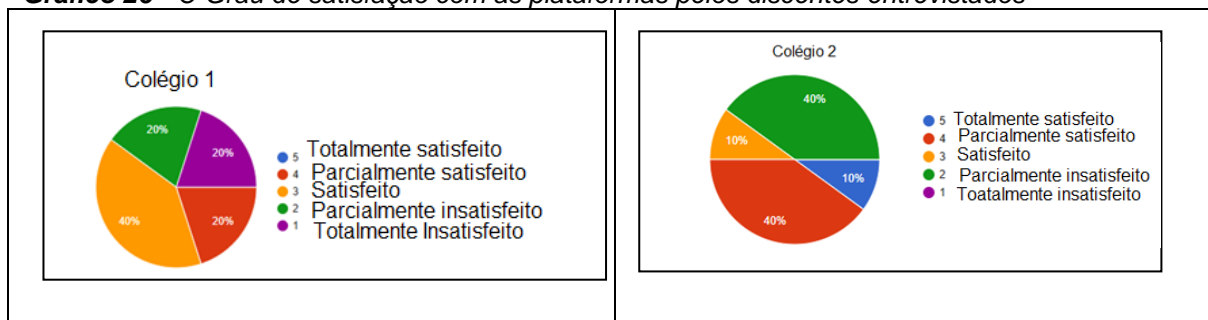
Gráfico 25 - A frequência de uso das plataformas pelos discentes entrevistados

Fonte: elaboração própria, (2026).

Ao analisar o Gráfico 25, observa-se que, tanto no colégio 1 quanto no colégio 2, entre os discentes, 60% afirmaram fazer uso das plataformas digitais de forma adequada, ou seja, acessam e realizam as atividades semanais.

No colégio 1, entre os entrevistados, 40% indicaram que fazem uso de forma nada adequada, o que significa que praticamente não utilizam as plataformas, recorrendo a elas apenas quando há cobrança ou pressão. Já no colégio 2, esse percentual é significativamente menor, correspondendo a 10%. Ainda no colégio 2, verifica-se maior diversificação nas respostas: 20% dos discentes afirmaram utilizar as plataformas de forma parcialmente adequada, selecionando apenas algumas atividades para realização; 10% declararam uso totalmente inadequado, acessando as plataformas apenas sob cobrança; e outros 10% afirmaram fazer uso muito adequado, com acesso e realização das atividades de forma diária. Percebe-se que, portanto, que em ambos os colégios, não houve discentes que classificassem o uso das plataformas como totalmente adequado, o que indica o não engajamento pleno dos estudantes com essas ferramentas no processo de ensino-aprendizagem.

Os discentes foram questionados sobre o grau de satisfação e para isso era necessário escolher uma escala de 1 a 5 para realizar a avaliação quanto ao uso e frequência das plataformas digitais educacionais "obrigatórias" em atividades na escola, como o Leia Paraná, Redação, Pensamento Computacional, ou na forma de tarefas e ou Quizziz. Sendo que deveriam considerar: 5 como totalmente satisfeito; 4 parcialmente satisfeito; 3 satisfeito; 2 parcialmente insatisfeito e 1 totalmente insatisfeito. Diante disso, o gráfico 26, traz alguns apontamentos.

Gráfico 26 - O Grau de satisfação com as plataformas pelos discentes entrevistados

Fonte: elaboração própria (2026).

No colégio 1, observa-se que 40% dos discentes afirmaram estar satisfeitos com o uso das plataformas digitais, enquanto, no colégio 2, esse percentual é significativamente menor, correspondendo a apenas 10%. No que se refere à insatisfação, no colégio 1, cerca de 20% dos discentes declararam estar parcialmente insatisfeitos, ao passo que, no colégio 2, esse índice é mais elevado, atingindo 40%. Ainda no colégio 1, entre os discentes, 20% afirmaram estar totalmente insatisfeitos, o que não foi mencionada pelos discentes do colégio 2.

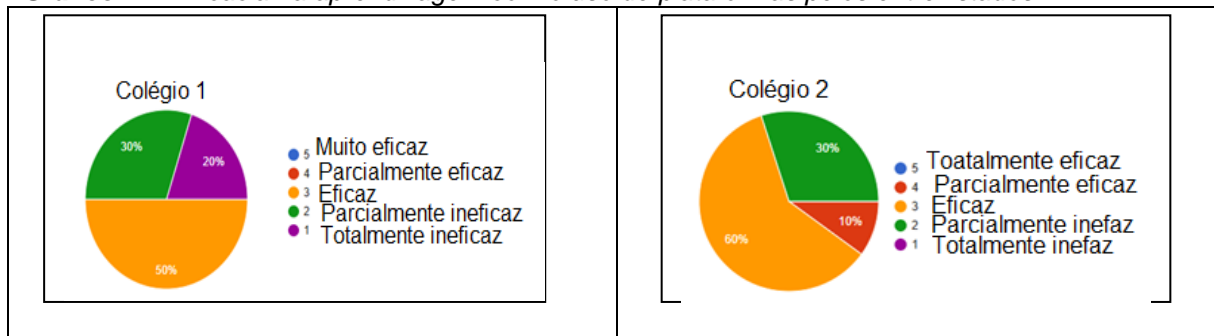
Por outro lado, no colégio 2, entre os entrevistados, 10% dos discentes afirmaram estar totalmente satisfeitos, percentual que não foi registrado no colégio 1. Esses dados evidenciam a existência de percepções distintas entre os estudantes dos dois colégios. Ao analisar de forma comparativa, nota-se que, no colégio 2, há maior equilíbrio entre os níveis de satisfação e insatisfação. Já no colégio 1, observa-se uma presença mais expressiva de insatisfação, especialmente quando se considera o percentual de discentes totalmente insatisfeitos.

Dessa forma, apesar das diferenças e aparentes contradições entre os dois contextos, os dados indicam que o colégio 1 apresenta um grau mais elevado de insatisfação discente em relação ao uso das plataformas digitais, conforme evidenciado no Gráfico 26. Pensar em satisfação, é pensar em engajamento. Pois se o discente estiver satisfeito, poderá se engajar mais no desenvolvimento das atividades escolares. Segundo Machado (2025, p.49), “Pessoas engajadas mantêm um vínculo saudável com suas atividades e encontram satisfação em sua realização, sem abdicar de outros aspectos da vida”.

Ainda foi solicitado que respondessem sobre a eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para sua aprendizagem. Deveriam considerar de

1 até 5. Dessa forma: 5 é muito eficaz; 4 parcialmente eficaz; 3 eficaz; 2 parcialmente ineficaz e 1 totalmente ineficaz:

Gráfico 27 - Eficácia na aprendizagem com o uso de plataformas pelos entrevistados

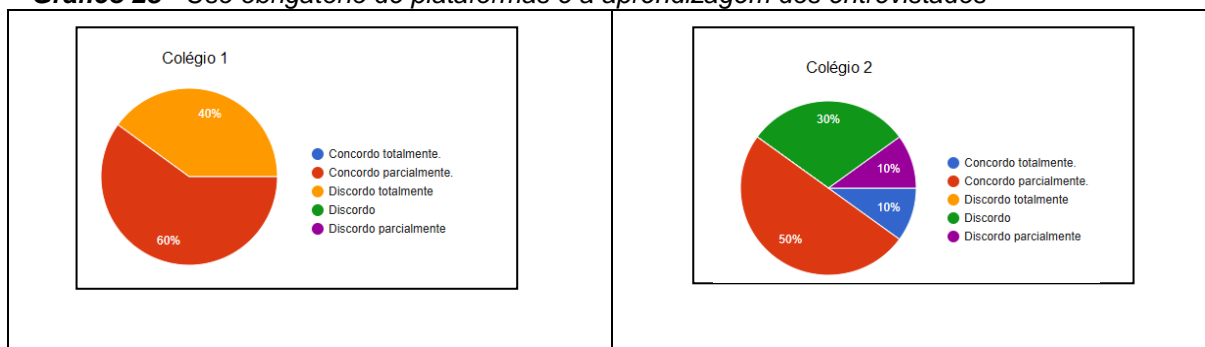


Fonte: elaboração própria (2026).

Em relação à eficácia do uso de plataformas digitais na aprendizagem dos discentes, observa-se que, no colégio 1, cerca de 50% dos estudantes consideram esse recurso eficaz, enquanto, no colégio 2, esse percentual é ainda maior, atingindo 60%

Entretanto, em ambos os colégios, 30% dos discentes avaliam o uso das plataformas como parcialmente ineficaz, o que indica a presença de percepções críticas quanto à sua efetividade. No colégio 1, aproximadamente 20% dos estudantes consideram o uso totalmente ineficaz, enquanto, no colégio 2, cerca de 10% o classificam como parcialmente eficaz. Dessa forma, percebe-se que não há consenso entre os discentes quanto à eficácia das plataformas digitais educacionais no processo de aprendizagem. Destaca-se, ainda, a ausência de menções que as classifiquem como totalmente eficazes, evidenciando cautela na percepção de sua contribuição para o aprendizado.

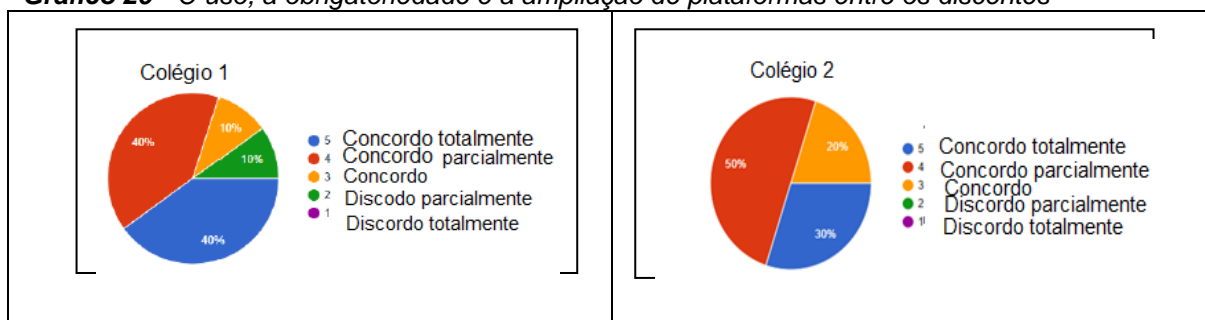
Também foi perguntado aos discentes se concordavam com o uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação e como avaliavam o recurso como uma ferramenta educacional capaz de contribuir na melhoria de sua aprendizagem.

Gráfico 28 - Uso obrigatório de plataformas e a aprendizagem dos entrevistados

Fonte: elaboração própria, (2026).

Diante das respostas apresentadas no Gráfico 28, observa-se que, no colégio 1, entre os discentes, 60% afirmaram concordar parcialmente com o uso das plataformas digitais como ferramenta auxiliar que contribui para a melhoria da aprendizagem, enquanto 40% declararam discordar totalmente. Destaca-se que não houve registro de discentes que afirmassem concordar totalmente com essa afirmação. No colégio 2, por sua vez, as respostas apresentaram maior diversificação: 50% dos discentes afirmaram concordar parcialmente, 30% concordar, 10% discordar parcialmente e apenas 10% concordar totalmente.

Seguindo a análise, foi questionado se os discentes acreditavam que o uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação. E para responder, deveriam considerar de 1 a 5, sendo que 5 concordo totalmente, 4 concordo parcialmente, 3 concordo, 2 discordo parcialmente e 1 discordo totalmente.

Gráfico 29 - O uso, a obrigatoriedade e a ampliação de plataformas entre os discentes

Fonte: elaboração própria (2026).

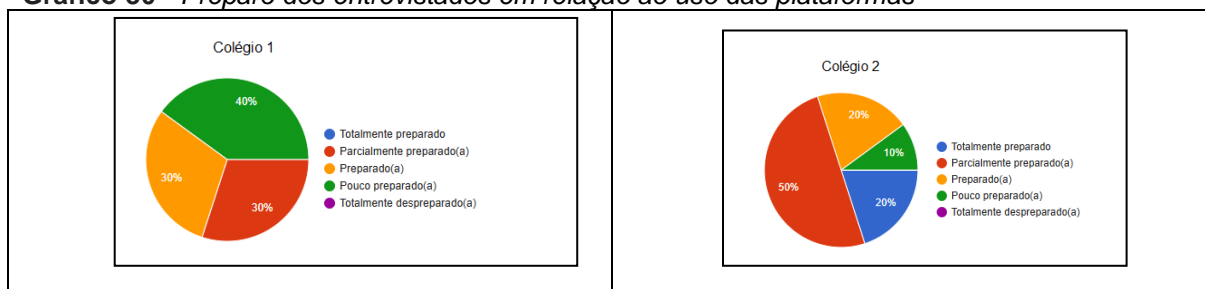
Em relação às respostas obtidas, no colégio 1, observou-se que 40% dos discentes afirmaram concordar parcialmente com a ideia de que o uso de

plataformas digitais, em grande quantidade e de forma obrigatória, tende a se intensificar, enquanto outros 40% declararam concordar totalmente com essa afirmação. Além disso, 10% afirmaram concordar e 10% discordar parcialmente. No entanto, no colégio 2, os percentuais indicam que 50% dos discentes concordam parcialmente, 20% concordam e 30% concordam totalmente com a mesma afirmação.

Cabe destacar que, tanto no colégio 1 quanto no colégio 2, não houve registro de discentes que afirmassem discordar totalmente que o uso de plataformas de forma obrigatória será cada vez maior.

Como análise, também foi abordada se os discentes se sentiam preparados (as) para utilizar plataformas digitais de forma eficiente no processo educacional.

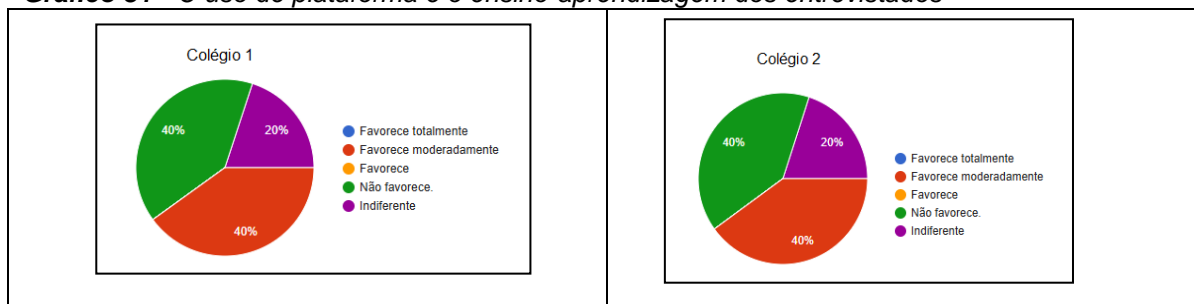
Gráfico 30 - Preparo dos entrevistados em relação ao uso das plataformas



Fonte: elaboração própria (2026).

Como demonstra o gráfico 30, a resposta entre os dois colégios também foi diferente. Sendo assim, no colégio 1, em torno de 40% se sentem pouco preparados, enquanto no colégio 2, esse percentual é de apenas 10%. Ao se tratar de se sentirem preparados, no colégio o percentual é de 30%, já no colégio 2, esse percentual é de 20%. No colégio 1, um percentual de 30% dos discentes disseram estar parcialmente preparados e no colégio 2, o percentual é bem maior, com 50% dos alunos. No colégio 1, não houve percentual de discente que se sentem totalmente preparado, porém no colégio 2, se declararam totalmente preparados um percentual de 20%.

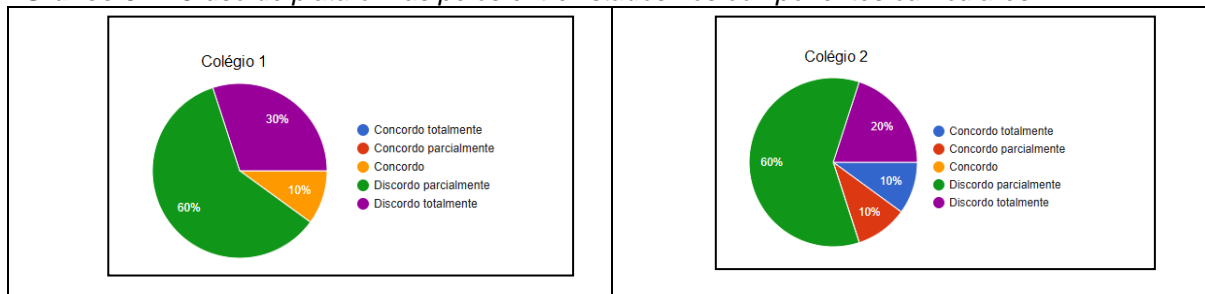
Seguindo essa linha de análise, o questionamento foi se os discentes acreditavam que o uso de plataformas digitais educacionais na realização de atividades que são solicitadas no seu processo de ensino-aprendizagem tem favorecido a construção do seu conhecimento em comparação ao modelo presencial, tradicional.

Gráfico 31 - O uso de plataforma e o ensino-aprendizagem dos entrevistados

Fonte: elaboração própria (2026).

Nessa perspectiva, o gráfico 31, indica unanimidade entre os discentes do colégio 1 e do colégio 2, ao apontarem as mesmas respostas com os mesmos percentuais. Sendo assim, 40% afirmaram que não favorece, 40% afirmaram que favorece moderadamente e 20% afirmaram o uso de plataformas é indiferente no processo de ensino-aprendizagem. Diante das respostas, percebe-se que não houve consenso nem percentual entre os discentes de que o uso de plataformas favorece e favorece totalmente o processo-ensino aprendizagem.

Na mesma linha de pensamento, a análise foi sobre o encaminhamento que o ensino e a aprendizagem estão acontecendo, através do uso de plataformas digitais de forma obrigatória em vários componentes curriculares, e diante disso, foi indagado se os discentes acreditam juntamente com os colegas se eles aprendem melhor utilizando plataformas digitais do que métodos presenciais tradicionais com atividades de pesquisa e registro no caderno.

Gráfico 32 - O uso de plataformas pelos entrevistados nos componentes curriculares

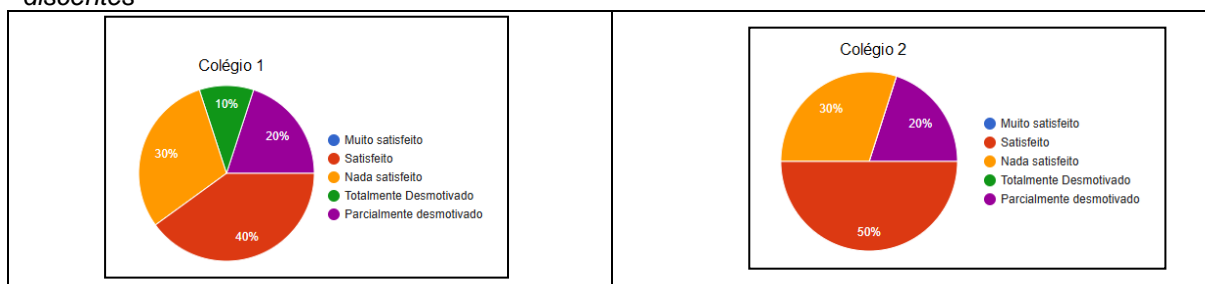
Fonte: elaboração própria (2026).

Para essa resposta o colégio 1 apresentou o mesmo percentual que o colégio 2 como aponta o gráfico 32, sendo que 60% dos alunos de ambos os colégios afirmaram discordar parcialmente que eles juntamente com os colegas

aprendem melhor utilizando plataformas digitais nos diferentes componentes curriculares do que métodos presenciais tradicionais com atividades de pesquisa e registro no caderno. Portanto a grande maioria ainda prefere sim usar tecnologia para realizar suas pesquisas, mas continuar realizando seus registros em cadernos. No colégio 1, o percentual que discordam totalmente foi de 30%, já no colégio 2, esse percentual foi de 20%. No colégio 1, um percentual de 10% afirmou concordar. No colégio 2 teve um percentual de 10% que concordavam totalmente e 10% concordavam parcialmente. Portanto no colégio 1, não houve percentual de quem concordava totalmente.

Analisando como se sentem os discentes em relação ao seu desempenho, também buscou-se apontar, a questão da aprendizagem e do desempenho nos últimos anos, pós pandemia do Coronavírus (Covid 2019), se melhorou com o uso de plataformas digitais ao ponto de estarem muito satisfeitos, satisfeitos, parcialmente desmotivados ou totalmente desmotivados.

Gráfico 33 - Uso de plataformas Pós Pandemia do Coronavirus (Covid 2019) e o desempenho dos discentes



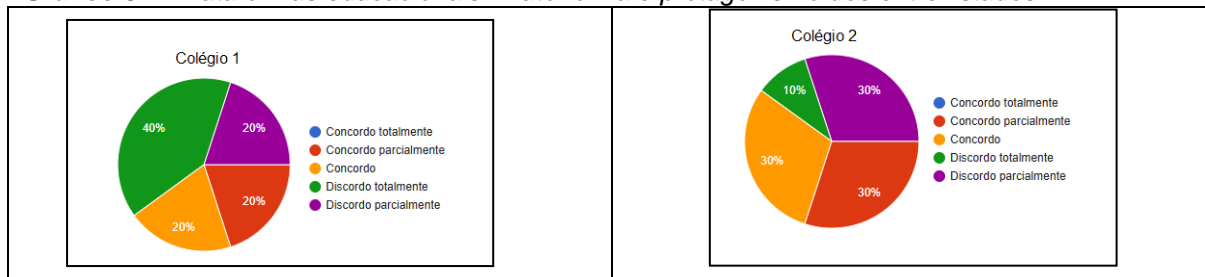
Fonte: elaboração própria (2026).

E como resposta, o colégio 1, de acordo com o gráfico 33, ocorreu um apontamento de 40% dos discentes que disseram estar satisfeitos, enquanto no colégio 2, o percentual é de 50%. Porém em ambos os colégios, 30% afirmam estarem nada satisfeitos. Também aparece o mesmo percentual de 20% dos discentes que se encontram parcialmente satisfeitos. Chamou a atenção de que no colégio 1, apareceu um percentual de 10% dos discentes afirmarem que estão totalmente desmotivados e não houve percentual de discente que afirmaram estar muito satisfeito.

Nessa perspectiva de análise, entendendo que o aluno, é o ator de destaque nesse cenário, procurou-se questionar se as plataformas digitais, denominadas pelo governo como ferramentas digitais educacionais favorecem o

desenvolvimento da autonomia e o protagonismo do entrevistado (a) enquanto discente.

Gráfico 34 - Plataformas educacionais: Autonomia e protagonismo dos entrevistados



Fonte: elaboração própria, (2026).

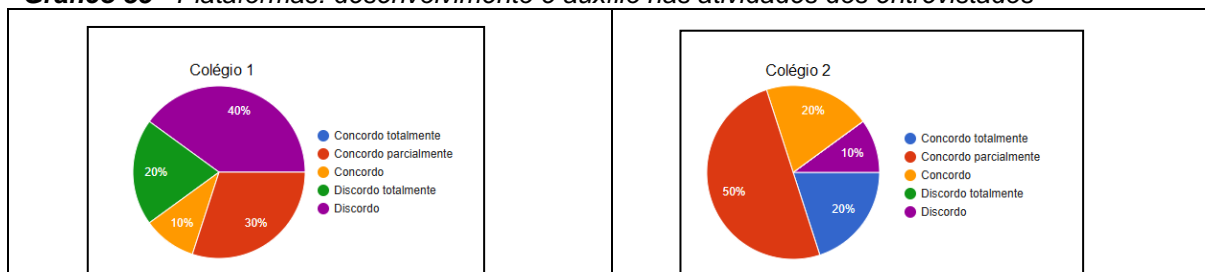
Nessa perspectiva, sob a visão dos discentes, apesar de possuir percentuais diferentes, as respostas que apareceram foram as mesmas. No colégio 1, como mostra o gráfico 34, o percentual foi de 40% dos discente que afirmaram discordar totalmente, ou seja, não se veem como protagonistas. Já no colégio 2, o percentual foi de 10%. No Colégio 1, os percentuais de 20% concordavam. No entanto no colégio 2, esse percentual foi de 30%. No colégio 1, apareceu um percentual de 20% que concordavam parcialmente, enquanto no colégio 2 esse percentual subiu para 30%. Ainda no colégio 1, um percentual de 20% afirmou que discordavam parcialmente e no colégio 2, o percentual foi de 30%. O que se percebeu foi que em ambos os colégios, os alunos não afirmaram ter autonomia e nem se sentirem protagonistas nesse processo. Nesse sentido, notou-se que os discentes não se sentem totalmente protagonistas, ou sejam não concordaram totalmente que são protagonistas ou possuem autonomia vez que enxergam as plataformas como algo impositivo e não como uma ferramenta adicional, auxiliar no processo-ensino aprendizagem.

O questionamento também ocorreu em relação ao protagonismo ou engajamento dos discentes. Se tratando das plataformas como auxílio no trabalho na realização das atividades propostas, se foi possível perceber sua melhoria da qualidade e participação das atividades.

No entanto, analisando que a escola é um ambiente de trabalho e produção, no âmbito laboral, acredita-se que o engajamento pode gerar ou aumentar o bem-estar do trabalhador, possibilitando maior envolvimento e entusiasmo nas atividades. Porém, elevados níveis de demandas e baixos níveis de recursos nas atividades

realizadas, podem gerar, conforme aponto Machado (2025), esgotamento físico e mental do profissional.

Gráfico 35 - Plataformas: desenvolvimento e auxílio nas atividades dos entrevistados

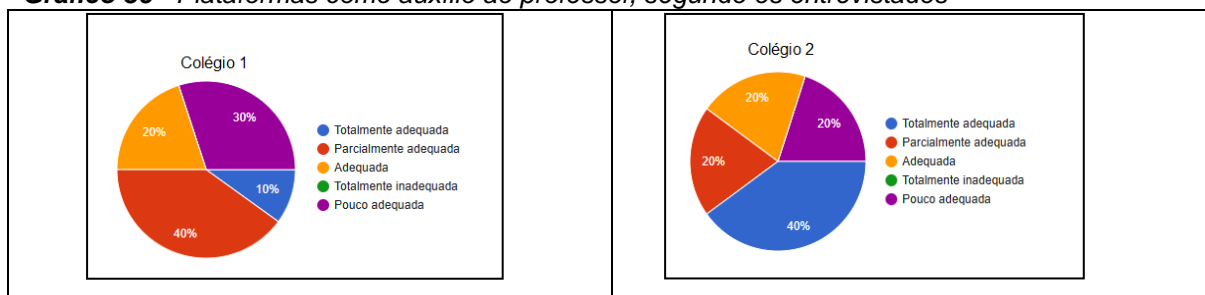


Fonte: elaboração própria (2026).

Como resposta, o colégio 1, apontou que 40% dos discentes discordavam, enquanto no colégio 2, esse percentual foi de apenas 10%. No colégio 2, o maior percentual foi de discentes que concordavam parcialmente, chegando a 50%, porém no colégio 1, esse percentual foi de 30%. No colégio 1, o percentual de discentes que concordavam foi de apenas de 10%, enquanto no colégio 2, esse percentual atingiu 20%. No colégio 1, um percentual de 20% discordava totalmente, enquanto no colégio 2, ocorreu o contrário, ou seja 20% dos discentes concordavam totalmente de que as plataformas auxiliam no trabalho na realização das atividades propostas, e que é possível perceber que ocorreu melhoria da qualidade e participação das atividades.

Pensando na visão do aluno e o trabalho realizado pelo professor com o uso de plataformas, se questionou foi se acreditavam no uso de plataformas digitais educacionais como uma ferramenta de auxílio ao professor:

Gráfico 36 - Plataformas como auxílio ao professor, segundo os entrevistados



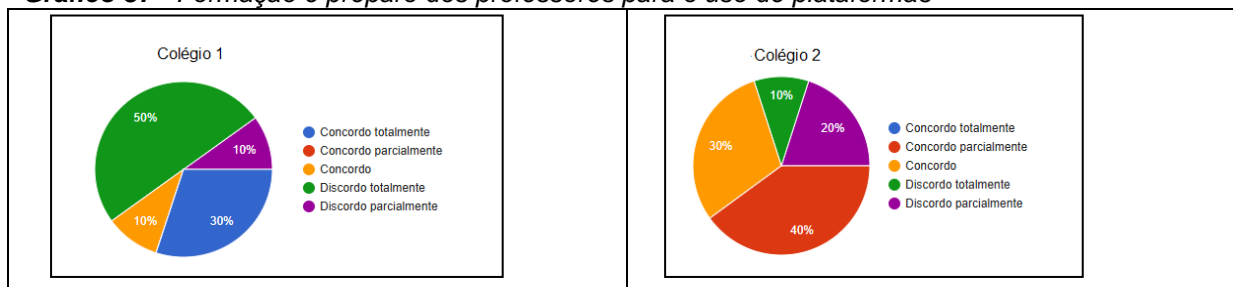
Fonte: elaboração própria, (2026).

Apesar de apresentar percentuais diferentes, as respostas foram as mesmas. No colégio1, o gráfico 36, aponta que 40% dos discentes acreditam ser parcialmente

adequado. Porém no colégio 2, esse percentual cai para 20%. Tanto no colégio 1, como no colégio 2, o percentual que acreditavam ser adequado foi de 20%. Também teve um percentual de 30% no colégio 1 que acreditam ser pouco adequado, enquanto no colégio 2, o número é de 20%. No colégio 2, o percentual de discentes que afirmaram ser totalmente adequado é de 40%, enquanto no colégio 1, esse percentual é de apenas 10%. Portanto em ambos os colégios não houve discentes que afirmaram ser totalmente inadequado.

Ainda pensando na visão dos alunos em relação ao trabalho do professor, perguntou se os discentes concordavam que durante o processo de implementação no uso de plataformas digitais educacionais, houve alguma formação específica em relação ao uso dessas plataformas digitais para um melhor preparo de seus professores.

Gráfico 37 - Formação e preparo dos professores para o uso de plataformas



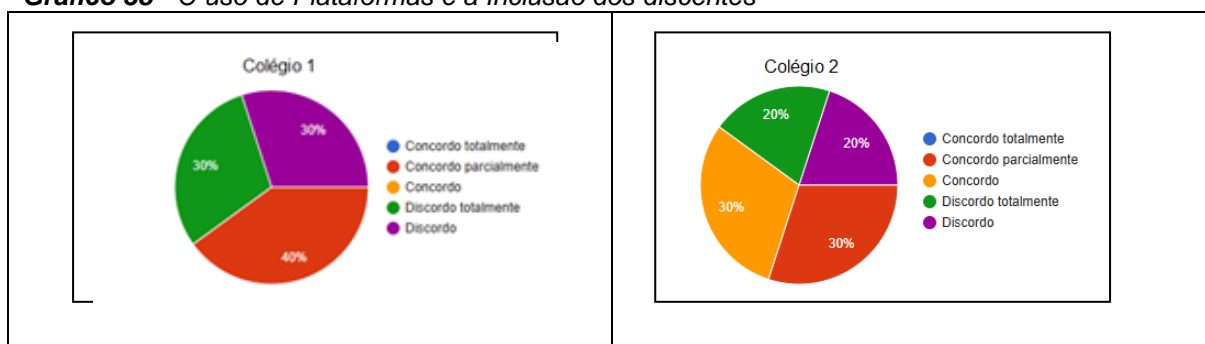
Fonte: elaboração própria, (2026).

Nessa questão as respostas apresentaram divergências entre os discentes dos dois colégios. Dessa forma, em relação ao colégio 1, o maior número de alunos discordava totalmente, ou seja 50%, enquanto no colégio 2, apenas 10% discordava totalmente. No colégio 2, a maior parte dos discentes concordava parcialmente, chegando a 40%, no entanto esse indicativo não apareceu. Ainda sobre o colégio 2, 30% dos discentes concordava e no colégio1, apenas 10%. No colégio 1, apontou 30% dos discentes que concordavam totalmente, porém no colégio 2, esse indicativo não apareceu. No colégio 1, apenas 10% discordavam parcialmente, enquanto no colégio 2, esse índice aumentou para 20%. O que chamou a atenção foi que no colégio 1, se destacou o discordo totalmente e no colégio 1, o concordo parcialmente.

Pensando na inclusão que é garantida pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 13.146/2015) complementa e reforça a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), também foi realizado análise na visão dos discentes. E

se indagou, se sentiam inclusos e se percebiam essa inclusão entre os colegas da escola, no acesso às plataformas digitais obrigatórias na educação do Paraná, se percebiam a existência do uso efetivo dessas plataformas pelos discentes, ou seja, eles conseguiam acompanhar e desenvolver as atividades propostas de forma inclusiva, se o uso de plataformas digitais contribui para um ensino mais inclusivo.

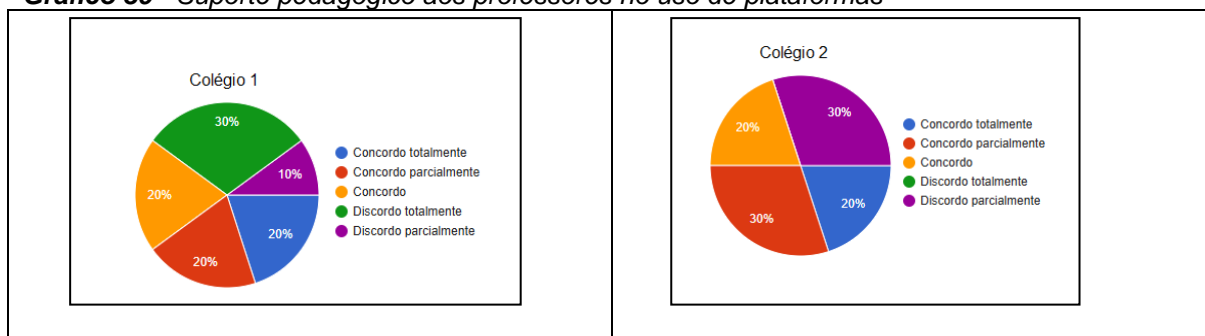
Gráfico 38 - O uso de Plataformas e a Inclusão dos discentes



Fonte: elaboração própria (2026).

Evidenciou-se que de forma geral, as respostas ficaram próximas entre os dois colégios. No colégio1, os discentes afirmaram que 40% concordavam parcialmente, porém no colégio 2, o percentual é de 30%. Ainda no colégio 2, 30% afirmaram concordavam, enquanto no colégio 1, essa afirmação não apareceu. O que chamou a atenção, que não foi mencionado se concordavam totalmente que se sentiam inclusos.

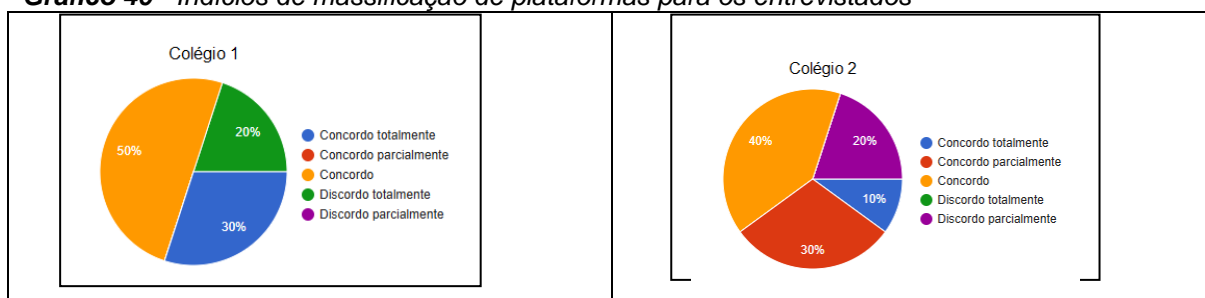
Buscou-se ainda ressaltar a visão dos discentes quanto ao apoio pedagógico, quando a tecnologia falha, não funciona nos momentos mais inusitados e, portanto, durante as aulas deixando o professor na mão. Diante disso, foi questionado se os discentes do colégio 1 e do colégio 2, percebiam a existência do suporte eficiente e ou apoio pedagógico por parte da Secretaria de Educação (SEED), ou da escola para lidar com problemas ou desafios relacionados às plataformas de forma cotidianamente.

Gráfico 39 - Suporte pedagógico aos professores no uso de plataformas

Fonte: elaboração própria, (2026).

As respostas, dos discentes do colégio 1, apresentou uma maioria de 30% que discordavam totalmente, porém os discentes do colégio 2 não apontaram essa situação. No entanto, 30% dos discentes do colégio 2 afirmam que concordavam parcialmente e 30% discordavam parcialmente. No colégio 1, esse percentual foi de 20% que concordavam parcialmente e 10% discordavam parcialmente. Tanto no colégio 1, quanto no colégio 2, um percentual de 20% dos discentes disseram que concordavam totalmente que existem suporte aos professores em relação as plataformas. No entanto, no colégio 1, os discentes sentiam mais a falta de auxílio.

Também foi questionado sobre o grande número de plataformas e a influência e parceria de empresas privada na rede pública. Diante disso, ocorreu o questionamento aos discentes, se eles percebiam indícios de massificação (grande número de plataformas digitais educacionais) influenciadas por empresas privadas na educação paranaense em forma de parcerias.

Gráfico 40 - Indícios de massificação de plataformas para os entrevistados

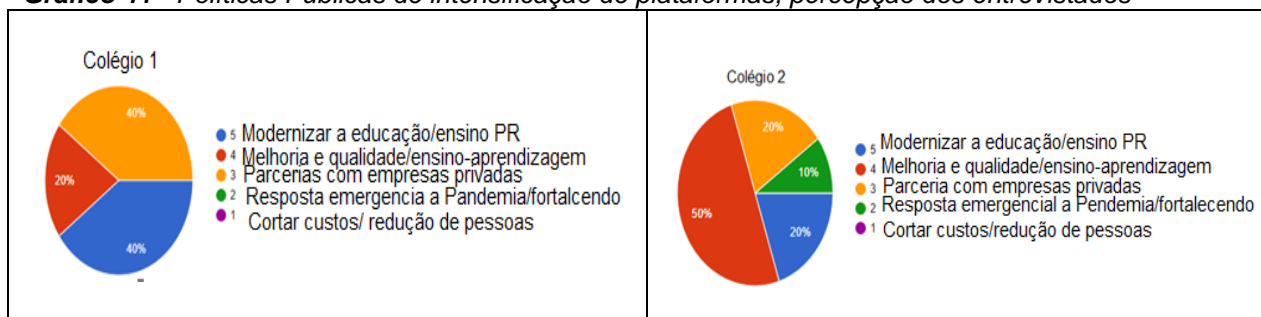
Fonte: elaboração própria (2026).

E diante da pergunta, as respostas expressas através do gráfico 40, evidenciaram a visão dos discentes do colégio 1, o percentual de que concordavam com os indícios de massificação (grande número de plataformas digitais educacionais) influenciadas por empresas privadas na educação paranaense em

forma de parcerias foi de 50%, enquanto no colégio 2, o percentual foi de 40%. No colégio 1, o percentual que concordavam totalmente foi de 30%, enquanto no colégio 2, esse percentual resultou em de apenas 10%. No colégio 1, houve um percentual de 20% que discordavam totalmente, no entanto, no colégio 2, essa indicação ou menção não aconteceu. Contudo, no colégio 2, os discentes apontaram que 30% concordavam parcialmente e 20% discordavam parcialmente, o que não foi apontado no colégio 1. Ou seja, no colégio 1, os discentes apresentaram uma maior percepção do número de plataformas e as parcerias de empresas privadas na educação.

Ademais, perguntou-se aos discentes sobre a percepção dos mesmos sobre as Políticas públicas no estado do Paraná com a intensificação do uso de plataformas digitais pela rede estadual e para o que apontam, sendo que deveriam analisar os números, uma vez que o: 5 era para: modernizar a educação e o ensino paranaense; o 4 para: melhoria e qualidade de ensino- aprendizagem; o 3 para: parcerias com empresas privadas transferindo parte da gestão educacional à iniciativa privadas; o 2 para: uma resposta emergencial à pandemia e que vem criando força a cada ano e o 1 para: cortar custos e reduzir o número de pessoas na educação paranaense;

Gráfico 41 - Políticas Públicas de intensificação de plataformas, percepção dos entrevistados



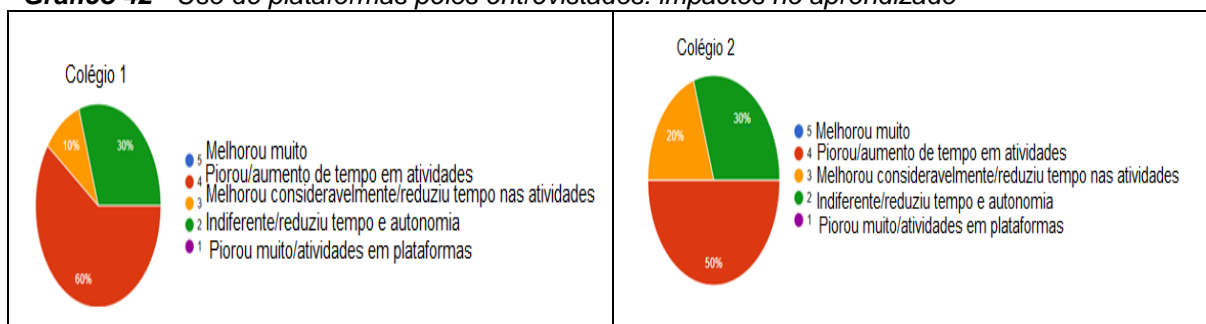
Fonte: elaboração própria, (2026).

No Gráfico 41, as respostas foram diferentes entre os dos colégios. No caso do colégio 1, houve um empate de 40% dos alunos que afirmaram era para: modernizar a educação e o ensino paranaense e 40% desse mesmo colégio afirmaram sobre as parcerias com empresas privadas transferindo parte da gestão educacional à iniciativa privadas. No entanto, em relação ao colégio 2, a grande maioria, ou seja 50%, afirmaram ser para melhoria e qualidade de ensino-aprendizagem, enquanto no colégio 1, apenas 20% dos discentes realizaram essa

afirmação. No colégio 2, como aponta o gráfico 42, ocorreu um empate, sendo que 20% apontam as parcerias com empresas privadas transferindo parte da gestão educacional à iniciativa privadas e 20% apontam que era para: modernizar a educação e o ensino paranaense. No entanto, 10% dos discentes do colégio 2, acreditam que iniciou pois precisava dar uma resposta emergencial à pandemia e que vem criando força a cada ano. Porém, o que chama a atenção é que entre os discentes dos dois colégios não se mencionou cortar custos e reduzir o número de pessoas na educação paranaense.

Em relação a questão 22, os discentes foram interrogados para que pensassem no uso das plataformas digitais educacionais na educação paranaense como recurso, e se acreditavam que o aprendizado dos mesmos havia sofrido alterações nos últimos anos, a ponto de afirmar que: 5- melhorou muito devido as atividades estarem prontas; 4- Piorou, pois aumentou meu tempo na realização das atividades dos diversos componentes curriculares; 3- Melhorou consideravelmente, pois reduziu meu tempo nas realização de atividades; 2- Indiferente, pois reduziu meu tempo nas tarefas e tirou minha autonomia nas atividades e 1- Piorou muito, apenas consigo realizar atividades em plataformas, reproduzindo em sala;

Gráfico 42 - Uso de plataformas pelos entrevistados: impactos no aprendizado



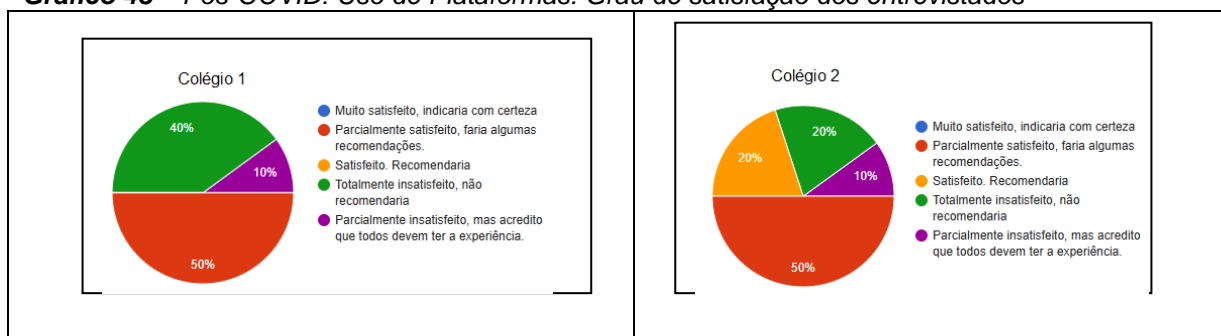
Fonte: elaboração própria, (2026).

Interessante que as respostas foram as mesmas entre os dois colégios, como confirma o gráfico 42 nos colégios 1 e 2, porém com percentual diferente. Sendo assim, o colégio 1 apresentou um percentual de 60% dos discentes que afirmaram que piorou, pois aumentou meu tempo na realização das atividades dos diversos componentes curriculares, enquanto no colégio 2, essa afirmação também foi indicada pelos discentes, porém com um percentual de 50%. Tanto no colégio 1, quanto no colégio 2, um percentual de 30% dos discentes afirmaram ser indiferente, pois reduziu meu tempo nas tarefas e tirou minha autonomia nas atividades. No

colégio 1, um percentual de 10% dos discentes afirmaram que melhorou consideravelmente, pois reduziu meu tempo na realização de atividades enquanto no colégio 2, esse percentual foi de 20%. Contudo, o que se percebeu é que não houve percentual de discentes dos colégios que afirmaram os extremos de que melhorou muito devido as atividades estarem prontas e nem que piorou muito, apenas consigo realizar atividades em plataformas, reproduzindo em sala. Todavia a grande maioria afirma que piorou em ambos os colégios.

Diante de tantas mudanças, é importante indagar os discentes quanto a questão da satisfação e a questão 23, vem apontar o que pesam os discentes desses dois colégios. Então foi questionado sobre o grau de satisfação em relação as mudanças na educação paranaense nos pós pandemia do COVID 19, com o uso das plataformas digitais como ferramentas educacionais, e o quanto indicariam a outra pessoa ser aluno na rede pública do Paraná.

Gráfico 43 – Pós-COVID: Uso de Plataformas: Grau de satisfação dos entrevistados



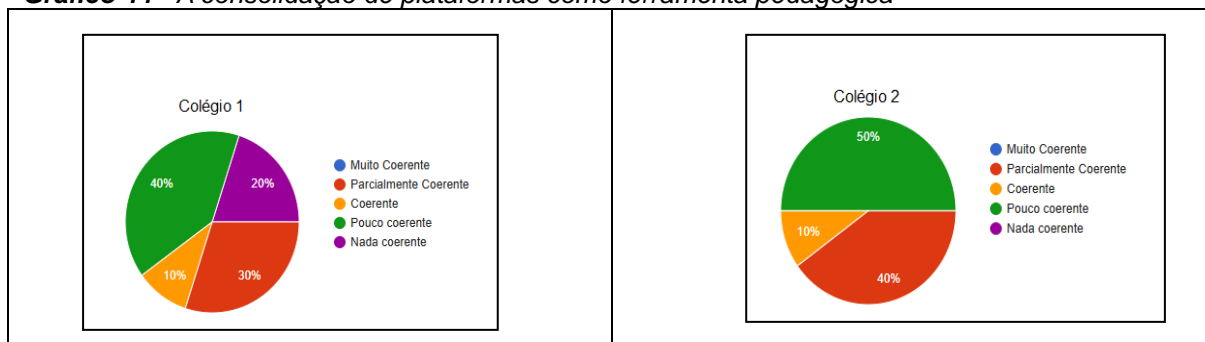
Fonte: elaboração própria, (2026).

Como resposta, conforme o gráfico 43, tanto no colégio 1, como no colégio 2 um percentual de 50% dos discentes afirmaram se sentirem parcialmente satisfeitos e fariam algumas recomendações. Também teve um percentual de 40% no colégio 1 e 20% dos discentes do colégio 2, que afirmaram estarem totalmente insatisfeitos e não recomendariam. No entanto, tanto no colégio 1, quanto no colégio 2, um percentual de 10% dos discentes afirmaram estarem parcialmente insatisfeitos, contudo acreditam que todos deveriam passar ou ter a experiência. E no colégio 2, um percentual de 20% dos discentes como satisfeitos e recomendariam. O que chamou a atenção é que em nenhum dos colégios, os discentes mencionaram que estão muito satisfeitos e que recomendariam com certeza.

A questão 25, apresenta que nos últimos anos, o uso de plataformas digitais

educacionais tem se consolidado como ferramenta pedagógica em diferentes níveis de ensino no paranaense. Então foi questionado aos discentes a forma que ocorre a implementação dessa política pública que amplia cada vez mais o uso de plataformas digitais na educação pública paranaense.

Gráfico 44 - A consolidação de plataformas como ferramenta pedagógica



Fonte: elaboração própria, (2026).

E como resposta, de acordo com o gráfico 44, os discentes do colégio 1 apontaram um percentual de 40% dos discentes acreditarem pouco coerente, porém no colégio 2 esse percentual é de 50%. No colégio 1, um percentual de 30% apontou ser parcialmente coerente, mas no colégio 2, esse percentual é de 40%. Tanto no colégio 1, quanto no colégio 2, o percentual de discentes que acreditam ser coerente a implementação dessa política pública que amplia cada vez mais o uso de plataformas digitais na educação pública paranaense é de 10%. No entanto, no colégio 1, um percentual de 20% afirma ser nada coerente, enquanto no colégio 2, essa opção não foi mencionada. O que chamou a atenção é que não houve menção por parte dos discentes de acreditam ser muito coerente.

5.2.2 Análise das questões discursivas comparando os gráficos

Com o propósito de alavancar melhor as informações sobre o que pensam os discentes em relação ao uso de plataformas digitais educacionais na rede pública paranaense, foram realizadas algumas questões abertas para que pudessem expressar suas opiniões de forma mais aberta e adequada.

Em vista da situação, foi questionado aos discentes do colégio 1 e 2 sobre: Se existe a obrigatoriedade do uso de plataformas digitais educacionais; Para quais finalidades costumam fazer uso dessas plataformas; Se acreditam que é uma ferramenta auxiliar em seu processo de ensino-aprendizagem; Se acreditam

que a decisão de implementar diversas plataformas digitais na educação do estado paranaense foi discutida com a comunidade escolar, incluindo eles, professor, equipe pedagógica; Além disso, foi questionado sobre a opinião deles, os principais fatores que levou o Estado do Paraná a adotar plataformas digitais como ferramentas auxiliar na educação paranaense; Também foi questionado sobre os principais desafios que enfrentam enquanto discente com plataformas digitais no processo ensino-aprendizagem na educação paranaense; Ainda foi perguntado se o novo modelo de ensino, conhecido como ambiente digital oferecido através das plataformas de forma obrigatória, influencia a motivação nas aulas e atividades por eles realizadas? E em relação a obrigatoriedade de utilizar diversas plataformas digitais impacta sua forma de realizar o processo de ensino-aprendizagem de que forma? Por fim foi apresentado as principais plataformas digitais educacionais utilizadas na rede pública paranaense, (SEED) a exemplo, o Desafio Paraná; o Inglês Paraná High; o Inglês Professor; o Inglês Paraná Teens; o Leia Paraná; Matemática Paraná, através do Khan Academy, Matemática Paraná, com o Matific; Programação Paraná; Redação Paraná; Robótica Paraná. E diante disso, se existe preferência por alguma. Se SIM, qual? E por quê? Se NÃO, por quê?

Em decorrência das questões acima, a seguir será apresentado as questões separadamente e as diversas respostas dos discentes inerentes aos colégios 1 e 2 de forma peculiar cada indagação dos discentes.

A exemplo, analisando, a questão 3, foi questionado, sobre a existência da obrigatoriedade do uso de plataformas digitais educacionais na sua grade curricular; quais são? Para quais finalidades costumam fazer uso dessas plataformas? Se acreditam que é uma ferramenta auxiliar em seu processo de ensino-aprendizagem ou não? Por quê?

Diante dos questionamentos, acima, sobre a obrigatoriedade quanto ao uso de plataformas digitais educacionais na sua grade curricular, suas finalidades, se costumam fazer uso e se acredita que é uma ferramenta auxiliar em seu processo de ensino-aprendizagem, as respostas dos discentes entrevistados do colégio 1, apontaram que:

Sim, Leia Paraná, Redação Paraná, Khan Academy, Quizziz, etc. Desfruto destas plataformas para fim de estudos e evolução escolar. Sim, porque é como se fosse atividades extras (Estudante A).

A maioria das plataformas trabalhadas exigem obrigatoriedade de acesso

e prazo de entrega. Me refiro especificamente à plataformas como o Inglês Paraná, Leia Paraná, Khan Academy, Quizziz e Redação Paraná. Costumo acessá-las como atividade obrigatória proposta pelos professores, mas raramente as utilizo de maneira espontânea, como forma de estudo ou de exercício. Penso que, embora proporcionem formas de treino e estudo variadas e modernas, ao serem impostas como obrigação e em grande quantidade, tornam-se desgastantes e cansativas, levando a um distanciamento dos alunos para com o uso recorrente das plataformas (Estudante B).

As plataformas são utilizadas para avaliar o conhecimento é são obrigatórias, o uso das plataformas são para realizar atividades sobre determinado assunto tentando avaliar o conhecimento de aluno, eu acredito que algumas plataformas realmente ajudam no aprendizado já outras desgastam muito tempo e não são tão úteis (Estudante C).

Sim, inglês Paraná, Redação Paraná quando atribuído texto, e leia Paraná. Por causa dos pontos que são atribuídos. Não, somente redação Paraná, o restante são atividades que olhando de maneira geral, são irrelevantes pois não auxiliam, alguns até fazem, mais a maioria faz por obrigação e não lê faz por fazer (Estudante D).

Sim, quizzes, redação Paraná, Khan academy, alura. Normalmente nenhuma, são atividades obrigatórias, e valem notas, para meu uso próprio apenas o alura que realmente agrega em algo e ensina sem precedentes. Não, acaba reforçando o conteúdo, porém não agrega apenas dificulta a vida do estudante que trabalha (Estudante E).

Sim tem obrigatoriedade, português I, inglês e matemática para ganhar nota já que não me ajuda a melhorar meu aprendizado pois eu aprendo melhor no papel e escrevendo (Estudante F).

Existe sim, são usadas como atividades avaliativas (trabalhos), khan academy, leia Paraná, redação Paraná. Acredito que de certa forma é desnecessário o uso obrigatório delas, pois muitas vezes há irregularidades nas plataformas e fica horrível o seu uso (Estudante G).

Sim, praticamente todas, realizo com a finalidade de ganhar nota, na minha eu acredito que não pois não aprendo muito com elas, mas é auxiliar por ser um jeito mais acessível de realizar as atividades (Estudante H).

Sim e obrigatório o uso das plataformas, google classroom que engloba os quizzes, leia paraná, redação, plataformas de computação, inglês paraná, entre outras, eu uso para compor a notas das matérias, acredito que auxilia sim na educação, mas não em excesso (Estudante I).

Sim, redação Paraná, Leia Paraná, Khan Academy, Quizz, Alura. Usamos para reforçar o conteúdo e adquirir novos conhecimentos. Sim, ajuda a gente a ter responsabilidades e a praticar mais, pois ajuda a gente a ter mais clareza em certas matérias. (Estudante J)

Portanto, através da análise do colégio 1, é possível perceber que forma unanime entre todos os dez alunos entrevistados, todos responderam que sim, existe a obrigatoriedade no uso das plataformas. Portanto, o que se percebe é que existe a obrigatoriedade do uso de plataformas sim, pois alguns componentes curriculares ocorrem através de plataformas e caso aluno não faça o acesso, não

consegue participar realmente da aula, uma vez que é necessário realizar as atividades em sala nessa plataforma durante a aula, posteriormente precisa realizar as tarefas e trabalhos. A exemplo são os quizzes, o Leia Paraná, o Redação Paraná, Pensamento Computacional, através do Alura. Retomando a análise da mesma questão, sobre as plataformas de maior uso, tanto no colégio 1 quanto colégio 2, foram citadas as plataformas de quizzes, Khan academy, alura. Redação Paraná, Google Classroom, Leia Paraná, plataformas de computação, Inglês Paraná.

Prosseguindo nessa análise, diante do que foi apontado, percebe-se que os discentes realizam as atividades nas plataformas, sendo que alguns desfrutam para estudos, fixação ou revisão de conteúdo. Importante destacar que entre os discentes, ocorreu a afirmação que pode até ajudar, no entanto, ressaltam a necessidade de maior responsabilidade dos discentes, pois alguns fazem as atividades apenas por fazer, mas também questionam a quantidade de plataformas que acaba desmotivando-os na realização das atividades propostas. No entanto, é possível perceber que a grande maioria demonstrou de certa forma, resistência ao uso de plataformas, uma vez que muitos alegaram que fazem uso por serem obrigados, por valer notas e ainda pontuam também a questão de irregularidades ou instabilidade no momento de uso, o que dificulta o acesso e aumenta a falta de interesse em realizar as atividades. Diante das afirmações, a questão 1, gráfico 2, faz alusão ao apontar que 60% dos discentes afirmaram ser adequado o uso de plataformas e 40% afirmaram ser parcialmente adequado, ou seja, não houve discente que afirmou ser totalmente adequado. Na questão 2, gráfico 3, em relação ao grau de satisfação, os discentes apontaram que 40% estão satisfeitos, 20% estão parcialmente satisfeitos, 20% parcialmente insatisfeitos e 20% totalmente insatisfeitos. Ou seja, não houve afirmação por parte dos entrevistados que estão totalmente satisfeitos, o que comprova a resistência ao uso das plataformas

Ao pontuar o colégio 2, eis que as respostas dos discentes foram que:

Sim, as plataformas são Inglês Paraná (ferramenta utiliza para praticar a leitura e fala da língua inglesa), quizizz (tarefa de casa, usada para praticar o que foi estudado em sala de aula), Leia Paraná (para praticar a leitura), Redação Paraná (digitar as redações que são feitas em sala de aula) Khan Academy (resolver cálculos matemáticos dos conteúdos vistos em sala de aula). Acredito que são boas ferramentas, mas precisa de algumas melhorias para atrair o interesse dos alunos trazendo algo mais dinâmico, divertido e com mais variedades. Um exemplo é o Leia Paraná, acredito que ela deveria ter livros mais interessantes e divertidos, porque a maioria dos livros dela não desperta interesse para ler" (Estudante 1).

Inglês Paraná, Leia Paraná, Redação Paraná, Quizziz, Khan Academy (estudante 2).

Todas as matérias tem plataforma, eu uso as plataformas para memorizar o conteúdo, e fixa melhor o conteúdo, mas eu tenho o meu método de ensino digital que faço nas férias e é bom (Estudante 3).

Sim, é obrigatório o uso de todas as plataformas para compor as notas. As principais são a Redação Paraná, Khan Academy, Inglês Paraná High e os Quiziz. Elas auxiliam sim, o problema é que são usadas como única forma, não tendo as apostilas de apoio e apenas os slides do governo que não são suficientes para ensinar e o aluno conseguir realmente aprender de forma efetiva (Estudante 4).

Sim. Leia paraná, redação paraná, quizziz, Khan academy, inglês paraná. Para estudar. Sim, ajuda bastante na fixação (Estudante 5).

O uso das plataformas está em quase todas as aulas de língua portuguesa e matemática. Quando os professores postam as atividades é feito o maior uso. Acredito que não beneficia nós a nada, pois já uso essas plataformas dès do início e nunca me ensinou da forma em que ensina em aulas teóricas e práticas, acredito que seja um desperdício de tempo. Sem contar que quase todos os alunos pesquisam as respostas (Estudante 6).

Eu acredito que sim, plataformas como Inglês Paraná, Quizziz, Redação Paraná, Leia Paraná e Khan Academy. Costumo fazer o uso apenas para obter nota e participar, exceto o Redação Paraná, que agora tem a opção de fazer redações treinando para o ENEM e vestibulares. Eu acredito que essas no momento não estão auxiliando, teriam que vir no momento certo, como logo após uma aula para revisar os conteúdos passados, ou com prazos maiores, bem como um reforço ou suporte das aulas, não apenas sendo obrigação ou necessidade para complementar nota (Estudante 7).

Existem sim! Entre eles estão leia Paraná, redação Paraná, Khan academy e quizziz, utilizo respectivamente para treinos e desenvolvimento. Entre essas, a única que realmente gosto é o redação Paraná, justamente por esses temas para treinar visando Enem, vestibulares etc.(Estudante 8).

Sim, Leia Paraná, Redação Paraná e Khan Academy, usados geralmente só para tarefas de casa, mas não acho que o aprendizado é qualificado, pois a maioria dos alunos não consegue ter um aprendizado bom (Estudante 9).

Existe a obrigatoriedade de estar usando, geralmente usamos essas plataformas uma vez na semana. Temos Redação Paraná, Leia Paraná, Inglês Paraná, Khan Academy e Quizizz apenas. Acredito que mais do que ganhar nota é preciso usar para buscar maior conhecimento, o Redação e o Leia Paraná em específico é os que mais gosto pois oferecem maior abordagem de uma matéria que aprecio muito, além dessas duas, uso o Quizizz com certa frequência, enquanto o Khan Academy e Inglês Paraná estão na minha semana apenas no momento que vou fazer as atividades na escola, porém aproveito o uso muito bem. Eu acredito que as plataformas auxiliam de forma precisa ao nosso ensino porém, algumas se tornam entediadas diante de falta de dinâmica ou de foco mesmo, como mencionei antes, gosto do Redação Paraná não só pela nota que, querendo ou não é um ponto positivo mas ela apresenta coisas muito boas que melhoram nosso desempenho além do que nos é proposto, como a opção de fazer redações por si só e não apenas

solicitações do professor, isso ajuda demais em nossa evolução para fazer melhores redações, já outras não são tão interessantes porém cumprem seu papel, mas acho que algumas deveriam mudar e também os próprios professores e alunos deveriam, tratando elas com mais importância do que apenas algo a se acrescentar no boletim, dando um pouco de foco até nas aulas mesmo (Estudante 10).

Ao analisar a entrevista inerente aos discentes do colégio 2, é possível perceber que entre os dez discentes entrevistados, sete deles afirmaram que existe a obrigatoriedade, porém, entre os demais, um deles não afirmou nada. Os outros dois discentes não afirmaram diretamente que sim, e nem que não. No entanto, é possível perceber que há evidências apontando a existência da obrigatoriedade, ao observar as afirmações desses dois discentes, sendo que um (a) deles (a) apontou que: “O uso das plataformas está em quase todas as aulas de língua portuguesa e matemática” (discente 6). Ou ainda que: “Todas as matérias tem plataforma [...]” (Estudante 3).

Prosseguindo com a análise, observou-se através da entrevista que houve quem afirmou acreditar que as plataformas são boas ferramentas, mas precisa de algumas melhorias para atrair o interesse dos alunos e também sugeriu que o leia Paraná, deveria apresentar livros mais diversificados, mais interessantes e divertidos, pois a maioria dos que estão disponíveis não desperta interesse ao leitor. Também houve quem afirmou que faz uso as plataformas para memorizar e fixar melhor o conteúdo, mas ressalta que possui seu próprio método de ensino digital que realiza nas férias e é bom. Houve ainda quem afirmou acreditar que elas auxiliam, porém aponta a necessidade de uma apostila física para ensinar, assim o aluno conseguiria realmente aprender de forma efetiva. Mas também houve entrevistado que afirmou acreditar que não beneficia em nada, uma vez que já faz uso dessas plataformas desde o início e nunca ensinou como ensina em aulas teóricas e práticas, acrescenta por fim ser um desperdício de tempo e aponta que quase todos os alunos pesquisam as respostas.

Assim como no colégio 1, houve também discente do Colégio 2, que afirmou que costuma fazer o uso apenas para obter nota e participar, mas faz uma observação que com exceção, agora, ou seja, possivelmente teve mudanças, o Redação Paraná, apresenta a opção de fazer redações treinando para o ENEM e vestibulares.

Portanto, diante das afirmações, entende-se que mesmo entre os discentes entrevistados que acreditam nas plataformas como boas ferramentas que auxiliam

nos estudados, grande parte deles apontam mudanças no uso dessas plataformas e sugerem que deveria ser modificado. Para ilustrar essa realidade, O gráfico 26 na questão 1, faz alusão aos fatos, sendo que no colégio 2, houve 60% dos discente que afirmaram o uso como adequado, ou seja, fazem e acessam as atividades da semana.; Já 20% afirmaram ser como parcialmente adequado, ou seja, escolhem e acessam algumas atividades a ser realizada, 10% totalmente inadequado ou seja, praticamente não faz uso, apenas quando é cobrado ou pressionado e apenas 10% afirma fazer uso de forma muito adequada, sendo que o acesso e a realização das atividades é diário. O que chama a atenção que não houve menção por parte dos discentes entrevistados do colégio 2, a ponto de afirmarem que as plataformas apresentadas para o uso deles são totalmente adequadas, e que gostam do acesso:

Pensando no grau de satisfação, a questão 2, gráfico 3 aponta que no colégio 2, apenas 10% afirmaram estarem satisfeitos; e o mesmo percentual de 10% disseram estar totalmente satisfeitos. No entanto, entre os que demonstraram como parcialmente satisfeitos foram 40%; o mesmo percentual de 40% como parcialmente insatisfeitos. Contudo, o que chama a atenção é que não houve indícios de que os discentes entrevistados no colégio 2, estão totalmente insatisfeitos, uma vez que esse item não é mencionado. Com isso, percebe-se certa contradição entre os discentes dos dois colégios. Podendo até afirmar que no colégio 2, ocorre quase um empate entre parcialmente satisfeito e parcialmente insatisfeito. Enquanto no colégio 1, o grau de insatisfação é maior que no colégio 2. Diante dos fatos é possível afirmar que no colégio 1, o grau de satisfação dos discentes é menor que no colégio 2, conforme apontam o gráfico 3 da questão 2.

Na quarta questão, a pergunta foi se os discentes acreditavam que a decisão de implementar diversas plataformas digitais na educação do estado paranaense havia sido discutida com a comunidade escolar, inclusive eles, os professores, equipe pedagógica. Também foi questionado, se na opinião deles, quais os principais fatores que levou o Estado do Paraná a adotar plataformas digitais como ferramentas auxiliar na educação paranaense?

Diante do questionamento, eis que as respostas dos discente do colégio 1, foram as seguintes:

Incluindo a mim não, porém de resto sim. Para desencadear uma nova funcionalidade escolar, desfrutar da tecnologia a seu favor com o intuito de auxiliar os alunos paranaenses (Estudante A).

Definitivamente não. Particularmente falando, em momento algum fui informado de que novas plataformas de ensino seriam impostas aos alunos, exceto no momento em que recebi as ordens para realizá-las. Sei que isso não parte da direção do Colégio, mas sim de comandos enviados de cima. Tenho a impressão de que, assim como nós alunos, os professores e equipe docente passaram pela mesma situação. Recebendo imposições e ordens sem a devida contextualização e informação necessária, mas, como não estou ciente disso de maneira concreta, não posso afirmar com certeza. Vejo a criação e implementação do modelo das plataformas digitais como uma espécie de "modernização" da educação paranaense, que tenta aplicar adventos tecnológicos visando a praticidade e inovação, mas acertando na excessividade e perda de valor real (Estudante B).

Eu acredito que foi pela facilidade de avaliar os alunos e transmitir tarefas (Estudante C).

Sendo sincero acho totalmente desnecessário que sobrecarrega muito, e é tempo gasto, somente a redação Paraná que ajuda muito, de resto não ajuda em nada, como dito anteriormente só ajuda para aqueles que se dedicam e se comprometem em fazer, acredito que os professores podem auxiliar eles, mais não todas aliás é mais um trabalho para eles também, então em minha visão é desnecessário é melhor o ensino teórico com professores e alunos (Estudante D).

Não, definitivamente não foi discutida com alunos e pais. Em minha opinião foi a crença de que agregaria em algo e resultaria em maior desempenho (Estudante E).

Os alunos não foram perguntados sobre acho que pouquíssimos professores e pedagogas foram questionados, eu não sei mas foi uma decisão meio errada de ser obrigatório já que devia ser decisão do professor usar ou não as plataformas (Estudante F).

Acredito que incentivar o aprendizado através da tecnologia que está tão presente na vida dos alunos (Estudante G).

Não, os alunos não foram incluídos nesse assunto, ficamos sabendo ao chegar na escola. Eu acredito que por ser um jeito mais acessível e prático para realizar as atividades e talvez um método de ensino dependendo do aluno (Estudante H).

Acho que não levou muito em consideração a opinião da comunidade escolar, o estado levou em consideração o índice de desenvolvimento que estava subindo com o uso das plataformas, mas esqueceu que o uso excessivo das plataformas pode ocasionar a sobrecarga dos alunos nas matérias (Estudante I).

Acredito que não, pois normalmente esses projetos são denidos no governo na área da educação e vem para as escolas de forma obrigatória. Eu acredito que seja para que o Estado tenha uma educação melhor e mais avançada (Estudante J).

Portanto, o que se percebeu, analisando as respostas do colégio 1, é que entre os dez discentes entrevistados, sete deles afirmaram acreditar que não houve consulta e que não foram consultados. Mas o que chama a atenção, em relação as afirmações dos discentes entrevistados, foi que houve quem afirmou

que a implementação ocorreu pela facilidade de avaliar; incentivar o aprendizado através das tecnologias; por ser meio mais acessível e prático para realizar as atividades; outro acredita ainda que pouquíssimos professores e pedagogas foram questionados e acrescenta ainda ter sido uma decisão meio errada e a decisão de obrigatoriedade deveria ser definida pelo professor. Portanto, as respostas são bem diversificadas.

Em relação ao colégio 2, se tratando dos mesmos questionamentos, eis que as respostas dos discentes entrevistados foram as seguintes:

No meu ver essa implementação ocorreu de forma irregular, sem ser discutida para saber se os professores sabiam como utilizar essa ferramenta ou se os alunos se adaptariam a essa nova era da Educação. Alguns fatores que eu acredito que fizeram ocorrer essa implementação foram os avanços da tecnológicos que estão acontecendo no mundo (Estudante 1).

Eu não ajudei na decisão, mas sempre fiz e apoiei aos projetos implementados pelo governo nos estudos. Com o avanço da tecnologia geral, a secretaria de educação implementou para facilitar os estudos dos alunos, sendo uma coisa que está presente no cotidiano de todos (Estudante 2).

Como o Estado do Paraná tem uma das melhores educação do Brasil, eles dão o conteúdo para passar para os alunos, fazem dinâmicas dentro da sala de aula para aprender os conteúdos, e as plataformas digitais é um jeito que o Estado do Paraná achou para substituir as tarefas de casa escrita, leitura de livros presencialmente, mas para mim eu gostava mais da moda antiga, ler um livro real, sentir as páginas e a capa do livro, o cheiro do livro, e você usa a sua imaginação, na realidade tinha que ter um profissional para nos ensinar sobre o uso da IA, como fazer aplicativos, como hackear coisas simples, aprender sobre os dois estilos de computação o Python e o Java, já as as plataformas, o necessário seriam os quizziz e o inglês paraná, porque o quizziz é uma retomada de conteúdo e o inglês paraná é bom pra entender a matéria (Estudante 3).

Não acredito que foi discutida com toda a comunidade escolar, pois muitos professores e alunos se demonstram insatisfeitos com as plataformas e com os meios utilizados do Estado, mas nada foi feito sobre isso. Acredito que colocaram essas plataformas na tentativa de modernizar, mas acabou sendo pior para o ensino pois os alunos se sentem desmotivados e não sentem a necessidade do real estudo, uma vez que podem facilmente pesquisar e conseguir burlar as respostas (Estudante 4).

Sim. Com o avanço e o uso de tecnologias na escola, acredito que esse foi um dos motivos (Estudante 5).

Acredito que não. Na minha opinião o Estado optou pelas plataformas para conseguir dizer que o estudo das escolas do Paraná são os melhores (Estudante 6).

Não foi discutido perguntando a opinião dos alunos, foram somente implementadas. Eu acredito que possa ser essa nova era mais tecnológica, ou novos meios mais rápidos, fazendo com que professores e a equipe escolar não tenham tanto trabalho (Estudante 7).

Penso que muitos não tiveram a opção de discutir sobre, onde diversos professores tiveram que mudar sua metodologia por conta dessa mudança, assim como a cobrança deles e dos alunos (Estudante 8).

Em minha opinião, foi o acesso ao aprendizado e a facilidade de aprender com essas plataformas educacionais, isso porque sem o uso dela, o aprendizado seria mais demorado e difícil de entender (Estudante 9).

Querendo ou não, plataformas e o próprio uso da internet já estão no nosso dia a dia, então acho que foi uma questão muito inteligente deles criarem uma fonte de ensino através da internet, as plataformas foram uma ideia ótima, mesmo faltando um pouco de dinamismo (Estudante 10).

Diante das respostas, entre os dez alunos entrevistados, do colégio 2, apenas um afirmou que sim, entre os demais dois não afirmaram sim ou não, e sete discente afirmaram que não houve a consulta para aprovação do uso de plataformas. Considerando as diversas respostas, apesar de muitos alunos afirmarem não terem sido consultados, muitos afirmam a necessidade do uso de plataformas pensando na modernização e a facilidade de aprendizagem. No entanto houve grande parte dos discentes que afirmaram que não houve consulta pública aos discentes e docentes, além disso, apesar de acreditarem um mecanismo de modernização, acreditam que acabou sendo pior para o ensino pois os alunos se sentem desmotivados, uma vez que não veem a necessidade estudar, uma vez que podem pesquisar e burlar as respostas. No entanto, o que chamou a atenção foi o apontamento de um dos discentes entrevistados ao afirmar que: “Como o Estado do Paraná tem uma das melhores educação do Brasil, [...] e as plataformas digitais é um jeito que o Estado do Paraná achou para substituir as tarefas de casa escrita, leitura de livros presencialmente” (Estudante 3). No entanto, fica a dúvida e cabe questionar, se realmente o entrevistado acredita que o Paraná tem a melhor educação do Brasil, ou se é uma espécie ironia. Também é importante destacar a necessidade e até um saudosismo em relação a um (a) dos entrevistados (a) ao relatar a falta dos livros físicos, além da desmotivação por parte de discentes e docentes. Portanto se entende de forma geral que tanto no colégio 1, quanto no colégio 2, os discentes apontaram que discordam, mas também sugerem mudanças que gostariam que fossem realizadas.

Na quinta questão foi solicitado aos discentes quais seriam os principais desafios enfrentados por eles em relação as plataformas digitais no processo ensino-aprendizagem na educação paranaense.

Em relação aos discentes do colégio 1, as respostas foram as seguintes:

Encontrar tempo para realizar muitas plataformas (Estudante A).
Ter que encaixar em minha rotina o acesso as plataformas (“Muitas, acaba atrapalhando muito no trabalho, por conta de tomar muito tempo, e acabar atrapalhando no pequeno espaço de lazer e descanso, trabalho das 13:00 até às 19:00 normalmente, durmo às 22:00, em 3hrs é impossível resolver atividades do colégio e milhares de plataformas (Estudante B).

Muita coisa, se deixa pra fazer no outro dia e tem o dobro de coisas, fora que quem trabalha ou faz algo a tarde fica bem difícil de fazer essas tarefas (Estudante C).

As irregularidades nas plataformas como atualizações novas que ninguém sabe como utilizar, mal funcionamento coisas do tipo, O prazo de entrega, muitas vezes esquecido ou confundido (Estudante D).

Dar conta de fazer todas no prazo e com atenção, porque muitas das vezes eu deixo de fazer prestando atenção pois não tenho tempo (Estudante E).

Esquecer de fazer e muitas vezes nota reduzir por isso, sendo que em sala e outras atividades são todas realizadas (Estudante F).

Portanto os desafios são praticamente os mesmos entre os discentes do colégio 1, sendo que eles destacam a falta de tempo para realizar as atividades, a grande quantidade de plataformas e atividades diárias que precisam estar dentro da rotina e que nem sempre é possível dar conta, principalmente quem trabalha, além das irregularidades e atualizações das plataformas que muitas vezes dificulta o acesso, como já foi comentado em questões anteriores.

No colégio 2, os discentes apresentaram as seguintes respostas:

Alguns desafios são a falta de interesse em realizar algumas atividades e algumas vezes o mau funcionamento de algumas plataformas que não carregam (Estudante 1).

A rotina corrida, as vezes acabam deixando de lado as plataformas (Estudante 2).

As dificuldades as vezes são a Internet e as dúvidas, porque olhando de uma forma geral o aluno pode saber o conteúdo todo, mas chega na plataforma ele demora para responder, eu uso as plataformas em casa, porque na escola tem muitos alunos, e em casa é mais tranquilo e eu como discente posso fazer as atividades tranquilamente, e seguir minha vida (Estudante 3).

A desmotivação, pois não ter um professor ensinando e não ter apostilas, cadernos, prejudica bastante o ensino, não prendendo suficiente a atenção e sendo facilmente burlada, onde os alunos não aprendem realmente (Estudante 4).

Alguns erros de digitação da própria plataforma. Também a falta de alguém do lado faz a aprendizagem ser um pouco mais devagar e complicada (Estudante 5).

É a perda de conteúdos e aulas. Muitas vezes os professores não dão conta de passar todos os conteúdos (Estudante 6).

Um dos maiores desafios é os prazos muitas vezes curtos, para realização de uma tarefa, ou conteúdos que ainda não foram abordados, também tem a questão dos Quizziz de não terem as respostas corretas para você saber oq errou logo após realizar as atividades, assim sempre cometendo o mesmo erro (Estudante 7).

Usando o leia Paraná como exemplo, é necessário entrar em uma certa quantidade de partes da plataforma para contabilizar o processo de leitura do aluno, onde é necessário entender certinho o passo a passo para contabilizar o tempo (Estudante 8).

A dificuldade para acessar (pois fica saindo da plataforma) (Estudante 9).

Sendo bem sincero essa falta de atenção, tanto de alunos, quanto de professores e até de mim mesmo, acaba fazendo algumas plataformas ficarem meio exaustivas, como se fosse apenas uma obrigação e não algo que acrescente ao nosso estudo (Estudante 10).

No entanto, é possível entender que os desafios relatados pelos discentes do colégio 2, são a falta de tempo, atividades que não foram trabalhadas em sala em forma de conteúdo; Falta de material físico como apostilas para apoio; Falta de motivação, interesse; Instabilidade das plataformas; Falta de internet e as dúvidas que não podem ser tiradas devido a plataforma não proporcionar e no caso não existe o professor para o auxílio, além de erros de digitação da própria plataforma.

Portanto, percebe-se que no colégio 1, os desafios são praticamente os mesmos, no entanto, no colégio 2, os desafios apresentados são em maior quantidade e diversidade, sendo que a questão do tempo, e a necessidade de material físico são as mesmas nos 2 colégios.

Na questão 6, foi perguntado aos discentes se novo modelo de ensino, conhecido como ambiente digital oferecido através das plataformas de forma obrigatória, influencia sua motivação na realização das atividades? Como? E em relação a obrigatoriedade de utilizar diversas plataformas digitais impacta sua forma de realizar o processo de ensino- aprendizagem de que forma?

Diante do questionamento, as respostas dos discentes do colégio 1, foram as seguintes: “Em alguns casos não, por ser colocado muita pressão em cima disso, em contraditória, auxilia no ensino, o que faz buscarmos por mais e mais. De forma mais focada”; “Não percebo nenhuma alteração de incentivo ou motivação a partir das plataformas. Já, quanto à obrigatoriedade, acredito firmemente que afeta diretamente a maneira como os alunos enxergam esses programas, que deixam de se tornar ferramentas instigantes e passam a ser simples tarefas exigidas”;

“Sim, pois não fica uma aula repetitiva e sim uma aula mais tranquila”; “Com tantas plataformas eu acabo me esquecendo de atividades”; “Não, pois acabam atrapalhando muito, e dão a ênfase de que são obrigatórias e valem notas acabam influenciando no desgaste mental, em relação de que muitos não conseguimos acompanhar a quantidade de plataformas”; “Não sei; Acredito que esse novo modelo é ineficiente, tentaram implementá-las no ensino porém para nós estudantes é algo ruim e desgastante ter que lidar com atividades e plataformas online, que muitas vezes são péssimas e ter isso como avaliações”; “Não, acho que impacta por muitas vezes ter várias e várias atividades para realizar em um curto período de tempo”; “influência a aprendizagem sim”; “As vezes sim, pois as vezes a gente não quer fazer ou acha q não tem precisão, muitos acabam esquecendo de fazer”.

Já em relação ao colégio 2, as respostas foram as seguintes: “Realizar as atividades das plataformas algumas vezes pode ser entediante, já que é cansativo ficar na frente da tela sem ter uma conversa entre aluno e professor”; “Sim, elas incentivam o estudo, por ser algo prático e muito presente. Eles fortalecem o conteúdo que é aplicado em sala, trazendo o aluno de volta para os conteúdos já ensinado”; “Na realidade a maioria gosta do jeito de ensino digital, mas os alunos só sabem reclamar, não presta atenção na aula, fica bagunçado, e não deixa os alunos querem aprender, aprender os conteúdos, mas é muito eficiente o ensino digital, porque estamos entrando no mundo digital, então devemos aprender sobre isso”; “Sim, pois alguns professores apenas passam os slides e as tarefas nas plataformas e não explicam, e é claro que muitos alunos não vão correr atrás para estudar e realmente aprender o conteúdo passado”; “A obrigatoriedade reforça o uso e acaba sim ajudando um pouco, mas alguns alunos ainda ficam sem realizar o que tem que ser feito, não sendo totalmente efetiva”; Sim, como estou habituada a usar o telefone me sinto mais confortável em realizar as atividades, mas é um pouco mais difícil do que a forma tradicional. De forma que às vezes me sinto pressionada; “Nem um pouco”; “Não me motiva, na verdade me desmotiva a fazer pois não me auxilia, exceto em uma plataforma o Redação Paraná. Ela não impacta muito em questão de conhecimento, apenas em revisão de conteúdos”; “Não sinto-me motivado em geral, apenas apreciando a redação, visando a finalidade e potencial que possui. Porém, as demais apenas servem para gerar dados”; “Sim, é como um peso a mais para a cabeça dos alunos, mesmo que facilite, às vezes dá problema e não ajuda os

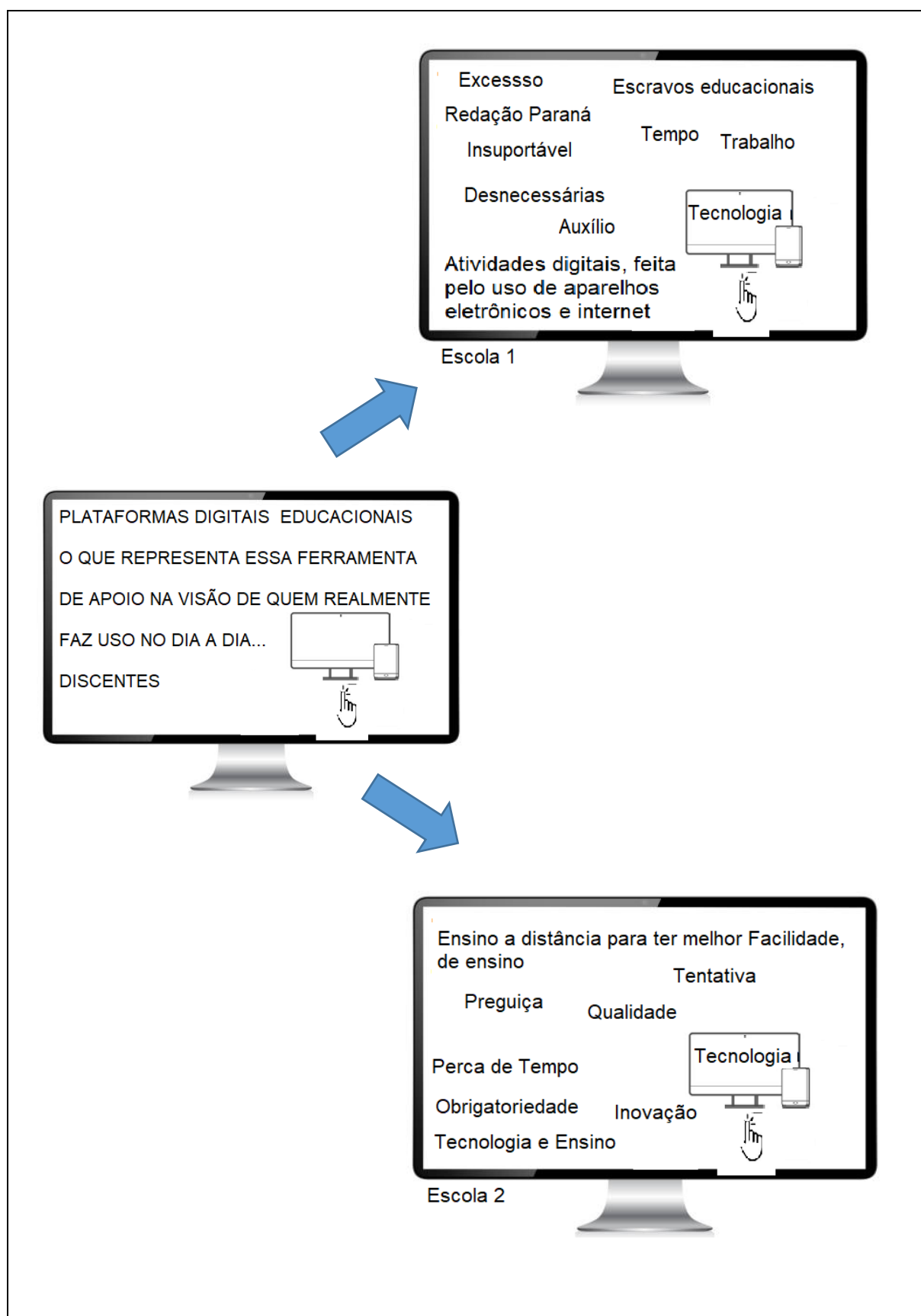
alunos, só piora, motivação é baixa”; “Honestamente, não influencia muito, diria que é mais o contrário, sobre as aulas em si influenciarem nas plataformas. Acredito que como estudante você precisa de algo que te prenda, algo interessante que faça você querer se manter ali, não apenas por obrigação, o que não é o caso de certas plataformas como o *Khan Academy* e Inglês Paraná, dizendo isso como alguém que aprecia ambas as matérias, mas as plataformas são apenas entediantes. Certas plataformas como o Redação Paraná impactam de forma precisa meu ensino, pois melhora algo útil e funcional para mim além de obrigatoriedade, não acaba se tornando apenas mais um peso”.

Para finalizar foi solicitado aos discentes para que pensasse em uma palavra que viesse em sua mente ao ouvir a palavra plataforma digital educacional. E diante da questão foi realizado uma nuvem de palavras apresentando o que foi apontado pelos discentes do colégio ou da escola 1 e da escola 2, conforme ilustrado na figura 5.

Portanto a figura 5, faz alusão na visão dos discentes quanto ao que entendem ou conceituam plataformas digitais educacionais. A figura 5, revela o entendimento dos discentes diante da vivência com as plataformas digitais educacionais. Nessa perspectiva, os Discentes do Colégio 1, e do colégio 2, expõe pontos positivos e negativos quanto ao uso das plataformas. Nesse sentido, os Discentes do Colégio 1, sinalizaram pontos positivos, como auxílio e tecnologia. No entanto, também tiveram indicações negativas, sendo, excesso, tempo, trabalho, desnecessárias, insuportável, escravos educacionais, além de atividades feitas pelo uso aparelhos eletrônicos e internet. Ou seja, apontam mais pontos negativos do que positivos.

No Colégio 2, os pontos positivos foram, tecnologia, inovação, qualidade, ensino a distância para ter maior facilidade de ensino, tecnologia e ensino. E os pontos negativos foram, preguiça, perda de tempo, obrigatoriedade. Contudo foi citado a palavra tentativa, mas que não foi afirmar como positiva ou negativa, uma vez que ficou vago o sentido. No entanto, o termo plataforma digital educacional é pautado de diferentes concepções na visão dos estudantes.

Figura 5 - Nuvem de palavras definindo Plataforma para os Discentes dos Colégios 1 e 2



Fonte: elaboração própria, (2026).

5.3 ANÁLISE REFLEXIVA E FUNDAMENTADA DOS DOIS COLÉGIOS

Essa pesquisa foi movida a entender as reais consequências e os impactos na transformação no processo de ensino-aprendizagem com a implementação das plataformas digitais educacionais na educação pública paranaense. Buscou-se também, identificar os fatores responsáveis ou que levaram a implementação de políticas públicas de plataformização no Estado do Paraná; compreender os possíveis impactos do uso das plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem nos Colégios Estadual do Campo Castelo Branco e Estadual Cívico Militar de São Miguel do Iguçu- Paraná.

Ademais, foi apontado os desafios enfrentados pelo corpo docente e discentes frente a implementação maciça das plataformas na rede de educação do Estado do Paraná.

E, portanto, baseada na hipótese de que a implementação da política pública de plataformas digitais ou plataformização da educação do Paraná, com parcerias privadas, afetou negativamente o processo ensino aprendizagem nos colégios estaduais dos colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar do oeste do Paraná, buscou-se através das análises das entrevistas com docentes e discentes, realizar as considerações registradas e apontar a comprovação da hipótese que ocorreu durante todo o processo de consolidação dessa pesquisa.

Após manifestar o que indicaram os docentes entrevistado nos colégios 1 e 2, foi realizado análises desses apontamentos. E diante dos fatos, procurou-se, portanto, analisar o que foi indicado de forma reflexiva, aprofundada e fundamentada em pesquisadores que vem se debruçando para entender e até esclarecer causas e consequências possíveis da política de implementação de plataformas digitais educacionais. Nessa perspectiva, buscou-se também estratégias que serão apontadas para possíveis soluções que amenizem os impactos a todos os envolvidos.

Em tempo, de acordo com os docentes entrevistados, percebeu-se que o grau de formação deles apresentou diversificação, sendo considerado muito bom, uma vez que poucos professores possuíam apenas uma graduação, a grande maioria apontou ter de 1 a 3 especializações. Também contou com uma porcentagem considerável de docentes pós-graduados, alguns com mestrado e até uma pequena quantidade de doutorandos.

Através da pesquisa, evidenciou-se também que a maioria dos docentes

possuem bastante tempo de experiência em docência.

Diante do exposto, busca sugerir a instituição superior, no caso a Secretaria Estadual de Educação (SEED), que encontre meios para que possa usufruir do conhecimento e da experiência desses profissionais na garantia do processo ensino-aprendizagem da rede paranaense de forma competente.

No entanto, se faz necessário apoiar, motivar e assegurar a esses docentes um trabalho tranquilo, com maior autonomia e qualidade. Pois, não se pode esquecer de incumbir, de buscar novas oportunidades de aprendizagem, centralizando na atividade dos alunos, de forma mais flexíveis e motivadoras, capazes de sustentar processos de autoria e autonomia. (DEMO, 2009),

Entendendo que as plataformas digitais educacionais se tornaram ferramentas em alguns componentes curriculares, como já foi citado durante a pesquisa, foi buscado observar o grau de satisfação no uso das plataformas digitais educacionais de forma obrigatórias na realização das atividades nos colégios 1 e 2.

A exemplo foi questionado o Leia Paraná, Redação, Pensamento Computacional, ou na forma de tarefas e ou Quizziz e a frequência do uso delas. Nessa perspectiva, verificou-se através do gráfico 4 que entre os Docentes do colégio 1, apontou que 50% afirmaram estar satisfeitos, enquanto no colégio 2, esse percentual de satisfação cai para 40%.

No entanto, no colégio 1, um percentual de 20% afirmou estar parcialmente satisfeitos, 20% afirmaram estar totalmente insatisfeitos e 10% apontaram que estão totalmente satisfeitos. Ou seja, a grande maioria está satisfeita, sendo que apenas 20% demonstraram estar totalmente insatisfeitos.

Ainda, sobre o colégio 2, o percentual de 50% dos docentes entrevistados afirmou estar parcialmente insatisfeitos e apenas 10% apontaram estar parcialmente satisfeitos.

Portanto, diante do que foi apresentado, possibilitou entender que no colégio 1, as opiniões além de serem mais diversificadas, apontaram um maior grau de satisfação entre os docentes, porém no colégio 2, os docentes foram mais diretos em suas afirmações, sem muitas respostas diversificadas, apontando assim quase que um empate entre o grau de insatisfação com a junção dos satisfeitos com os parcialmente satisfeitos.

Considerou-se, portanto, que metade dos docentes entrevistados no colégio 2, afirmou estarem parcialmente insatisfeitos, enquanto esse mesmo percentual

entrevistado do colégio 1 afirmou estar satisfeitos. Contudo, as opiniões apontaram divergências entre os docentes dos dois colégios quanto a satisfação. No entanto o que se pode afirmar, foi que a grande maioria não apontou estarem totalmente satisfeitos.

Diante dessa constatação, acredita-se na necessidade de maior diálogo com os docentes para que seja encontrado um equilíbrio, que garanta maior satisfação entre os docentes quanto ao uso dessas ferramentas digitais educacionais.

Ao averiguar o apontamento dos docentes quanto à eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para o trabalho docente em relação ao ensino-aprendizagem, percebeu-se através do gráfico 5, certa semelhança por parte dos entrevistados dos colégios, visto que apenas 30% dos docentes do colégio 1, afirmaram que o uso de plataformas digitais educacionais para seu trabalho em relação ao ensino-aprendizagem é parcialmente eficaz, enquanto no colégio 2, esse índice é de 20%.

No entanto, o que chama atenção, são as divergências, sendo que 20% dos entrevistados do colégio 1, afirmou ser totalmente ineficaz o uso, porém 10% disseram ser totalmente eficaz. Com isso, percebe-se que há divergências quanto à eficácia dentro do próprio colégio, sendo que não houve apontamento quanto ao uso ser parcialmente ineficaz. Contudo, o que se pode afirmar é que apenas 10% afirmaram ser totalmente eficaz, ou seja, uma minoria.

Porém no colégio 2, um percentual de 40% afirmou que o uso de plataformas digitais educacionais para seu trabalho em relação ao ensino-aprendizagem é parcialmente ineficaz, enquanto 20% afirmaram ser parcialmente eficaz.

Diante dos fatos, observando o gráfico 5, percebeu que no colégio 2, não houve docente entrevistado que afirmou acreditar totalmente na eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para seu trabalho em relação ao ensino-aprendizagem, mas também não acreditam que seja totalmente ineficaz o uso de plataformas digitais educacionais para seu trabalho em relação ao ensino-aprendizagem. Ou seja, percebe-se que pode ser usado, mas que não acrescenta muito.

Diante dos fatos, buscando a reflexão de Demo (2009), as novas tecnologias trazem oportunidades, porém também trazem enormes riscos e desacertos.

Nesse contexto, entende-se que o uso de tecnologias por si só não traz a certeza de sucesso, mas oportunidades, que se utilizadas de forma correta,

podem sim trazer benefícios, mas que se não é satisfatório a quem dela utiliza, podem trazer riscos de impactar de forma negativa no trabalho de quem faz uso dessas ferramentas.

Diante dos fatos, há de se pensar em um diálogo entre os envolvidos para entender o porquê de o percentual de satisfação ser baixo e quais mudanças poderiam ser realizadas, pois é importante a ressalva realizada por DEMO (2009), de que: “Se as novas tecnologias não inventaram a aprendizagem, trouxeram, por outra, muitas novidades úteis à aprendizagem”.

E não se pode negar, o uso dessas plataformas precisam realmente ser um auxílio ao docente e não um instrumento causador de transtorno ao trabalho docente.

Prosseguindo nessa análise, é necessário se buscar equilíbrio, uma vez o gráfico 6 apontou que no colégio 1, entre os docentes entrevistados, 60% afirmaram concordar totalmente que o uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação, enquanto 40% apontaram concordar parcialmente. Ou seja, não houve a menção de que discordam parcialmente ou discordam totalmente de o uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação.

Portanto, de certa forma no colégio 1, pode se dizer que os entrevistados de forma geral, acreditam sim que as plataformas serão cada vez mais utilizadas e de forma obrigatórias. Em relação ao colégio 2, as respostas foram mais diversificadas, porém apontando para uma discordância, uma vez que a maioria afirmou que discordam parcialmente e discordam totalmente.

Dito isso, basta observar o gráfico 6, que 30% afirmaram que discordam totalmente que o uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação, 30% afirmaram que discordam parcialmente, enquanto apenas 20% concordam totalmente, 10% concordam e 10% concordam parcialmente.

Diante dos apontamentos, chama a atenção que entre os docentes do colégio 2, que concordam, concordam totalmente e concordam parcialmente é menor que os que dizem discordar totalmente e discordar parcialmente. Concluindo no colégio 1, os docentes afirmaram em um maior número que concordam que as plataformas vieram para ficar, enquanto no colégio 2, esse

número é menor.

Continuando a reflexão, quanto ao uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação como uma ferramenta educacional que contribui na melhoria do ensino-aprendizagem, no colégio 1, o que chama a atenção como aponta o gráfico 8, é que 30% afirmaram discordar parcialmente, 10% afirmaram que discordam totalmente e 10% afirmaram que concordam.

Portanto, não houve docente que afirmou em discordar totalmente, no entanto é considerada pequena a porcentagem que afirmou concordar totalmente. Porém no colégio 2, percebeu-se algumas divergências, sendo que 60% afirmaram discordar parcialmente que esse recurso contribui na melhoria do ensino-aprendizagem, 20% concordam parcialmente, 10% discordam e 10% discordam totalmente.

Todavia, no colégio 2, os docentes não concordam que o uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação contribui na melhoria do ensino-aprendizagem, uma vez que apenas 20% afirmaram concordar de forma parcialmente e, portanto, ninguém afirmou concordar totalmente. Contudo, apesar de algumas divergências entre os dois colégios, não é possível afirmar que os docentes concordam com o uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação e avalia esse recurso como uma ferramenta educacional que contribui na melhoria do ensino-aprendizagem, uma vez que apenas 10% do colégio 1 afirmaram que concordam totalmente.

Nessa perspectiva, é interessante o que Oliveira, (2001, p.6), afirma ao conceituar tecnologia. Segundo Ele, “está associada a materiais, ferramentas, técnicas e processos. Porém, em termos econômicos, a tecnologia deve ser encarada como o conhecimento humano aplicado para ampliar a produção”. Portanto, não se pode pensar em tecnologia sem entender que é um processo, mas é necessário o devido conhecimento dos profissionais envolvidos, pois só assim pode se chegar a produção de forma efetiva.

Entre as abordagens realizadas, não foi possível deixar e lado a questão da inclusão dos discentes com diferentes deficiências ou condição especial e que são amparados por lei a receber um atendimento digno e possibilitem um ambiente saudável, de desenvolvimento social e de aprendizagem. Diante disso, foi questionado aos docentes quanto ao uso de plataformas digitais na contribuição para um ensino mais inclusivo dos discentes.

Dessa forma, o gráfico 9, indicou que no colégio 1, entre os docentes, 60% afirmaram que concordam parcialmente, enquanto no colégio 2, esse percentual cai para apenas 20%.

Prosseguindo no colégio 1, um percentual de 20% afirmou discordar totalmente, porém no colégio 2, esse percentual dobra, atingindo 40%. No colégio 1, apenas 10% afirmaram sua opinião em discordar parcialmente, no entanto, no colégio 2, esse percentual chega a 40%.

Por fim no colégio 1, apenas 10% dos docentes afirmaram concordar totalmente, todavia esse quesito nem foi mencionado no colégio 2.

Diante do exposto, cabe ressaltar que tanto no colégio1, quanto no colégio 2, não ocorreu menção de docentes em opinar que concordam que o uso de plataformas digitais contribui para um ensino mais inclusivo dos discentes. E portanto, analisando o gráfico 9, é possível afirmar que entre os docentes entrevistados, é muito pequena a porcentagem de docentes que opinaram em concordar totalmente que o uso de plataformas digitais contribui para um ensino mais inclusivo dos discentes.

Quanto ao favorecimento da construção do conhecimento docente através do uso de plataformas, em comparação ao modelo tradicional, o gráfico 10, evidenciou que tanto no colégio 1, quanto no colégio 2, um percentual de 40% dos docentes acredita que uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem não favorece a construção do seu conhecimento em comparação ao modelo tradicional.

Ainda no colégio1, uma porcentagem de 30% afirmou favorecer moderadamente, enquanto no colégio 2, esse percentual avança significativamente para 50%. No colégio 1, um percentual de 20% dos docentes afirmou que favorece e 10% afirmaram que favorece totalmente.

No entanto, no colégio 2 um percentual de 10% afirmou que é indiferente. Dito isso, o que chamou a atenção foi que, é possível afirmar que no colégio 2, ocorre quase que um empate entre os que afirmam favorecer moderadamente e os que afirmaram que não favorece se juntar com os que apontaram ser indiferente.

Em relação ao colégio 1, se agrupar os que afirmaram que favorece, favorece moderadamente e favorece totalmente, percebe-se uma maior aceitação do uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem na

construção do seu conhecimento em comparação ao modelo tradicional, pois apenas 40% afirmaram que não favorece.

Diante do exposto, há de se refletir e concordar com Oliveira, (2001) ao ressaltar que a inovação tecnológica é essencial para a manutenção do crescimento. Ou seja, é preciso entender que é necessário inovar, tornar o uso de plataformas digitais educacionais mais eficazes e que contribuam na melhoria do trabalho docente.

Também ocorreu a manifestação do docente quanto ao discente aprender melhor com o uso de plataformas digitais educacionais em vários componentes curriculares. E o que se destacou no gráfico 11, foi que no colégio 1 de que, novamente se percebe uma divisão entre os docentes, sendo que 40% afirmaram discordar totalmente enquanto 50% afirmaram concordar parcialmente que seu aluno aprende melhor utilizando plataformas digitais obrigatória em vários componentes curriculares do que métodos tradicionais com atividades de pesquisa e registro em cadernos. Contudo, no colégio 2, as respostas ocorreram de forma mais diversificada, sendo que 50% afirmaram discordar parcialmente.

Prosseguindo com a análise, se fez necessário que os docentes retratassem se o governo estadual ofereceu formação de forma adequada e específica em relação ao uso dessas plataformas digitais educacionais aos educadores durante o processo de implementação. Dessa forma, o gráfico 15, mostrou respostas diversificadas se comparadas os dois colégios. Nessa perspectiva, no colégio 1, é possível entender que 20% afirmaram concordar, porém no colégio 2, esse percentual é de apenas 10%.

Continuando com a análise, no colégio 1, um percentual de 40% afirmou em concordar parcialmente que durante o processo de implementação no uso de plataformas digitais educacionais, o governo estadual ofereceu formação de forma adequada e específica em relação ao uso dessas plataformas digitais aos educadores, porém no colégio 2, esse percentual é apenas de 10%.

No entanto, no colégio 1 e no colégio 2, houve unanimidade, ao observar o gráfico 15 que aponta um percentual de 40% entre os docentes entrevistados de ambos os colégios que afirmaram discordar totalmente. E por fim no colégio 2, ocorreu um percentual de 40% que afirmaram discordar parcialmente que durante o processo de implementação no uso de plataformas digitais educacionais, o governo estadual ofereceu formação de forma adequada e específica em relação ao uso

dessas plataformas digitais aos educadores.

Portanto, o que chama a atenção é que no colégio 2, um percentual considerável afirmou de forma total ou parcial que discorda que durante o processo de implementação no uso de plataformas digitais educacionais, o governo estadual ofereceu formação de forma adequada e específica em relação ao uso dessas plataformas digitais aos educadores, enquanto no colégio 1, houve um empate entre quem concorda parcialmente e discorda totalmente.

Mas se pensar em juntar com o percentual que afirmou concordar, é maior a adesão de que durante o processo de implementação no uso de plataformas digitais educacionais, o governo estadual ofereceu formação de forma adequada e específica em relação ao uso dessas plataformas digitais aos educadores.

E sobre a questão de capacitar para o uso tecnológico, Oliveira, (2001), acrescenta a necessidade de a nação ser capacitada a ponto de criar e manter tecnologia. Ressalta ainda que a inovação tecnológica é essencial para a manutenção do crescimento.

Afirma também que é “através da capacitação que uma nação ou região poderá assimilar os novos conhecimentos e aplicá-los à produção, assim como poderá criar um ambiente favorável à inovação tecnológica” (p.6). Prossegue afirmando que o fator tecnológico é muito importante para a vitalidade da economia. Sua inovação, rompe e/ou aperfeiçoa as técnicas e processos de produção, trazendo ganhos na competitividade e no crescimento econômico, através da melhoria da qualidade das máquinas e equipamentos utilizados, elevando a produtividade da mão-de-obra, de produto e emprego.

Não basta implementar ferramentas tecnológicas, mas fomentar, capacitar esses profissionais, para que o uso de tecnologia não se torne apenas atividades monótonas e que não ofereçam a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os envolvidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das tecnologias digitais tem provocado, ao longo dos últimos anos, transformações profundas e significativas nas estruturas educacionais, exigindo uma reflexão crítica sobre os rumos, limites e potencialidades dessas mudanças. Mais do que inovações técnicas, tais transformações impactam diretamente as formas de ensinar, aprender, avaliar e gerir os sistemas educacionais, redefinindo práticas pedagógicas e relações institucionais. Dessa forma, é preciso entender o que essas transformações podem proporcionar.

Nesse contexto de transformação e intensificação do uso das tecnologias, a Pandemia do COVID-19 constituiu um marco histórico decisivo. Foi a partir de 2020, com o isolamento social imposto, que a população evidenciou, de maneira abrupta, a centralidade dos recursos digitais para a manutenção de atividades essenciais, entre elas a educação. O cenário pandêmico não apenas acelerou processos que já estavam em curso, como também expôs desigualdades estruturais e fragilidades na oferta educacional vivenciada de maneira marcante através do distanciamento.

A educação, portanto, não permaneceu alheia a esse processo. E diante da suspensão das atividades presenciais, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) redefiniu o processo de ensino-aprendizagem por meio da adoção de plataformas digitais e outras ferramentas tecnológicas, com o objetivo de cumprir o calendário letivo e garantir o direito à educação de crianças e adolescentes da rede estadual. Essa experiência revelou tanto as potencialidades das tecnologias digitais como instrumentos de apoio pedagógico, quanto os desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente, à mediação pedagógica e à capacidade estatal de assegurar uma educação pública de qualidade em contextos de crise.

Nesse sentido, em cumprimento às medidas restritivas adotadas para garantir a segurança de estudantes, docentes e de toda a equipe escolar, a alternativa encontrada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) foi a adoção de diferentes ferramentas tecnológicas. Entre elas, destacam-se as aulas síncronas realizadas pelos docentes por meio do *Google Meet*, a postagem de atividades no *Google Classroom*, entre outras estratégias que possibilitaram a manutenção da interação pedagógica entre estudantes e professores nos momentos mais críticos da pandemia.

Contudo, diante da impossibilidade de acesso às plataformas digitais por

parte de alguns estudantes, foram adotadas estratégias complementares, como a transmissão de aulas por meio da televisão aberta e a disponibilização de materiais impressos, distribuídos pelas unidades escolares, buscando minimizar os impactos da exclusão digital escancarada naquele momento.

Nesse contexto, as plataformas digitais passaram a desempenhar um papel essencial, central no desempenho do processo educativo, uma vez que possibilitaram o acesso a ambientes virtuais mais interativos e dinâmicos, ampliando as formas de mediação pedagógica. Entretanto, a discussão proposta neste estudo emergiu do fato de que o uso das plataformas digitais educacionais, inicialmente adotadas como solução emergencial durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19), vem se consolidando de maneira permanente na educação pública paranaense.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa consistiu-se em analisar na visão dos entrevistados, o uso de plataformas digitais no processo de ensino-aprendizagem com a implementação das plataformas digitais educacionais na educação pública do colégio Cívico Militar e do colégio do Campo de São Miguel do Iguaçu- Pr, considerando que tais ferramentas se fortaleceram tanto durante quanto no período pós-pandemia.

Além disso, o estudo buscou identificar os fatores que contribuíram para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à plataformização da educação no Estado do Paraná, bem como analisar os possíveis impactos do uso dessas plataformas no processo de ensino-aprendizagem em dois contextos escolares distintos.

As considerações apresentadas neste estudo, foram construídas por meio de fontes que contribuíram para a análise do uso das plataformas digitais educacionais na educação paranaense, especificamente em dois colégios localizados no oeste do Paraná, fornecendo base empírica e teórica para os apontamentos realizados.

Com o intuito de esclarecer o processo em análise, antes de examinar os fatores responsáveis pela implementação das políticas públicas de plataformização no Estado do Paraná, tornou-se necessário retomar a contextualização histórica de como e por que esse processo teve início. Nesse sentido, é importante salientar que a adoção das plataformas digitais ocorreu de forma mais intensa durante a pandemia, período em que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), visando cumprir o calendário escolar em um contexto de isolamento social e de contenção da disseminação do vírus, passou a contratar serviços educacionais

mediados por plataformas digitais.

Essas contratações foram fundamentadas na Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada e complementada pela Medida Provisória nº 926/2020, bem como pelo Decreto Estadual nº 4.315/2020, dispositivos legais que regulamentaram o estado de emergência decorrente da pandemia da Covid-19. A partir desse arcabouço legal, além da disponibilização de até dez atividades pedagógicas por dia — sendo duas por disciplina —, atendimentos diários realizados pelos professores das turmas e aulas síncronas via Google Meet. (DTI/SEED).

Dessa forma, ao cumprir sua obrigação constitucional no contexto em que as atividades escolares presenciais se tornaram inviáveis, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte adotou medidas emergenciais para garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando aos estudantes o acesso aos conteúdos curriculares. Importa destacar que, para aqueles que não dispunham de acesso às ferramentas digitais, foram disponibilizadas alternativas como a transmissão de conteúdos por canais de televisão e o fornecimento de materiais impressos, distribuídos pelas unidades escolares (DTI/SEED).

Todavia, após o período mais crítico da pandemia, observa-se que o governo estadual tem intensificado e ampliado o uso dessas plataformas, o que indica a consolidação de um processo de plataformização da educação, caracterizado pelo uso cada vez mais massivo e estruturante das plataformas digitais no cotidiano escolar.

Dessa forma, diante do exposto, cabe entender por que algo que surgiu para ser uma solução durante a pandemia vem se transformando em uma meta a ser cumprida. Portanto busca-se responder questionamentos, como: Até que ponto, o uso das plataformas digitais educacionais ou a plataformização na educação paranaense impacta na qualidade e no processo Ensino-Aprendizagem dos usuários dos colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar da região oeste do Paraná?

Para conseguir cumprir os objetivos propostos nessa dissertação, foi necessário analisar as entrevistas realizadas com os docentes e discentes, leituras de referenciais bibliográficos e os apontamentos ocorridos. Através das análises, foi possível identificar os fatores responsáveis ou que levaram a implementação de políticas públicas de plataformização no Estado do Paraná.

Nessa perspectiva, após realizadas as análises, pode se considerar que a princípio, um dos fatores responsáveis pela implementação de plataformas digitais

educacionais ocorreu em um momento crítico durante a Pandemia que exigia a adoção de ações rápidas para garantir o processo de ensino-aprendizagem em um momento que exigia o isolamento social.

Portanto, é necessário esclarecer que a análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a implementação das plataformas digitais educacionais no Estado do Paraná, inicialmente alavancada como uma resposta emergencial às restrições impostas pela pandemia da Covid-19, ultrapassou o caráter provisório e consolidou-se como uma diretriz estruturante das políticas públicas educacionais paranaense.

No entanto, esse movimento revela um processo de plataformização da educação que se institucionalizou, e vem orientando as práticas pedagógicas, formas de gestão escolar e modos de organização do trabalho docente, muitas vezes não associados as condições reais vivenciadas nos ambientes escolares.

Enfim, cabe ainda ressaltar que a problemática central desta pesquisa, buscou compreender em que medida o uso das plataformas digitais educacionais contribui para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem nos Colégios Estadual do Campo e Colégio Cívico Militar de um município da região oeste do Paraná a qual mostrou-se relevante diante das evidências empíricas levantadas.

E diante dos resultados, se percebeu um apontamento, distante de se constituírem apenas ferramentas de apoio pedagógico, e sim as plataformas passaram a operar como mecanismos de controle, padronização e cumprimento de metas, através de dados que elas são capazes de fornecer, exercendo assim significativa pressão tanto sobre os docentes quanto sobre os discentes.

E diante dessas mudanças repentinas, sem diálogo entre as partes interessadas, foram apontados os desafios desse novo modelo implementado através do uso de plataformas. Entre os principais desafios identificados, destacou-se o excesso de atividades impostas por meio das plataformas digitais, muitas vezes desarticuladas do planejamento pedagógico dos professores e do ritmo real de aprendizagem dos alunos em suas especificidades e heterogeneidade.

Porém essa imposição de tarefas, associada à sua obrigatoriedade no uso das plataformas, gera um ambiente de pressão contínua, onde o foco desloca-se do processo formativo para o simples cumprimento de demandas institucionais. Tal lógica impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas, reduzindo espaços de diálogo, reflexão crítica e construção coletiva do conhecimento.

Além disso, a instabilidade no acesso à internet e as frequentes oscilações no funcionamento das plataformas digitais constituem impedimentos ou entraves no processo de ensino-aprendizagem. Ademais essas limitações técnicas, recorrentes tanto no Colégio do Campo quanto no Colégio Cívico Militar analisados, evidenciam desigualdades educacionais que geram frustração entre docentes e discentes e comprometem a continuidade das atividades propostas. Contudo, a dependência dessas ferramentas revela uma fragilidade estrutural das políticas de plataformização, que desconsideram as condições socioeconômicas das escolas públicas e dos principais envolvidos no processo ensino-aprendizagem que são os docentes e discentes.

No entanto, outro aspecto relevante apontado diz respeito à crescente desmotivação relatada por professores e estudantes. Sendo que para os docentes, a perda de autonomia pedagógica, a intensificação do trabalho e a pressão por resultados têm provocado sentimentos de desgaste, esgotamento e desvalorização profissional. Porém para os discentes, o uso excessivo e repetitivo das plataformas, associado a problemas de acesso e à padronização das atividades, contribui para a diminuição do engajamento, da participação ativa e do interesse pelo processo de aprendizagem. Esses elementos reforçam a percepção de que a tecnologia, quando utilizada de forma impositiva e descontextualizada, pode produzir efeitos contrários aos objetivos educacionais que se almeja alcançar.

Todavia, nesse sentido, a hipótese deste estudo, apontou que a implementação da política pública de plataformas ou plataformização da educação paranaense, articulada a parcerias com o setor privado, afeta negativamente o processo de ensino-aprendizagem nos colégios estaduais do oeste do Paraná, e os dados analisados corroboram para tal pressuposto. Para conseguir afirmar essa constatação, observou-se que a exigência da utilização constante das plataformas, aliada à cobrança por registros, métricas de desempenho e cumprimento de atividades pré-estabelecidas, tem contribuído para a intensificação do trabalho docente e para a sobrecarga e desmotivação dos estudantes.

Diante disso, ao retomar os objetivos específicos desta pesquisa, que buscou-se identificar os fatores que impulsionaram a implementação das políticas de plataformização no Paraná, compreender seus impactos no processo de ensino-aprendizagem e apontar os desafios enfrentados por docentes e discentes, foi possível entender que tais políticas têm sido conduzidas de maneira centralizada,

orientadas por discursos de inovação, eficiência e modernização, durante um período de Pandemia, mas que se consolidou no pós Pandemia e que se agravou devido a limitada escuta das comunidades escolares. E, portanto, esse cenário evidencia limites na capacidade estatal de formular e implementar políticas públicas educacionais que considerem ou levem em conta a diversidade dos contextos escolares e a complexidade do trabalho pedagógico dentro de um espaço composto por pessoas em suas especificidades.

É preciso esclarecer que diante de tantos desafios apontados pelos docentes e discentes entrevistados, se faz necessário buscar alternativas através de diálogo, formação, flexibilização ao invés de cobranças, pressões e obrigatoriedade entre SEED e docentes minimizem esses desafios, uma vez que eles impactam na qualidade do trabalho do processo ensino aprendizagem e na saúde dos envolvidos.

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade que não se tornar refém das tecnologias. É preciso apostar e investir na capacidade humana de inventar criar, fazer uso de sua inteligência. Isso pode ocorrer através de estímulos, preparo e não através de algo em forma de imposição, cobrança, sem os devidos respaldos e apoio pedagógico.

Assim sendo, se faz necessário pensar em meios que privilegie a motivação, algo menos engessado, mais dinâmico com autonomia e preparo do professor que realmente conhece a realidade de sua escola, de seus alunos e assim permitirá a ele as possíveis adaptações para que mesmo através de atividades virtuais o aprendizado seja mais agradável e menos doloroso aos envolvidos.

Ademais, o engessamento impositivo por plataformas tolhe a autonomia docente, transforma a escola em um espaço homogêneo, monitora e gerencia o sistema de ensino, através do currículo, cria atividades desenvolvidas pelos docentes objetivando metas, ações desenvolvidas, números de acessos nessas ferramentas, minimizando a autonomia do professor em sala de aula e as especificidades de cada turma.

É preciso proporcionar o protagonismo, o engajamento dos estudantes, auxiliando o trabalho docente na realização das atividades propostas, na melhoria da qualidade e participação dos discentes, uma vez que ser protagonista é sentir parte do processo, se ver em destaque e não utilizar uma ferramenta de forma imposta.

É necessário realizar formação, preparar de forma eficiente, específica e de qualidade esses profissionais para que se sintam seguros ao fazer uso dessas

plataformas digitais educacionais, que tranquilize o docente, uma vez que isso refletirá no seu trabalho, na sua autonomia devido capacidade de escolher, ampliar ou até abortar determinadas atividades que não fizerem parte do perfil e ou o nível das turmas.

Cabe enfatizar ainda que o problema, necessariamente não está nas plataformas que de forma bem explorada pode tornar o conteúdo mais interessante, mas sim na cobrança de quantidades de acessos e atividades que devem ser realizadas semanalmente nessas plataformas, e responsabilizando os docentes pelo não cumprimento de metas.

Ademais não se pode privar a educação do uso de ferramentas digitais educacionais. No entanto, se entende a necessidade de alguns ajustes através de muito diálogo com os envolvidos, ou seja, os discentes e docentes para que se torne uma política efetiva e que atenda às necessidades de quem participa e é impactado por esse processo implementado durante a pandemia, mas que vem se intensificando nos últimos anos.

Enfim, alguns pontos que devem ser considerados, como: o porquê de os entrevistados apontar não estar satisfeito? Se as plataformas digitais educacionais são denominadas pelo governo como uma ferramenta auxiliar do professor, por que a obrigatoriedade como apontaram os entrevistados? Por que essas plataformas, vem gerando ansiedade, desmotivação, sensação de não conseguir dar conta do que é solicitado? E o uso dessas plataformas educacionais vem realmente contribuindo para o ensino aprendizagem? Professores e alunos entendem que seu desempenho melhorou com o uso dessas ferramentas educacionais? E qual é o grau de satisfação dos envolvidos na obrigatoriedade do uso dessas plataformas?

Contudo, não se trata de ser contra o uso de tecnologias na educação. Mas, é preciso considerar que a tecnologia digital, por si só, não garante a melhoria da qualidade da educação.

Diante do que foi analisado, foi possível demonstrar que a plataformização da educação, quando orientada pela lógica do mercado e por parcerias público-privadas pouco transparentes, tende a fragilizar o papel Estatal em garantir o direito à educação pública de qualidade. E as parcerias com empresas privadas não deve ocorrer para transferir parte da gestão educacional à iniciativa privadas. Torna-se, portanto, imprescindível repensar essas políticas observando a necessidade da capacidade estatal, a autonomia docente e as reais necessidades dos estudantes,

assegurando que as plataformas digitais sejam utilizadas como instrumentos complementares ao trabalho pedagógico e não como mecanismos de controle, que intensificam o trabalho e esvaziamento curricular no processo ensino-aprendizagem.

Analisando as parcerias entre o setor público com as empresas privadas, se faz necessário pontuar a questão de dados que são fornecidos a essas empresas através dessas plataformas, como esses dados são armazenamento e ou compartilhados e quem faz o monitoramento de tudo.

E considerando a questão do uso de plataformas educacionais, busca salientar que deve ser melhor discutida, pesquisada, analisada, uma vez que se trata de uma política pública que precisa ser entendida para que traga melhorias a sociedade que se transforma constantemente.

Por fim, sabemos que o trabalho de pesquisa, não finaliza, nem se esgota, uma vez que a sociedade evolui e novos desafios vão surgindo. No entanto, diante das minhas contribuições, espero inspirar outros pesquisadores a contribuir com novos apontamentos a fim de trazer mais conhecimento que possam minimizar os problemas vividos pela sociedade através de políticas públicas eficientes que atendam às necessidades sociais.

Enfim, é importante salientar que a presente pesquisa abre caminho para novos estudos sobre a temática.

REFERÊNCIAS:

ALEGRO, Regina Célia; MOLINA, Ana Heloísa; CUNHA, Maria de Fátima da; SILVA, Lúcia Helena Oliveira (Orgs.). **Educação e ensino no Paraná: tema para a aula de história**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/temas%20e%20questoes.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

PARANÁ, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei nº 345/2024: institui o Programa Parceiro da Escola**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2024. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/programa-parceiro-da-escola-segue-para-a-sancao-governamental>. Acesso em: 29 jan. 2025. BRASIL. Ministério da Educação. **TREAD: Termo de Referência para Expansão da Educação a Distância**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/TREAD.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BEZERRA, Carolina Marchiori. *Inovações tecnológicas e a complexidade do sistema econômico*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 122 p. ISBN 978-85-7983-089-1. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/36rwg/pdf/bezerra-9788579830891.pdf>. Acesso em 20 de mai. de 2025

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024. E Book (284 p.)

BRASIL. Ministério da Educação. **TREAD – Termo de Referência para Elaboração de Ações Descentralizadas**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/TREAD.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** 4a edição Atualizada até abril de 2020, LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p. Conteúdo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. ISBN: 978-65-5676-020-9 (Impresso) ISBN: 978-65-5676-021-6 (PDF) ISBN: 978-65-5676-022-3 (ePub) 1. Educação, legislação, Brasil. 2. Educação e Estado, Brasil. 3. Política educacional, Brasil. CDD 379.81. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4e_d.pdf?isAllowed=y. Acesso 11 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Portal Único de **Acesso ao Ensino Superior**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/programas>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. Portaria Normativa nº 3, de 13 de fevereiro de 2009. **Dispõe sobre a participação do estudante beneficiário do ProUni no FIES.** Disponível em: https://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2009/Portaria_Normativa_03_de_13022009_FIES_ProUni_compl.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 209, de 7 de março de 2018.** Estabelece normas para a oferta de financiamento estudantil no âmbito do FIES. Atualizada em 30 de junho de 2024. Disponível em: http://portalfies.mec.gov.br/arquivos/portaria_209_07032018_atualizada_30062024.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL ESCOLA. **A evolução da educação à distância no Brasil. Monografias Brasil Escola.** Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-evolucao-educacao-distancia-no-brasil.htm>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BUTANTAN, **Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? “s.d” Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade?** Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>. Acesso 27 mar. 2026

COSTA, Alan Carlos da (Org.); SILVA, Iraci Balbina Gonçalves (Org.); SANTOS, Leonardo Nazário Silva dos (Org.); MORAIS, Lídia Maria dos Santos (Org.). **Educação e inovação: práticas educacionais inovadoras com uso das tecnologias.** 1. ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2022. Acesso 12 de nov. de 2025. Educação e inovação: práticas educacionais inovadoras com uso das tecnologias / Organização de: Alan Carlos da Costa; Iraci Balbina Gonçalves Silva; Leonardo Nazário Silva dos Santos; Lídia Maria dos Santos Moraes. – 1. ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2022, 289 p., il.: color. ISBN: 978-65-87469-35-5 1. Educação. 2. Práticas pedagógicas. 3. Inovação. 4. Tecnologias pedagógicas. I. Costa, Alan Carlos da. II. Silva, Iraci Balbina Gonçalves. III. Santos, Leonardo Nazário Silva dos. IV. Moraes, Lídia Maria dos Santos. V. Instituto Federal Goiano. CDU: 371.26(81)

COUTO, E. S; COUTO, E. S; CRUZ, I. de M. P. (2020). **#Fiqueemcasa: educação na pandemia da covid-19. Interfaces Científicas - Educação**, 8(3), 200–217. Disponível em <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217> acesso 28/03/2025

DESLANDES, Suely Ferreira Pesquisa social : teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. ISBN 85.326.1145-1 1. Ciências sociais - Metodologia 2. Ciências sociais Pesquisa 3. Criatividade I. Cruz Neto, Otavio. II. Gomes, Romeu. III. Minayo, Maria Cecília de Souza. IV. Título. 94-

0274 CDD-300.72, TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE, 21ª Edição EDITORA VOZES Petrópolis 2002.

DEMO, P. **Aprendizagens e Novas Tecnologias**, Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física – ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.53-75, Agosto/2009.

EDUCAÇÃO em um cenário de plataformização e de economia dos dados: problemas e conceitos [livro eletrônico] / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (editor). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em:

https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_plataformiza%C3%A7ao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025. ISBN 978-65-86949-78-0.

FREIRE, Paulo; DANTAS, Tânia Regina 2020, **em diálogo com a educação de jovens e adultos**. Paulo Freire / Tânia Regina Dantas... [et al.]. - Salvador: EDUFBA, 2020. 212 p. **A educação de jovens e adultos na perspectiva das novas tecnologias**.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia da autonomia, Saberes Necessários à prática educativa** / Paulo Freire – São Paulo: Editora Paz e Terra. S/A 1996 (Coleção Leitura), 29ª Edição, impresso no Brasil 2004

FREITAS, Luiz Carlos de, 2014. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**.

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados** [livro eletrônico]: problemas e conceitos / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- São Paulo, SP : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. *Evangelista, Rafael “et al”*.

Disponível

em:https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_plataformiza%C3%A7ao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf. Acesso 07 jan.2026.

GONSALES, P; Lima, S. H. B. **Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados [livro eletrônico]: problemas e conceitos** / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em:

https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_plataformiza%C3%A7ao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf. Acesso 23 mai 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

<https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos, 2017. **Pesquisa Quantitativa Básica**. Editora Vozes.

Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cTc_EQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Pesquisa+qualitativa+segundo+G)

[BR&lr=&id=cTc_EQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Pesquisa+qualitativa+segundo+G](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cTc_EQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Pesquisa+qualitativa+segundo+G)

il,+2017&ots=vOTVdCfJTU&sig=EGAbVLxYue0VPLnqMy_1jHFchA8#v=onepage&q&f=false. Acesso 28 mar. 2026.

GUIMARÃES, Lislaine Mara da Silva; Ferraz, Marcos Alexandre dos Santos; BEGA Maria Tarcisa Silva; 2025, **Plataformização da Educação no Paraná: Controle Estatal e Impactos no Trabalho Docente** Grupo de Trabalho (GT13): Saúde Mental, Tecnologias e Trabalho. 22º Congresso Brasileiro de Sociologia Disponível em: <https://www.sbs2025.sbsociologia.com.br> › arquivo. Acesso 5 jan.2026.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ensino a distância cresce 474%** em uma década, 4 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada>. Acesso em: 7 fev. 2025.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil**. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/em-quarentena-83-dos-professores-ainda-se-sentem-despreparados-para-ensino-virtual-2/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

JACCOUD, L. **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2020.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies. 2nd ed. New York: Harper Collins College Publishers**, 1995. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas públicas (2007).– Coletânea. v. 1.Como chega a hora de uma ideia p. 219-224; Juntando as coisas. (p.225-246)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, 2024 - **Fundamentos de Metodologia Científica**. Cap. 4 Métodos científicos. Conceito de Método Disponível em <https://www.ibdp.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Lakatos-e-Marconi-Metodo-Cientifico.pdf>. Acesso 23 mar. 2026.

LEFORT, Claude. ¿Qué es la burocracia? In: OSZLAK, O. (Org.). **Teoría de la burocracia estatal**. Buenos Aires: Paidós, .

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. ISBN: 978-85-7018-787-11Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?isAllowed=y. Acesso 18 abr. 2026

LINDBLON, C. E. **O Processo de Decisão Política**. Tradução: Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.

MACHADO Ana Karoline, 2025 **As Preocupações e Engajamento dos Docentes do ensino fundamental I de Laranjeiras do Sul (Paraná): Impactos Durante e Após Pandemia de Covid-19**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Centro de Educação, Comunicação e Artes/Ceca Programa de Pós-Graduação em Educação Nível de Mestrado / PPGE Área de Concentração: Educação Linha de Pesquisa: Formação de Professores e Processos de Ensino e Aprendizagem. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/7853/2/Ana%20Karoline%20Machado.pdf>. Acesso em 02 abr. 2026.

MANN, M. ***El poder autónomo del Estado. IN: Acuña***, Carlos, H. (comp.) *Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual*, Proyecto de Modernización del Estado, Jefatura de Gabinete de Ministros. Buenos Aires, 2011, pp. 55-82.

MENEZES, Rosilda de; BIBERG-SALUM, Tânia Gisela; FIGUEIREDO, Helenara Regina Sampaio. **Concepção de avaliação em Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual do Paraná.** *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 13, n. 3, p. 1–21, set./dez. 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repod/v13n3/2238-8346-repod-13-3-a202475253.pdf>. Acesso 11 de abr. 2026.

MELAZZO, E. S. **Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão.** *Tópos*, v. 4, n.2, p. 9 - 32, 2010.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck, 2006. **A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA PÚBLICA DO PARANÁ: período provincial** *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.22, p. 39 –53, jun. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4895/art04_22.pdf Acesso 5 abr,2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, 2007. **O Desafio da Pesquisa Social.** Ciência e cientificidade, Capítulo 1. EDITORA VOZES 26 EDIÇÃO Teoria, método e criatividade Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora) Suely Ferreira Deslandes Romeu Gomes.

MINICURSO PPGADM INICIAÇÃO À PESQUISA., 2017. **Módulo 4: Análise Qualitativa.** Disponível em: <https://www3.unicentro.br/wp-content/uploads/sites/22/2017/11/Minicurso-LMQQA-2017-M4.pdf>

MUÑOZ, T. G; MARZO, A. 03: Etapas del Proceso Investigador: **Instrumentación. El Cuestionario como Instrumento de Investigación/evaluación.** Disponível: file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/EL_CUESTIONARIO_COMO_INSTRUMENTO_DE_INVE.pdf. Acesso 18 de mai, 2025

NICOLÁS, M. A.; GAITÁN, F. (Orgs.) **Desmonte do Estado e Retração da Cidadania:** Pensando alternativas de proteção social. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2021.

NICOLÁS, M. A.; ZIMMERMANN, S. A. O desmonte (policy dismantling) no campo da análise das políticas públicas. IN: NICOLÁS, M. A.; GAITAN, F. (Orgs). **Desmonte do Estado e Retração da Cidadania:** Pensando alternativas de proteção social. Rio de Janeiro: INCT/PPED, 2021, p.152-188.

OLIVEIRA, G. B. *Algumas Considerações sobre Inovação Tecnológica, Crescimento Econômico e Sistemas Nacionais de Inovação.* **Rev. FAE**, Curitiba, v.4, n.3, p.5-12, set./dez. 2001

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, 5(2), 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em 10 abr. 2024.

OLIVEIRA, G. B. *Algumas Considerações sobre Inovação Tecnológica, Crescimento Econômico e Sistemas Nacionais de Inovação.* **Revista da FAE**, 4(3), 2001. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/494>. Acesso em: 12 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. E. C; SANTOS, S. R. M. Uso das Tecnologias Digitais na Educação em Tempos de Pandemia: Consequências de uma Interação Forçada com o Mundo Digital. **Revista Humanidades e Inovação**, vpl.9 (10), 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6582>. Acesso em 17 fev. 2025.

OLIVEIRA, M. C. M. Organização Escolar no Início do Século XX. **Educar**, n. 18, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/q6fQsdF3HMzp5Sgrnx4TTtk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2025.

OSZLAK, C. Formación Histórica del Estado En América Latina: *Elementos Teorico- Metodologicos para su estudio*. In: ACUÑA, C. H. (Org.) **Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas**: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual, Proyecto de Modernización del Estado, Jefatura de Gabinete de Ministros. Buenos Aires, 2011.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **CREP**: Currículo da Rede Estadual Paranaense. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Curriculo-da-Rede-Estadual-Paranaense>. Acesso em: 28 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Plataformas educacionais**. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais. Acesso em: 28 jul. 2024.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Agência de Notícias**. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-plataformas-de-apoio-aprendizagem-se-destacam-no-1o-semester>. Acesso em 1 abr.2025.

PARANÁ **Municip_SaoMiguelDolguacu.svg.png**. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/39/Parana_Municip_SaoMiguelDolguacu.svg/960px. Acesso em: 18 maio 2025.

PARANÁ, SEED, https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais Acesso dia 23 de ago. 2025

PASINI, J.F.S.; SILVA, I.G. **Plataformização da Educação no Estado do Paraná: Caminhos para a Padronização do Trabalho Pedagógico**, *Revista Pleiade – Centro Universitário Descomplica UniAmérica* ISSN 1980-8666 (Impresso) – ISSN 2674-8231 (Eletrônico).

Poell, Thomas; Nieborg David; Dijck, José van, 2020. **Plataformização: O conceito de plataforma: as diferentes correntes** Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01/60747734>. Acesso 07 jan.2026.

PRIORI, Angelo; Pomari, Luciana Regina; Amâncio, Silvia Maria; Ipólito, Veronica Karina, Eduem, 2012. **História do Paraná : séculos XIX e XX** / Angelo Priori...[et al.]. Grupo de Pesquisa Sobre o Brasil Contemporâneo e do Laboratório de Pesquisa em História Política e Movimentos Sociais-LAPPOM da Universidade Estadual de Maringá. ISBN 978-85-7628-444-4 1. Eduem

UNESCO, 2023. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação, 2023. **A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: UMA FERRAMENTA A SERVIÇO DE QUEM?** Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-relatorio-de->

monitoramento-global-da-educacao-2023-tecnologia-na-educacao-uma-ferramenta-a-servico-de-quem-resumo,429e86be-3b84-40d5-a398-b924e92e6d3f. Acesso em 24 mar. 2025.

PARANÁ Rede estadual: plataformas de apoio à aprendizagem se destacam no 1º semestre, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-plataformas-de-apoio-aprendizagem-se-destacam-no-1o-semester>. Acesso 24 mar. 2025.

SANTIN, Altair Olivo **Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)**. Disponível em: <https://www.pucpr.br/areas-estrategicas/tic/> Acesso 05 jan.2026

SAVIANE, D. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SCHERER, D. S; SILVA, L. C; ANDRÉ, T. C. A implantação do Registro de Classe Online (RCO) em um Colégio Estadual no Município de Foz do Iguaçu: limites e possibilidades. *In: Anais do I Congresso Humanidades nas Fronteiras – Imaginários e Culturas Latino-Americanas*, 2017, Foz do Iguaçu. Anais, Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2017. p. 101-115. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/d9025021-11a9-4d45-9452-88cb29956845/content>. Acesso 22 mar.2025.

SCHERER, D. S; SILVA, L. C; ANDRÉ, T. C., 2017, **A Implantação do registro de classe online (rco) em um colégio estadual no município de foz do iguaçu: limites e possibilidades**. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/d9025021-11a9-4d45-9452-88cb29956845/content>. Acesso 22 mar.2025.

SECCI, L.; SOUZA, Y. H. Extinção de políticas públicas síntese teórica sobre a fase esquecida do *policy cycle*. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania** (Vol. 20, Issue 66), 2015.

SILVA, Edna Lúcia da, 2005. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p. 1. Pesquisa – Metodologia. I. Menezes, Estera Muszkat. II. Título CDU: 001.8

SILVA, P; COUTO, E. S. **Plataformização da aprendizagem e o protagonismo de humanos e não humanos nas práticas pedagógicas**. *Educação em Revista (EDUR)*, Belo Horizonte, v. 40, e39146, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469839146>. Acesso em: 21 maio 2025.

TARDIF, Maurice, 2014. **Saberes Docentes e formação profissional**/MauriceTardif. 17. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.Bibliografia. 3ª reimpressão, 2017.ISBN 978-85-326-2668—4 1. Pesquisa educacional 2. ProfessoresFormação profissional. I. Título.01-5715 CDD-Disponível em: 370.72https://www.academia.edu/104495807/Saberes_Docentes_e_Forma%C3%A7%C3%A3o_Profissional_TARDIF_2014_. Acesso em: 02 abr. 2026.

TESTA, M. G. **Fatores críticos de Sucesso de programas de Educação a**

Distância Via Internet, 2002. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em administração (PPGA/EA/UFGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em administração. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3341/000336679.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 mai. 2025.

TIC Domicílios 2025 traz também novos dados sobre apostas online e limitações ao uso da Internet associadas a pacotes de celular. Disponível: <https://cetic.br/pt/noticia/50-milhoes-de-brasileiros-ja-usam-ia-mas-potenciais-beneficios-continuam-limitados-as-camadas-de-maior-renda-e-escolaridade/> Acesso 5 jan. 2026

UNICEP. **Educação e tecnologia: qual o impacto da tecnologia na educação moderna?** 2024. Disponível em: <https://www.unicep.edu.br/post/educa%C3%A7%C3%A3o-e-tecnologia-qual-o-impacto-da-tecnologia-na-educa%C3%A7%C3%A3o-moderna>. Acesso em: 24 mar. 2025.

UNILA. **Linhas de pesquisa – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/programas-pos-graduacao/politicas-publicas/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 7 fev. 2025.

UOL. **A EVOLUÇÃO da educação à distância no Brasil**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-evolucao-educacao-distancia-no-brasil.htm>. Acesso em: 20 maio 2025.

UOL. **Paraná determina lockdown por 9 dias e amplia toque de recolher**. Notícias UOL, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/02/26/parana-determina-lockdown-por-9-dias-e-amplia-toque-de-recolher.htm>. Acesso em: 1 fev. 2025.

VIDAL, E.M; MAIA, J. E. B. **Introdução a EaD e informática básica**. 2. ed. rev. – Fortaleza: EdUECE, 2015.

VIEIRA, A. C; OLIVEIRA, E. A; AZEVEDO, D. S; MARTINS, R. X. **Uso de Tecnologias Educacionais na Formação do Professor**. Pesquisas em educação mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação [recurso eletrônico] ed. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2024.

WACHOWICZ, Ruy Christowan. **História do Paraná**. 6ª edição ampliada. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina LTDA, 1988.

WEBER, Max. A política como vocação. *In: Ensaios de sociologia*. 3ªed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974, p. 97-15.

ANEXOS

ANEXO I - Questionário Aplicado aos Professores

A pesquisa sobre a percepção docente será conduzida com aplicação do seguinte questionário:

a) Assinale apenas a alternativa que mais se aproxima da sua opinião e realidade:

- 1) Com que frequência você utiliza plataformas digitais obrigatórias em atividades educacionais na escola ou na forma de tarefas e ou Quizziz?
 Diariamente porque sou obrigado cumprir metas.
 Diariamente porque gosto muito e acredito que fazem a diferença no ensino-aprendizagem.
 Algumas vezes por semana, porque não dou conta de realizar todas as atividades propostas.
 Raramente porque não acho importante o acesso, prefiro tarefas no caderno ou pesquisas direcionadas pelo professor.
 Nunca, porque não vejo importância no acesso e só vou utilizar se realmente foi pressionado ou obrigado.
- 2) Para quais finalidades você costuma usar essas plataformas?
 Aulas síncronas (ao vivo)
 Compartilhamento de materiais
 Realização de leituras, atividades/tarefas através dos Quizizz, programação.
 Avaliações e provas
 Comunicação com colegas/professores
- 3) Como você avalia a eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para seu trabalho em relação ao ensino-aprendizagem?
 Muito eficaz porque ajuda a reforçar o conteúdo trabalhado em sala de aula.
 Eficaz porque a grande maioria faz.
 Pouco eficaz, porque os alunos só fazem por serem obrigados e não levam a sério.
 Nada eficaz porque os alunos não gostam de realizar as atividades em plataformas, tornando assim uma queda de braço
 Nada eficaz, apenas sobrecarrega meu trabalho e se torna exaustivo ao aluno.
- 4) Quais são os principais desafios que você, enquanto docente enfrenta em relação as plataformas digitais no processo ensino-aprendizagem na educação paranaense?
 Falta de infraestrutura na escola (internet, computadores, aparelhos, laboratório etc.), suficiente para atender a demanda.
 Falta de familiaridade com a tecnologia por parte dos alunos.
 A obrigatoriedade de fazer uso de plataformas e a falta de compromisso e motivação dos alunos que não fazem as atividades propostas.
 Problemas técnicos das plataformas e falta de suporte pedagógico ou institucional preparado quando tenho dúvidas ou as plataformas não funcionam.
 Dar conta de preparar aulas, preparar trabalhos, avaliações fazer as correções e atribuir tarefas através de Quizizz nas plataformas.
 Falta de preparo técnico e pedagógico.
 Sobrecarga de trabalho com tarefas digitais.
 Falta de suporte e assistência da Secretaria de Educação
 Dificuldade de adaptação dos alunos ao modelo digital
 Atingir semanalmente o acesso para que as metas sejam atingidas.
- 5) Você acredita que o uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação?

- Sim, com certeza
- Provavelmente sim
- Provavelmente não
- Não

6) Você se sente preparado(a) para utilizar plataformas digitais de forma eficiente no processo educacional?

- Totalmente preparado
- Parcialmente preparado(a)
- Preparado(a)
- Pouco preparado(a)
- Totalmente despreparado(a)

7) Você concorda com o uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação e avalia esse recurso como uma ferramenta educacional que contribui na melhoria do ensino-aprendizagem?

- Concordo totalmente.
- Concordo parcialmente.
- Discordo totalmente
- Discordo
- Indiferente

8) Na sua opinião, o uso de plataformas digitais contribui para um ensino mais inclusivo dos discentes?

- Sim, com certeza
- Sim, mas com algumas limitações
- Não contribui
- É mais excludente, pois a nem todas as famílias tem preparo suficiente para ajudar seus filhos que já possuem alguma deficiência e dificuldades nas tarefas comuns e tradicionais.

9) Você acredita que o uso de plataformas digitais tem favorecido a construção do seu conhecimento em comparação ao modelo presencial, em que medida?

- Favorece significativamente
- Favorece moderadamente
- Pouco favorece
- Não favorece.
- Depende do tipo de conteúdo ou disciplina.

10) Analisando o encaminhamento que o ensino-aprendizagem vai tomando, através do uso de plataformas digitais de forma obrigatória, você acredita que seu aluno aprende melhor utilizando plataformas digitais ou métodos presenciais tradicionais com atividades de pesquisa e registro no caderno?

- Melhor com plataformas digitais.
- Melhor com métodos presenciais e auxílio direto do professor.
- Ambos são eficazes, mas com o auxílio do professor o resultado é melhor.
- Ambos são igualmente eficazes, depende apenas do aluno.
- As plataformas ajudam, mas precisam de uma dosagem menor, sem tirar a autonomia do trabalho docente.

11) Analisando seu trabalho, nos últimos anos durante a Pandemia e agora, no pós pandemia do Coronavírus (Covid 2019), seu desempenho melhorou com o uso de plataformas digitais a ponto de se sentir:

- Muito satisfeito
- Pouco satisfeito
- Nada satisfeito
- Desmotivado
- Muito desmotivado

12) Em relação as plataformas digitais, denominadas pelo governo como ferramentas digitais educacionais, favorecem o desenvolvimento da sua autonomia enquanto docente?

- Totalmente, porque consigo perfeitamente otimizar meu tempo no preparo de outras atividades
- Parcialmente, porque preferia quando tinha autonomia de estabelecer as tarefas em forma de fixação de conteúdo no caderno do aluno.
- Quase nada, porque não consigo realizar uma orientação direta com o aluno.
- Nada, sinto-me perdido(a) sem orientação. Apenas Atribuo por obrigação devido a cobrança para cumprir metas.

13) Esse novo modelo de trabalho, conhecido como ambiente digital oferecido através das plataformas de forma obrigatória, influencia sua motivação no preparo das aulas e atividades com os alunos? Como?

- Positivamente sinto mais liberdade e dinamismo devido as facilidades que elas oferecem.
- Positivamente, mas ainda sinto a falta de tempo hábil para interação e feedback com os discentes.
- Negativamente, uma vez que elas não me permitem escolher as atividades que já vem prontas e apenas preciso atribuir aos discentes.
- Não influencia, porque não faço uso de plataformas, uma vez que os alunos não fazem mesmo.
- Em nada me motiva, devido a quantidade de plataformas e sua obrigatoriedade, não consigo acompanhar de forma positiva e não consigo dar um feedback saudável aos alunos.

14) Em relação a obrigatoriedade de utilizar diversas plataformas digitais impacta sua forma de realizar o processo de ensino- aprendizagem de que forma?

- Positivamente – amplia o acesso a diferentes recursos e estilos de aprendizagem
- Moderadamente – é útil, mas gera dispersão e sobrecarga
- Negativamente – dificulta a organização e a concentração nos estudos
- Muito negativamente – compromete meu foco, aumenta o estresse e prejudica o aprendizado
- Não percebo impacto significativo

15) Caso pudesse escolher, como preferiria que o uso de plataformas digitais fosse conduzido?

- Compilado ou agrupado em uma única plataforma integrada e bem estruturada
- Com poucas plataformas, mas complementares entre si
- Com liberdade total para escolher o momento a utilizar, a depender de qual conteúdo e dependendo da atividade
- Sem plataformas digitais – prefiro métodos mais tradicionais
- Não sei responder

16) Na sua opinião, o principal fator que levou o Estado do Paraná a adotar plataformas digitais na educação foi?

- A necessidade de modernização do ensino.
- A pandemia do Coronavírus (COVID19).
- Pressão por resultados e eficiência no setor público.
- Influência de empresas de tecnologia educacional em estabelecer parcerias.
- Não sei responder

17) Você acredita que a decisão de implementação foi discutida com a comunidade escolar?

- Sim, amplamente discutida
- Sim, mas de forma superficial
- Não, foi uma decisão centralizada do Estado
- Não sei

18) Durante o processo de implementação no uso de plataformas digitais educacionais, houve alguma formação específica em relação ao uso dessas plataformas digitais?

- Sim, desde o início da implementação.
- Sim, mas bem mais tarde e de forma insuficiente, sem vagas para todos os interessados nas formações oferecidas.
- Sim, mas bem depois da implementação.

- Não houve formação, cada professor teve que procurar tutorias de como funcionavam as plataformas.
- Houve apenas orientações básicas.

19) Pensando nos possíveis impactos das plataformas no processo de ensino-aprendizagem, de que maneira as plataformas digitais impactaram no seu processo de ensino-aprendizagem?

- Muito positivo, melhorou significativamente o ensino e a aprendizagem.
- Parcialmente positivo, trouxe benefícios, mas também trouxeram dificuldades e novos desafios
- Neutro, não percebo mudanças significativas.
- Negativo, dificultou o processo de ensino-aprendizagem devido a sobrecarga dos alunos.
- Muito negativo, prejudicou gravemente o processo educativo, o desenvolvimento das aulas e a aprendizagem dos alunos.

20) Em relação a inclusão, dos alunos da escola, no acesso dos mesmos às plataformas digitais obrigatórias na educação do Paraná, existe uso efetivo dessas plataformas por parte dos alunos?

- Sim, todos têm acesso fácil, constante e adequado
- A maioria tem acesso, com algumas exceções, acessam apenas por celular ou com internet limitada em casa.
- Parte significativa dos alunos não conseguem acessar por falta de acesso à internet enfrentam dificuldades de acesso
- O acesso é desigual e afeta a participação nas atividades por falta de equipamentos adequados (notebooks, tablets, etc.)
- Dificuldade em entender o funcionamento das plataformas
- Falta de interesse/motivação, devido as atividades serem pouco atrativas nas plataformas

21) Em relação ao protagonismo ou engajamento dos estudantes com as plataformas, você diria que:

- Aumentou significativamente
- Aumentou um pouco
- Permaneceu igual
- Diminuiu
- Não sei avaliar

22) Pensando na questão do apoio pedagógico, entendendo que tecnologia falha, não funciona nos momentos mais inusitáveis nos deixam na mão. Diante disso, existe suporte da Secretaria de Educação (SEED), ou da escola para lidar com problemas ou desafios relacionados às plataformas?

- Sim, suporte muito eficiente e constante.
- Existe, mas é limitado e pontual, em alguns momentos é o professor por si só.
- Muito pouco suporte.
- Não há suporte suficiente.
- Praticamente nenhum suporte.

23) Você percebe indícios de neoliberalização ou massificação das plataformas com alguma influência de empresas privadas na implementação dessas plataformas digitais na educação paranaense?

- Sim, claramente
- Sim, mas de forma discreta
- Sim, mas são necessárias, uma vez que os órgãos governamentais não possuem condições e precisa de parcerias privadas.
- Não percebo essa influência
- Não sei avaliar

24) Na sua percepção, as Políticas públicas no estado do Paraná com a intensificação do uso de plataformas digitais pela rede estadual, apontam para:

- Um esforço especificamente de modernização e melhoria da qualidade do ensino
- Uma estratégia utilizada na educação pública paranaense para se tornar menos tradicional.
- Uma tentativa de transferir parte da gestão educacional para empresas privadas
- Apenas uma resposta emergencial à pandemia, sem intenção de longo prazo
- Tendências neoliberais para cortar custos e transferir a obrigação da educação para empresas privadas, reduzindo a intervenção do governo na educação paranaense.

25) Na sua opinião, a implementação dessas plataformas digitais educacionais em grande quantidade, parecem estar sendo utilizadas como:

- Ferramenta de inovação como oportunidade de melhoria da educação e inovação pedagógica com inclusão digital.
- Estratégia de redução de custos na educação pública, uma forma de massificar o ensino, com a homogeneização da educação paranaense.
- Forma de repassar parte da educação ao setor privado
- Meio temporário de adaptação ao digital como um modelo necessário, mas que precisa ser bem regulado
- Não tenho opinião formada

26) Você acredita que a plataformização pode gerar lucros para empresas envolvidas na educação pública?

- Sim, com certeza
- Talvez, dependendo dos contratos e parcerias
- Não, pois são plataformas públicas ou gratuitas
- Não sei responder

27) Você percebe que os alunos estão mais engajados com o uso das plataformas digitais nas aulas?

- Sim, demonstram maior interesse e autonomia
- Um pouco mais interessados, mas com limitações
- Pouco engajamento — muitos demonstram resistência ou desinteresse
- O engajamento diminuiu com o uso das plataformas

28) Como você avalia a chegada dessas plataformas digitais na nossa educação?

- Foi um processo planejado e bem comunicado
- Chegou de forma repentina, com pouca explicação
- Foi imposta sem diálogo com os principais interessados que são os professores e alunos
- A comunidade escolar participou ativamente das decisões

29) O governo estadual ofereceu formação adequada para os educadores utilizarem essas plataformas?

- Sim, houve formação contínua e de qualidade
- Houve formação inicial, mas insuficiente para o uso no dia a dia
- Apenas orientações básicas e sem aprofundamento
- Não houve qualquer tipo de formação significativa

b) Questões abertas:

30) Como você avalia a implantação, execução e evolução das plataformas educacionais digitais na educação pública paranaense?

31) Em relação a quantidade de plataformas educacionais digitais na educação paranaense, qual é seu maior receio, medo do destino da educação e do seu trabalho?

32) Pensando na palavra Plataformas digitais educacionais, escreva qual é a primeira palavra que a conceitua?

ANEXO II - Questionário/ Entrevista aplicada aos discentes

A pesquisa sobre a percepção dos alunos será conduzida com aplicação do seguinte questionário:

a) Assinale apenas a alternativa que mais se aproxima da sua opinião e realidade.

1) Com que frequência você utiliza plataformas digitais em atividades educacionais?

-) Diariamente porque sou obrigado cumprir metas.
-) Diariamente porque gosto muito e acredito que fazem a diferença no ensino-aprendizagem.
-) Algumas vezes por semana, porque não dou conta de realizar todas as atividades propostas.
-) Raramente porque não acho importante o acesso, prefiro tarefas no caderno ou pesquisas direcionadas pelo professor.
-) Nunca, porque não vejo importância no acesso e só vou utilizar se realmente foi pressionado ou obrigado.

2) Para quais finalidades você costuma usar essas plataformas?

-) Aulas síncronas (ao vivo)
-) Compartilhamento de materiais
-) Realização de leituras, atividades/tarefas através dos Quizizz, programação.
-) Avaliações e provas
-) Comunicação com colegas/professores

3) Como você avalia a eficácia do uso de plataformas digitais educacionais para seus estudos em relação ao ensino-aprendizagem?

-) Muito eficaz porque ajuda a reforçar o conteúdo trabalhado em sala de aula.
-) Eficaz porque aprendo muito com as atividades propostas.
-) Pouco eficaz, não levo a sério e só faço porque sou obrigado (a), devido as cobranças.
-) Nada eficaz porque não gosto de realizar as atividades em plataformas digitais.
-) Nada eficaz, apenas me sobrecarrega e se torna muito exaustivo ou cansativo.

4) Quais são os principais desafios que você enfrenta em relação as plataformas digitais no processo ensino-aprendizagem como estudante da educação paranaense? (Mais de uma alternativa)

-) Falta de aparelhos e laboratório suficiente para atender a demanda.
-) Falta de familiaridade ou domínio das tecnologias e plataformas obrigatórias.
-) A obrigatoriedade de fazer uso de plataformas e a falta de vontade e motivação para fazer as atividades propostas.
-) Problemas técnicos das plataformas e falta de suporte pedagógico ou institucional preparado quando tenho dúvidas ou as plataformas não funcionam.
-) Dar conta de estudar, fazer as tarefas e trabalhos preparadas pelos professores, e tarefas através de Quizizz nas plataformas.
-) Falta de preparo técnico e pedagógico.
-) Falta de suporte e assistência da Secretaria de Educação
-) Dificuldade de adaptação ao modelo digital
-) Falta de infraestrutura na escola (internet, computadores ,suficientes, etc.)

5) Você acredita que o uso de plataformas digitais de forma obrigatória e em grande quantidade será cada vez mais comum na educação?

-) Sim, com certeza
-) Provavelmente sim
-) Provavelmente não
-) Não

6) Você se sente preparado(a) para utilizar plataformas digitais de forma eficiente no processo educacional do seu ensino-aprendizagem?

- Totalmente preparado
- Parcialmente preparado(a)
- Preparado(a)
- Pouco preparado(a)
- Totalmente despreparado(a)

7) Você concorda com o uso de forma obrigatória das plataformas digitais na educação e avalia esse recurso como uma ferramenta educacional que contribui para seu ensino-aprendizagem?

- Concordo totalmente.
- Concordo parcialmente.
- Discordo totalmente
- Discordo
- Indiferente

8) Na sua opinião, o uso de plataformas digitais contribui para um ensino mais inclusivo entre você e seus colegas mais vulneráveis, com maior dificuldade de aprendizagem, ou com alguma deficiência?

- Sim, com certeza
- Sim, mas com algumas limitações
- Não contribui
- É mais excludente, pois a nem todas as famílias tem preparo suficiente para ajudar seus filhos que já possuem alguma deficiência e dificuldades nas tarefas comuns e tradicionais.

9) Na sua opinião, em que medida o uso de plataformas digitais tem favorecido a construção do seu conhecimento em comparação ao modelo presencial?

- Favorece significativamente
- Favorece moderadamente
- Pouco favorece
- Não favorece.
- Depende do tipo de conteúdo ou disciplina.

10) Você acredita que aprende melhor utilizando plataformas digitais ou métodos presenciais tradicionais?

- Melhor com plataformas digitais.
- Melhor com métodos presenciais e auxílio direto do professor.
- Ambos são eficazes, mas com o auxílio do professor o resultado é melhor.
- Ambos são igualmente eficazes, depende apenas do aluno.
- As plataformas ajudam, mas precisam de uma dosagem menor, sem tirar a autonomia do trabalho docente ou professor.

11) Em relação ao seu seus estudos no processo ensino-aprendizagem, seu desempenho melhorou com o uso de plataformas digitais a ponto de se sentir:

- Muito satisfeito
- Pouco satisfeito
- Nada satisfeito
- Desmotivado
- Muito desmotivado

12) As plataformas digitais como ferramentas educacionais de forma obrigatórias favorecem o desenvolvimento da sua autonomia enquanto aluno ou discente?

- Totalmente, porque consigo perfeitamente otimizar meu tempo e realizar outras atividades devido ao tempo que é deixado pelo professor ao atribuir tarefas como quizizz.
- Parcialmente, porque preferia quando tinha o encaminhamento direto em sala de aula por parte do professor em estabelecer as tarefas em forma de fixação de conteúdo no meu caderno.
- Quase nada, porque não consigo ter uma orientação direta com meus professores para tirar dúvidas quando preciso.
- Nada, sinto-me perdido(a) sem orientação. Apenas realizo por obrigação devido a cobrança para cumprir metas.

13) O ambiente digital oferecido através das plataformas, influencia sua motivação durante as aulas e atividades como os QUIZZZ? Como?

- Positivamente sinto mais liberdade e dinamismo devido as facilidades que elas oferecem.
- Positivamente, mas ainda sinto a falta de tempo hábil para interação e feedback dos professores.
- Negativamente, uma vez que elas não me permitem tirar dúvidas com os professores sobre as atividades postadas, uma vez que que já vem prontas.
- Não influencia, porque não faço uso de plataformas, porque não gosto..
- Em nada me motiva, devido a quantidade de plataformas e sua obrigatoriedade, não consigo acompanhar ter retorno do professor de forma positiva e não consigo ter um feedback saudável e de aprendizado.

14) A obrigatoriedade de utilizar diversas plataformas digitais impacta sua aprendizagem de que forma?

- Positivamente, pois amplia o acesso a diferentes recursos e estilos de aprendizagem
- Moderadamente, pois é útil, mas gera dispersão e sobrecarga
- Negativamente, uma vez que dificulta a organização e a concentração nos estudos
- Muito negativamente, pois compromete meu foco, aumenta o estresse e prejudica o aprendizado
- Não percebo impacto significativo.

15) Caso pudesse escolher, como preferiria que o uso de plataformas digitais fosse conduzido?

- Centralizado em uma única plataforma integrada e bem estruturada
- Com poucas plataformas, mas complementares entre si
- Com liberdade total para escolher qual usar, conforme a atividade
- Sem plataformas digitais, pois prefiro métodos mais tradicionais onde os professores preparam, corrigem e dão o retorno necessário ao ensino-aprendizagem.
- Não sei responder

16) Na sua opinião, o principal fator que levou o Estado do Paraná a adotar plataformas digitais na educação foi?

- A necessidade de modernização do ensino
- A pandemia do Coronavírus (COVID19)
- Pressão por resultados e eficiência no setor público
- Influência de empresas de tecnologia educacional
- Não sei responder

17) Você acredita que a decisão de implementação foi discutida com a comunidade escolar?

- Sim, amplamente discutida, planejado e bem comunicado
- Sim, mas de forma superficial, sem detalhamento.
- Não. Foi uma decisão centralizada imposta sem diálogo com professores e alunos por parte do estado.
- Foi um processo que chegou de forma repentina, com pouca explicação
- A comunidade escolar participou ativamente das decisões.
- Não sei

18) Em relação ao uso das plataformas digitais educacionais, você recebeu alguma formação específica em relação ao uso das mesmas?

- Sim, desde o início da implementação com explicação do professor em relação a como acessar.
- Sim, mas de forma insuficiente, pois nem os professores sabiam utilizar.
- Sim, mas bem depois da implementação, obrigando alunos auxiliar o professor através de tutorias para descobrir como funcionava.
- Não houve formação, não havia necessidade.
- Houve apenas orientações básicas.

19) Em relação aos Impactos das plataformas no processo de ensino-aprendizagem, de que maneira as plataformas digitais impactaram no seu processo de ensino-aprendizagem?

- Muito positivo, uma vez que melhorou significativamente o ensino e a aprendizagem.
- Parcialmente positivo, pois trouxe benefícios, mas também trouxeram dificuldades e novos desafios
- Neutro, uma vez que não percebo mudanças significativas.
- Negativo, pois dificultou o processo de ensino-aprendizagem.
- Muito negativo, pois prejudicou gravemente o processo educativo, o desenvolvimento das aulas e a aprendizagem.

20) Em relação a você e seus colegas da escola, pensando no acesso às plataformas digitais obrigatórias na educação do Paraná, existe uso efetivo dessas plataformas por parte dos alunos?

- Sim, todos têm acesso fácil, constante e adequado
- A maioria tem acesso, com algumas exceções, acessam apenas por celular ou com internet limitada em casa.
- Parte significativa dos alunos não conseguem acessar por falta de acesso à internet enfrentam dificuldades de acesso
- Parte significativa não acessam, devido a desigualdade econômica e social que afeta a participação nas atividades por falta de equipamentos adequados (notebooks, tablets, etc.)
- Dificuldade em entender o funcionamento das plataformas.
- Falta de interesse/motivação, devido as atividades serem pouco atrativas nas plataformas

21) Em relação ao seu engajamento e de seus colegas, com as plataformas, você diria que:

- Aumentou significativamente
- Aumentou um pouco
- Permaneceu igual
- Diminuiu
- Não sei avaliar

22) Existe suporte da Secretaria de Educação (SEED), ou da escola para lidar com problemas ou desafios relacionados às plataformas?

- Sim, suporte muito eficiente, constante e constante
- Existe, mas é limitado e pontual
- Muito pouco suporte
- Não há suporte suficiente
- Praticamente nenhum suporte

23) Você percebe indícios de neoliberalização ou massificação das plataformas com alguma influência de empresas privadas na implementação dessas plataformas digitais na educação paranaense?

- Sim, claramente
- Sim, mas de forma discreta
- Sim, mas são necessárias, uma vez que os órgãos governamentais não possuem condições e precisa de parcerias privadas.
- Não percebo essa influência
- Não sei avaliar

24) Na sua percepção, as Políticas públicas no estado do Paraná com a intensificação do uso de plataformas digitais pela rede estadual, apontam para:

- Um esforço especificamente de modernização e melhoria da qualidade do ensino
- Uma estratégia utilizada na educação pública paranaense para se tornar menos tradicional.
- Uma tentativa de transferir parte da gestão educacional para empresas privadas
- Apenas uma resposta emergencial à pandemia, sem intenção de longo prazo
- Tendências neoliberais para cortar custos e transferir a obrigação da educação para empresas privadas, reduzindo a intervenção do governo na educação paranaense.

25) Na sua opinião, as plataformas digitais parecem estar sendo utilizadas como:

- Ferramenta de inovação como oportunidade de melhoria da educação e inovação pedagógica com inclusão digital.
- Estratégia de redução de custos na educação pública, uma forma de massificar o ensino, com a homogeneização da educação paranaense.
- Forma de repassar parte da educação ao setor privado
- Meio temporário de adaptação ao digital como um modelo necessário, mas que precisa ser bem regulado
- Não tenho opinião formada

26) Você acredita que a plataformização ou a implementação de muitas plataformas educacionais de forma obrigatória pode gerar lucros para empresas envolvidas na educação pública?

- Sim, com certeza
- Talvez, dependendo dos contratos e parcerias
- Não, pois são plataformas públicas ou gratuitas
- Não sei

27) Você percebe que seus colegas estão mais engajados com o uso das plataformas digitais nas aulas?

- Sim, demonstram maior interesse e autonomia
- Um pouco mais interessados, mas com limitações
- Pouco engajamento, pois muitos demonstram resistência ou desinteresse
- O engajamento diminuiu com o uso das plataformas

28) Como você avalia a chegada dessas plataformas digitais na educação paranaense?

- Foi um processo planejado e bem comunicado
- Chegou de forma repentina, com pouca explicação
- Foi imposta sem diálogo com professores e alunos
- A comunidade escolar participou ativamente das decisões

29) Na sua opinião, o governo estadual ofereceu formação adequada para os professores utilizarem essas plataformas digitais educacionais?

- Sim, houve formação contínua e de qualidade
- Houve formação inicial, mas insuficiente para o uso no dia a dia
- Apenas orientações básicas e sem aprofundamento
- Não houve qualquer tipo de formação significativa

b) Questões abertas:

30) Como você avalia a implantação, execução e evolução das plataformas educacionais digitais na educação pública paranaense?

31) Em relação a quantidade de plataformas educacionais digitais na educação paranaense, qual é seu maior receio, medo do destino da educação e do seu processo de ensino-aprendizagem?

32) Pensando na palavra Plataformas digitais educacionais, escreva qual é a primeira palavra que a conceitua?

ANEXO III- AUTORIZAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA COM OS DISCENTES

Autorização para Participação em Pesquisa Acadêmica

Senhores Pais/Responsáveis,

Informamos que a professora Cilça Aparecida dos Santos Almeida mestranda em Políticas Públicas está realizando uma pesquisa acadêmica com o objetivo de compreender a **visão dos estudantes quanto ao uso das plataformas digitais na educação e no processo de ensino-aprendizagem.**

Esclarecemos que:

- A participação é **voluntária.**
- Os alunos **não serão identificados** em nenhum momento.
- Os dados coletados terão **uso exclusivo para fins acadêmicos.**
- Durante a pesquisa, será necessária a **utilização do celular apenas para responder às questões propostas.**

Pedimos, por gentileza, que preencham a autorização abaixo:

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, responsável legal pelo(a) aluno(a) _____, autorizo sua participação na pesquisa acadêmica realizada pela professora Cilça Aparecida dos Santos Almeida, bem como o uso do celular para fins exclusivos da pesquisa, conforme informações acima descritas.

- () Autorizo
- () Não autorizo

Assinatura do Responsável: